

**Universidade Estadual de Campinas  
Instituto de Estudos da Linguagem  
Programa de Pós-Graduação em Lingüística**

**Tese de Doutorado**

**= Política Lingüística, Política Historiográfica =  
Epistemologia e escrita da História da(s) Língua(s)  
a propósito da língua portuguesa no Brasil Meridional  
(1754 – 1830)**

**Gilvan Müller de Oliveira**

**Orientador: Prof. Dr. Ataliba Teixeira de Castilho**

**Campinas, outubro de 2004**



## DECLARAÇÃO

A Coordenação da Comissão de Pós-Graduação do Instituto de Estudos da Linguagem declara que a aluna **Gilvan Müller de Oliveira** regularmente Matriculada sob o registro acadêmico nº. 925194, defendeu sua Tese de Doutorado no dia **29 de outubro de 2004**, perante a banca examinadora composta pelos professores doutores: Ataliba Teixeira de Castilho – **Presidente**, Rodolfo Ilari – **Membro**, Marilza de Oliveira – **Membro**, Maria Bernadete Marques Abaurre – **Membro**, Carlos Alberto Faraco – **Membro**, tendo sido considerado **APROVADO**. Para que o respectivo título possa ser concedido, com as prerrogativas legais dele advindas, é necessário que ocorra a homologação do exemplar definitivo da respectiva tese pelas instâncias competentes da UNICAMP.

Campinas, 29 de outubro de 2004.



  
Prof. Dr. MARIA BERNADETE MARQUES ABAURRE  
Coordenadora Geral de Pós-Graduação  
IEL/UNICAMP  
Matr. 04368-1

**Universidade Estadual de Campinas  
Instituto de Estudos da Linguagem  
Programa de Pós-Graduação em Lingüística**

**Tese de Doutorado**

**Orientador:**

**Prof. Dr. Ataliba Teixeira de Castilho**

**Banca Examinadora:**

**Profa. Dra. Bernadete Abaurre**

**Prof. Dr. Carlos Alberto Faraco**

**Profa. Dra. Marilza de Oliveira**

**Prof. Dr. Rodolfo Ilari**

## Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do IEL - Unicamp

**OL4p**

Oliveira, Gilvan Müller de.

Política lingüística, política historiográfica : epistemologia da história da(s) língua(s) a propósito da língua portuguesa no Brasil Meridional (1754-1830) / Gilvan Müller de Oliveira. -- Campinas, SP : [s.n.], 2004.

Orientador : Ataliba Teixeira de Castilho.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Lingüística. 2. Linguagem - Política governamental. 3. Língua portuguesa - História. 4. Autoria. I. Castilho, Ataliba Teixeira de. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

Título em inglês: Language policy, historiographic policy : epistemology of the history of language(s) : the case of portuguese in Southern Brazil (1754-1830).

Palavras-chaves em inglês (Keywords): Linguistics; Policy of language; Portuguese language - History.

Área de concentração: Lingüística Histórica.

Titulação: Doutorado.

Banca examinadora: Prof. Dr. Carlos Alberto Faraco, Prof. Dr. Rodolfo Ilari, Profa. Dra. Bernardete Abaurre e Profa. Dra. Marilza de Oliveira.

Data da defesa: 29/10/2004.

## Dedicatória

Ao Lourenço – renascido –  
à Constância e ao João Alberto – tão vivos –  
meus filhos,  
ao Sargento Silvestre, meu pai, ao modo dos gaúchos antigos,  
A Luci Müller, minha mãe, e a Eli Müller, minha avó  
(ambas im memoriam) e a Albert Müller,  
que veio da Prússia com quatro anos em 1858.

Ao Sul,  
ao qual pertença  
e ao Norte,  
que me constituiu como outro

## Agradecimentos

Terminar esta tese levou muito tempo. Muitos percursos foram feitos no decorrer deste anos, significativos para que se chegasse a este resultado e não a outro. As pessoas nomeadas contribuíram das formas mais heterodoxas possíveis, todas elas foram imprescindíveis.

A Ataliba Castilho, pelo exemplo, pela sabedoria e pelas incontáveis oportunidades que me deu, inclusive a de (ainda ou já) defender esta tese. Pela confiança e pela liberdade que me deu para pensar o que pude e o que me pareceu importante.

Ao IPOL, um dos meus filhos, pela alegria de fazer as coisas de um modo diferente. E aos companheiros de Florianópolis, Maurice Bazin, Jonas Tenfen, Stella Maris da Veiga Pereira, que me acompanham na aventura. Ao Jonas, em especial, pelo entusiasmo e pelos estressantes últimos dias.

A Lia Varela, pelos oito anos de conversas, planos e sonhos em comum e pelo muito da Argentina que me revelou.

A Rosângela Morello, por ser como é e por pensar sobre isto. Sua leitura foi um divisor de águas.

A Eliana Rosa Sturza, pelo João Alberto, pela fronteira, pelo Uruguai, fonte de inspiração inicial para esta tese.

A Louis-Jean Calvet, por aprendizados sem os quais eu não poderia pensar esta tese.

A Rainer Enrique Hamel, Joachim Born, Roberto Bein, Margarete Schlatter, Pedro Garcez, Eberhard Gärtner, Marcos Bagno, Percival Leme Brito, lingüistas com quem convivi com alegria e de quem muito aprendi;

A Sonia Carvalho e Marilda, da Semed/Florianópolis; a Arlene Bonfim, da Gerência de Educação Indígena do Amazonas; a Marivânia Furtado, do Maranhão; a Flora Cabalzar e Higino Tuyuka, do Alto Rio Negro, pessoas que me apresentaram muitos Brasis.

À UNIJUI, à UFSM, à UNICAMP e à UFSC, universidades onde ensinei e onde me enriqueci. Agradeço também ao DLLV, meu atual departamento, na UFSC.

A Valdemir Klamt e Eva Maria Schlachter, pelos ecos de presença. A Clarice Assalin, que estava comigo no momento de decidir.

Ao Pe. Claudio Bombieri, que traduziu o resumo para o vêneto, uma das línguas do Brasil Meridional. A Ana Mello, do MEC do Paraguai, que traduziu o resumo para o guarani. Traduziram também Maurice Bazin, Eva Schlachter e Lia Varela.

Muito especialmente aos meus alunos, que compartilharam muitos momentos de produção.

À Regina pelo acolhimento.

## Tábua da Matéria

Introdução	17
I. Uma interpretação da situação sócio-político-lingüística do Brasil como base para uma História Lingüística do país	25
II. Política Historiográfica e Epistemologia da História: Análise de algumas propostas de periodização da história da Língua Portuguesa	37
História Global e História Geral	42
Periodização e Concepção de História	49
Propostas de periodização para a história da língua portuguesa no Brasil	51
III. A dupla face da entrada da Língua Portuguesa no Brasil Meridional no século XVIII	63
IV. Diferenças fonéticas e morfo-sintáticas entre as duas variedades históricas da língua portuguesa no Brasil meridional: A geografia lingüística do Sul	77
Geolingüística <i>versus</i> Sociolingüística: Um zoom sobre a africativização das oclusivas e sobre o uso do ‘tu’ e do ‘você’	89
Até você, Brutus? TU <i>versus</i> VOCÊ no português urbano do Brasil Meridional	92
V. Micro e Macro-corpora de trabalho – Documentos do Brasil Meridional e a constituição de <i>corpora</i> para a pesquisa lingüística	111
VI. <i>Açorianos versus Paulistas</i> no Brasil Meridional: Aspectos gramaticais das duas variedades nos séculos XVIII e XIX	139
VII. As múltiplas consequências político-lingüísticas do ‘pb’	161
Considerações finais	174
Bibliografia	179
Anexos	
Anexo I	193
Anexo II	199
Anexo III	217
Anexo IV	225

## = Resumos =

Kova ko tesis ohesa'yijo mba'éichapa oñemohenda ha ojehechauka ñe'ê portuges rembiasakue Vrasilpe Escuela de los Anales rupive ojehechaháicha. Ojehechauka mba'éichapa oñemboja'o ha oñemohenda portuges rembiasakue ikatu haġuáicha hesakâ oîpa Historia Global terâ Historia General poguýpe (Foucault, 1987). Upekuévo, he'i mba'éichapa oñemohenda porâvéne tembiasakue lingüística Brasil Meridional pegua ha oiporavo 1750 guive 1830 peve ohechauhahaguáicha mba'éichapa ikatu oñehesa'yijo prosedimiento serial indicial rupive (Ginzburg, 1990). Upégui, ombyaty marandu oguenohéva'ekue 5204 kuatia arandu filolohia rupive oñetraskriviva'ekuégui ha avei marandu michîmi korpus oñeguenohéva cartas azorianas, paulistas ha lusitanas-gui, ojehaiva'ekue ako síglo XVII ha XIX rupi. Opakuévo tembiapo ohesa'yijo mba'épa he'ise añetehápe "portuges brasileiro (pb)" ha mba'emba'épa ogueru ijehe oje'e ha ojeipurámo upe ñe'ê ojeporueteva'ekue Brasil política lingüística ojejapokuévo. Ko tésispe ojejaporuñepyrûhina marandu oguerúva ipype "Política historiográfica", hese rupive oñemohenda ñe'êguéra marandeko politolohia lingüística poguýpe (Calvet, 2002).

Stá tesi la studia epistemologicamente la forma de far storia de la lêngoa portoghese nel Brasile per la ôtica de la scola dei anái. La oserva le suddivisioni dei periodi proposte per la storia del portoghese par vèdare se iê fate nê l' ôtica de la Storia Globale o de la Storia Generale (Foucault, 1987). La propone 'na periodisassión para l' elaborassión de la storia linguistica del Brasile Meridionale e la seglie el periodo de 1750 a 1830 par far òn studio del caso demostrativo de òn procedimento seriale in base ai indissi. De stò periodo la elabora 'na banca de dati de 5.204 documenti trascritti filologicamente e òn pícolo "corpus" de lêtere assoriane, pauliste e portoghesi scrite nê la región nei sêcoli 18 (disdoto) e 19 (disnove). La finisce con 'na riflessión su le consequense del uso del conceto del "Portoghese brasilián" (pb) ampiamente utilisá 'na elaborassión dê la storia dê la lêngoa nel Brasile, nê lê politiche linguistiche interne e nê lê politiche linguistiche esterne del Brasile. La tesi la crea el conceto de "Politica Storiográfica" che la inserise la scritta de la storia de la lêngoa / le lêngoe en el campo dei interessi de la politologia linguistica (Calvet, 2002)

Die Doktorawet unnersucht epistemologisch die Sprachgeschichtsschreibung vum Portugiesische in Brasilie un nemmt dodefor die Ansichte vun de Anales-Schul. Sie vesucht ze entscheide, ob die Periodisierung, die mer fer die Geschicht vum Portugiesische vorgeschla hat, unnerm Blickwinkel vun de Global Geschicht oder de Allgemein Geschicht entstann sin. (Foucault 1987). Sie schlaat e Periodisierung fer die geschichtlich Entwicklung vum Sudbrasilianische vor un nemmt die Zeit vun 1750 bis 1830 als Beispiel fer a serielli indikatorischi Entwicklung (Ginzburg 1990). Aus der Period macht se e Datebank aus 5.204 philologisch transkribierter Dokumente un e klennes Korpus mit Briefe vun de Azore, Portugal un Sao Paulo. Am Em finne sich Iwwerleschunge iwwer die Konsequenze dodefun, dass mer de Begriff „Brasiliansiches Portugiesisch“ in de interne un externe sprachpolitische Diskussion so oft gebraucht hat. Sie fehrt de Begriff vun de „Historiographische Politik“ in, der die Sprachgeschichtsschreibung ins Feld vun de Sprachpolitik integriert (Calvet 2002).

Esta tesis analiza epistemológicamente el modo de hacer historia de la lengua portuguesa en Brasil desde la perspectiva de la Escuela de los Anales. Observa las periodizaciones propuestas para la historia del portugués para determinar si están hechas en la óptica de la Historia Global o de la Historia General (Foucault, 1987). Propone una periodización para la elaboración de la historia lingüística del Brasil Meridional y escoge el período de 1750 a 1830 para realizar un estudio de caso demostrativo de un procedimiento serial indicial (Ginzburg, 1990). De este período, elabora un

banco de datos de 5204 documentos transcritos filológicamente y un pequeño corpus de cartas azorianas, paulistas y lusitanas escritas en la región en los siglos XVIII y XIX. Termina con una reflexión sobre las consecuencias del uso del concepto de 'portugués brasileño' (pb), ampliamente utilizado en la elaboración de la historia de la lengua en Brasil, en políticas lingüísticas internas y en políticas lingüísticas externas de Brasil. La tesis introduce el concepto de 'Política Historiográfica' que inserta la escritura de la historia de la(s) lengua(s) en el campo de intereses de la politología lingüística (Calvet, 2002).

Diese Doktorarbeit untersucht epistemologisch die Sprachgeschichtsschreibung des Portugiesischen in Brasilien, wobei sie den Blickwinkel der Schule der Annales benutzt. Sie versucht zu entscheiden, ob die für die Geschichte des Portugiesischen vorgeschlagenen Periodisierungen unter dem Gesichtspunkt der 'Globalen Geschichte' oder der 'Allgemeinen Geschichte' gemacht wurden (Foucault 1987). Sie schlägt eine Periodisierung für die geschichtliche Entwicklung des Südbrasilianischen vor und wählt die Epoche von 1750 bis 1830 als beispielhafte Fallstudie einer seriellen indikatorischen Entwicklung (Ginzburg 1990). Aus dieser Periode erstellt sie eine Datenbank aus 5.204 philologisch transkribierten Dokumenten und ein kleines Korpus mit Briefen aus den Azoren, Portugal und Sao Paulo. Am Ende finden sich Überlegungen über die Konsequenzen des Gebrauchs des Begriffs „Brasilianisches Portugiesisch“, der in der Ausarbeitung des Sprachgeschichte in Brasilien häufig benutzt wurde, was sowohl die interne als auch die externe sprachpolitische Diskussion über Brasilien angeht. Die Arbeit führt den Begriff der „Historiographischen Politik“ ein, der die Sprachgeschichtsschreibung in das Feld der Sprachpolitik integriert (Calvet 2002).

Cette thèse est une analyse épistémologique de la manière de faire l'histoire de la langue portugaise au Brésil, du point de vue de l'École des Annales. Nous observons la mise en périodes proposée pour l'histoire du portugais pour voir si celle-ci est faite dans l'optique de l'Histoire Globale ou de l'Histoire Générale (Foucault, 1987). Nous proposons une mise en périodes pour élaborer l'histoire linguistique du Brésil Méridional et nous choisissons la période de 1750 à 1830 pour faire une étude de cas qui présente une procédure d'utilisation d'indices sériés (Ginzburg, 1990). Pour cette période nous construisons une banque de données de 5.204 documents transcrits philologiquement et un petit corpus de lettres en style des Açores, de São Paulo e du Portugal, écrites dans cette région aux 18ème et 19ème siècles. Nous terminons par une réflexion sur les conséquences de l'utilisation du concept de "portugais du Brésil" (pb), largement utilisé pour élaborer l'histoire de la langue au Brésil et ses politiques linguistiques internes et externes. Nous proposons le concept de "Politique Historiographique" qui insère l'écriture de l'histoire de la langue, ou des langues, dans le champ d'intérêt de la politologie linguistique (Calvet, 2002).

This thesis is an epistemological analysis of the way of writing the history of the portuguese language in Brazil from the perspective of the École des Annales. We study the choices of periods proposed for the history of portuguese to see if they correspond to the perspective of global History or of General History (Foucault, 1987). We propose a sequence of periods to elaborate the linguistic history of Southern Brazil and we choose the period between 1750 and 1830 to do a case study exemplifying a serial evidence procedure (Ginzburg, 1990). For this period we construct a data bank consisting of 5.204 documents transcribed philologically, and a small corpus of letters written in this region during the 18th and 19th Century in the style of the Açores, of São Paulo and of Portugal. We end with some considerations about the consequences of the use of the concept of 'brazilian portuguese' (pb), generally used in elaborating the history of the language used in Brazil and in its internal and external linguistic policies. This thesis proposes the concept of

"Historiographic Policy" that inserts the writing of the history of language(s) in the realm of interest of linguistic politology (Calvet, 2002).

Esta tese analisa epistemologicamente a forma de fazer história da língua portuguesa no Brasil pela ótica da Escola dos Anais. Observa as periodizações propostas para a história do português para ver se estão feitas na ótica da História Global ou da História Geral (Foucault, 1987). Propõe uma periodização para a elaboração da história lingüística do Brasil Meridional e escolhe o período de 1750 a 1830 para fazer um estudo de caso demonstrativo de um procedimento serial indiciário (Ginzburg, 1990). Deste período elabora um banco de dados de 5.504 documentos transcritos filologicamente e um pequeno corpus de cartas açorianas, paulistas e lusitanas escritas na região nos séculos 18 e 19. Termina com uma reflexão sobre as conseqüências do uso do conceito de 'português brasileiro'(pb), amplamente utilizado na elaboração da história da língua no Brasil, em políticas lingüísticas internas e em políticas lingüísticas externas do Brasil. A tese introduz o conceito de 'Política Historiográfica' que insere a escrita da história da(s) língua(s) no campo de interesses da politologia lingüística (Calvet, 2002).

## Índice de Figuras

### MAPAS

<b>Mapa 1</b> - Intensidade do plurilingüismo	26
<b>Mapa 2</b> - Itinerário das tropas de gado do sul em demanda à feira de Sorocaba	66
<b>Mapa 3</b> - Ciclos vicentista e açoriano de ocupação do território	68
<b>Mapa 4</b> - Isófona da africacão do /t/ em sílaba átona final de vocábulo no estado de Santa Catarina,	80
<b>Mapa 5</b> - Isófona da africacão do /t/ em sílaba tônica, no estado de Santa Catarina	81
<b>Mapa 6</b> - Concordância verbal no tratamento de “irmão com seu irmão” (Tu versus Você)	83
<b>Mapa 7</b> - Frequência relativa dos habitantes que falam no lar uma língua estrangeira, por Município	86
<b>Mapa 8</b> - Origem do povoamento do estado de Santa Catarina	87

### TABELAS

<b>Tabela 1:</b> História Interna e História Externa	50
<b>Tabela 2</b> - Africacão das Oclusivas: Resultados da variável em função da localidade	89
<b>Tabela 3</b> - Resultados gerais da variável segundo a faixa etária dos falantes	90
<b>Tabela 4</b> - Escolaridade dos falantes na <b>região urbana</b> central	90
<b>Tabela 5</b> - Incremento da população na metade do século XVII	93
<b>Tabela 6</b> - Distribuição do corpus analisado: Tu versus Você	95
<b>Tabela 7</b> - Distribuição hierárquica das Variáveis Lingüísticas	96
<b>Tabela 8</b> - Manutenção da concordância de 2ª pessoa do singular segundo o tempo verbal.	97
<b>Tabela 9</b> - Manutenção da Concordância segundo as cidades pesquisadas	98
<b>Tabela 10</b> - Distribuição do uso pronominal nas cidades analisadas	104
<b>Tabela 11</b> - Ocorrência e Porcentagem de Sujeitos Nulos no Corpus por Cidade	105
<b>Tabela 12</b> - “Preenchimento de Objeto”	142
<b>Tabela 13</b> - Tabela Comparativa de Cartas Paulistas I	143
<b>Tabela 14</b> - Comparativa de Cartas Paulistas II	146
<b>Tabela 15</b> - Sujeito nulo e preenchido do ciclo <i>paulista</i>	147
<b>Tabela 16</b> - Comparação diacrônica segundo o preenchimento	148
<b>Tabela 17</b> - Paulista 1789 c/ Açorianas 1801	148
<b>Tabela 18</b> - Paulista 1789 c/ Açorianas 1801	149
<b>Tabela 19</b> - Preenchimento de objeto na escrita: 1992	150
<b>Tabela 20</b> - Preenchimento de Objeto na fala: 1992	153

### GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> - Gradiente e Tipo de Plurilingüismo no Brasil Meridional	59
<b>Gráfico 2</b> - Florianópolis: Uso Pronominal e Concordância segundo Variáveis Sociais	99
<b>Gráfico 3</b> - Lages: Uso Pronominal e Concordância segundo Variáveis Sociais	101
<b>Gráfico 4</b> - Porto Alegre: Uso Pronominal e Concordância segundo Variáveis Sociais	102
<b>Gráfico 5</b> - São Borja: Uso Pronominal e Concordância segundo Variáveis Sociais	103
<b>Gráfico 6</b> - Quadro geral do uso pronominal / concordância no Sul do Brasil	104
<b>Gráfico 7</b> - Cartas paulistas – Estudo diacrônico I	145
<b>Gráfico 8</b> - Cartas paulistas – Estudo diacrônico II	147
<b>Gráfico 9</b> - Cartas paulistas – dados diacrônicos e sincrônicos I.	151
<b>Gráfico 10</b> - Cartas paulistas – dados diacrônicos e sincrônicos II.	152

## Introdução

Havia um país chamado Brasil, mas absolutamente  
não havia brasileiros.  
Auguste de Saint-Hilaire, 1821.

Esta tese tentará apresentar uma reflexão sobre a escrita da história da língua portuguesa, mais especificamente sobre o que tem sido chamado nas duas últimas décadas de ‘português brasileiro’<sup>1</sup>. Tentará mostrar algumas conseqüências epistemológicas e político-lingüísticas da utilização deste conceito-chave para os estudos recentes – o de “PB”.

Oferecerá, como exemplo concreto de elaboração de recortes novos em história lingüística, menos naturalizados e desvinculados do conceito de “nacional”, um estudo preliminar sobre a língua portuguesa na sua expansão para o Brasil Meridional. Pretende que este estudo seja uma exemplificação do modo de escrita de uma *história lingüística* do país na chave de (alguns) avanços metodológicos da Nova História, ou da História da École des Annales [vide nota 20], chamada por Foucault de ‘História Geral’, pelo menos naquilo que tange à constituição do objeto de estudo.

Por Brasil Meridional devemos entender, na época focalizada para exemplificar as reflexões epistemológicas desta tese – 1680 a 1830 – o atual território do Uruguai, isto é, a Colônia do Santíssimo Sacramento e seu interior, e as capitanias do Rio Grande de São Pedro do Sul e de Santa Catarina, nos territórios que ocupavam então, e que não coincidem com os atuais. Por uma questão de método, incluiremos o atual estado do Paraná<sup>2</sup> ou, o que seria na época uma comarca meridional da Capitania de São Paulo, especialmente depois da fundação de Nossa Senhora dos Pinhais de Curitiba em 1696 e até sua elevação ao status de província, já em 1853.

O período escolhido para conformação de um banco de dados de textos editados filologicamente é o de 1680 a 1830, ou praticamente o que seria o “*longo século XVIII português*” que, segundo Maxwell (1996:37), “*começou no final da década de 1660 e terminou em 1807*”, embora, por questões de periodização, tenhamos nos concentrado no

---

<sup>1</sup> É interessante nesse aspecto, para mostrar a permanência ou continuidade deste recorte, citar a dedicatória (in memoriam) que Mattos e Silva (2004) faz em seu livro *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*: “A Serafim da Silva Neto que, na década de 1950, abriu novos caminhos para a compreensão histórica da ‘**língua portuguesa no Brasil**’; a Celso Ferreira da Cunha, que planejava, quando se aposentasse, escrever a história do “**português do Brasil**”; a Fernando Tarallo, que, na década de 1980, reabriu caminhos para a interpretação da sintaxe do “**português brasileiro**”.

<sup>2</sup> Muitos dos fenômenos lingüísticos observados estão associados a deslocamentos sobre o território e, nesse caso, é importante verificar a direção de propagação envolvida. Neste caso, o Paraná é o caminho para a chegada, no sul do Brasil, de características lingüísticas *paulistas*.

período que vai, aproximadamente, de 1750 a 1830, como será apresentado no capítulo II. Mais especificamente, no intervalo que vai da fundação da Colônia do Sacramento, nas margens do Rio da Prata (o que teria como consequência uma importante reestruturação geopolítica do que viria a ser o Brasil Meridional) até pouco depois da independência da Província Cisplatina, que se transformou em República Oriental do Uruguai em 1828, alterando de novo a situação político-lingüístico-cultural dessa parte do continente. Este será o recorte provisório que será observado nesta pesquisa:

**Fora de cogitação, entretanto, está o fato de se poder descrever, sem limites, todas as relações que possam [...] aparecer.** É preciso, numa primeira aproximação, aceitar um recorte provisório: uma região inicial que a análise revolucionará e reorganizará se houver necessidade. Mas como circunscrever essa região? Por um lado, é preciso, empiricamente, escolher um domínio em que as relações corram o risco de ser numerosas, densas e relativamente fáceis de descrever [...] Mas, por outro lado, como se dar o máximo de chances de tornar a apreender, em um enunciado, não o momento de sua estrutura formal e de suas leis de construção, mas o de sua existência e das regras de seu aparecimento, **a menos que nos dirijamos a grupos de discursos pouco formalizados, onde os enunciados não pareçam se engendrar necessariamente segundo regras de mera sintaxe?** Como estarmos certos de que escaparemos de recortes como os da obra, de categorias como as da influência, a menos que proponhamos, desde o início, domínios bastante amplos, escalas cronológicas bastante vastas? Finalmente, como estarmos certos de que não nos prenderemos a todas essas unidades ou sínteses pouco refletidas que se referem ao sujeito falante, ao sujeito do discurso, ao autor do texto, enfim, a todas essas categorias antropológicas? A menos, talvez, que consideremos o conjunto dos enunciados através dos quais essas categorias se constituíram – o conjunto dos enunciados que escolheram como “objeto” o sujeito dos discursos (seu próprio sujeito) e que se dispuseram a desenvolvê-lo como campo de conhecimentos? (Foucault, 1987: 34) [grifos nossos].

Importa neste caso, como a longa citação de Foucault permite antever, fazer o recorte do objeto cair fora dos limites normalmente realizados, de modo a obter um objeto de pesquisa provisório mas ao mesmo tempo surpreendente e novo, que permita olhar para os recortes tradicionais com um olhar crítico, desde outro lugar, analisando as consequências de cada opção realizada, de maneira que possamos controlá-las como controlamos os métodos de trabalho que utilizamos.

Esta tese trabalha com a idéia de território e de deslocamento no espaço e no tempo de populações e conseqüentemente de línguas ou de variedades lingüísticas. Para isso apresenta uma periodização para o estudo da história lingüística do Brasil Meridional fundada sobre o conceito de “**gradiente de plurilinguismo**”, funcional para o tipo de trabalho que se pretende escrever. Pretende estabelecer uma prática analítica para a escrita da história lingüística do que viria a ser depois o Brasil através da associação entre a descrição de um *ciclo histórico* – não entendido aqui apenas como econômico – as *ondas demográficas* diversas envolvidas neles – inspiradas em geopolíticas diferentes e freqüentemente conflitivas – e as *marcas lingüísticas* mapeáveis através das fronteiras e

contrastes criados pelas forças sociológicas ('identitárias') destes ciclos. Teremos como produto, se formos bem sucedidos, o percurso preliminar de certas mudanças sobre o território. Passaremos a entender as macro "guerres de langues" (Calvet, 1987) e os micro conflitos entre variantes e veremos as expansões e retrações de cada uma, para chegarmos – em algum momento no futuro, quando as pesquisas estiverem mais avançadas – na atual hegemonia daquelas que venceram essa "guerra de línguas" ou "guerrilhas de variantes" no primeiro meio milênio de história da língua portuguesa na América do Sul<sup>3</sup>.

Poder-se-ia objetar que pelo menos desde Foucault, em *A arqueologia do saber*, a História (Nova) reconhece que as realidades são constructos discursivos e que os documentos que nos contavam essa história na verdade são apenas o esqueleto das formações discursivas no seio das quais brotaram. A contraposição historionovista *documento vs. monumento*, que enseja a oposição entre os fazeres da História e os fazeres da Arqueologia – daí o nome do livro citado – é já a síntese dessa nova posição de ver a História e que estabelece como prioridade a constituição de *séries* de dados de fenômenos homogêneos entre si que, uma vez correlacionadas, nos fornecem *séries de séries heterogêneas entre si* ou *quadros históricos*. Reagrupar, recortar de forma diferente da tradição, estabelecer novos focos, tratar os documentos como monumentos seria nossa tarefa para a escrita da história lingüística do Brasil Meridional:

Na verdade, os problemas colocados são os mesmos<sup>4</sup>, provocando, entretanto, na superfície, efeitos diversos. Pode-se resumir estes problemas em uma palavra: a crítica do *documento*. Nada de mal-entendidos: é claro que, desde que existe uma disciplina como a História, temo-nos servido de documentos, interrogamo-los, interrogamo-nos a seu respeito, indagamos-lhes não apenas o que queriam dizer, mas se eles diziam a verdade, e com que direito podiam pretendê-lo, se eram sinceros ou falsificadores, bem informados ou ignorantes, autênticos ou alterados. Mas cada uma dessas questões e toda essa grande inquietude crítica apontavam para um mesmo fim: reconstituir, a partir do que dizem estes documentos – às vezes com meias-palavras – o passado de onde emanam e que se dilui, agora, bem distante deles; o documento sempre era tratado como a linguagem de uma voz agora reduzida ao silêncio: seu rastro frágil, mas por sorte, decifrável. Ora, por uma mutação que não data de hoje, mas que, sem dúvida, ainda não se concluiu, a história mudou sua posição acerca do documento: ela considera como sua tarefa primordial, não interpretá-lo, não determinar se diz a verdade nem qual é seu valor expressivo, mas sim trabalhá-lo no interior e elaborá-lo: ela o organiza, recorta, distribui, ordena, e reparte em níveis, estabelece séries, distingue o que é pertinente do que não é, identifica elementos, define unidades, descreve relações. O documento, pois, não é mais, para a história, essa matéria

---

<sup>3</sup> Ou nos primeiros 300 anos da língua portuguesa no Brasil Meridional.

<sup>4</sup> Aqui o autor se refere à constatação de que, aparentemente, a história das ciências e a história *tout court* pareciam, naquele momento específico em que escrevia, caminhar em direções opostas: "[...] a história do pensamento [...] parece multiplicar as rupturas e buscar todas as perturbações de continuidade, enquanto que a história propriamente dita, a história pura e simplesmente, parece apagar, em benefício de estruturas fixas, a irrupção dos acontecimentos" (Foucault, 1987: 6).

inerte através da qual ela tenta reconstituir o que os homens fizeram ou disseram, o que é passado e o que deixa apenas rastros: ela procura definir, no próprio tecido documental, unidades, conjuntos, séries, relações. É preciso desligar a história da imagem com que ela se deleitou durante muito tempo e pela qual encontrava sua justificativa antropológica: a de uma memória milenar e coletiva que se servia de documentos materiais para reencontrar o frescor de suas lembranças. (...) **O documento não é o feliz instrumento de uma história que seria em si mesma, e de pleno direito, memória; a história é, para uma sociedade, uma certa maneira de dar *status* e elaboração à massa documental de que ela não se separa** (Foucault, 1987: 7 e 8) [grifos nossos].

Porém, ao reagruparmos os objetos de forma diferente, em função de um pensamento epistemológico específico e diferente do permitido pelos conceitos correntemente em uso para os fazeres da história da língua praticada no Brasil, produzimos efeitos político-lingüísticos diferentes. Uma parte importante da tese tentará chamar a atenção para esse fato: a que serve o recorte de objeto que fazemos? Que efeitos os vários recortes proporcionam? Que deslocamentos são criados a partir da mudança de eixo proposta? A estas perguntas tentaremos aportar algumas contribuições.

Esta tese nasceu dentro de um quadro epistemológico e migrou com o tempo para outro quadro teórico/epistemológico. O longo período da sua gestação se deveu fundamentalmente a este fato. Partimos do empreendimento de contribuir para a escrita da história do português brasileiro e os acontecimentos nos levaram a um envolvimento com as políticas lingüísticas de tal ordem que não foi possível permanecer no empreendimento imaginado de início. Nesta versão final, a tese se articula a partir de um material relativamente amplo, preparado como embrião de um projeto mais ambicioso de escrever a história do português brasileiro no sul do Brasil, mas que foi redimensionado para funcionar dentro de um quadro de *história lingüística* do país pensado a partir da ótica teórica das políticas lingüísticas, e não mais comprometido com o conceito de 'português brasileiro'.

As *séries* utilizadas para exemplificar o novo recorte proposto serão constituídas, nesse trabalho, em primeiro lugar, pelos dados referentes à expansão histórica de grupos humanos específicos sobre o território, pois afinal, na concepção de Milton Santos, "somos uma nação em movimento"<sup>5</sup>; em segundo lugar, por dados geolingüísticos nos níveis fonético-fonológico e morfo-sintático, em terceiro lugar, por dados sintáticos relativos às categorias vazias (objeto preenchido ou não-preenchido) decorrentes de análise de documentação manuscrita editada filologicamente especificamente para este fim.

---

<sup>5</sup> As implicações políticas dessa afirmação são evidentes: tal qual como no caso dos elétrons em movimento ao redor do núcleo do átomo, onde o cessar do movimento significaria a queda dessas partículas para dentro do núcleo, o movimento demográfico mantém o Brasil. Cessar o êxodo rural, o êxodo das grandes cidades para a médias em determinadas regiões, o fluxo de migrantes rurais para novas áreas de ocupação, algumas delas no exterior, a emigração de *dekasseguis* para o Japão e de juiz-forenses para os E.E.U.U., entre tantos outros movimentos, levaria *por hipótese* a um acirramento tal dos conflitos locais do qual o país, tal qual o concebemos hoje, dificilmente sairia ileso (Santos, 1986).

Para além destes estudos, à guisa de exemplificação metodológica, a tese discute o lugar que a história pode ter nas políticas lingüísticas em curso ou futuras. Isso é importante para superar o perigo de se naturalizar o empreendimento histórico, ao modo do positivismo<sup>6</sup>. O historiador Francisco Moraes Paz, concordando com Sahlins, chama nossa atenção para a existência de ‘ilhas de história’:

[...] Sahlins lembra que “a história é ordenada culturalmente de diferentes modos nas diversas sociedades, de acordo com os esquemas de significação das coisas. O contrário também é verdadeiro: esquemas culturais são ordenados historicamente porque, em maior ou menor grau, os significados são reavaliados quando realizados na prática”. **Diferentes práticas históricas revelam-se em diversas ordens culturais e consciências históricas, de modo a comprovar que, no lugar da História, temos ilhas de história.** Mas a autocontemplação do passado europeu insiste na história da civilização, na alteridade das culturas e **no sentido único da trajetória humana** (Paz, 1996:362) [grifos nossos].

Observaremos, portanto, tanto o modo como a história lingüística tem sido contada no Brasil quanto as conseqüências epistemológicas e político-lingüísticas deste fazer. Para isso foi necessário articular a tese em sete capítulos:

## I.

### **Uma interpretação da situação sócio-político-lingüística do Brasil**

Este capítulo apresenta alguns parâmetros da diversidade lingüística do território que chamamos hoje de Brasil e mostra brevemente o percurso realizado para a imposição da língua portuguesa como única língua das duas colônias americanas de Portugal (Brasil e Grão-Pará). Visa preparar o debate dos outros capítulos sobre a pertinência de ver a escrita da história das línguas já como um recorte preparado a dar apoio a uma ou outra política lingüística. Este capítulo apresenta o *Hintergrund* político-lingüístico que apoiará a concepção de periodização discutida no capítulo II.

## II.

### **Periodizações e política historiográfica**

O conceito de ‘política historiográfica’ nos ajuda a pensar que toda a escrita da história está de acordo com as grandes linhas de pensamento de uma época ou país. Discutiremos neste capítulo qual a natureza do empreendimento de produção de periodizações históricas.

---

<sup>6</sup> “Criticando a produção historiográfica de seu tempo, Nietzsche produz uma obra marcada pela reflexão sobre a consciência histórica. O Nascimento da Tragédia (1871) e A Genealogia da Moral (1887) são provas incontestes dessa busca. Sua crítica maior refere-se à idéia de história como portadora de um sentido único. O passado se lhe apresenta como algo que contém tantas verdades quantas perspectivas temos sobre ele; a visão do historiador decorre basicamente dos projetos de realização da humanidade. Quando estes mudam, aquela também muda. A busca do uno, da idéia verdadeira, traduz as heranças culturais do cristianismo - com seu único Deus - ou do positivismo - com suas verdades naturais.”(Paz, 1996: 51)

Partiremos de cinco proposições feitas desde a década de 1950, e que serão divididas em dois grupos: as comprometidas com a idéia de uma História Global e as comprometidas com a idéia de uma História Geral, na concepção exposta por Foucault n' *A Arqueologia do Saber* (1987). Apresentaremos uma proposta própria de periodização para o Brasil Meridional, da qual será eleita uma fase ou período, o que vai de aproximadamente 1750 a 1830, para ser aprofundado, à guisa de exemplificação do método, e como preparação para um trabalho de maior fôlego envolvendo outros períodos. Neste capítulo, também, os produtos comprometidos com uma História Global da língua portuguesa serão apresentados na ótica do seu envolvimento com o conceito de 'nacional' contida na expressão 'português brasileiro'.

### III.

**Um quadro histórico sobre a expansão demográfica de língua portuguesa para o Brasil Meridional no século XVIII**, apontando a existência de dois movimentos principais: um ciclo *paulista* que penetrou pelo planalto e um ciclo *açoriano* que se expandiu pelo litoral do Sul. Assumimos que eles carregam *variedades diferentes* da língua portuguesa e que o conflito entre ambas molda o que seria hoje a língua portuguesa do sul, não no sentido de uma fusão ou unidade, mas no sentido de ser a origem de uma heterogeneidade mapeável até o presente, apesar dos múltiplos processos históricos, sociais e culturais a que a região esteve submetida nos dois séculos seguintes.

### IV.

**Uma demonstração da materialidade lingüística dessas duas variedades lingüísticas citadas - açoriana e paulista** - através da utilização de dados do Projeto Atlas Lingüístico e Etnográfico da Região Sul (ALERS) e também do Projeto Variação Lingüística no Sul (VARISUL) que nos apontam a coincidência, ainda nos dias de hoje, na fala da população rural e em menor escala também para a população urbana, de certos traços lingüísticos e ciclos de ocupação do território no século XVIII, como a superposição de mapas de expansão geográfica, de um lado, e de mapas lingüísticos, de outro, permite comprovar. Em outras palavras, nesse capítulo utilizamos a geografia lingüística e a sociolingüística laboviana para tentar comprovar a entrada de duas variedades da língua portuguesa no Brasil Meridional naquele século. Nesse capítulo, ainda, discutimos, de forma breve, a natureza dos dados geolingüísticos e sua utilização, no Brasil, para um empreendimento de escrita da história da língua portuguesa que tivesse seu foco nos diversos ciclos de movimento demográfico pelos quais o território passou desde 1500.

### V.

**A constituição de corpora para a pesquisa diacrônica** em lingüística a partir de levantamento, nos arquivos da região, de documentação produzida pelo ciclo *paulista* e pelo ciclo *açoriano* no século XVIII e início do século XIX. Nesse capítulo apresenta-se o trabalho filológico realizado até o momento, discute-se a natureza dos dados a serem usados e mostram-se alguns documentos considerados relevantes para o empreendimento em questão. Apresenta-se ainda, em cd-rom, um amplo trabalho de edição de fontes do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, levado a cabo como um projeto coletivo,

expressão da prática docente em *ensino via pesquisa*<sup>7</sup> na disciplina de filologia portuguesa do Curso de Letras – Português da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

## VI.

A partir dos documentos expostos e discutidos no capítulo anterior, pretende-se realizar, demonstrativamente, a **análise lingüística de uma variável importante na discussão atual sobre o chamado ‘português brasileiro’**: o preenchimento ou não do objeto. Esse capítulo poderia demonstrar a heterogeneidade lingüística das duas variedades históricas em foco nesta tese no campo da sintaxe, e contribuir, dessa maneira, para a compreensão da importância de considerar a história da língua portuguesa a partir da ótica do conflito entre variedades diferentes, cada uma com sua temporalidade diferente, mas todas igualmente *‘brasileiras’*.

## VII.

**Apresenta as reflexões epistemológicas e as conseqüências político-lingüísticas desta tese**, especialmente no sentido de fazer com que algumas contribuições da Nova História passem a ser relevantes para o trabalho em lingüística histórica. A principal conseqüência talvez seja a proposição de abandono do conceito de ‘Português Brasileiro’ - pb - como um conceito útil para o trabalho, não aceitando que a pesquisa do lingüista histórico se relacione ou se confunda com o empreendimento ideológico-discursivo de “constituição da língua nacional”, como analisamos ser o caso até o momento. Neste capítulo tematizam-se as conseqüências do conceito de ‘português brasileiro’ para uma política lingüística interna e para uma política lingüística externa do Brasil.

Uma característica desta tese é a de se ter realizado, em certa medida, a partir de projetos didáticos nas disciplinas de História da Língua e Filologia Portuguesa da Licenciatura em Letras/Português da Universidade Federal de Santa Catarina, como já dissemos. As questões de pesquisa sobre as variedades *açoriana* e *paulista* no Brasil Meridional foram tratadas em seus trabalhos por dezenas (talvez centenas) de estudantes e uma parte deste esforço – os melhores esforços, diríamos – aparece diretamente no texto. Os projetos serão citados sempre onde seus resultados sejam visíveis. É o caso do trabalho de edição de códices do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (APE/SC) realizado entre 1995 e 1999 que, como já frisamos, se transformou no cd-rom já citado. Os resultados dos projetos, portanto, são de co-autoria do orientador e dos participantes dos projetos.

---

<sup>7</sup> A prática de vários anos de *ensino via pesquisa*, em que atuamos como docente das disciplinas acima nomeadas, trabalhando ao redor de temas que se relacionam com esta tese, levaram a um outro produto, que foi a criação da proposta pedagógica da Educação de Jovens e Adultos (EJA) da Secretaria Municipal de Florianópolis, que assessoramos no período 2000 – 2004. O sistema, não-disciplinar e não seriado, funciona desde então *via pesquisa*, tendo já formado mais de 6 mil alunos no Ensino Fundamental. A gestação e a natureza do trabalho pedagógico *via pesquisa* desenvolvido nestes anos está descrita no livro *Interesse, Pesquisa, Ensino – Uma equação para a Educação Escolar no Brasil* (Florianópolis, IPOL / Semed, 2004), de nossa autoria, no prelo.

= I =

## Uma interpretação da situação sócio-político-lingüística do Brasil como base para uma História Lingüística do país

Devido a este modo de proceder, uma tal temática [a diversidade] permaneceu até pouco tempo esmaecida nos estudos históricos desenvolvidos acerca do país, posto que seus analistas ou comentadores mantinham-se na maioria das vezes como que prisioneiros de um olhar informado por este ou aquele viés nacionalista, o que lhes dificultava captar a **complexidade da vida social** para além das premissas enunciativas em se que fundavam.

Luis Felipe Falcão, 2000, p. 336

Segundo o sociolinguísta Louis-Jean Calvet (1999), não são os homens que existem para servir às línguas, mas são as línguas que existem para servir aos homens. Decorre dessa perspectiva, na nossa percepção, que o trabalho do linguísta não pode ter como foco a língua ou mesmo as línguas sem focalizar os falantes das línguas, ao mesmo tempo indivíduos e comunidades lingüísticas, porque línguas são fenômenos individuais e coletivos ao mesmo tempo.

Na definição de lingüística que Calvet nos apresenta em seu livro ‘Sociolingüística – Uma introdução crítica’, recentemente traduzido para o português temos: **‘Lingüística é o estudo das comunidades humanas através da língua ou das línguas.’**

Como estas comunidades lingüísticas não se encontram sozinhas no mundo, é muito mais adequado utilizar ‘línguas’, no plural, do que ‘língua’, no singular. Basta lembrar que 94% dos países do mundo, inclusive o Brasil, são plurilíngües.

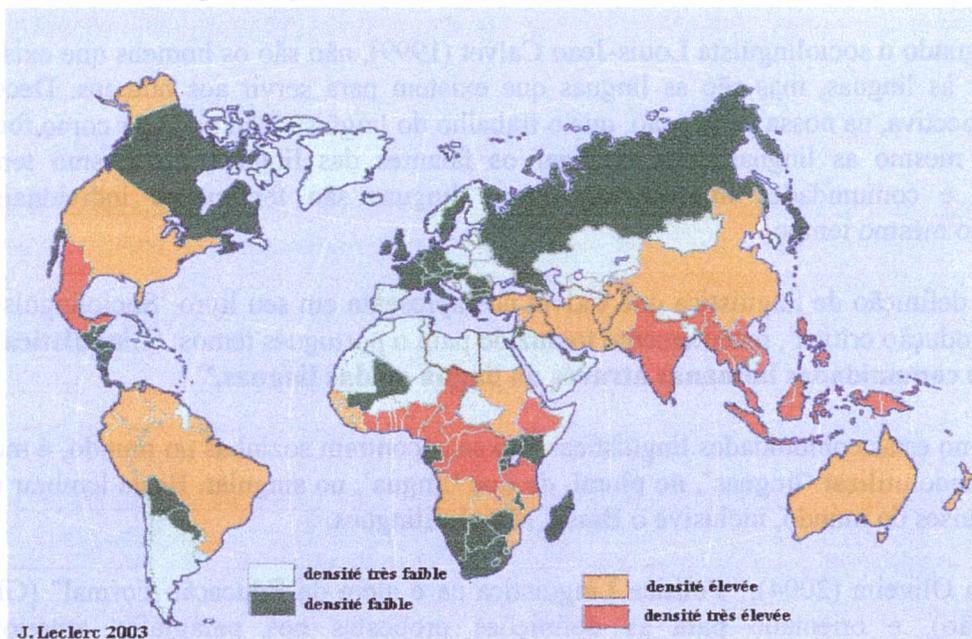
Em Oliveira (2004), “Política Lingüística na e além da Educação Formal” (GEL, comunicação), e orientado para as definições propostas nos parágrafos anteriores, apresentamos uma interpretação da situação brasileira e do lugar da lingüística nesta situação que pode servir de pano de fundo para a compreensão dos objetivos político-lingüísticos desta tese. Ao explicitar os interlocutores do trabalho do linguísta, explicitamos também como podem/devem ser pensadas as justificativas para nosso trabalho, a partir das quais, então, serão feitas as opções epistemológicas e metodológicas:

- 1) A unidade de trabalho do linguísta é a comunidade lingüística;
- 2) O Brasil é formado por muitas comunidades lingüísticas;
- 3) Cada comunidade lingüística tem sua própria forma de organização e seus métodos e tradições políticas;
- 4) É possível atuar no sentido de que as línguas e variedades destas comunidades lingüísticas estejam aqui no futuro, isto é, de garantir lugar para todos na cidadania brasileira;

- 5) O compromisso do lingüista é disponibilizar meios técnicos para que as comunidades lingüísticas brasileiras possam realizar seus projetos de futuro.

No mapa abaixo, do *L'Amenagement Linguistique dans le Monde*, banco de dados de políticas lingüísticas da Universidade Laval, do Canadá (Leclerc, 2004), o Brasil aparece classificado como país de diversidade lingüística 'élevée' em função das muitas línguas faladas aqui:

Mapa 1 - Intensidade do plurilingüismo [Banco de dados da Université Laval]



Formular a questão desta maneira é fundamental para colocar em questão, de maneira efetiva, a concepção que se tem majoritariamente do país: a de que aqui se fala **uma única** língua, a língua portuguesa e que, além disso, a língua portuguesa é ela mesma **una** nas suas formas e sentidos. Ser brasileiro e falar o português (brasileiro) são, nessa concepção, sinônimos. Trata-se de desconhecimento da realidade, ou antes, de um projeto político - intencional, portanto - de construir um país monolíngüe?

Em algum nível estes fatos andam juntos. Não é por casualidade que se conhecem algumas coisas e se desconhecem outras: conhecimento e desconhecimento são produzidos **ativamente**, a partir de óticas ideológicas determinadas, construídas historicamente. No nosso caso, produziu-se o 'conhecimento' de que no Brasil se fala o português, e o 'desconhecimento' de que muitas outras línguas foram e **são** igualmente faladas. O fato de que as pessoas aceitem, sem discutir, como se fosse um 'fato natural', que o 'português é a língua do Brasil' e de que 'no Brasil se fala português brasileiro' foi e é fundamental, para obter consenso das maiorias para as políticas de repressão às outras línguas, hoje

minoritárias. Além disso, como será tematizado no último capítulo desta tese, identificar o português (brasileiro) com o Brasil, terá conseqüências negativas para a própria ação do Estado brasileiro no âmbito externo, bem como para sua relação com os cidadãos.

Para compreendermos a questão é preciso trazer alguns dados: no Brasil de hoje são falados por volta de 210 idiomas. As nações indígenas do país falam cerca de 180 línguas<sup>8</sup> (chamadas de *autóctones*), e as comunidades de descendentes de imigrantes outras 30 línguas (chamadas de línguas *alóctones*). Somos, portanto, como a maioria dos países do mundo um país de muitas línguas, plurilíngüe.

Se olharmos para nosso passado veremos que fomos, durante a maior parte da nossa história, ainda muito mais do que hoje, um território plurilíngüe: quando aqui aportaram os portugueses, há 500 anos, falavam-se no país, segundo estimativas de Rodrigues (1993: 23), cerca de 1.078 línguas indígenas, situação de plurilingüismo semelhante ou ainda mais notável da que ocorre hoje nas Filipinas (com 160 línguas), no México (com 241), na Índia (com 391) ou, ainda, na Indonésia (com 663 línguas).

O Estado Português e, depois da independência, o Estado Brasileiro, tiveram por política, durante quase toda a história, impor o português como a única língua legítima, considerando-a ‘companheira do Império’ (Fernão de Oliveira, na primeira gramática da língua portuguesa, em 1536<sup>9</sup>). A política lingüística do Estado sempre foi a de **reduzir** o número de línguas, num processo de glotocídio (assassinato de línguas) através de *deslocamento lingüístico*, isto é, de sua substituição pela língua portuguesa<sup>10</sup>. A história lingüística do Brasil poderia ser contada pela seqüência de políticas lingüísticas homogeneizadoras e repressivas e pelos resultados que alcançaram: somente na primeira metade deste século, segundo Darcy Ribeiro, 67 línguas indígenas desapareceram no Brasil - mais de uma por ano, portanto (apud Rodrigues, 1993:23). Das 1.078 línguas faladas no ano de 1500 ficamos com cerca de 180 no ano 2000, (somente 15% do total) e várias destas 170 encontram-se já moribundas, faladas por populações diminutas e com poucas chances de resistir ao avanço da língua dominante.

---

<sup>8</sup> É preciso dizer que não é possível contar línguas com a mesma facilidade com que se contam grãos de feijão, por não serem as línguas objetos discretos. Grande parte do trabalho de nomeação das línguas (o que implica sua contagem) foi feito por missionários protestantes e católicos, interessados na evangelização do ‘gentio’. Ambos os grupos religiosos distinguem-se fortemente na sua política de nomeação de línguas: enquanto os evangélicos são ‘language splitters’, isto é, fragmentadores de línguas, os católicos são ‘language joiners’, isto é, juntadores de línguas, interessados que são na constituição de línguas gerais para a evangelização.

<sup>9</sup> Outros gramáticos da época afirmaram essa mesma relação entre a língua e a dominação, como Antonio de Nebrija, o primeiro gramático da língua castelhana: “a língua sempre acompanhou a dominação e a seguiu, de tal modo que juntas começaram, juntas cresceram, juntas floresceram e, afinal, sua queda foi comum” (Nebrija, 1492, “Introdução”, apud Gnerre, 1987:10).

<sup>10</sup> Ou mesmo pela eliminação pura e simples das populações falantes destas línguas.

Essa ação do estado pode ser observada, por exemplo, no *Directorio dos Indios*<sup>11</sup>, de 1758, documento com o qual o Marquês de Pombal pretendeu legislar sobre a vida dos índios - primeiro no Estado do Maranhão e Grão-Pará e mais tarde também no Estado do Brasil - no período subsequente à expulsão dos Jesuítas. A intenção expressa, de ‘civilizar’ os índios, realiza-se através da imposição do português, língua do Príncipe, como mostra este fragmento com a grafia da época:

Sempre foi maxima inalteravelmente praticada em todas as Naçoens, que conquistaraõ novos Dominios, introduzir logo nos Póvos conquistados o seu proprio idiõma, por ser indisputavel, que este he hum dos meios mais efficazes para desterrar dos Póvos rusticos a barbaridade dos seus antigos costumes; e ter mostrado a experiencia, que ao mesmo passo, que se intoduz nelles o uso da Lingua do Principe, que os conquistou, se lhes radica tambem o affecto, a veneraçãõ, e a obediencia ao mesmo Principe. [...] será hum dos principaes cuidados dos Directores, estabelecer nas suas respectivas Povoaçõens o uso da Lingua Portugueza, naõ consentindo de modo algum, que os Meninos, e Meninas, que pertencerem às Escólas, e todos aquelles Indios, que forem capazes de instrucção nesta materia, usem da Lingua propria das suas Naçoens, **ou da chamada geral**; mas unicamente da Portugueza, na forma, que Sua Magestade tem recõmendado em repetidas ordens, que até agora se naõ observáraõ com total ruina Espiritual, e Temporal do Estado (Directorio, p. 3-4, cap. 6) [grifo nosso].

Naquele momento histórico, o documento de Pombal volta-se sobretudo contra a *língua geral* formada a partir da base tupi da costa do Brasil e transformada em língua veicular de índios, brancos e negros em vastas porções do território, especialmente na Amazônia, onde foi (a partir do século XIX) e é chamada de *nheengatu*. O documento marca o início do ocaso desta importante língua veicular, ocaso que vai se acelerar com a chacina de cerca de 40.000 pessoas falantes de *nheengatu*, índios e negros que pegaram em armas contra a dominação ‘branca’ na revolução denominada *Cabanagem*, entre 1834 e 1841 (Bessa Freire, 1983:65). O processo vai se consumir com o desaparecimento do *nheengatu* em grande parte da Amazônia - mas não em toda - fato causado pela chegada de 300 a 500 mil nordestinos, falantes monolíngües de português, entre 1870, quando começa o ciclo da borracha e 1918, final da Primeira Guerra Mundial. Hoje, apesar desse processo de *deslocamento lingüístico* que o substituiu pelo português nas calhas da maioria dos grandes rios, o *nheengatu* resiste “entre a cidade de Manaus e as malocas do Alto Rio Negro, numa área aproximada de 300.000 km<sup>2</sup> [...] o *nheengatu* é o instrumento de comunicação usual da população que aí reside e a língua de comércio” (Bessa Freire, 1983:73). Isso é demonstrado, para tomar um exemplo, nesta propaganda política de um candidato do Partido dos Trabalhadores (PT) a deputado estadual na eleição de 1998:

---

<sup>11</sup> Nome abreviado do ‘Directorio que se deve observar nas Povoações dos Índios do Pará, e Maranhão em quanto Sua Magestade naõ mandar o contrario’, publicado em edição fac-similar por Almeida (1997).

**Se' Muitá,**

**M<sup>b</sup>uessara Aloysio Nogueira candidato  
Deputado Estadual arã.**

**Aé mira katu, ti mira puxi.**

**Aé yane' anama.**

**Deputado Estadual yawé, M<sup>b</sup>uessara  
Aloysio Nogueira ussu yane'  
maramunhangara kirimbawa kuri.**

**Aé ussu Alto Rio Negro miraitá  
nheenga kuri Assembléia Legislativa  
upé.**

**Ixé ayumana penhé, se' anamaitá.**

**M<sup>b</sup>uessara Auxiliomar Silva Ugarte sui**

Não devemos imaginar, entretanto, que leis como o Diretório tenham, por si só, mudado o perfil lingüístico do país, ou que tenham sido 'obedecidas' tranquilamente pela população. O historiador José Honório Rodrigues chama nossa atenção para a **resistência** que os diversos grupos lingüísticos do país opuseram contra as políticas de homogeneização e glotocídio, numa verdadeira *guerra de línguas*<sup>13</sup>:

Numa sociedade dividida em castas, em raças, classes, mesmo quando é evidente o processo de unificação da língua, especialmente num continente como o Brasil, onde durante três séculos combateram várias línguas indígenas e negras contra uma branca, não havia nem paz cultural, nem paz lingüística. Havia, sim, um permanente estado de guerra. [...] O processo cultural que impôs uma língua vitoriosa sobre as outras não foi assim tão pacífico, nem tão fácil. Custou esforços inauditos, custou sangue de rebelados, custou suicídios, custou vidas (Rodrigues, 1985: 42).

Não só os índios foram vítimas da política lingüística dos estados lusitano e brasileiro: também os imigrantes - chegados principalmente depois de 1850 - e seus descendentes passaram por violenta repressão lingüística e cultural - já que a língua naturalmente é parte da cultura.

---

<sup>12</sup> "Aos povos do Alto Rio Negro. Meus Irmãos: O Professor Aloysio Nogueira é candidato a deputado estadual. Ele é gente boa. Ele é nosso amigo (parente). Como deputado estadual, o Professor Aloysio Nogueira vai ser o nosso valente guerreiro. Ele vai ser a voz dos povos do Alto Rio Negro na Assembléia Legislativa. Eu vos abraço, meus parentes. Professor Auxiliomar Silva Ugarte". (O texto e a tradução me foram gentilmente cedidos pelo próprio Aloysio Nogueira - a quem agradeço - em São Gabriel da Cachoeira (AM).

<sup>13</sup> O conceito 'guerra de línguas' nos possibilita entender que as línguas (isto é, as diversas comunidades lingüísticas) não convivem pacificamente, mas se valem das diferenças lingüísticas nas suas lutas políticas de defesa ou de conquista (Calvet, 1999).

O Estado Novo (1937-1945) marca o ponto alto da repressão às línguas *alóctones*, através do processo que ficou conhecido como “*nacionalização do ensino*” e que pretendeu selar o destino das línguas de imigração no Brasil, especialmente o do alemão e do italiano na região *colonial* de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Foi nesses dois estados, nos quais a estrutura minifundiária e a colonização homogênea de certas regiões garantiram condições adequadas para a reprodução do alemão e do italiano, especialmente, que a repressão lingüística, através do conceito jurídico de “*crime idiomático*”, formulado pelo Estado Novo, atingiu sua maior dimensão<sup>14</sup>.

Durante o Estado Novo, mas sobretudo entre 1940 e 1945, o governo ocupou as escolas comunitárias<sup>15</sup> e as desapropriou, fechou gráficas de jornais em alemão e italiano, perseguiu, prendeu e torturou pessoas simplesmente por falarem suas línguas maternas em público ou mesmo privadamente, dentro de suas casas, instaurando uma atmosfera de terror e vergonha que inviabilizou em grande parte a reprodução dessas línguas, que pelo número de falantes eram bastante mais importantes que as línguas indígenas na mesma época: **644.458** pessoas, em sua maioria absoluta cidadãos brasileiros, nascidos aqui, falavam alemão cotidianamente no lar, numa população nacional total estimada em 50 milhões de habitantes, e **458.054** falavam italiano, dados do censo do IBGE de 1940<sup>16</sup> (Mortara, 1950). Essas línguas perderam sua forma escrita e seu lugar nas cidades, passando seus falantes a usá-las apenas oralmente e cada vez mais na zona rural, em âmbitos comunicacionais cada vez menos extensos.

O estado de Santa Catarina, na gestão do governador e depois interventor Nereu Ramos montou campos de concentração, chamados eufemisticamente de “áreas de confinamento” para descendentes de alemães que insistissem em falar sua língua, entre outras razões (Dall’Alba, 1986), um deles dentro do que é hoje o campus da Universidade Federal de Santa Catarina, mais especificamente a prefeitura universitária. A lista com os nome desses prisioneiros foi publicada por Perazzo (1999).

A partir do recrudescimento do processo, em 1942, as prisões aumentaram, passando, no município de Blumenau, por exemplo, de 282 em 1941, em sua maioria por ocorrências comuns, como embriaguez ou briga em bailes para 861 no ano seguinte, das

---

<sup>14</sup> O IPOL – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento em Políticas Lingüísticas preparou um banco de dados com a legislação federal e estadual (catarinense) criada para reprimir os idiomas a partir de 1910. Foram localizadas 143 páginas de legislação feitas com este objetivo, que se multiplicariam se incluíssemos as demais legislações estaduais, especialmente do Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo, estados que, a exemplo de Santa Catarina, receberam forte imigração.

<sup>15</sup> “A partir do ano de 1932 se inicia uma série de medidas contra o uso da língua alemã nas escolas teuto-brasileiras. Esta se explica, de um lado, como uma resposta aos reclamos de políticos e intelectuais nacionalistas, que se filiariam, em 1937, ao governo estado-novista, e, de outro, às recomendações de políticos liberais, que enxergavam na instrução e no uso de um único idioma em todo o país, uma condição *sine qua non* para o exercício da cidadania.” (Brepohl de Magalhães, 1998:48).

<sup>16</sup> De todos os censos brasileiros, somente os de 1940 e 1950 se interessaram por perguntar qual língua os brasileiros usavam no lar, e se sabiam falar português.

quais 271, isto é, 31,5% , pela única razão de se ter falado uma “língua estrangeira”. Isto significou a prisão de 1,5% de toda a população do município no decorrer deste ano e levou ao silenciamento dos cidadãos.

No mesmo ano o Exército Brasileiro, mais especificamente o 32º Batalhão de Caçadores, deslocado do Nordeste para “ensinar aos catarinenses a serem brasileiros”, carimbou toda a correspondência para o Vale do Itajaí com a frase do ex-governador e ex-ministro das relações exteriores, Lauro Müller: “Quem nasce no Brasil ou é brasileiro ou é traidor” (Nogueira,1947:13). A ação “nacionalizadora” do Exército, entretanto, data de muito antes:

Amparados numa rígida censura à imprensa, que previa a prisão imediata do responsável pelo jornal que publicasse qualquer restrição à campanha [de nacionalização], militares passaram a comandar os municípios das zonas coloniais, empossando novas diretorias nas escolas e nas sociedades recreativas (como na Ginástica Jahn, em Canoinhas), alterando a denominação de conhecidos centros culturais (a sociedade Músico Teatral Frohsinn, em Blumenau, tornou-se Teatro Carlos Gomes), e interferindo nos mais variados aspectos da vida cotidiana. O seu zelo era tal que, em Jaraguá do Sul, o prefeito nomeado chegou a proibir que lápides e mausoléus do cemitério local contivessem escritos em “língua estrangeira” (medida que seria depois estendida a todo o Estado), não aceitando sequer o expediente adotado por um indivíduo de nome Godofredo Guitherm Lutz, que cobrira as inscrições do jazigo da família com uma placa de bronze. E, para apoiar ações como esta, um batalhão do exército foi especialmente criado e enviado para Blumenau, onde ficou acampado na antiga Sociedade de Atiradores. O 32º BC chegou num dia de chuva, sendo recepcionado por autoridades, escoteiros e delegações das principais indústrias, enquanto dois aviões militares soltavam confetes com as cores da bandeira brasileira. Marcando sua chegada, os soldados envolveram-se num conflito com civis durante um baile no Salão Buerger, e dias depois seu comandante publicava um edital abolindo “o uso de qualquer língua estrangeira em atos públicos” (‘A Gazeta’, 24 e 25 de maio de 1939 apud Falcão, 2000:171 e 200).

A Polícia Militar<sup>17</sup>, não só neste estado, prendeu e torturou, obrigou as pessoas a deixar suas casas em determinadas “zonas de segurança nacional”. Mais grave que tudo isso: a escola da “nacionalização” estimulou as crianças a denunciar os pais que falassem alemão ou italiano em casa, criando seqüelas psicológicas insuperáveis para esses cidadãos que, em sua grande maioria, eram e se consideravam brasileiros, embora falando alemão. (Fiori, 2003: *passim*)

---

<sup>17</sup> Chamada, no Rio Grande do Sul, de Brigada Militar. É interessante que Fiori, que há muitos anos pesquisa o processo de nacionalização do ensino, ao procurar a documentação da polícia (DOPS) referente a Santa Catarina no período estadonovista nos arquivos de Curitiba, tenha descoberto que ela foi suprimida, e que “nada consta” sobre os anos da repressão lingüística (comunicação pessoal).

Um dos fatos mais trágicos, entretanto, é que encontramos na nossa história muito poucas vozes que se opuseram ao esmagador processo de homogeneização, mesmo entre os intelectuais brasileiros. “*Causa perplexidade*”, afirma Simon Schwartzman (et alii, 1984: 72) “o fato de nunca ter havido, por parte das diversas correntes políticas de alguma significação na história brasileira, quem defendesse para o país a constituição de uma sociedade culturalmente pluralista”

Para a lingüística brasileira, da forma como ela está estruturada nas nossas universidades hoje, o estudo da diversidade lingüística, isto é, do plurilingüismo, tem um lugar apenas modesto nos esforços de pesquisa. Quando se fala em diversidade lingüística muitas vezes se pensa na diversidade interna à própria língua portuguesa, o que decorre, entre outras razões, do predomínio, no país, de uma sociolingüística de cunho laboviano que poderíamos chamar de ‘sociolingüística do monolingüismo’. Menor ainda é a preocupação de contribuir para garantir, às populações que não falam português, seus *direitos lingüísticos*<sup>18</sup>, através, por exemplo, de intervenções políticas nos órgãos responsáveis ou na mídia. Nesse sentido, não temos um quadro muito diferente do que o que Dora Pellicer afirma a respeito da lingüística mexicana em um texto intitulado “Foi então que as línguas indígenas passaram das mãos dos missionários para as mãos dos eruditos”:

No obstante, la labor de los especialistas mexicanos en el mundo académico no tuvo efecto alguno en la legitimación del uso de estos idiomas [indígenas] en el contexto de la nación independiente. Pueden argumentarse varias razones de que ello ocurriera así. Pero una determinante principal es que aparentemente no hubo, por parte de este gremio, tan interesado en descripciones, comparaciones y estudios dialectales, el proposito de lograr, mediante sus conocimientos acumulados, la reivindicación del uso de estas lenguas. Para esa recién constituida intelectualidad mexicana - cuyos miembros, poseedores de una profusa erudición, se mantenían al día de la moderna filología - los idiomas nativos constituyeron un apasionante objeto de estudio, pero nada más. En el terreno ideológico todos ellos compartieron, sin someterlo a discusión profunda, el ideal nacional de una lengua común [..](Pellicer ,1993:36-7).

A História nos mostra que poderíamos ter sido um país ainda muito mais plurilíngüe, não fossem as repetidas investidas do Estado (e das instituições aliadas) contra a diversidade cultural e lingüística. Essa mesma História nos mostra, entretanto, que não **fomos** apenas um país multicultural e plurilíngüe: **somos** um país pluricultural e multilíngüe, não só pela **atual** diversidade de línguas faladas no território, mas ainda pela grande diversidade interna da língua portuguesa aqui falada, obscurecida por outro preconceito corrente, o de que o português é uma língua sem dialetos. Finalmente, ainda, somos plurilíngües porque estamos presenciando o aparecimento de ‘novos bilingüismos’,

---

<sup>18</sup> Vide a DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS LINGÜÍSTICOS, promulgada em julho de 1996, e publicada no Brasil em 2003 pelo Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Lingüística (IPOL) em co-edição com a Associação de Leitura no Brasil (ALB) e a Editora Mercado de Letras.

desencadeados pelos processos de formação de blocos regionais de países, no nosso caso o Mercosul, que acompanha outras iniciativas como a União Européia e o Tlcan (Nafta). Esses processos desencadeiam novos movimentos migratórios, novos fatos demolingüísticos e novas configurações para o chamado “bilinguismo por opção”, isto é, novas orientações para o aprendizado de línguas estrangeiras. É de se esperar que ocasionem ainda novos tipos de *deslocamentos lingüísticos*.

E porque, também, da mesma forma que se resistiu aos processos de homogeneização na época da Colônia, resistência continua sendo feita, seja pelos movimentos indígenas organizados, seja por outros grupos, falantes das línguas de imigração ou de variedades discriminadas do português. Prova disso é que a Constituição de 1988 reconhece aos índios o direito às suas línguas, pelo menos no aparato escolar, em dois artigos (210 e 231), fato que foi regulamentado pela nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, também em dois artigos (78 e 79). Esse é um fato muito novo na história das legislações brasileiras, tão ciosas em “integrar o índio”, isto é, fazer com que ele deixasse de ser o que era, para se transformar em outra coisa: mão-de-obra nas grandes propriedades ou nas periferias das grandes cidades. Diga-se de passagem que esse direitos foram ancorados na Constituição por ativa participação do movimento indígena no processo da constituinte.

A política de expansão da língua portuguesa como língua do colonizador, ou como língua do Príncipe, precisa ser observada sob o ponto de vista dos efeitos que causou sobre a pluralidade lingüística.

Conceber uma identidade entre a ‘língua portuguesa’ e a ‘nação brasileira’, sobretudo através do conceito de ‘português brasileiro’, sempre foi uma forma de excluir importantes grupos étnicos e lingüísticos da nacionalidade; ou de querer reduzir estes grupos, no mais das vezes à força, ao formato ‘luso-brasileiro’. Muito mais interessante seria redefinir o *conceito de nacionalidade*, tornando-o plural e aberto à diversidade: seria mais democrático e culturalmente mais enriquecedor, e permitiria que conseguíssemos nos relacionar de uma forma mais honesta com a nossa própria história. Para tanto, é urgente a discussão da relação entre ‘Língua’ e ‘Estado’ para entender de que maneira os Estados Nacionais atuam no sentido de naturalizar o monolingüismo, na chave de novas contribuições teóricas

Darcy Loss Luzzato, autor que tem se dedicado a escrever na sua língua materna, o *talian* (ou vêneto rio-grandense) - amplamente falado nas regiões coloniais *talianas* do Rio Grande do Sul - e a lutar pela sua manutenção, num quadro jurídico que não dá às línguas de imigração nem os mesmos e poucos e direitos que se reconhecem aos índios, narra, neste trecho, um sonho que teve:

Che bel insònio che go buo l'altra sera. Me go insonià che in tuto el Sud del Brasile tuti parléino almanco due léngue: fra de noantri, ogni uno el parleva *talian* e portoghese; i dissidenti dei tedeschi i se feva intender tanto in tedesco come in brasilian; i polachi i parleva tanto in polaco come in portoghese; i giaponesi i dopereva co la medésima fassilità el brasilian e el giaponese; vissin a le frontiere col Uruguay e la Argentina, tanto se sentiva che i parleva in brasilian come in

spagnolo. E ghen'era de quei che i era franchi in tre o quatro léngue! Quando me son desmissià ala matina, pensàndoghe sora, me go incorto che sto bel insònio el podaria esser stato vero: bastaria che gavéssimo buo Governi invesse de governi. Bastaria che invesse de politico-buròcrati gavéssimo buo la fortuna de esser governadi par òmini de vision, stadisti, e nò gente de vista curta e storta. Ma, noantri, podemo cambiar la stòria. Me nono, el diseva che tuto l'è scominsiar! Alora, scominsiemo noantri taliani, che semo stati sempre vanguardieri. Dedrio de noantri, dopo verta la strada, i vegnarà i altri. Son sicuro!<sup>19</sup> (Tonial, 1995: capa)

O quadro apresentado, entretanto, precisa ainda levar em conta a discriminação oriunda das políticas lingüísticas da língua oficial frente à própria diversidade lingüística interna à língua portuguesa. É para isso que chama a atenção Oliveira na introdução à edição brasileira da *Declaração Universal dos Direitos Lingüísticos*:

Para além da violência contra os falantes desses dois grupos de línguas, *autóctones* e *alóctones*, é forte no Brasil a discriminação dos falantes de variedades não-padrão da língua portuguesa (Bagno, 1999; Silva e Moura, 2000, entre muitos outros), mantida e reproduzida por um *establishment* que envolve escolas, meios de comunicação, repartições públicas, etc. onde estes falantes vêem desvalorizado o *conteúdo* do que falam por causa da *forma* como falam. Certos grupos de intelectuais – gramáticos, acadêmicos – desenvolveram uma maquinaria de conceitos para manter essa discriminação, a começar pelo conceito de *erro*, esgrimido para cercear amplas camadas da população *lusófona* do país o direito à fala. Sobre isso, entretanto, a própria Declaração Universal dos Direitos Lingüísticos cala, restringindo-se apenas aos direitos dos falantes de línguas específicas, definidas político-lingüisticamente, e deixando a descoberto a regulamentação de políticas lingüísticas *dentro* dos idiomas, área evidentemente muito mais polêmica e sujeita mais fortemente às tradições e conjunturas internas dos vários países (Oliveira, 2003:10).

Se essa visão sobre a situação lingüística se sustenta e passa a servir de ponto de partida para a escrita da história lingüística da 'nação brasileira' ou do 'Brasil', com que parâmetros esta história precisaria ser escrita? Qual o programa de estudos históricos envolvendo a configuração lingüística do Brasil que emerge destas considerações?

---

<sup>19</sup> “Que belo sonho tive noutra noite. Sonhei que em todo o sul do Brasil todos falávamos pelo menos duas línguas: entre nós, falava-se *talian* e português; os descendentes de alemães se faziam entender tanto em alemão como em brasileiro; os poloneses falavam tanto em polonês quanto em português; os japoneses operavam com a mesmíssima facilidade o brasileiro e o japonês; perto da fronteira com o Uruguai e a Argentina, tanto se escutava que se se falava em brasileiro como em espanhol. E havia quem fosse fluente em três ou quatro línguas! Quando me acordei pela manhã, pensando nisso, me dei conta que este belo sonho poderia ter sido verdadeiro: bastaria que tivéssemos tido Governos ao invés de governos. Bastaria que invés de políticos burocratas tivéssemos tido a fortuna de ser governados por homens de visão, estadistas, e não gente de vista curta e torta. Mas nós podemos mudar a história. Meu avô me dizia que tudo é começar! Então comecemos nós *talianos*, que fomos sempre vanguardistas. Depois de nós, uma vez aberta a estrada, virão os outros. Tenho certeza!”

O próximo capítulo tentará, no bojo da discussão epistemológica feita sobre a forma de periodizar a história da(s) língua(s), indicar alguns caminhos para responder a estas perguntas.

= II =

Política Historiográfica e Epistemologia da História:  
Análise de algumas propostas de periodização da história da Língua Portuguesa

[...] quem só estudar os processos que se tornam  
*preeminentes não entenderá nunca esse  
paradoxo do ultracontraditório mundo brasileiro.*  
Leonardi (1996)

Este capítulo apresenta algumas reflexões sobre o modo como tem sido pensado o empreendimento da elaboração da história da língua portuguesa no Brasil. Pretende fazer uma análise epistemológica do *modus operandi* da lingüística histórica em curso a partir da ótica de uma “politologia lingüística”<sup>20</sup> na qual se inseriria um campo de análise, fundado por esta ótica, a que propomos chamar de ‘**Política Historiográfica**’, conceito-chave na proposta desta tese. Tentará, ainda, chamar a atenção para algumas conseqüências que a chamada ‘revolução historiográfica’ da École des Annales<sup>21</sup> poderia ter para pesquisas históricas no campo das línguas no Brasil, superando o que foi chamado, pelos membros daquela escola, com muita propriedade, de ‘**antigo regime historiográfico**’.

Para pensar esta questão são instrumentais alguns conceitos básicos do campo conhecido como ‘política lingüística’: eles permitem ver a prática de escrita da história lingüística no cruzamento entre epistemologia, implicações políticas e construção do objeto lingüístico. O mais central destes conceitos na reflexão que fazemos aqui é o conceito de ‘**Política Historiográfica**’ que, estendido às línguas, implicaria numa ‘política historiográfica da(s) língua(s)’. É este conceito que permite articular a reflexão sobre o modo como a história da ou das línguas têm sido escritas no Brasil e a *exemplificação* do que pretenderia ser uma *abordagem serial indiciária*<sup>22</sup> na escrita da História Lingüística do Brasil usando a expansão do português para o Brasil Meridional como foco.

**Política Historiográfica**, como conceito, parte do pressuposto de que em todas as políticas lingüísticas em curso há a demanda pela produção de um passado específico – uma história – compatível com o presente que se está (constantemente) produzindo, e que todos os esforços de planificação lingüística, isto é, associados ao futuro que se quer

<sup>20</sup> O termo é de Calvet e distingue-se de política lingüística na medida em que este último se refere a políticas em curso (em oposição também a planificação lingüística, que se refere a propostas de políticas lingüísticas) enquanto que politologia lingüística é o campo propriamente teórico da análise das políticas lingüísticas.

<sup>21</sup> O nome se deve à revista, fundada em 1929 por Marc Bloch e Lucien Febvre (entre outros) para atacar o ‘antigo regime historiográfico’ identificado com a história política que se fazia então. A revista teve quatro títulos: *Annales d’histoire économique et sociale* (1929-39); *Annales d’histoire sociale* (1939-42, 45); *Mélanges d’histoire sociale* (1942-4); *Annales: économies, sociétés, civilisations* (1946-) Burke (1997, 11).

<sup>22</sup> Para o conceito de índice vide Ginzburg, Carlo. “Sinais: Raízes de um Paradigma Indiciário”. In *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990, 281 p.

produzir, igualmente demandam a construção de uma história específica. Invertendo a perspectiva, podemos dizer que *Política Historiográfica*, então, é o que permite que possamos focalizar e analisar os efeitos político-lingüísticos da escrita da história de uma língua ou línguas: **com que políticas lingüísticas estão comprometidos os pressupostos da escrita da história da língua majoritariamente praticada em cada período histórico?** Este questão será central para a articulação deste tese.

A associação entre política lingüística e o empreendimento epistemológico da escritura da história lingüística de um território, de uma comunidade, de uma língua (ou de outros recortes imagináveis para servir de referência de trabalho) permite perscrutar os diversos ‘objetos’ constituídos e naturalizados na história das línguas no sentido de revelar os porquês dos recortes realizados, e ao mesmo tempo suas conseqüências. Afirma portanto, que as razões para um recorte e não outro (uma língua e não duas, duas comunidades e não oito..., por exemplo) são motivados externamente, a partir do quadro societário no qual se inserem os historiadores, isto é, os intelectuais a cargo do empreendimento. Afirma, além disso, que cada um desses quadros aponta para conseqüências muito concretas para o futuro das comunidades lingüísticas envolvidas.

*Política Historiográfica* abre-se, como conceito, tanto para a *Política Lingüística* como para a *Planificação Lingüística*, importante oposição feita por Einar Haugen (1966), e é, portanto, também objeto de estudo de uma *Politologia Lingüística*. Algumas definições se fazem necessárias nesse momento:

- **Política Lingüística** é o conjunto de decisões que um grupo de poder, sobretudo um Estado (mas também uma Igreja ou outros tipos de instituições de poder menos totalizantes) toma sobre o lugar e a forma das línguas na sociedade, e a implementação destas decisões;
- **Planificação Lingüística** são propostas para modificar a realidade lingüística – do status de uma língua em relação a outra, ou de aspectos da sua forma – e se referem ao futuro da relação entre as línguas. Um processo de planificação lingüística posta em marcha passa a ser uma política lingüística. As políticas lingüísticas podem ser ‘in vivo’, quando decididas e implementadas em meio às atribulações políticas em geral, ou ‘in vitro’, quando seu planejamento e execução se dão de forma separada e seqüencial, em geral de forma minuciosa.
- **Politologia Lingüística**, finalmente, conceito criado por Louis-Jean Calvet (2002) é a ciência ou ótica que estuda as políticas lingüísticas, os processos de planificação lingüística e, portanto, também as políticas historiográficas das línguas:

“La *politique* est définie par les dictionnaires en usage comme < l’art et la pratique du gouvernement des sociétés humaines >, tandis que la *politologie* est < la science politique >. Ces deux termes sont clairs et se distinguent aisément, ils sont en outre utiles en ce qu’ils permettent de faire le départ entre un ensemble des pratiques (les politiques) et l’analyse de ces pratiques (la politologie, ou science politique). Nous nous proposons d’utiliser cette distinction entre politique e

politologie, à propos du syntagme *politique linguistique*, ce qui implique donc l'existence d'une *politologie linguistique* qui elle-même implique que nous définissions son objet d'étude et ses instruments: *L'objet d'étude* de la politologie linguistique est donc constitué par *les interventions*<sup>23</sup> sur les situations linguistiques" (Calvet, 2002, p. 22).

A partir de uma ótica de *fundo e foco*, a política historiográfica projeta uma política lingüística e, olhando-se na outra direção, uma política lingüística projeta uma política historiográfica das línguas, de tal maneira que ambas andam juntas, de forma indissociável. Ao mesmo tempo, ambas projetam uma politologia lingüística, que criará conceitos de maneira a entender ou possibilitar os desdobramentos necessários às políticas lingüísticas que se quer implementar. Por isso, em diferentes momentos da sua história como disciplina ou como disciplina em constituição, a politologia lingüística atribuiu diferentes pesos aos agentes da política lingüística, ora atribuindo ao estado a primazia ou o monopólio das políticas lingüísticas, ora levando em conta um campo mais fragmentado de agentes, por exemplo. Estes conceitos, por sua vez, projetam políticas lingüísticas possíveis, assentadas na autoridade do saber científico, criando a retroalimentação plena entre todos os campos nomeados.

É preciso alertar, entretanto, que não foi feito – ainda – um estudo de conjunto da produção historiográfica brasileira nesta área, o que possibilitaria diferenciar melhor as divergências internas ao campo e portanto focalizar melhor de quem se fala. A base será portanto de tipo demonstrativa<sup>24</sup>, tomando como parâmetros alguns marcos da produção

---

<sup>23</sup> Para existirem políticas lingüísticas é necessário que se verifiquem *intervenções sobre a língua*. Lia Varela define este termo da seguinte maneira:

“actions conscientes, volontaires, visant à introduire du nouveau dans le domaine langagier ainsi que dans l'ordre politico-idéologique, de la part de sujets politiques (individus, partis, groupes de pression, etc., mais toujours définis par leur inscription dans un projet politique). Les buts de ces actions sont donc principalement politiques, ce qui les différencie des interventions qui ont lieu dans le domaine de la littérature, elles sont aussi datées, attribuables à un individu ou à une école...” (Varela, 1999:9-10)

<sup>24</sup> Certos pontos de um fazer historiográfico aqui chamado de ‘História Geral’ parecem aflorar em determinados momentos nos trabalhos da comunidade dos pesquisadores da história das línguas no Brasil. É o que mostra o seguinte comentário de Lobo e Mattos e Silva (2004) em texto apresentado no VI Seminário do Projeto para a História do Português Brasileiro, realizado na Ilha de Itaparica, dependendo da maneira como entendemos a proposta de trabalhar com as realidades regionais e os micro-contextos:

“As distintas situações, observadas para duas vilas tão próximas, remetem, necessariamente, para a necessidade do investimento em uma perspectiva metodológica de investigação que, ao menos na atual fase de retomada dos estudos sobre a história lingüística do Brasil, privilegie a exploração das realidades regionais e dos micro-contextos” [grifo nosso].

nacional nesse campo. Um exemplo destes marcos é o (já) clássico texto de Fernando Tarallo “Diagnosticando uma gramática brasileira: o português d’aquém e d’além-mar ao final do século XIX” publicado em 1993 no importante livro *Português Brasileiro – Uma viagem diacrônica*, organizado por Ian Roberts e Mary Kato. Este livro foi de uma importância muito grande para os fazeres histórico-lingüísticos do período, seja porque aglutinou grande parte dos pesquisadores que estava envolvido na produção dentro dos moldes da sociolingüística paramétrica, seja porque deu uma visão de conjunto, inclusive das bases teóricas e tipológicas que animavam o modelo.

Serão tratadas, neste capítulo, as seguintes questões:

1) Podemos escrever a história da língua portuguesa da perspectiva de uma ‘História Global’ ou de uma ‘História Geral’ na definição apresentada por Foucault (1987). Na tese argumentaremos que o empreendimento historiográfico tem sido feito, no Brasil, basicamente da perspectiva de uma História Global, desde filólogos como Serafim da Silva Neto, Antonio Houaiss ou Silvio Elia até modernos lingüistas como Fernando Tarallo e a geração que o seguiu. Poderíamos formular essa consideração de outra maneira, dizendo que os estudos lingüísticos no Brasil (e provavelmente em grande parte do mundo) – da filologia à sociolingüística paramétrica – permaneceram ‘imunes’ ou ‘opacos’ à revolução historiográfica da ‘nouvelle histoire’ francesa atrelados ao que esta escola chamou de ‘ancien régime historiographique’.

2) As periodizações apresentadas para a história do português ou do português brasileiro refletem essas duas possibilidades. A maior parte delas está formulada dentro da idéia da constituição de uma História Global para o ‘pb’ – o Português Brasileiro, destacado da unidade maior – A Língua Portuguesa – e justificado pela justaposição a outra unidade transcendente e auto-justificável, o ‘Brasil’ ou o ‘Estado Brasileiro’. São exceções trabalhos apresentados por historiadores como Bessa Freire, que sendo oriundos do campo da história e não da lingüística, pode incorporar, no seu fazer, as metodologias utilizadas modernamente na disciplina.

3) Iniciaremos neste capítulo também a discussão sobre o conceito de ‘português brasileiro’ - ‘pb’ - neste atual momento do fazer historiográfico da língua, é o mais forte sustentáculo do empreendimento epistemológico de construção de uma História Global da língua portuguesa (no Brasil), a despeito de algumas práticas diferenciadas de escrita da história já notáveis entre os pesquisadores brasileiros. Sua existência e reafirmação trazem determinadas questões para a execução de políticas lingüísticas – internas e externas – da língua portuguesa que merecem nossa atenção, problemas que serão discutidos no último capítulo da tese; é interessante chamar a atenção para o fato de esta discussão – a associação entre a elaboração de uma História da(s) Língua(s) e Política Lingüística – somente ser possível pela criação do conceito de **Política Historiográfica**, que articula os dois campos. É esta visão que permite que possamos, na esteira de nossas questões sobre os

---

Notar, no entanto, a ressalva : “ao menos na atual fase de retomada dos estudos...”, que parece pretender apontar para um momento em que esta perspectiva possa ser abandonada em função de termos, supostamente, condições de fazer uma ‘história global’ da história lingüística do Brasil.

efeitos político-lingüísticos da escrita da história, perguntar especificamente: **“Que políticas lingüísticas são sustentadas pelo atual regime historiográfico da lingüística histórica no Brasil?”**

A esta e a outras questões relacionadas retornaremos centralmente no último capítulo desta tese.

## História Global e História Geral

A oposição estabelecida por Michel Foucault entre ‘História Global’ e ‘História Geral’ formulou teoricamente o que desde a década de 1930 vinha sendo feito na chamada Nova Escola Francesa de Historiografia (Bloch, Febvre, Braudel, Duby, Le Goff e Leroy Ladurie) em formulação historiográfica chamada genericamente de ‘anti-positivista’. Essa distinção conceitual nasce da necessidade de separar a produção da História das teleologias contidas nos conceitos de ‘tradição’, ‘continuidade’, ‘influência’, etc. que associam a produção da história a outros empreendimentos humanos, como a construção da Nação, por exemplo.

Dizia Milton Santos (2000:41) que as teorias, para serem úteis, têm que ser datadas historicamente, porque são elas mesmas produtos históricos. Não se pode esperar que as teorias sobrevivam às grandes mudanças que se processam no quadro geral das sociedades ou que passem ilesas às grandes mudanças ideológicas que interrompem, de épocas em épocas, a evolução linear das sociedades.

Na historiografia – no modo de produção dos textos históricos – processou-se uma mudança paradigmática desse tipo, que acompanhou a mudança fundamental de lugar que a História passou a ter no quadro das sociedades ocidentais enquanto produtora de ideologia: na inflexão que marca o apogeu e o início do declínio do que chamamos de Estado-Nação, produtor, durante muito tempo, da **identidade** mais importante do homem ocidental – a identidade nacional – a história pretendeu deixar de ser funcionária do Estado – a principal articuladora da sua possibilidade – e reestruturou seu próprio fazer nos parâmetros que Foucault, algumas décadas mais tarde, chamou de a transição de uma ‘História Global’ para uma ‘História Geral’ na introdução d’*A Arqueologia do Saber* (1987). Nesse sentido resume Nilo Odália:

Se a História, como sempre pretendeu Febvre, era filha de seu tempo, não seria possível continuar a fazer esse tipo de história convencional que nem correspondia aos anseios de uma humanidade que vivia, nessas décadas, momentos de convulsões e rupturas com o passado, nem conseguia responder satisfatoriamente às exigências do novo homem que daí surgia.

A necessidade de uma história mais abrangente e totalizante nascia do fato de que o homem se sentia como um ser cuja complexidade em sua maneira de sentir, pensar e agir, não poderia reduzir-se a um pálido reflexo de jogos de poder, ou de maneiras de sentir, pensar e agir dos poderosos do momento. Fazer uma outra história, na expressão usada por Febvre, era portanto menos redescobrir o homem do que, enfim, descobri-lo na plenitude de suas virtualidades, que se inscreviam concretamente em suas realizações históricas. **Abre-se, em consequência, o leque de possibilidades do fazer historiográfico, da mesma maneira que se impõe a esse fazer a necessidade de ir buscar junto a outras ciências do homem os conceitos e os instrumentos que permitiriam ao historiador ampliar sua visão do homem** (Odália, Nilo, “Apresentação”, in Burke (1997:1)) [grifo nosso].

A História deixou de ser, assim, somente a história dos poderosos, reis e presidentes e incorporou uma gama de agentes antes completamente excluídos – a história vista desde baixo, a história dos excluídos; deixou de ser somente história política – das guerras, das dinastias, das vitórias, e diversificou imensamente seu campo de atuação, passando às histórias das mentalidades, dos cheiros, das crianças, etc, com o objetivo de ser sobretudo uma história social. Deixou de focalizar unicamente os acontecimentos, para dedicar-se a fenômenos de variadas durações, de preferência as “longues durées”, superando portanto a narrativa como gênero textual exclusivo. Através de uma ampla rearticulação dos seus objetos e métodos de estudo, a História se desvinculou da responsabilidade de dar sustentação aos representantes dos poderes constituídos ou pretendentes, deixando de ser apenas uma ‘memória do poder’. Como nos diz Milton Santos:

A história da idéia de nação não se dá da mesma maneira em todas as partes do mundo, apesar de estar irremediavelmente vinculada à história do capitalismo e à ascensão política da burguesia. No caso brasileiro, e de várias historiografias latino-americanas, o nacionalismo, à direita e à esquerda, tem dificultado, senão impedido, uma renovação historiográfica que tente liberar a análise histórica dos parâmetros da ideologia nacional. Entre nós, não apenas os ‘liberais’, como também os ‘marxistas’ [...] **têm permanecido vinculados à periodização de uma história político-institucional que estaria melhor designada como memória do exercício do poder e não como história** (Santos, 1986:10) [grifo nosso].

Interessa-nos, nessa discussão, verificar de que maneira a dicotomia entre História Global e História Geral, de um lado, e o atrelamento da História Global, no momento histórico do final do século XX, ao conceito de ‘nação’ (‘Brasil’), de outro, sustentam, como efeito, uma histórica lingüística ainda centrada na ou compromissada com a produção do ‘idioma nacional’ – a despeito de ser esta ou não a intenção dos pesquisadores envolvidos – insumo necessário, ao lado da ‘cultura nacional’, da ‘literatura nacional’<sup>25</sup> etc. à justificação da existência e dos desdobramentos do Estado-Nação.

Assim definiu Foucault (1987) a História Global e a História Geral:

O tema e a possibilidade de uma história global começam a se apagar, e vê-se esboçar o desenho, bem diferente, do que se poderia chamar uma história geral. O projeto de uma história global é o que procura reconstituir a forma de conjunto de uma civilização, o princípio – material ou espiritual – de uma sociedade, a significação comum a todos os fenômenos de um período, a lei que explica sua coesão – e que se chama metaforicamente o “rosto” de uma época. Tal projeto está ligado a duas ou três hipóteses: supõe-se que entre todos os acontecimentos de uma área espaço-temporal bem definida, entre todos os fenômenos cujo rastro foi encontrado, será possível estabelecer um sistema de relações homogêneas: rede de causalidade permitindo derivar cada um deles de relações de analogia mostrando como eles se simbolizam

---

<sup>25</sup> Vide anexo I para uma breve discussão sobre a história nacional e a literatura nacional ancorada em dois textos de autores que colocam em questão as chaves utilizadas para a sua constituição.

uns aos outros, ou como todos exprimem um único e mesmo núcleo central; supõe-se, por outro lado, que uma única e mesma forma de historicidade compreenda as estruturas econômicas, as estabilidades sociais, a inércia das mentalidades, os hábitos técnicos, os comportamentos políticos, e os submeta ao mesmo tipo de transformação; **supõe-se, enfim, que a própria história possa ser articulada em grandes unidades – estágios ou fases – que detém em si mesmas seu princípio de coesão.** São estes postulados que a história nova põe em questão quando problematiza as séries, os recortes, os limites, os desníveis, as defasagens, as especificidades cronológicas, as formas singulares de permanência, os tipos possíveis de relação. Mas não que ela procure obter uma pluralidade de histórias justapostas e independentes umas das outras: a da economia ao lado da das instituições e, ao lado delas ainda, as das ciências, das religiões ou das literaturas; não, tampouco, que ela busque somente assinalar, entre essas histórias diferentes, coincidências de datas ou analogias de forma e sentido. O problema que se apresenta – e que define a tarefa de uma história geral – é determinar que forma de relação pode ser legitimamente descrita entre essas diferentes séries; que sistema vertical podem formar, qual é, de umas às outras, o jogo das correlações e das dominâncias; de que efeito podem ser as defasagens, as temporalidades diferentes, as diversas permanências; em que conjuntos distintos certos elementos podem figurar simultaneamente; em resumo, não somente que séries, mas que “séries de séries” – ou, em outros termos, que “quadros” – é possível constituir. **Uma descrição global cinge todos os fenômenos em torno de um centro único – princípio, significação, espírito, visão de mundo, forma de conjunto {LÍNGUA [inserção nossa]}; uma história geral desdobraria, ao contrário, o espaço de uma dispersão.** (Foucault, 1987, 11-2) [grifos nossos].

O que nos coloca no domínio do empreendimento epistemológico chamado “História Global” na terminologia de Foucault é o conceito saussuriano de ‘Língua’ – só que tomado pelo seu viés histórico – expresso aqui pela sua atualização concreta, histórica, a Língua Portuguesa, ou mais propriamente, no caso da nossa discussão, o Português Brasileiro, o ‘pb’. Este é o nosso centro único, para o qual todos os fenômenos deveriam convergir. O ‘pb’ é, portanto, fruto de uma teleologia, e muito do que tem sido feito é a “sua” história: teleologia porque atribui a épocas passadas apenas o valor que seus acontecimentos tem na construção deste presente percebido, isto é, está ligado aos fenômenos que se tornaram hegemônicos em época relativamente recente na história da sociedade que nasceu do estado brasileiro<sup>26</sup>.

---

<sup>26</sup> O Brasil, na percepção de Moniz Bandeira e de outros teóricos, é um Estado tentando criar uma Nação; aqui o estado teria nascido primeiro e iniciou o processo de construção de uma nação já adiantado o século XIX, quando isso tornou-se imprescindível para a justificação do estado. O processo, no entanto, não se concluiu, o que acarreta vários tipos de conseqüências sociais, e tem pouca chance de se concluir, dadas as atuais tendências à constituição de blocos supra-regionais (União Européia, Mercosul) que põem em xeque a própria existência do estado-nação.

Além disso, não é neutra a ligação de ‘português’ com ‘brasileiro’ no sintagma ‘português brasileiro’. Esse comprometimento com o conceito de ‘Brasil’, este mesmo um conceito de trabalho, **portanto teórico**, que sofreu profundas modificações – enquanto horizonte de pesquisa – nas demais ciências humanas antes também comprometidas com ele, merece ser colocado sob a lupa e analisado, de modo que não seja tomado por natural. É o que ocorreu na própria disciplina histórica, que não faz mais ‘História do Brasil’ no sentido que aprendíamos na escola – como uma totalidade de sentido único – ou dos sociólogos, que há algumas décadas abandonaram a intenção de produzir *uma explicação para o Brasil*, no sentido que ainda poderia parecer óbvio para Sergio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre na década de 1930 ou mesmo para Darcy Ribeiro na década de 1960.

Podemos rastrear a origem de variantes do conceito ‘pb’ até o quadro ideológico pós-independência, em que as questões de afirmação de possibilidade do jovem Estado-Nação brasileiro começavam a fazer eco na construção de uma história nacional, de uma literatura nacional, de uma língua nacional<sup>27</sup>, símbolos e ao mesmo tempo criaturas do Estado-Nação<sup>28</sup>. Lembramos, a propósito, que a língua portuguesa é a língua oficial do Brasil segundo o artigo 13º da Constituição Federal (v. capítulo V), que trata “Dos símbolos nacionais”, e que define qual é a língua, qual é a bandeira, qual é o hino e qual é o brasão de armas da Nação, objetos que têm, para o Estado, a mesma função, isto é, são homogêneos quanto ao seu papel.

Renan, na sua famosa conferência de 1882 intitulada “O que é uma Nação?” introduziu a idéia, depois explorada em muitos contextos, de que a constituição dos Estados-Nação se dá a partir de ‘esquecimentos’ sistemáticos. É preciso esquecer certas coisas para que os indivíduos possam crer compartilhar uma origem e um devir comuns:

Ora, a essência de uma Nação é que todos os indivíduos tenham muito em comum, e também que todos tenham esquecido muitas coisas. Nenhum cidadão francês sabe se é burgúndio, taifale, visigodo; todo cidadão francês precisa ter esquecido São Bartolomeu, os massacres do Sul no século XIII. (Renan, 1882, *apud* Rocha 1999, pp. 40-1)

---

<sup>27</sup> É verdade que aparecem observações sobre a forma como os brasileiros falavam bem antes disso, como é o caso de Verney, no último quartel do século XVIII, mas não se tratava evidentemente da tentativa de afirmar a existência de um português brasileiro ou de um brasileiro, como se tentou a partir da Independência. É o caso do mais antigo texto conhecido que estuda a diferenciação da língua do Brasil, o do Visconde Pedra Branca, que faz parte da *Introdução ao Atlas Etnográfico do Globo*, de Adrien Balbi. Este texto remonta a 1824-25, mas só foi publicado um século depois. A discussão em torno dessa diferenciação ganha força no final de 1800 quando, no rastro do movimento romântico e de um conjunto de acontecimentos políticos, se enuncia a gramatização brasileira do Português (Morello, 2001).

<sup>28</sup> É elucidativo para a história de construção desses ‘símbolos’ nacionais a obra de Lilian Moritz Schwarcz (1998) *As barbas do Imperador. D. Pedro II, um monarca nos trópicos*, cuja tese é justamente a de que o Imperador via, como sua principal tarefa, “criar uma cultura brasileira” que desse suporte ao novo Império. Presidirá, por isso, ao longo da sua vida, 518 reuniões ordinárias do Instituto Histórico e Geográfico Nacional, instituição criada para formular uma História Nacional.

A idéia do “esquecimento sistemático” estrutural para o nascimento desta comunidade imaginária chamada de Nação tem sido utilizada por alguns historiadores brasileiros, como Victor Leonardi [*Entre árvores e esquecimentos – História social do sertão do Brasil*], Foot Hartmann [*Brasil: morte e progresso*] e José Ribamar Bessa Freire [*Política Lingüística e Catequese na América do Sul no período colonial*] que, assim, pretendem desnaturalizar os recortes e limites originados na conceituação teórica comprometida com o Estado-Nação. Um fragmento de Ribamar Bessa Freire, a propósito da sua utilização do conceito de ‘esquecimento’ pode exemplificar este ponto:

Em sua ânsia de imaginar uma comunidade nacional, a historiografia brasileira se esqueceu de dois fatores relacionados diretamente com a perspectiva desse trabalho [sobre línguas gerais]:

- A construção de uma imagem de unidade territorial e política da nação brasileira retroativa a 1500, esquecendo que Portugal teve duas colônias na América, autônomas entre si, com seus próprios governadores, seu corpo de funcionários, sua administração, suas leis e sua dinâmica histórica e que essa unidade só começou com a adesão do Grão-Pará ao Brasil, em agosto de 1823, quase um ano depois da Independência.
- A construção de uma representação de unidade lingüística, também retroativa a 1500, com base no português, considerando-o desde sempre como a única língua dos “brasileiros”. Desta forma, esqueceu a ampla difusão, no tempo e no espaço, da Língua Geral Amazônica e da Língua Geral Paulista, hegemônicas durante grande parte do período colonial, em extensas regiões do atual território nacional, “de uso mais corrente, em verdade, que o próprio português” (Holanda, 1936, p. 90). A par disso, desconheceu informações sobre o rico quadro das línguas indígenas, muitas das quais – cerca de 180 – são faladas ainda hoje, cumprindo diferentes funções sociais.

Estes dois ‘esquecimentos’ sistemáticos estruturais tanto na história de ampla divulgação (via, por exemplo, livros didáticos) como na história especializada de muitos projetos de investigação **aponta para a vontade política de representar a unidade, mostrando-a como originária**: sempre fomos um, e sempre o português foi a nossa língua. Aí está a teleologia que aponta para o empreendimento da História Global de Foucault: a proposição da história a partir da ótica de um **centro** para o qual todos os fenômenos convergem, apresentando apenas os processos que foram – de um certo ponto de vista, porque ‘a história não terminou (ainda)’ – vencedores no curso do tempo, e que se tomaram hegemônicos no presente.

Na conferência “O que é uma nação?” Renan faz uma afirmação de grande significado para os que se dedicam ao empreendimento da escrita da História: “o esquecimento, e eu diria mesmo o erro histórico, são um fator essencial da criação de uma nação, e é assim que o progresso dos estudos históricos é frequentemente um perigo para a nacionalidade” (Renan, 1947:891).

O campo de estudo nos faz, então, formular as seguintes perguntas:

- Que história é essa que escrevemos do Português Brasileiro?
- Que relação é possível estabelecer entre o empreendimento de construção do Estado-Nação e a escrita da história da língua?
- Que esquecimentos são provocados ou superados com este conceito?
- Qual a natureza do termo “brasileiro” acoplado ao termo ‘português’ no sintagma ‘pb’?

O ‘esquecimento’, entretanto, não é um lapso de memória: é uma arquitetura de luzes, como na iluminação do teatro. É de Marilena Chauí a seguinte citação, comentando o esforço de Von Martius, fundador da História Nacional no Brasil com a sua monografia “Como se deve escrever a história do Brasil?”(1845), vencedora do prêmio instituído por D. Pedro II para originar a proposta do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, instituição condutora da Política Historiográfica brasileira na maior parte da sua vida como estado independente. Desta monografia nasce a proposta oficialista que até hoje, de várias formas, com várias nuances, adaptando-se aos novos ventos, com novas terminologias, continua na base de construção do estado nacional.

[...] cabia ao historiador brasileiro redigir uma história que incorporasse as três raças, dando predominância ao português, conquistador e senhor que assegurou o território e imprimiu suas marcas morais ao Brasil. Cabia-lhe também dar atenção às particularidades regionais, escrevendo suas histórias de maneira a fazê-las **convergir rumo ao centro comum** [grifo nosso] ou à unidade de uma história nacional.[...] E era tarefa sua prover a história com os *elementos que garantiriam um destino glorioso à nação* (Chauí, 2000: 28).

Concluimos este segmento com a citação de um fragmento em que o historiador Evaldo Cabral de Mello, em “A mudança da mudança” reflete, em uma linguagem impaciente, sobre a relação da história contemporânea com a construção das identidades nacionais:

Antes que a filosofia da história e a prática historiográfica se dessem conta da incompatibilidade entre o ser e a história, viveu-se um longo período, a partir do século XVIII, no qual a historiografia se acomodou à idéia do ser. A transação deu-se sobre a base do reconhecimento de que o ser subjazia às mudanças históricas, que seriam superficiais e que, por isso, não comprometiam seu primado. A noção de identidade nacional [...] é o abastardamento grotesco da ilusão sobre a existência de um conteúdo ôntico na história.

A noção de identidade nacional é uma invenção ideológica, cujo êxito se explica pelo fato de que atende a gregos e a troianos, como indica o fato de que sindicatos e patronato, PT, PFL e PSDB, estão todos dispostos a jurar por ela. O cretinismo identitário chegou a ponto de se pretender que acordos com o Fundo Monetário Internacional atentavam contra a identidade brasileira [...]. A verdade é que semelhante idéia pareceria tão obscura a um brasileiro culto de fins de Oitocentos como a um descendente do século XXII. Para o primeiro inexistiam quaisquer dos

componentes que, conforme se apregoa atualmente, encarnam a identidade brasileira: futebol, carnaval, etc. E para o brasileiro do século XXII, a noção de identidade nacional, submersa até lá pelas mudanças que lhe irão suceder, será apenas um capítulo de história da cultura brasileira, e não um dos mais atraentes (Mello 2004:98).

## Periodização e Concepção de História

Essa diferença entre História Global e História Geral como duas visões historiográficas, isto é, duas visões de construção do objeto historiográfico propriamente dito, vai se refletir de maneira interessante nas periodizações propostas para a história da língua portuguesa. Tomaremos algumas das periodizações propostas para sua história no Brasil e verificaremos em que medida elas se filiam ou se aglutinam numa ou noutra perspectiva. No final desta secção, apresentaremos uma proposta própria de periodização para a história lingüística do Brasil Meridional.

São as seguintes propostas de periodização que observaremos:

- Serafim da Silva Neto (1950, 1963)
- Eberhardt Gärtner (1976)
- José Ribamar Bessa Freire (1983)
- Tânia Lobo (1996)
- Marlos Pessoa (2001)
- Roland Schmidt-Riese (2002)

Schmidt-Riese (2002) fez um trabalho de discussão sobre as periodizações citadas, com exceção da proposição de Bessa Freire. Resumiu suas fases e justificativas e analisou cada uma à luz do que seria teoricamente uma periodização. Periodização, para o autor, é um empreendimento, de certo modo, que diz muito mais do pesquisador e das suas motivações do que propriamente da temporalidade dos fenômenos:

A idéia da história, a percepção do tempo como uma extensão que sustenta processos, implica, para cada momento da cronologia considerada, a co-presença de fatos de continuidade e de ruptura. É o observador que vai privilegiar uns aspectos mais do que outros, constatando continuidade para determinado período e ruptura para outro momento, mais ou menos extenso. Nesse sentido, o propósito de periodizar, de recortar períodos que organizam o processo histórico contínuo, está situado no nível da descrição e não no nível do objeto (Schmidt-Riese, 2002:179).

Isto fica ainda mais evidente na seguinte passagem:

Como as periodizações constituem projetos ideológicos, refletem não a estrutura própria do tempo {isto é, a **temporalidade interna dos objetos [inserção nossa]**} mas a temporalidade e também a territorialidade do grupo “periodizante”, em função da determinação histórica dos mesmos horizontes intelectuais (Schmidt-Riese, 2002:181).

Preocupa o autor, nas propostas de periodização, a relação entre a história interna e a história externa das línguas e é interessante que afirme que ambas não têm um valor epistêmico idêntico<sup>29</sup>: “a história externa é que forneceria certos elementos explicativos e que definiria o escopo dos argumentos elaborados pela história interna, a história do sistema” (Schmidt-Riese, 2002: 182). Nesse sentido, não vê como muito viável uma periodização baseada em critérios exclusivamente internos, empreendimento perseguido por muitos lingüistas, que parecem propor periodizações baseadas em história externa apenas “por enquanto”, isto é, enquanto não se consegue ainda visualizar critérios para uma periodização puramente interna. Uma periodização baseada em critérios puramente externos, por seu turno – diz o autor – se inscreveria na história social, não na história lingüística, e arriscaria ser de pouco interesse para uma ciência – diacrônica – da linguagem<sup>30</sup>.

Para pensar nesta dicotomia entre história interna e história externa, Schmidt-Riese apresenta a seguinte tabela, que mostra os movimentos da relação entre a ‘internalidade’ e a ‘externalidade’ na história das línguas. Seu texto tentará verificar como os vários autores que tentaram periodizar a história do ‘português brasileiro’ usam categorias que conduzem numa ou noutra direção, aspecto que não desenvolveremos aqui. Entre o pólo da história interna e o pólo da história externa entendemos o movimento, em geral descontínuo e não-concomitante entre as estruturas, sua avaliação e seu uso.

**Tabela 1: História Interna e História Externa: Schmidt-Riese (2002:182)**

História Externa	Nível 4	externo-externo	alterações políticas, demográficas, sociais e culturais
	Nível 3	externo-interno	alterações das necessidades comunicativas e das tradições discursivas, alterações na avaliação das modalidades, alterações do escopo demográfico (troca de línguas)
História Interna	Nível 2	interno-externo	alterações na avaliação das variantes
	Nível 1	interno-interno	alterações das estruturas lingüísticas

Sua tabela é muito interessante porque fornece critérios muito claros a serem desenvolvidos como um programa de pesquisa das formas lingüísticas e seus usos. Nesta

<sup>29</sup> O autor faz esta afirmação por acreditar, como explicita no texto, que a história lingüística é a história das estruturas lingüísticas condicionadas, em qualquer estrutura, pelo seu uso. (Schmidt-Riese, 2002:182). Isto implica dizer que seria impossível fazer a história das estruturas sem fazer uma história dos seus usos.

<sup>30</sup> Definindo a lingüística como o fizemos no capítulo I da tese, isto é, como a disciplina que estuda as sociedades humanas através das línguas, não há incômodo algum em reconhecer que somente a partir de critérios externos é possível estabelecer uma periodização, já que a emergência e a implementação das mudanças lingüísticas não são concomitantes nem generalizadas o suficiente para as entendermos em bloco, condição necessária para periodizar uma língua. O que podemos fazer apenas com critérios internos, entretanto, é periodizar a história de uma dada variável lingüística.

tese teremos partes que são claramente do nível do externo-externo, como o capítulo III, e partes que poderiam antes ser classificadas como do nível externo-interno, como o capítulo IV e ainda, uma parte que chamaríamos de interna-interna, o capítulo V.

## **Propostas de periodização para a história da língua portuguesa no Brasil**

### **Serafim da Silva Neto (1963)**

Serafim da Silva Neto fez a primeira proposição de periodização no Brasil e apresenta-nos uma proposta que divide a história do português no Brasil em três grandes fases, “partindo de uma história social, isto é, de critérios extra-lingüísticos, baseando-se na periodização da história econômica e social feita por Caio Prado Júnior (1963)” (Gärtner, 1976:). São elas:

- 1ª fase – do início da colonização (1532) até a expulsão dos holandeses (1654);
- 2ª fase – de 1654 até o traslado da corte portuguesa para o Brasil (1808);
- 3ª fase – de 1808 até o presente.

O critério central da periodização de Silva Neto é o da imposição progressiva da língua portuguesa no espaço demográfico e geográfico, apontando para o fato da ‘vitória da língua portuguesa’ notoriamente associado ao seu trabalho. Trata-se, portanto, de uma periodização ancorada numa perspectiva de história externa. A periodização capta portanto o processo de uma continuidade: em cada uma das fases dá-se seqüência a um fenômeno iniciado no período precedente e que terá continuidade no período posterior. Esta proposição, segundo Schmidt-Riese, é perfeitamente passível de uma interpretação teleológica.

Gärtner tecerá algumas críticas a esta proposta, sendo a principal a de que Silva Neto não demonstra de que forma a estrutura sócio-econômica descrita e a sua super-estrutura influenciam a estrutura das formas de existência das línguas (Gärtner, 1976:62). Silva Neto, ao atribuir à ‘*ascensão social do mestiço*’ o principal fator para a vitória da língua portuguesa no Brasil minimiza o fato de que o português “sofreu determinadas modificações na “massa compósita”” e, “pela importância que atribui à língua de uma pequena <<élite social>> superestima a força de irradiação da língua desta elite e arquiteta uma espécie de continuidade histórica no emprego de um português normal”, em perfeita continuidade com o português europeu. Se utilizássemos a terminologia proposta pelo historiador Evaldo Cabral de Mello, diríamos que Serafim da Silva Neto não vê descontinuidade do ‘ser’ da língua portuguesa com as ‘alterações’ ou ‘influência’ dos falantes indígenas e africanos.

### **Eberhard Gärtner (1976)**

Gärtner formula a sua visão a partir de uma terminologia marxista-leninista, que renomeia as mesmas fases já apontadas por Silva Neto, dividindo o longo segundo período da periodização da proposta de 1951 em dois. Sua perspectiva é a da expansão do poder do estado sobre o território e este critério compõe um crescendo, recebendo os nomes

tradicionais atribuídos pela análise marxista às “fases” da história das sociedades (feudalismo, capitalismo, faltando só, por razões óbvias, a fase do socialismo):

- a) Primeiro período (1532 – 1654) – Estabelecimento da sociedade colonial feudal;
- b) Segundo período (1654 – 1808) – Instauração do Estado Colonial;
- c) Terceiro período (1808 – 1888) – Independência e instauração do Estado Brasileiro;
- d) Quarto período ( a partir de 1888) – Período de acumulação primitiva do capital.

### **Tânia Lobo (1996)**

Tânia Lobo propõe uma periodização que divide o tempo em apenas dois segmentos: um primeiro, o “tempo necessário” para que, no processo de concorrência entre a língua geral e a língua portuguesa, o uso desta última tenha prevalecido; e um segundo, em que a língua portuguesa atingiu já o papel de língua hegemônica.

1º Período – Intenso contato lingüístico, ausência de controle nos processos de mudança pelas instituições, acentuado contraste entre falas rurais e urbanas e um tipo de variação predominantemente regional;

2º Período – Processos de crescimento demográfico, urbanização e alfabetização que conjuntamente resultariam na integração de variedades rurais em espaços urbanos.

Lobo não define uma data que separe os dois períodos. Schmidt-Riese critica esta proposta justamente porque, embora os processos apontados sejam relevantes para uma história lingüística, eles não são necessariamente sincronizados. Note-se que, se de um lado, a língua geral não foi falada em todas as partes que hoje compõe o território brasileiro, de outro lado a hegemonia do português construiu-se ao longo de séculos e continua se construindo, isto é, há situações em que o português ainda não é hegemônico. A interessante idéia de basear a periodização em maior ou menor pluralismo lingüístico fica prejudicada pela idéia de unidade da língua.

### **Marlos Pessoa (2001)**

Pessoa retoma a periodização em três fases:

1. Etapa de formação das variedades rurais até aproximadamente 1750;
2. Etapa de formação da língua comum até 1922, sub-dividido em três sub-períodos:
  - 2.1. Estágio de *koineização* das variedades lingüísticas rurais (1750-1808);
  - 2.2. Formação das variedades urbanas e da língua comum (1808-1850);
  - 2.3. Estabilização das variedades urbanas e da língua comum (1850-1922);
3. Etapa de elaboração da língua literária a partir de 1922, considerada como ante-projeto da elaboração de uma língua-padrão.

## Schmidt-Riese (2002)

Schmidt-Riese, finalmente, sistematiza as periodizações anteriores em suas similitudes e divergências em um esquema a que ele não atribui estatuto de periodização própria, mas que evidentemente formula uma nova proposta. Utiliza critérios iminentemente político-territoriais que permitiriam estabelecer focos geográficos para a pesquisa (por exemplo: permitiriam entender por ‘Brasil’ a cidade de Salvador e seu entorno nos séculos XVI e XVII), pelo menos nas fases iniciais da ‘história do Brasil’:

- i) Salvador da Bahia como centro administrativo até as guerras holandesas (1549 – 1654)
- ii) Salvador da Bahia como centro administrativo após as guerras holandesas (1654-1763)
- iii) Rio de Janeiro como centro administrativo até a Independência (1763-1822)
- iv) Império (1822-1889)
- v) República Velha (1889-1930)
- vi) República Nova até à inauguração de Brasília (1930-1960)
- vii) Brasília como capital até à Constituição de 1988 (1960-1988)

Todas estas periodizações, como se pode notar, usam sem discussão o conceito de ‘Brasil’, ao contrário do que acontecerá com o autor citado abaixo, José Ribamar Bessa Freire. Enquanto que Bessa Freire discute previamente o recorte que fará como motivador da sua periodização, isto não parece necessário para Silva Neto ou Gärtner, que tomam por óbvio o recorte ‘nacional’ adotado, isto é, como um a priori que não precisa ser discutido.

Em seu texto “Da ‘fala boa’ ao português na Amazônia brasileira”, Bessa Freire, em contraste com os empreendimentos de periodização citados acima, estuda a presença da língua portuguesa na Amazônia e afirma que:

“O processo de conquista da Amazônia caracterizou-se, entre outras, por uma contradição fundamental: de um lado, a absoluta dependência dos europeus recém-chegados em relação aos índios que já ocupavam a região com uma experiência acumulada de alguns milênios, e de outro lado, o obstáculo encontrado para apropriar-se destas experiências devido às dificuldades de comunicação originadas pelas diferenças de línguas. O objetivo do artigo [Da “fala boa” ao português na Amazônia brasileira] é **levantar algumas questões relacionadas às formas como historicamente se pretendeu resolver esta contradição [...], bem como suas conseqüências e as diferentes atitudes em relação às línguas**” (Freire, 1983:39) [grifo nosso].

Sua periodização assume as seguintes fases, base para as reflexões do texto “Da ‘fala boa’ ao português na Amazônia brasileira” de 1983:

a) Fase dos intérpretes (século XVI)

Nesta fase os portugueses são confrontados, na região amazônica adjunta às calhas dos grandes rios, com um quadro lingüístico de extrema diversidade. Mais de 700 línguas de vários troncos lingüísticos são faladas, na hipótese de Loukotka (1968)<sup>31</sup>, no que seria depois a Amazônia brasileira, o que fez com que o padre Viera denominasse o grande rio, em 1659, de “Rio Babel”. Um grande número de “línguas”, isto é, terjumões<sup>32</sup> são necessários nas viagens realizadas através da região. Neste século os portugueses não implantam nenhuma colônia estável na Amazônia.

b) Etapa de implantação do Nheengatu (1616-1686)

Em 1616, com Castelo Branco, chega a primeira colônia de 150 portugueses para habitação permanente da região. Esboçam-se as possibilidades de medidas concretas para diminuir a diversidade lingüística através da implantação das ‘aldeias de repartição’, “onde eram estocados índios de diferentes famílias lingüísticas” que eram disputados, como mão-de-obra, entre colonos e jesuítas. A língua usada nas aldeias, para as quais os índios eram “descidos” (uma referência ao fato de que fugiam para as cabeceiras dos rios, de difícil navegação) era a ‘Língua Geral’ que somente no século XIX receberá o nome de Nheengatu (‘fala boa’).

c) Expansão do Nheengatu (1686-1757)

- com apoio oficial (1686-1727)

Com o Regimento das Missões, aprovado em 1686, os missionários consolidam o poder temporal sobre os indígenas aldeados e sobre o processo de “aldeamento”, que se amplia. A difusão inicial do Nheengatu se faz de forma assistemática, “a partir do momento em que nas aldeias domésticas ou de repartição começaram a ser estocados índios não-tupi, tomando-se esta língua cada vez mais a língua da comunicação supra-étnica. A Carta Régia de 30 de novembro de 1689 oficializa o Nheengatu no Estado do Maranhão e Grão-Pará.

- sem apoio oficial (1727-1757)

Início das medidas repressivas ao Nheengatu, percebido como ameaça ao controle burocrático de Portugal sobre a Amazônia pela sua imensa expansão. A Carta Régia de 12 de setembro de 1727 ao governador do Estado do Maranhão e Grão-Pará proibiu a língua

---

<sup>31</sup> São os seguintes os dados propostos por Loukotka (1968) a partir das fontes históricas: 130 línguas Tupi, 108 línguas Karib, 83 línguas Aruak, 34 línguas Pano, 26 línguas Tukano, 66 línguas Jê e 271 línguas isoladas ou não-classificadas, totalizando 718 idiomas.

<sup>32</sup> Terjumão, termo português advindo do turco “tercüman”, que quer dizer ‘tradutor’.

geral, embora ela continue em expansão por causa da fraca base demográfica dos falantes de português.

#### e) Tentativas de portugalização (1757-1850)

Esta fase é marcada pela expulsão dos jesuítas através do Diretório dos Índios do Marquês de Pombal, que teve um fragmento citado no capítulo I desta tese. Com isso, sai de cena o grupo hegemônico mais interessado na manutenção e na expansão da língua geral, o que significa concretamente que vários usos que estavam institucionalizados em Nheengatu, associados a atividades prestigiosas como a catequese ou a confissão, passam a ser em português. Isso não foi suficiente, entretanto, para romper com a hegemonia que a língua geral havia adquirido na região.

#### f) Processo de hegemonia da língua portuguesa (1850 até os nossos dias)

Foi um processo de “substituição de população” que marcou o início da hegemonia do português na região, então recentíssimamente integrada ao Brasil (1823): a morte de quase 40.000 falantes de Nheengatu, índios, mestiços, negros, na chamada Cabanagem (1839-1845) e a chegada de aproximadamente 500.000 nordestinos falantes monolíngües de português por ocasião da falência da economia agrária do Nordeste a seguir da “seca do duplo 7” (1877)<sup>33</sup> e pela emergência da economia exportadora da borracha, cujo ‘boom’ perdurou até a Primeira Guerra Mundial.

Esta periodização, em que nos detivemos mais que nas anteriores, e que não foi analisada por Schmidt-Riese, é, na nossa concepção, expressão de uma História Geral e não, como as anteriores, incluindo a de Schmidt-Riese mesmo, expressão de uma História Global. Sua periodização concentra-se em aspectos demográficos, geográficos e político-lingüísticos e se presta à construção de uma história lingüística da região em foco.

Classificamos a periodização de Bessa Freire em uma História Geral e não em uma História Global porque o autor apresenta uma justificativa teórica para sua opção em construir a periodização desta maneira. Identifica uma contradição – a relação entre a dependência dos europeus recém-chegados em relação aos índios e o “obstáculo encontrado para apropriar-se destas experiências devido às dificuldades de comunicação originadas pelas diferenças de línguas” – que pretende utilizar como guia para seu trabalho, sem dizer em nenhum momento que esta é o único ponto de partida possível, embora, é claro, a considere importante. Dessa maneira, sua proposta não toma como ‘a priori’, por exemplo, nem o conceito de ‘Brasil’ (como historiador ele não ‘esqueceu’ que o Grão-Pará não fazia parte do Brasil<sup>34</sup>) recortando uma região por critérios outros, apresentados e integrados a

<sup>33</sup> Na sua obra magistral, *Holocaustos Coloniais*, o historiador Mike Davis (2002) focaliza, entre outros, o processo de morte de mais de 100.000 nordestinos e deportação de mais de 500.000 por ocasião dos ciclos de seca que grassaram na região nas três últimas décadas do século XIX e das políticas públicas executadas naquele momento. Este fenômeno de deslocamento demográfico sobre o território, como muitos outros, está muito pouco estudado do ponto de vista da propagação de variedades lingüísticas.

<sup>34</sup> Márcio Sousa, na sua tetralogia sobre a Amazônia, produziu como primeiro volume a obra

uma visão teórica, nem o conceito de ‘língua portuguesa’, com o que evita o ‘esquecimento’ de que a língua portuguesa somente deixou de ser minoritária na região já entrado o século XX e abre as portas para uma História Lingüística da Amazônia, ou da Amazônia Brasileira ou, se preferirmos, do Estado do Maranhão e Grão-Pará.

Essa visão permite a articulação múltipla de focos de partida para a pesquisa sobre situações lingüístico-históricas. O ponto de vista provisório estabelecido a partir da identificação da contradição se transforma num programa de pesquisa com o estabelecimento das séries de dados necessários para a constituição do ‘quadro histórico’ desejado.

Que modificações esta visão traria para os estudos histórico-lingüísticos atualmente realizados? Da **História do Português Brasileiro** que é ao mesmo tempo a história da hegemonização desta língua sobre todas as outras no espaço do poder do Estado e a história da sua constituição como ‘língua unificada’, isto é, a história projetiva da variedade única<sup>35</sup>, passamos a histórias lingüísticas provisoriamente centradas em programas de pesquisa dos mais variados interesses.

Há, finalmente, mais um aspecto da história do português brasileiro, enquanto esforço de História Global, que deixaremos de ter pela perspectiva exemplificada por periodizações como a de Bessa Freire: é a história da sua ‘libertação’ do Português Europeu, a “epopéia” da emergência de uma “gramática brasileira”<sup>36</sup>, tipificada pela polêmica sobre o momento do seu “nascimento” ocorrida entre Fernando Tarallo de um lado, defendendo como ‘hora zero’ o final do século XIX e Rosa Virgínia Mattos e Silva de outro, que antecipou o momento do parto do ‘pb’ em um século.

Homogênea com a história da libertação nacional, e funcional para a discussão sobre a identidade nacional que desde o século XIX anima os intelectuais brasileiros, a história do português brasileiro ganha seu ambiente privilegiado na permanente oposição entre Português Brasileiro e Português Europeu, quadro fixo de observação dos fenômenos e que revela a importância da diferença entre as duas variedades para o empreendimento historiográfico em análise.

---

*Lealdade – Um país morreu para o Brasil nascer*, que desvela literariamente, após vários anos de pesquisa nos arquivos da região, a anexação violenta do Grão-Pará ao Brasil um ano depois do ‘grito do Ipiranga’. O Estado do Maranhão e Grão-Pará existiu entre 1627 e 1823, durante praticamente os 200 primeiros anos da colonização da região amazônica, fato que não pode ser desconhecido por quem estuda a história lingüística do território.

<sup>35</sup> Expressa, entre tantos outros, pelo programa de detecção do “momento em que a pena escorreu a gramática do português brasileiro pela primeira vez” e que Fernando Tarallo considera como sendo o final do século XIX (Tarallo, 1996:99).

<sup>36</sup> Note-se que isto ocorre a despeito do fato de que se tenha, no empreendimento historiográfico da década de 1990, preferido o termo ‘gramática brasileira’ exatamente para tentar escapar aos aspectos ‘ideológicos’ contidos em expressões como ‘língua brasileira’. É o que diz Rosa Virgínia Mattos e Silva (2004:30).

Evitando, portanto, uma periodização comprometida com a *centralização* de uma História Global, gostaríamos de propor uma periodização para a história lingüística do Brasil Meridional<sup>37</sup> que *poderia ser expressão da disputa pelo controle veicular de certos territórios*. A partir do exemplo dado pelo historiador amazonense, propomos então utilizar como critério periodizante o *gradiente de plurilingüismo* dos vários momentos observados. Um período seria o espaço intermediário entre duas mudanças na direção do processo que vai de [+] para [-] ou de [-] para [+] plurilingüismo. O mesmo pode ser pensado em relação a variedades da mesma língua.

#### a) 1650 – 1754

Primórdios da colonização europeia e diversidade lingüística. Expansão e predominância do guarani [processo de guaranitização de vários povos, como os Tape, por exemplo]<sup>38</sup>, primeiro de forma independente do avanço europeu, em seguida associada à atuação jesuítica espanhola. Entradas esporádicas do Tupi (paulista) através das bandeiras paulistas e da expansão vicentista. Deportação física dos falantes de guarani do litoral do sul para São Paulo, esvaziamento demográfico desta região e do Guairá (atual Paraná) pelo *preamento* de índios feito pelos paulistas. Fuga e concentração de indígenas nos domínios da Coroa Espanhola.

#### b) 1754 -1824

Expansão da língua portuguesa. Política de colonização açoriana e de penetração paulista, lento domínio do português, ‘desplazamiento’ lingüístico do guarani a partir da eliminação das Missões na Guerra Guaranítica (1754-6)<sup>39</sup> e dispersão física dos guarani<sup>40</sup>; no Rio Grande do Sul e Norte Uruguaio, trilingüismo português-espanhol-guarani e depois, pelo retrocesso do guarani, bilingüismo português-espanhol. Eliminação da língua portuguesa na costa do Rio da Prata com a independência do Uruguai (1828). Eliminação física dos falantes das línguas pampeanas (charruas, minuanos, genoas).

---

<sup>37</sup> O conceito ‘Brasil Meridional’ é já um recorte que escapa à ‘teleologia do presente’: não é um território construído a partir da configuração atual do Brasil, mas a partir de uma distribuição que foi ‘derrotada’ historicamente: aglutina os territórios da antiga Colônia do Sacramento, da Capitania de São Pedro e da Capitania de Santa Catarina. O conceito capta aquele território no momento da sua constituição.

<sup>38</sup> Vide, para um discussão detalhada do quadro do plurilingüismo indígena prévio à chegada dos europeus no Prata ou concomitante com as primeiras povoações, o excelente livro de Renzo Pi Hugarte, *Los indios de Uruguay*. Madrid, Editorial MAPFRE, 1993.

<sup>39</sup> A melhor e mais detalhada descrição da guerra em que os exércitos de Portugal e Espanha atacaram os Sete Povos das Missões (1754-6) está na obra *A Guerra Guaranítica*, de Tau Golin (1998).

<sup>40</sup> Vide a dissertação de mestrado de Paulo Rogério Melo de Oliveira, *O Naturalista e os Selvagens: a visão de Saint-Hilaire sobre os índios guarani do Rio Grande do Sul* para uma análise da dispersão física dos guarani. Segundo o autor (1996:34), os ‘povos’ (isto é: as aldeias/cidades) guarani tinham 22.349 habitantes em 1768 e apenas 1.874 habitantes em 1827.

### c) 1824 – 1940

Este período pode ser sub-dividido em duas fases:

#### • 1824 – 1891

Expansão do ‘novo multilinguismo’ de línguas alóctones com a imigração europeia não-lusa (alemão a partir de 1824, italiano a partir de 1875). Início da diferenciação regional entre áreas ‘coloniais’ e áreas luso-brasileiras. Disputa pela *veicularidade lingüística* em territórios específicos (Vale do Itajaí-Açu, Vale do Rio dos Sinos, etc.) com vitória provisória das línguas alóctones. Exportação da maioria da população negra cativa da região para São Paulo.

#### • 1891 – 1940

Consolidação da diferenciação regional entre áreas ‘coloniais’ e áreas luso-brasileiras. Urbanização de línguas alóctones, emergência de cidades bilíngües (Blumenau, Santa Cruz do Sul, Caxias do Sul). Criação de sistemas escolares em línguas alóctones (86 mil crianças estudando em língua alemã em 1.500 escolas em 1932), gráficas, editoras, jornais (14 jornais em alemão em circulação em Santa Catarina); produção de literatura em línguas de imigração (obra Nanetto Pipeta, ponto alto da produção em língua italiana).

### d) 1940 – 1990

Repressão lingüística e refluxo do multilinguismo alóctone<sup>41</sup>, ruralização das línguas de imigração e expansão do monolingüismo português entre a população ‘colonial’ [de ‘colonos’, não confundir com ‘colonial’ como fazendo referência ao Brasil Colônia]; urbanização acelerada e ocupação dos últimos territórios ainda não integrados à economia de mercado (oeste catarinense, nortão paranaense). Forte emigração de falantes bilíngües português/línguas alóctones (italiano, alemão) para outras regiões rurais do Brasil [Mato Grosso, Rondônia].

### e) A partir de 1990

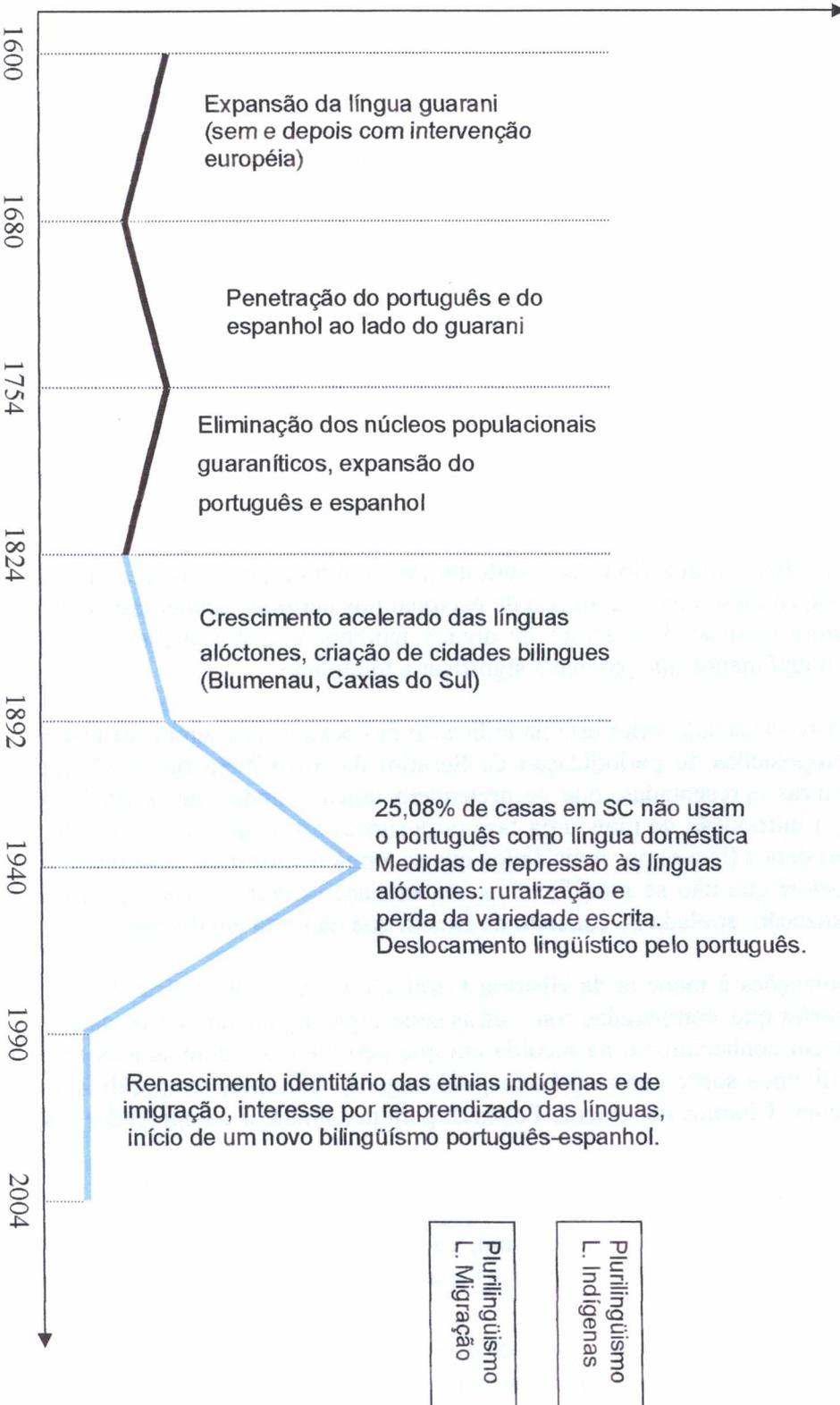
Início de processos de revitalização das línguas autóctones e alóctones; início dos efeitos do Mercosul, com presença crescente do espanhol e perspectivas de um novo tipo de bilingüismo português-espanhol em determinadas regiões. Emigração importante de falantes de português para o exterior [Paraguai, EUA].

Esta periodização permite visualizar um gráfico como o que se apresenta a seguir. A figura é motivada teoricamente pela questão do conflito entre línguas ou entre variedades num território determinado. Neste caso, observamos graus de veicularização das línguas e, portanto, elaboramos a periodização sobre um *gradiente de plurilingüismo*. É esta periodização, por sua vez, que justifica o trabalho que será apresentado a seguir, nos capítulos III, IV e V.

---

<sup>41</sup> V. por exemplo a mais recente obra sobre o processo chamado de ‘nacionalização do ensino’, *Etnia e educação: a escola “alemã” do Brasil e estudos congêneres*, organizado por Fiori (2003).

# GRADIENTE DE PLURILINGÜISMO



GRADIENTE E TIPO DE PLURILINGÜISMO NO BRASIL MERIDIONAL

Escolhemos como primeira pesquisa a ser realizada na nossa perspectiva de história lingüística o conflito de variedades do português em expansão para o Brasil Meridional entre 1680 e 1830, ou mais especificamente, entre 1754 e 1830. Este período será observado agora do ponto de vista do avanço da população sobre o território, enquanto iniciamos a montagem de *séries de indícios* colhidos no campo da geolingüística e da sociolingüística, ao mesmo tempo em que perscrutamos os arquivos que preservam a memória documental desta expansão portuguesa e atuamos com a preparação de um grande banco de dados digital de documentos filologicamente editados para futuras pesquisas.

O que interessa visualizar nestas duas periodizações apresentadas respectivamente para a Amazônia brasileira (subsumida no antigo território do Grão-Pará) e para o Brasil Meridional (subsumido na Colônia do Sacramento, no Continente de Rio Grande de São Pedro e na Capitania de Santa Catarina) é que são apresentações de propostas – justificadas – para constituições de *séries*, ou de uma *série*, na concepção da Nova História formulada pela Escola dos Anais). Uma não é redutível à outra, nem as duas convergem para um único centro, nem pretendem ser a única forma de periodizar, nem pretendem que seus critérios sejam expandidos para outros territórios. Não pretendem ainda que os períodos em si tragam neles mesmos seu princípio de organização. Porém, não se entendem como capítulos de história regional, em contraposição ao que seria a História Nacional (a história, por exemplo, da região hegemônica do país, o sudeste/leste, confundindo-se com a história nacional)<sup>42</sup>. O descompromisso com o conceito de nacional nos permite escapar também da armadilha da constante redução do estatuto de alguns fenômenos a regionalismos e da promoção de outros a fenômenos que passam a significar a totalidade.

São propostas teóricas cujo valor está na indicação das pesquisas a serem realizadas, contrariamente às proposições de periodização de Serafim da Silva Neto ou de Gärtner (1976), como das outras apresentadas, que se pretendem únicas, ainda que possa haver pequenas correções, a introdução de mais uma fase ou a supressão de uma fase, quando a pesquisa trazer mais dados (isto é: por mais dados que se tenha ou por mais pesquisas que se faça, há algo *a priori* que não se modificará: a seqüenciação *linear e centralizada* da perspectiva da periodização, atrelada ao conceito de Brasil, que não está em discussão.

Assim, periodizações à maneira da História Geral são marcos [provisórios] para o estabelecimento de *séries* que, comparadas com outras séries, que organizam outros dados e outras visões, produzem conhecimento na medida em que permitem ser comparadas entre si, permitem que reflitamos sobre concomitâncias, defasagens, diferentes temporalidades, rupturas e continuidades. Citamos novamente Foucault para nos ajudar a compreender esse empreendimento:

Há, em primeiro lugar, um trabalho negativo a ser realizado: libertar-se de todo um jogo de noções que diversificam, cada uma à sua maneira, o tema da continuidade. Elas, sem dúvida, não têm uma estrutura conceitual bastante

---

<sup>42</sup> Vide, no anexo desta tese, sobre esta discussão, a crítica apresentada pelo historiador Tau Golin à coleção *História da Vida Privada no Brasil* justamente pelo jogo de definição do que é central e do que é marginal na escrita da história do “Brasil”.

rigorosa; mas sua função é precisa. Assim é a noção de *tradição*: ela visa dar uma importância temporal singular a um conjunto de fenômenos, ao mesmo tempo sucessivos e idênticos (ou, pelo menos, análogos); permite repensar a dispersão da história na forma desse conjunto; autoriza reduzir a diferença característica de qualquer começo, para retroceder, sem interrupção, na atribuição indefinida da origem; graças a ela, as novidades podem ser isoladas sobre um fundo de permanência, e seu mérito transferido para a originalidade, o gênio, a decisão própria dos indivíduos. O mesmo ocorre com a noção de *influência*, que fornece um suporte - demasiado mágico para poder ser bem analisado - aos fatos de transmissão e de comunicação; que atribui a um processo de andamento causal (mas sem delimitação rigorosa nem definição teórica) os fenômenos de semelhança ou de repetição; que liga, à distância e através do tempo - como por intermédio de um meio de propagação - unidades definidas como indivíduos, obras, noções ou teorias. Assim também ocorre com as noções de *desenvolvimento* e de *evolução*: elas permitem reagrupar uma sucessão de acontecimentos dispersos; relacioná-los a um único e mesmo princípio organizador; submetê-los ao poder exemplar da vida (com seus jogos de adaptação, sua capacidade de inovação, a incessante correlação de seus diferentes elementos, seus sistemas de assimilação e de trocas); descobrir, já atuantes em cada começo, um princípio de coerência e o esboço de uma unidade futura, controlar o tempo por uma relação continuamente reversível entre uma origem e um termo jamais determinados, sempre atuantes. O mesmo acontece, ainda, com as noções de “*mentalidade*” ou de “*espírito*”, que permitem estabelecer entre os fenômenos simultâneos ou sucessivos de uma determinada época uma comunidade de sentido, ligações simbólicas, um jogo de semelhança e de espelho - ou que fazem surgir, como princípio de unidade e de explicação, a soberania e uma consciência coletiva. É preciso pôr em questão, novamente, essas sínteses acabadas, esses agrupamentos que, na maioria das vezes, são aceitos antes de qualquer exame, esses laços cuja validade é reconhecida desde o início; é preciso desalojar essas formas e essas forças obscuras pelas quais se tem o hábito de interligar os discursos dos homens; é preciso expulsá-las da sombra onde reinam. E ao invés de deixá-las ter valor espontaneamente, **aceitar tratar apenas, por questão de cuidado com o método e em primeira instância, de uma população de acontecimentos dispersos** (Foucault, 1987:25) [grifos nossos].

Para Foucault, portanto, é a primeira tarefa do historiador – e será também a do historiador da língua se quisermos que seja – pôr em questão os recortes já desde sempre aceitos sem discussão.

A periodização por nós proposta, ancorada em um gradiente de *plurilinguismo*, e que capta ao mesmo tempo o fato do contato lingüístico, da veicularização e depois da vernacularização das línguas em processo de se tornarem hegemônicas, conduz aos dois próximos blocos desta tese. Escolheremos um momento da periodização proposta para investir na **construção inicial** de uma história geral das línguas no Brasil Meridional. Desse modo, a tese revela seu caráter de projeto de pesquisa para o futuro.

O ponto escolhido será aquele que circunscreve uma micro-questão: a constituição dupla da penetração da língua portuguesa no Brasil Meridional de 1750 a 1830. Esse momento será olhado de dois lugares diferentes: 1) desde o presente, através da análise de alguns dados geo- e sociolingüísticos de regiões pertencentes ou adjuntas ao Brasil Meridional; e 2) desde o passado, com a constituição de um empreendimento de edição filológica de fontes para o estudo da língua mais escrita na região no século XVIII e XIX, o português e da análise de um micro-corpus contrastivo para estabelecer um diálogo com a produção historiográfica sobre a língua portuguesa na última década, centrada na constituição de uma sociolingüística paramétrica. Tentaremos demonstrar alguns dos princípios metodológicos ou epistemológicos expressos no primeiro bloco da tese à luz da história de penetração da língua portuguesa no território delimitado como Brasil Meridional.

= III =

## A dupla face da entrada da Língua Portuguesa no Brasil Meridional no século XVIII

“A História que eu precisaria para o meu trabalho muitas vezes não existe.”  
Pierre Bourdieu, *Coisas Ditas*, p.58

Essa epígrafe aponta para uma percepção freqüente entre aqueles que trabalham com Linguística Diacrônica. O fato de “essa história não existir” tem sido responsável pelo pouco sucesso de um dos mais célebres empreendimentos das disciplinas da linguagem: a explicação da mudança linguística *concomitantemente* por fatores internos e externos ao sistema linguístico.

O insucesso desse empreendimento decorre, entre outras coisas - da tentativa de ligar dois quadros já dados: o quadro da História e o quadro da Linguística, cada um deles gerado autonomamente, com interesses específicos e metodologias próprias de trabalho. É nesse sentido que a epígrafe de Bourdieu se refere à História: em nenhum lugar, de fato, estará a História pronta, esperando a mão do linguista para colhê-la. Essa história terá que ser escrita pelo próprio linguista concomitantemente aos seus estudos linguísticos. Escrever essa história implica aprender a historicizar os conceitos que utilizamos, implica desenvolver modos de historicizar o nosso fazer disciplinar.

Este capítulo pretende ser uma tentativa de escrever História e Linguística nessa perspectiva, focalizando uma região e uma época específicas: o Brasil Meridional de 1680 a 1830. Levanta, nesse sentido, uma hipótese histórica condutora para o trabalho linguístico-diacrônico no Sul, e propõe uma metodologia de trabalho que não trata o Português Brasileiro - o “pb” - como uma unidade, mas que se interessa pelos aspectos linguísticos próprios aos diversos ciclos históricos pelos quais o Brasil passou.

Este capítulo é oriundo de um texto que se chamou provisoriamente “*Dois Gramáticas e um Conflito*” e que se interessou por encaminhar a discussão sobre alguns pontos da *Teoria do Conflito entre Gramáticas* (TCG), da forma como ela vinha sendo desenvolvida por Kroch (1996). Abandonamos, depois, a idéia de que se tratava de discretizar duas gramáticas em conflito no sul do Brasil, e passamos a ver nosso empreendimento muito mais como o da detecção das diversas temporalidades a que estão sujeitos alguns fenômenos linguísticos.

Passamos a utilizar, então, duas *variedades* em conflito, com o campo gramatical sendo um dos campos de batalha do conflito, mas não o único: conflito entre *variantes* de uma *variável*. Essa posição é compatível com a perspectiva, implícita ou explícita em vários lugares da atual tese, de que não há interesse maior em focalizar centralmente a sintaxe e desprezar os outros “níveis” da linguagem em uma História da Língua. “Variedades em conflito” é, portanto, mais útil para colocar o trabalho na amplitude histórica que necessitamos.

## O quadro histórico da ocupação do Sul

A compreensão da instalação e da expansão da língua portuguesa no território que hoje chamamos de Brasil depende de entendermos que houve, por um lado, a aquisição desta língua por aloglotas, cuja representatividade no número total de habitantes foi muito grande, e em certas partes do território bem maior do que em outras<sup>43</sup>. Por outro lado houve, em vastas porções deste território, a expansão de uma única variedade: a *paulista*: algumas variedades históricas expandiram-se mais do que outras, na medida em que um centro de colonização estabelecia novos sub-centros que dele se desdobravam.

Daremos especial atenção à questão da *expansão no espaço físico* como um dos princípios de escritura de uma história da língua portuguesa no Brasil - a qual, por sua vez, consideramos inserir-se em uma *história lingüística* do território, história essa que não se restringe naturalmente à língua que venceu a *guerra* ou *guerras de línguas* travadas naquele espaço que veio a se constituir no que chamamos hoje de país. Uma razão para isso, entre outras, é a relação constitutiva com a conquista do espaço, vista por muitos historiadores como a **forma mesma da constituição da 'nacionalidade portuguesa'**<sup>44</sup> e, depois, numa continuidade na forma do Estado e da sociedade, da 'nacionalidade brasileira'<sup>45</sup> [aspas nossas]. Almeida (1997:56), citando António Sérgio, diz:

[...] em seu *Breve interpretação da história de Portugal*, todas as informações históricas alinham-se na direção de uma mesma idéia de nacionalidade constituída na experiência (bélica, exploratória, comercial) de expansão territorial e subsequente dominação sobre terras e povos. Sua inspiração inicial é o historiador Oliveira Martins (1845-1894).

A variedade lingüística *paulista* penetrou nas Minas Gerais e, depois da derrota dos *paulistas* na Guerra dos Emboabas, penetrou no Mato Grosso até o que é hoje Rondônia, em Goiás e no Extremo Sul:

“A primeira grande entrada paulista realmente realizada em território sul-riograndense ocorreu em fins de 1636 com Antonio Raposo Tavares à testa. Certos da

---

<sup>43</sup> Referindo-se à questão da generalização da língua portuguesa no Brasil, Mattos e Silva (2004), utilizando dados de Conrad (1978), afirma que a presença de africanos e afro-descendentes no Brasil manteve uma média de cerca de 50% durante todo o período colonial. Segundo a autora, os escravos seriam 42% no final do século XVI e mais de 50% em 1818, às vésperas da independência do país

<sup>44</sup> Talvez fosse mais apropriado reescrever 'nacionalidade' como 'conformação do estado' neste argumento.

<sup>45</sup> No que tange ao Estado, Moniz Bandeira (1998: 88) lembra que “este desenvolvimento político [o amadurecimento do Brasil enquanto Estado] se devia ao fato de que o Império do Brasil não era simples sucessor do Estado Português. Na verdade, era o próprio Estado português, [grifo nosso] que se desdobrava numa outra base geográfica, ajustara-se às condições econômicas e moldara-se à estrutura social da colônia [...].

vinda dos paulistas, haviam dois jesuítas, antigos militares, os Irmãos Bemal e Cárdenas, cercado de paliçadas a grande aldeia de Jesus Maria e feito os seus índios executar exercícios bélicos. Partindo de São Paulo com 150 brancos e 1.500 tupis tomou Raposo Tavares em janeiro de 1636 a antiga vereda das migrações primitivas, via que até 1773 seria a única a existir como estrada para o extremo Sul do Brasil.

A segunda grande bandeira invasora do Rio Grande do Sul foi a de outro (...) cabo de tropa, André Fernandes. Em meados de 1637 estava à margem do Taquari e contava mais de 300 homens. Partiu tal expedição tendo como chefe Francisco Bueno, irmão de Amador Bueno, o Aclamado, mas havendo ele falecido tomou-lhe o comando André Fernandes que, como lugar-tenente, tinha seu irmão Baltasar, o futuro fundador de Sorocaba” (Taunay, 1975:59-60) [grifo nosso].

A penetração de colonização no Extremo Sul se fez, num primeiro momento, através dos *vicentistas*<sup>46</sup> (i.é., habitantes de São Vicente) fundadores de Laguna, no litoral catarinense, que passou a ser um centro difusor da língua e da cultura *paulistas* no século XVII e nos primeiros anos do século XVIII.

Porém, desde a chegada em Sorocaba da primeira tropa de mulas em 1720, necessárias para o carregamento do ouro das Minas Gerais para o porto do Rio de Janeiro, o foco do avanço *paulista* no Sul deixou de ser o litoral e passou a ser o caminho do Planalto: Sorocaba, Lapa, Lages, Vacaria dos Pinhais, essa última uma vasta região no centro-norte do Rio Grande do Sul chamada também - até hoje - de Campos de Cima da Serra. Desconsideraremos, nesse trabalho, por uma questão metodológica, o papel lingüístico dos *vicentistas*: sua baixa representatividade demográfica, a superposição que sofreram da população açórico-madeirense, a dificuldade de se lidar com um século XVII de escassíssima ou de nenhuma documentação nos obrigam a este procedimento até a conformação de uma metodologia específica. O primeiro documento existente no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, por exemplo, data de 1701.

---

<sup>46</sup> Os *vicentistas* constituíram o que poderíamos chamar de uma ‘colonização de baixa intensidade’. Formaram alguns núcleos populacionais de poucos habitantes no final do século XVII e foram suplantados demograficamente pelos açorianos a partir da metade do século XVIII. A Santa Catarina portuguesa tinha cerca de 4 mil habitantes entre descendentes de portugueses, escravos negros e índios ‘integrados’ em 1748, quando começou a chegada dos quase 6 mil açorianos e madeirenses. Isto significou o incremento populacional em mais de 150% num curto período de tempo (1748-1752).

Mapa 2 - Itinerário das tropas de gado do sul em demanda à feira de Sorocaba (Corrêa, 2000:56)



A expansão dessa variedade *paulista*<sup>47</sup> entrou em choque com a variedade de outra expansão: aquela fomentada pela Coroa Portuguesa e que tinha por objetivo a conquista e a

<sup>47</sup> Não ignoramos os testemunhos históricos que mostram ser São Paulo uma das últimas regiões do país a abandonar a Língua Geral, como Buarque de Hollanda (1981: 88 ff.) afirma em *Raízes do Brasil*. Não queremos dizer que em São Paulo se falava homogeneamente português nesse período, o que seria negado pelas fontes históricas; trata-se, no entanto, de mostrar que São Paulo deu, a várias regiões do que viria depois a se constituir no Brasil, o rumo da lusitanização - e de uma certa lusitanização - que se operou nos e pelos conflitos lingüísticos que conformaram a variedade *paulista* do português, distinta das variedades de outras regiões. John Manuel Monteiro (1995), mostrará, entretanto, que a extensão da língua geral em São Paulo era bem menor do que se acreditava até então, de modo que esta parece ser uma questão relativamente controversa.

manutenção da margem esquerda do Rio da Prata<sup>48</sup>. Esse movimento da Coroa, que deu origem à **Colônia do Santíssimo Sacramento** em 1680, defronte a Buenos Aires, e que criou um novo sistema de *centro-e-raios* na região, ensejou um movimento populacional principalmente dos Açores mas, em menor escala, também da Ilha da Madeira, de Portugal e de outras regiões brasileiras para o litoral do Sul: Colônia, Rio Grande, Porto Alegre, Rio Pardo, Nossa Senhora do Desterro - depois rebatizada “Florianópolis” - e seu continente fronteiro são fundações desse ciclo dito “açoriano”, embora alguns possam ter preexistido à sua chegada como ínfimos povoados.

O seguinte mapa, elaborado por Koch e Mercer no âmbito do *Projeto Atlas Lingüístico e Etnográfico da Região Sul (ALERS)*, mostra-nos de maneira clara o desenvolvimento desses **dois ciclos**<sup>49</sup> de ocupação do território. Simplificamos algumas linhas para tornar mais evidente a dualidade, apagando aquelas que apresentavam movimentos populacionais mais tardios em relação ao período pesquisado. Observe-se que em Santa Catarina os açorianos ficam exclusivamente no litoral, enquanto no Rio Grande do Sul penetram, no máximo, até Santa Maria, passando por Rio Pardo; ao mesmo tempo, observe-se o movimento norte-sul dos paulistas pelo interior, em dois movimentos quase concomitantes mas que quase não se comunicam.

---

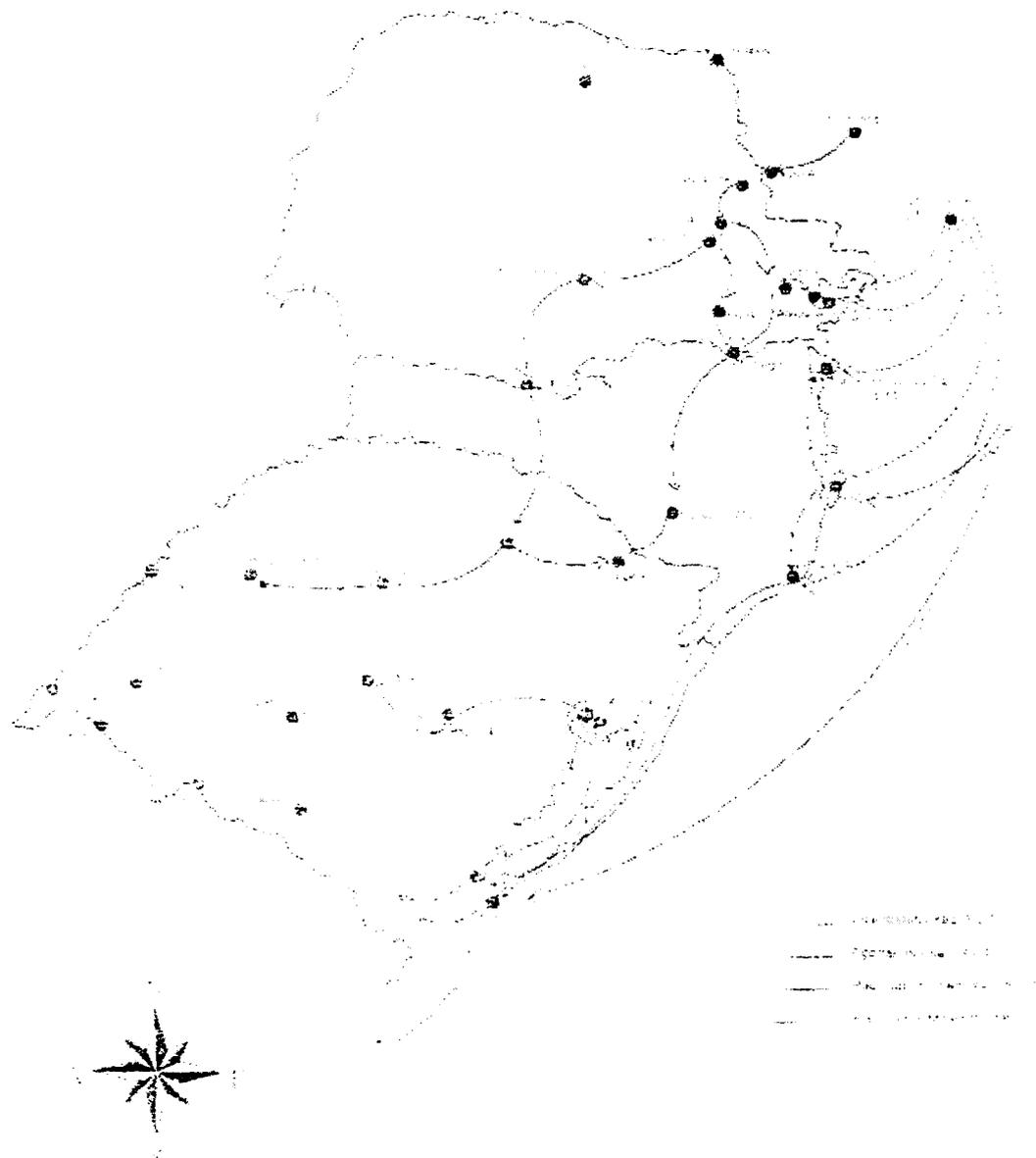
<sup>48</sup> Dezenas de obras contemporâneas e atuais descrevem os conflitos entre Portugal e Espanha pela posse da Colônia do Sacramento, principal marco desse movimento expansionista. Citaremos apenas a *Historia topographica e bellica da nova Colonia do Sacramento do Rio da Prata*, de Simão Pereira de Sá e a *Descrição da Nova Colônia do Sacramento*, de Sebastião da Veyga Cabral como obras contemporâneas e *Os Jesuítas dos Sete Povos e Tempestade sobre o Rio da Prata* como obras atuais, ambos de Rubens Vidal Araújo.

<sup>49</sup> Constam no mapa as flechas referentes ao *ciclo vicentista* que, entretanto, como dito acima, não será levado em conta nesta história lingüística. Sua indicação permanece, assim, apenas para efeito de localização.

**Mapa 3 - Ciclos vicentista e açoriano de ocupação do território. (ALERS)**

REGIÃO SUL DO BRASIL  
Expansão das etnias povoadoras

## Lusos



A percepção dessa dualidade está expressa em *Côr e mobilidade social em Florianópolis*, de Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni, trabalho decorrente de suas dissertações de mestrado orientadas por Florestan Fernandes:

Dois tipos de incentivo impulsionaram a penetração luso-brasileira na direção do sul do continente americano. Por um lado havia os objetivos da política expansionista da Coroa, que foram assegurados pelo poderio dos fortins e das armas. Por outro, a necessidade de expansão e sobrevivência da economia paulista estritamente relacionada com a possibilidade de prear o gado bravo dos pampas.

Para tanto, nesse movimento de expansão obedecia-se a duas ordens de interesse: a necessidade de diferenciação de atividade econômica da Colônia e a política expansionista da Metrópole. Da realização destes interesses desincumbiram-se os portugueses; daqueles, os paulistas. Entretanto, a partir de um dado momento pelo menos, os resultados desses interesses distintos tomaram-se coincidentes: os fortins defendem as pradarias que eram o celeiro do gado, e o apresador assegura, com a sua presença, a posse da terra disputada (Cardoso e Ianni, 1960: 3).

Em dois pontos do território especialmente, os dois movimentos se encontraram: em **Laguna**, de fundação *vicentista*, e em **Viamão**, povoação oriunda da Frota de João Magalhães<sup>50</sup>, ambas engolfadas depois pelo que Piazza (1992) chama de “*Epopéia Açórico-Madeirense*”.<sup>51</sup>

É claro: não havia cercas entre os dois sistemas de expansão, não havia uma separação rígida o suficiente para permitir a visualização das diferenças em preto-e-branco.<sup>52</sup> Daí a necessidade de se trabalhar com *índices*, *indícios*, ou *sinais* dessas discreções (Ginzburg, 1990: *passim*).

---

<sup>50</sup> “Em 1725 os lagunenses penetraram pelo sertão nos pampas (A frota de João Magalhães). Antes os paulistas já haviam corrido o litoral até a Colônia do Sacramento. Mas só em 1727, com a escalada da Serra do Mar pelo caminho de Araranguá (Francisco de Sousa e Faria) ficou aberta a grande rota que permitiu o deslocamento regular do gado dos pampas para São Paulo, de onde era redistribuído para a zona da mineração. De todo esse movimento, Laguna era o centro propulsor. Desterro ficou à margem desse processo de integração da economia do gado à vida econômica da Colônia” (Cardoso e Ianni, 1960: 9).

<sup>51</sup> “Os habitantes desta Capitania [Rio Grande do Sul] são originários dos Açores, tal como os de Santa Catarina. Todavia uns e outros pouco se assemelham: os primeiros são grandes, os outros são pequenos; aqueles são corpulentos, estes são magros. Os catarinenses têm tez amarelada, os rio-grandenses são muito brancos e têm mais vivacidade nos modos. Tais diferenças provêm naturalmente de seus regimes e hábitos. Os catarinenses vivem quase sempre da pesca ou do trabalho da terra. Os desta Capitania vivem continuamente a cavalo, fazendo exercícios violentos e respirando o ar mais puro da Terra. Os primeiros alimentam-se quase somente de peixe e farinha de mandioca, os outros comem carne e algumas vezes pão.” (Saint-Hilaire, 1974, apud Berger, 1990).

<sup>52</sup> Essa separação é mais estruturada em Santa Catarina que no Rio Grande do Sul, devido à forte barreira da Serra do Mar. É em Santa Catarina, portanto, que temos que procurar os indícios dessa diversidade. A seguinte fonte aponta para essa dualidade territorial de uma maneira muito explícita:

“(…) Que tendo sido anexada ha quatro annos a Villa de / Lages, e seu Districto, outrora

Temos, assim, um conjunto de fatos fundadores sobre os quais podemos construir uma história da língua portuguesa no Brasil meridional ligada a dois focos de expansão: um *paulista*, motivado pela expulsão de São Paulo das Minas Gerais no início do século XVIII, pelo desejo do achamento de metais e pelo interesse no *preamento* de índios (Guarani, Tape, Carijó ou Pato) e, depois, pelo desenvolvimento da economia subsidiária das tropas de mulas. Outro, o foco de expansão dos estrategistas da Coroa Portuguesa, interessados num primeiro momento no contrabando da prata que vinha de Potosi, no Alto Peru, para Buenos Aires via Salta e Tucumán e, menos imediatamente, no controle da Bacia do Prata via controle da sua desembocadura, interesse esse que foi se afirmando à medida que a economia do couro e do *tasajo* (charque) ganhou em importância (Campal, 1994: passim).

As duas variedades lingüísticas que aportam nessa região apresentam já então notáveis diferenças. Estão em curso, por hipótese, conforme o trabalho de Teyssier ou o trabalho de Tarallo, mudanças lingüísticas diferentes em Portugal e no Brasil<sup>53</sup>: enquanto na Metrópole iniciara-se já a centralização da vogal alta anterior / i /, com posteriores conseqüências em todo o sistema vocálico, em São Paulo ela permanecia com sua realização “arcaica”; enquanto em São Paulo a africacão do / t / antes de [ i ], na realização [ tʃ ], avançava, o mesmo não ocorria em Portugal; em Portugal, por outro lado, iniciava-se o “chiamento” do / s / em final de sílaba (antes de consoantes surdas), fato lingüístico que não se implantou no Brasil, exceto nos portos e suas regiões circunvizinhas (e mesmo assim não em todos, o porto de Rio Grande servindo de contra-exemplo) e, provavelmente, bem mais tarde. O sistema pronominal era já, ao que tudo indica, diferenciado ou estava se diferenciando (entre outras coisas com usos diferenciados dos pronomes de tratamento ‘tu’ e ‘você’) com conseqüências no sistema verbal, na ordem das orações e na freqüência no uso dos clíticos, como tentaremos observar de modo indiciário nos capítulos seguintes.

Algumas fontes apontam para a realidade sociológica do termo *paulista* no Brasil Meridional do século XVIII e começo do século XIX, no sentido de apontar para a percepção de sua existência como grupo distinto de *portugueses reinóis* ou de outros falantes de português, de outras regiões do que viria a ser o Brasil. O termo *paulista* ou ainda *portugueses de São Paulo* surge nas fontes castelhanas do período com muita

---

pertencentes a São Paulo, / a esta Provincia, ainda hoje lhe he tão estranho aquelle / Districto, como d’antes, por falta de meyo de communi= / cação; pois que tendo se deixado obstruir, e fexar, senão / de propósito, ao menos pelo mais criminôso desleixo o ca= / minho que d’aquella Villa guiava ao Continente fronteiro / a esta Ilha; o qual tendo sido aberta em 1789 só se conser= / vou vadeavel até 1806; as mui raras communicações q. / ha entre aquelle Districto, e esta Provincia são com direção / pela Villa de Laguna, através d’espessas mattas ainda / virgens, infestadas de gentio indomito, e por hum caminho / asperissimo, sendo preciso [ilegível] penoso tracto atravessar / vinte vezes hum só Rio sem que haja Pontes, nem meyo / de passagem (...)” Correa, A.R.C., Gesser, M.S e Silva, L.C. (1995: doc. 22).

<sup>53</sup> O termo “Brasil” aplicado naquele tempo e neste contexto específico confunde-se com “São Paulo”, porque não há realidade outra do que considerar que o chamado ‘Brasil’ era um conjunto de centros de colonização grandemente isolados entre si.

freqüência, mais do que *brasileiro*, por exemplo, termo de menor realidade sociológica<sup>54</sup>. Esse argumento é bastante relevante no sentido de mostrar a associação entre identidade e língua - dado que estamos levantando a existência de uma variedade paulista já no século XVIII - , e mostrar que essa configuração identitária, expressa no termo ‘paulista’ ou ‘português de São Paulo’, já existia com força naquele momento histórico (como aliás em qualquer outro), reforçando assim a idéia da importância de analisarmos antes as forças centrífugas que as forças centrípetas que atuaram na formação do chamado “português brasileiro”.

A primeira dessas fontes, tomadas como exemplificação de *tipos de textos* e, portanto, de lugares institucionais diferentes onde se dá a percepção dessa identidade, provém de um processo judicial<sup>55</sup> do ano de 1770 contra o *paulista* Manuel Antonio de la Luz, preso na Banda Oriental e julgado pela justiça de Montevidéu. A fonte não se refere a ele como *brasileiro*, mas sempre como *paulista*:

Ano 1770, Doc. n° 14 - Criminal del Paulista Manuel Antonio de la Luz, p. 08.

[...] Preguntado que como sellama el referido preso y queleá oydo [de<sup>a</sup> sô.] la tropa de animales que les quitaron: alo prim.º responde haver le oydo de que se llama Man.l Ant.º que asi Pase a el español, y que le dixo ser **Paulista** [grifo nosso], y que en lo demas solo entiendo el declar.º haverlos avansado por ladrones resp.º no haver mas [velo dhõ.] que quien podra decirlo mejor es su Sarg.º quien lo encaminó, que es quanto dixo tener que declar.º que en esa túve las preg.º que se le han echo, y toda la verdad encargo desujuram.to que és m.ºr deveinte y cinco años y no son comprend.º en las grates de la Ley a que fue impuesto [...].

A segunda fonte provém do Uruguaypiri de Danilo Antón e se refere à vida e à obra do *payador* e poeta uruguaio Joaquín Lenzina (1760 - 1860) - mais conhecido como Ansina.

Ansina foi o grande poeta do artiguismo, e escreveu em castelhano, guarani e português, línguas que dominava com desenvoltura. Sua desenvoltura com estas línguas mostra também a estrutura do plurilingüismo da região no final do século XVIII. A obra

---

<sup>54</sup> Não temos, evidentemente, dados quantitativos sobre isso: é uma impressão de leitura de fontes a ser confirmada com um trabalho futuro. É provável, entretanto, se tomarmos a documentação gerada pelos jesuítas castelhanos das Missões paraguaias, um dos alvos preferidos dos bandeirantes, ser *paulista* termo bastante comum.

<sup>55</sup> Esta fonte foi localizada e transcrita nos Archivos Judiciales do Uruguai, onde tivemos a oportunidade de estar por 20 dias com recursos do FUNPESQUISA da Universidade Federal de Santa Catarina em fevereiro de 1995. A pesquisa realizada então aconteceu no Archivo General de la Nación, nos Archivos Judiciales, na sala de documentação da Biblioteca Nacional e no Archivo de la Curia Metropolitana, em Montevidéu, e no Archivo Regional de la Colonia del Sacramento, na cidade de Colonia.

deste autor em guarani e em português perdeu-se praticamente toda<sup>56</sup>. A obra em castelhano foi editada pelo arqueólogo, escritor e viajante suíço Daniel Hammerly Dupuy, que recebeu os manuscritos em Assunção de um dos filhos do Mariscal Solano López, Juan Leon (Antón et alii, 1996).

[...] Ansina había nacido en Montevideo por 1760 de madre y padre esclavos, a quienes no conoció, pasó su niñez en trabajos de mandadero y aguatero. En su juventud se embarcó en un mastelero [...], del que logró escapar a nado frente a las costas de Brasil. [...] al escapar terminó cayendo en las manos de los esclavistas portugueses de São Paulo. Allí, Ansina aprendió a odiar a los negreros portugueses y **también a hablar perfecto el portugués de São Paulo, que hizo que más de una vez en su vida lo confundieran con “paulista”** [grifo nosso]. Después de varios años, fué vendido para trabajar en las misiones orientales que en esse entonces estaban en manos portuguesas. Fue allí que conoció a Artigas [...]. Sabemos que en esse momento Artigas lo compró y ya de regreso a la tierra [...] le cedió su libertad. Corría la primera década del siglo XIX (Antón, 1996:48).

Para além da realidade sociológica de *paulista*, há fontes que apontam para a realidade lingüística da diferença que apontamos, argumento esse ainda muito mais determinante para fixar as variedades *paulista* e *açoriana* como a base da pesquisa para o Brasil Meridional nesse período que precedeu a chegada dos imigrantes europeus no Sul. É o que indica a seguinte fonte, que poderíamos chamar de uma “fonte burkeana”, no sentido de ser um dos filões principais explorados pelo historiador cultural inglês Peter Burke: fontes que captam a percepção dos fenômenos por parte dos contemporâneos, e que permitem, portanto, que nos aproximemos desses fenômenos pela ótica das pessoas que conviveram com eles, da ‘partição do mundo’ praticada num determinado momento e contexto histórico. É o caso desse trecho do documento editado por Miranda, F.G., Saraiva, J.P.A. e Vieira, S.F. no código *Ofícios dos Juizes de Fora para o Presidente da Província (1814-1821)*, constante no anexo digital desta tese, em cd-rom:

---

<sup>56</sup> Alguns poemas satíricos em *portuñol*, entretanto, salvaram-se, como os seguintes versos ironizando os portugueses e bandeirantes (Antón, 1996:50):

Vosso principe regente  
Não e para conquistar  
nasceu só para falar  
Mais aqui ya é diferente

Cielito, cielo que sí  
Cielito de Portugal,  
vosso sepulcro vai ser  
sem dúvida a Banda Oriental

Cielito, cielo que sí  
Entonces habrá que cantar  
¡ Os bandeirantes o Prata  
Tragó como a peixes do mar!

[...] encontramos / pelas 11 horas pouco mais ou menos da / mesma noite na Rua do Vinagre junto / à porta de um tal Fayal, bem de frente / da travessa que toma para a Rua Augusta / huns oito vultos, dois ou trez dos quaes com / borretinas do uniforme de cavallaria / de S. Paulo, ao presente destacada nesta V<sup>a</sup> [corroído] os mais vestidos de ponxes com chapéos / dezabados, os quaes fomos reconhecer da par- / te da Justiça, como era da nossa obrigação / *declarando serem soldados do Regim<sup>to</sup> / d. São Paulo - como com effeito erão, e se / conhecerão pela diferença e singularidad.<sup>e</sup> da sua voz e pronúncia* - que ali se acha- / vão com licença do seu Then.<sup>e</sup> Cor.<sup>El</sup> comand.<sup>Te</sup> [...] <sup>57</sup> (Miranda, F.G., Saraiva, J.P.A. e Vieira, S.F., 1996:17) [grifo nosso].

A percepção, portanto, da singularidade da “voz e da pronúncia” dos *paulistas* por parte de um juiz atuando na Ilha de Santa Catarina em 1816, é um fato dos mais relevantes para assegurar essa realidade sociológica e, mais do que isso, lingüística, da qual precisamos para opor, de uma forma específica, as duas variedades.

Essas duas variantes lingüísticas condicionam, de certo modo, praticamente todas as expansões populacionais futuras no Sul (exceto no caso do norte do Paraná, que recebeu, já no século XX, um fluxo tardio de mineiros e capixabas), porquanto mesmo falantes de outras línguas, na sua expansão, levaram características de uma ou de outra variedade no bilingüismo e depois no monolingüismo em português.

Os *açorianos* do Rio Grande do Sul, que chegaram para ocupar as Missões depois da expulsão dos Guarani, nunca chegaram a fazê-lo: permaneceram durante anos aguardando o desfecho da disputa diplomática entre Portugal e Espanha para a fixação definitiva dos limites e, enquanto isso, estabeleceram-se de forma definitiva no Porto dos Casais (hoje Porto Alegre), em Triunfo, Viamão, Rio Pardo, Cachoeira e Santa Maria (da Boca do Monte). Expandiram-se, portanto, das povoações originais para uma área bem determinada no centro-leste da Capitania, incluindo também Santo Antônio da Patrulha, Camaquã, Tramandaí, Mostardas, São José do Norte. Os *açorianos* do litoral catarinense, ao contrário, não se expandiram para o interior: ficaram circunscritos à estreita faixa de terra entre o mar e a serra, deixando o planalto para a ocupação *paulista* e os vales para os camponeses alemães chegados principalmente depois de 1830 e italianos chegados depois de 1875.

Tanto no Rio Grande do Sul como em Santa Catarina, entretanto, a **variedade lingüística açoriana** expandiu-se para além dos limites da própria expansão *açoriana* original [vide mapa das etnias colonizadoras na página 79]: os imigrantes italianos e alemães levaram para o interior a variedade *açoriana* do litoral (primeira variedade do português com a qual tiveram e se mantiveram em contato), embora de forma intermitente (já que conseguiram manter suas próprias línguas até há uma ou duas gerações). Em Santa Catarina, colonos alemães ocuparam os vales dos rios Itajaí-Açu, Itajaí-Mirim e Tijucas, aportando ainda em São Francisco do Sul e povoando a região de Joinville e seu interior.

<sup>57</sup> Documento editado por Miranda, F.G., Saraiva, J.P.A. e Vieira, S.F. (1996) no códice *Ofícios dos Juizes de Fora para o Presidente da Província (1814-1821)*.

No Rio Grande do Sul os imigrantes se estabeleceram inicialmente ao longo do Rio Jacuí e ao longo do Rio dos Sinos.

Com os *paulistas* - ou “birivas”<sup>58</sup> (riograndenses de origem paulista) - ocorreu o mesmo. Expandiram-se da área original de Vacaria para todo o Noroeste: Passo Fundo, Carazinho, Cruz Alta, Santo Ângelo, passando com isso a ocupar as Missões, inicialmente destinadas aos *açorianos*.

Os imigrantes cumpriram um papel importante na propagação dessas variedades do português: os alemães e italianos das “Colônias Velhas”, ao se esgotarem as possibilidades de povoamento na Serra Gaúcha, marcharam, quase 150 anos depois do estabelecimento dos *paulistas*, para as Missões, fundando Ijuí, Santa Rosa e outras “Colônias Novas”. Levaram sua versão da variedade *açoriana* para o meio da área biriva. Algumas gerações depois seus descendentes, já parcialmente “abirivados”, marcharam sobre o oeste de Santa Catarina, Paraná, e depois Mato Grosso do Sul e do Norte, criando o corredor que hoje escoam camponeses sulistas para a Amazônia Legal e até para o sertão nordestino<sup>59</sup>.

É possível, como vimos, apontar no mapa esses **dois ciclos** e marcar seus limites. Isso feito, os atlas lingüísticos podem então nos dar um panorama das diferenças lingüísticas entre os territórios de cada um deles. Santa Catarina, neste particular, é um território privilegiado: as escarpas da Serra Geral são ali mais abruptas, dificultando o contato entre o litoral e o planalto até há pouco tempo. Além disso, a própria conformação política favoreceu esse isolamento das duas áreas: Lages, a única povoação do Planalto, foi incorporada à Capitania de Santa Catarina apenas em 1818, fazendo parte, antes disso, da Capitania de São Paulo, cujos limites iam até a fronteira com o Rio Grande do Sul.

### **Conflitos entre identidades, culturas e variedades lingüísticas**

Se a descrição da situação histórica que aponta para a realidade sociológica destes dois ciclos de penetração sobre o território tem conseqüências lingüísticas concretas no nível do léxico, do nível fonético-fonológico e ainda implicações sintáticas, necessitam de um modelo de trabalho que dê conta de apreender, ainda que *indiciariamente*<sup>60</sup>, as diferenças entre o que seriam identidades e variedades lingüísticas em conflito no século XVIII e XIX.

---

<sup>58</sup> Num outro momento seria necessário fazer um estudo sobre esta categoria identitária – biriva – que significa a nativização do paulista no Rio Grande do Sul na percepção dos não-biriva. Categorias identitárias de vários tipos são constructos importantes para a manutenção ou desaparecimento de variedades lingüísticas.

<sup>59</sup> Para uma breve história dessa expansão ou ‘diáspora’ vide Borges (1995), especialmente o cap. III, “Gaúchos em Mato Grosso”. Vide ainda “A diáspora gaúcha” (Revista Veja, 24.02.1996) e “O país pula a cerca” (Revista Veja, 19.07.1995).

<sup>60</sup> Porque escaparia ao âmbito de uma tese como esta investir centralmente em captar esta oposição lingüística entre os dois ciclos, empreendimento que será levado a cabo em uma fase posterior das nossas pesquisas.

Dessa maneira, poderíamos correlacionar as variedades umas com as outras não mais de uma forma neutra como a lingüística insiste em fazer quando diz '*todas as variedades são iguais*', apagando com isso a realidade mais palpável de que elas se relacionam em um sistema de **poder**. Passamos a poder fazê-lo através da descrição histórica dessa estratificação de poder, lançando mão de teorias tanto das formas de estruturação desse poder em diferentes sociedades (Foucault, Bourdieu e De Certeau), como da forma particular que línguas, variedades e idéias sobre as línguas circulam numa dada sociedade (Burke, Porter).

Para além desse ponto, no entanto, essa perspectiva de *Conflito entre Variedades* nos abriria um campo de pesquisa por poder ser relacionada com um modelo de História como o proposto por Ginzburg e outros historiadores, que focalizaria especialmente o *Conflito entre Culturas* como um dos móveis da História: não um conflito entre povos diferentes, possuidores de culturas diferentes e que se enfrentam em grandes batalhas - o que pressupunha sempre uma concepção homogênea de cultura - mas um conflito micro e cotidiano, longe da visibilidade dos historiadores mais tradicionais, conflito esse que se tornou objeto de interesse da História apenas com os desenvolvimentos epistemológicos das últimas décadas.

No modelo utilizado por Ginzburg em sua obra *O Queijo e os Vermes*, por exemplo, culturas diferentes situam-se frente a frente em manobras de poder e dissimulação. No caso específico, uma cultura urbana enfrenta uma cultura rural, uma cultura escrita e letrada enfrenta uma cultura oral camponesa<sup>61</sup>: o inquisidor enfrenta sua vítima, o camponês que apregoava que o mundo era um queijo e os homens vermes que saíram do seu interior.

O conflito nos permite focalizar os seus símbolos como armas e, uma vez no domínio dos sistemas simbólicos, passamos a ver as línguas ou, mais especificamente, as variantes do sistema de variação, por vezes aparentemente irrisórias, como campos de disputa inseridos em campos ainda maiores, como batalhas localizadas que, junto com outras em outras partes do sistema simbólico, formam a permanente guerra de defesa e ataque da ou pela hegemonia. Superamos assim, de certa forma, o conceito marxista de "Luta de Classes", passando a integrá-lo novamente numa nova dimensão - não acima mas ao lado de outras categorias sociais definidoras de identidade - na medida em que aceitamos que a dialética é a do *conflito*, agora muito mais generalizado, em muito mais frentes, e com muito mais armas. Reencontraremos, portanto, esta dialética, redimensionada por uma teoria das trocas, na maioria das vezes não pacífica, dos sistemas simbólicos.

O antropólogo Clifford Geertz nos dá a seguinte contribuição à discussão do conceito de cultura:

---

<sup>61</sup>A. Kroeber e C. Kluckhohn (1952), no seu *Culture: A critical review of concepts and definitions*, Cambridge, Massachussets (1952) apontam cerca de trezentas definições de cultura e é evidente que, de alguma maneira, a forma como definirmos o conceito estabelecerá os limites da correlação possível com a história da língua.

“Once upon a time, not so very long ago, when the West was a good deal more sure of itself, of what it was, and what it wasn’t, the concept of culture had a firm design and a definite edge. At first, global and evolutionary, it simply marked the West, rational, historical, progressive, devotional, off from the Non-West, superstitious, static, archaic, magical. Later, when, for a host of reasons, ethical, political, and wistfully scientific, this seemed too crude, and too candid, the need for a more exact, more celebratory representation of the world elsewhere came into being, and the concept shifted to the life-way-of-a-people form familiar to us now. Islands, tribes, communities, nations, civilizations... eventually classes, regions, ethnic groups, minorities, youth (in South Africa even races, in India, even sects) ... had cultures: manners of doing things, distinct and characteristic, one apiece. Like most powerful ideas in the human sciences, this notion came under attack virtually as soon as it was articulated; the clearer the articulation, the more intense the attack. Questions rained down, and continue to rain down, on the very idea of a cultural scheme. Questions about the coherence of life-ways, the degree to which they form connected wholes. Questions about their homogeneity, the degree to which everyone in a tribe, a community, or even a family (to say nothing of a nation or a civilization) shares similar beliefs, practices, habits, feelings. Questions about discreteness, the possibility of specifying where one culture, say the Hispanic, leaves off and the next, say the Amerindian, begins. Questions about continuity and change, objectivity and proof, determinism and relativism, uniqueness and generalization, description and explanation, consensus and conflict, otherness and commensurability - and about the sheer possibility of anyone, insider or outsider, grasping to vast a thing as an entire way of life and finding the words to describe it. Anthropology, or anyway the sort that studies cultures, proceeds amid charges of irrelevance, bias, illusion, and impracticability.

But it proceeds. No matter how much one trains one’s attention on the supposedly hard facts of social existence, who owns the means of production, who has the guns, the dossiers, or the newspapers, the supposedly soft facts of that existence, what do people imagine human life to be all about, how do they think one ought to live, what grounds belief, legitimizes punishment, sustains hope, or accounts for loss, crowd in to disturb simple pictures of might, desire, calculation, and interest. Everyone, everywhere and at all times, seems to live in a sense-suffused world, to be the product of what the Indonesian scholar Taufik Abdullah has nicely called a history of notion-formation. Bent of certitude, Olympianism, or codifiable method, or simply anxious to pursue a cause, one can ignore such facts, obscure them, or pronounce them forceless. But they do not thereby go away. Whatever the infirmities of the concept of “culture” (“cultures”, “cultural forms”...) there is nothing for it but to persist in spite of them. Tone deafness, willed or congenital, and however belligerent, will not do” (Geertz, C., 1996:42-3).

Dadas estas considerações históricas sobre a ocupação do Brasil Meridional e esta discussão preliminar sobre as identidades dos grupos colonizadores, passemos agora à observação das variedades propriamente ditas, a partir de dados geolinguísticos e sociolinguísticos.

## Diferenças fonéticas e morfo-sintáticas entre as duas variedades históricas da língua portuguesa no Brasil meridional: A geografia lingüística do Sul

*Se é trabalho ouvir a língua que não entendeis,  
quanto maior trabalho será haver de entender  
a língua que não ouvis?*

Antonio Vieira, *Sermão do Espírito Santo*

Este capítulo pretende analisar algumas cartas do Atlas Lingüístico e Etnográfico da Região Sul (ALERS) para pensar nos mapas como instrumento para a escrita da história da língua portuguesa nesta parte do Brasil. A seguir, utilizará dados do Projeto Variação Lingüística no Sul (Varsul) para analisar sociolingüisticamente o uso das formas de tratamentos / pronomes pessoais ‘tu’ *versus* ‘você’ e a concordância verbal em quatro pontos estrategicamente escolhidos do Brasil Meridional.

Pretende-se demonstrar a materialidade da diferença lingüística entre as duas variedades, a *paulista* e a *açoriana*, nos traços encontráveis hoje sobre o território dos estados sulinos, e que podem ser rastreadas à sua origem histórica, na medida em que contamos com descrições - por exemplo a *História da Língua Portuguesa* de Teyssier (1997) - que apontam para os momentos do surgimento destes traços, enquanto variantes, na Língua Portuguesa.

Apresentaremos, portanto, alguns mapas de Santa Catarina e/ou da Região Sul como um todo, que mostrarão isoglossas bem definidas dividindo as áreas *paulista* e *açoriana* da colonização do Sul, com repercussões nos níveis fonético-fonológico e morfo-sintático. Trataremos neste capítulo sobretudo de Santa Catarina, mas também do Paraná e, em alguns casos, do Rio Grande do Sul. Ficarão momentaneamente de fora os territórios lusófonos do Uruguai, porque infelizmente não tivemos acesso aos materiais do Atlas Lingüístico Diatópico y Diastrático del Uruguay (ALDDU), territórios estes que são, entretanto, um campo de pesquisa privilegiado para a investigação histórica desta língua por serem talvez o único território em que as variedades populares e rurais do português sobrevivem sem o “guarda-chuva” da Norma Lingüística do português, lá evidentemente substituída pela norma do espanhol quando da tomada de posse efetiva do território por parte do Estado Uruguaio, a partir de 1850.

Uma análise detalhada do material do ALERS e do ALDDU, de forma comparativa, nos permitiria verificar como essas variáveis que queremos focalizar conviveram com diferentes histórias de contato, justamente na região onde o contato entre as duas variedades foi a mais intensa e o isolamento o menor possível. Nosso trabalho poderá, portanto, apenas levantar questões para futura exploração.

Neste capítulo apresentaremos apenas a discussão sobre a africacão do /t/ antes de [i] e a discussão sobre a geografia do ‘tu’ e do ‘você’ nesta região, o primeiro para mostrar um fato fonológico da diferença, o segundo pelos reflexos da morfologia, isto é, da escolha do pronome e da concordância ou não do verbo com o sujeito pronominal sobre a sintaxe, mais especificamente sobre possíveis diferenças no preenchimento ou não do sujeito.

Os dados para o estudo das variáveis eventualmente interessantes estão nos itens do Questionário Fonético-Fonológico (QFF) do Projeto Atlas Lingüístico e Etnográfico da Região Sul (ALERS)<sup>62</sup>, aqui citados em nota de rodapé. O mesmo valerá para o nível morfo-sintático.<sup>63</sup> Estas variáveis podem, em futuros estudos, confirmar os contornos dados às variedades históricas do português no sul, ou ainda desconfirmá-los e/ou refiná-los.

---

<sup>62</sup> Palatalização do [s] ~ [z] em coda silábica

QFF 55 - ‘dez’, QFF 21 - ‘lesma’, QFF 29 - ‘asa’ (?), QFF 41 - ‘corda’ (?), QFF 51 - ‘dois’, QFF 52 - ‘três’, QFF 53 - ‘seis’

- Retroflexivização do [r] em coda silábica

QFF 09 - ‘revólver’, QFF 14 - ‘calor’, QFF 16 - ‘fervendo’, QFF 19 - ‘gordura’, QFF 38 - ‘corta’

- Redução do quadro vocálico em final átono de palavra (quadro com 5 vogais versus quadro com 3 vogais)

QFF 04 - ‘genro’, QFF 05 - ‘compadre’, QFF 07 - ‘americano’, QFF 08 - ‘advogado’, QFF 11 - ‘muito’, QFF 16 - ‘fervendo’, QFF 30 - ‘galo’, QFF 31 - ‘choco’, QFF 34 - ‘queijo’, QFF 37 - ‘almóço’, QFF 39 - ‘maço’, QFF 45 - ‘carro’, QFF 46 - ‘jato’, QFF 47 - ‘caro’, QFF 56 - ‘dezesete’, QFF 57 - ‘vinte’

- Redução de [l] a [vogal] ou [r]

QFF 15 - ‘calção’, QFF 09 - ‘revólver’, QFF 37 - ‘almóço’

- Ditongação

QFF 10 - ‘paz’, QFF 26 - ‘cruz’, QFF 34 - ‘queijo’, QFF 48 - ‘queixo’, QFF 51 - ‘dois’, QFF 52 - ‘três’, QFF 53 - ‘seis’, QFF 55 - ‘dez’

<sup>63</sup> QMS 07.g - Pronomes de tratamento do “informante com seu irmão/vizinho”

QMS 07.b - Concordância em pessoa no trato de “filho com sua mãe”

QMS 07.c - Concordância em pessoa no trato de “pai com seus filhos”

QMS 07.d - Concordância em pessoa no trato do “informante com o prefeito”

QMS 07.e - Concordância em pessoa no trato do “informante com soldados”

QMS 07.i - Pronomes de tratamento do “informante com seus filhos”

QMS 07.j - Pronomes de tratamento do “informante com o prefeito do seu município”

QMS 07.k - Pronomes de tratamento do “informante com soldados/ rapazes”

QMS 08.b - Formas de tratamento do “informante com uma anciã”

É grande o potencial da análise da distribuição das variantes lingüísticas sobre o território para a história da língua. Os mapas nos permitirão visualizar, quando estivermos em condições de os compararmos com a distribuição das variantes encontradas na documentação dos séculos XVIII e XIX - o que temos chamado nesse texto de **índices** - quais variantes estavam penetrando no território e qual sua origem. Esse conhecimento, por sua vez, permitirá a compreensão dos avanços e dos recuos das variedades lingüísticas na ocupação do território brasileiro. Teremos, pois, dois mapas: um propriamente dito, apresentando a expansão das variedades no século XX, outro - virtual, se o quisermos - apresentando as tendências de certas variáveis na documentação da Colônia ou do Império, possibilitando um cruzamento de olhares.

### O quadro geo-lingüístico do Sul

Passemos agora à análise mais detalhada de duas questões a propósito de diferenças lingüísticas constatáveis a partir de mapas produzidos pelo *Projeto ALERS*, que, apontando para áreas de homogeneidade e heterogeneidade em traços hoje encontráveis sobre o território, permite a superposição dessa realidade a mapas de expansão geográfica e, portanto, permite a obtenção de relações entre ciclos históricos determinados e determinadas características lingüísticas.

Algumas isoglossas, como veremos, dividem quase que perfeitamente as áreas *paulista* e *açoriana* de colonização. Tomaremos apenas duas características para fins da análise aqui proposta, deixando a apresentação de um estudo detalhado das diferenças dialetais do presente que possam lançar luzes sobre a história da penetração da língua portuguesa no chamado Brasil Meridional para outra oportunidade.

- a africção ou não da palatal oclusiva / t / (fenômeno extensível também à oclusiva / d / ) e
- o uso do < tu > e do < você > como pronome de tratamento íntimo

Tomamos as fronteiras atuais existentes entre variantes de uma variável, na definição laboviana, como indício de movimentos demográficos específicos ocorridos sobre o território no passado, eles nos fornecem *pistas* sobre movimentos populacionais do passado.

Os dados para esta análise provêm de Hilda Vieira (2004), “Resultados do ALERS em Santa Catarina: Africção Palatal da Oclusiva /T/ nas zonas rural e urbana” e do *Projeto Integrado CNPq n° 522325/94-7*, sob a coordenação-geral do Prof. Walter Koch (UFRGS) com resultados publicados nos primeiros dois volumes do ATLAS LINGÜÍSTICO E ETNOGRÁFICO DA REGIÃO SUL .

Apesar de haver uma série de variáveis que têm sido focalizadas para diferenciar o chamado ‘Português brasileiro’ do chamado ‘Português europeu’ e que poderiam ser importantes, noutra ótica, para individualizar o que seria o português de São Paulo no

século XVIII e o português insular ou peninsular do mesmo século como por exemplo a palatalização do /s/ em final de sílaba<sup>64</sup>, tomaremos aqui apenas, como dito, as duas questões apontadas, uma de nível fonético-fonológico: a africacão do /t/ antes de [i], e outra de nível morfo-sintático: o uso de “tu” ou de “você” no tratamento dado por um irmão a outro irmão.

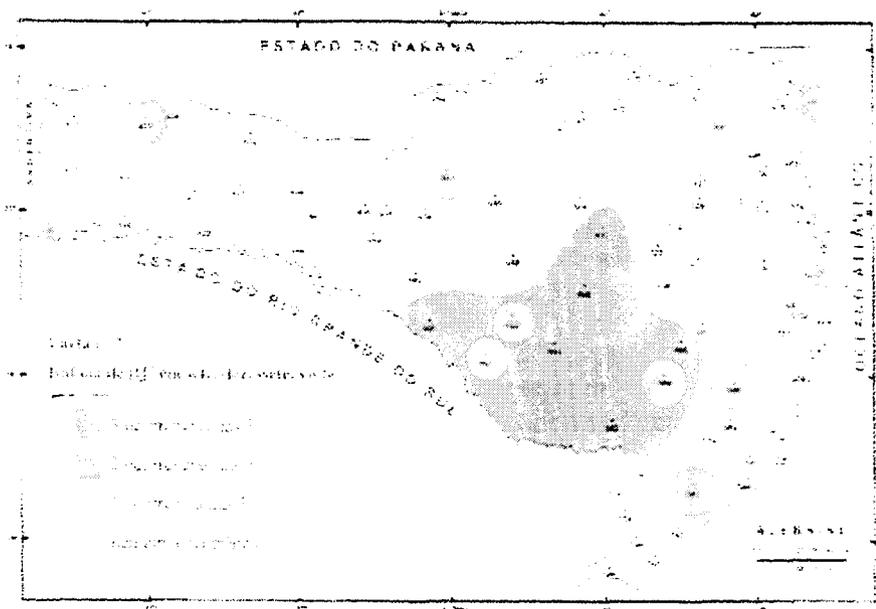
### A africacão do [t] / [d] antes de [i]: { /t/ \_ [i] => [tʃ] }

Tomamos aqui dois mapas, que a lingüista Hilda Vieira usa para expressar a oposição entre a ocorrência da africacão de /t/ em sílabas átonas e a sua ocorrência em sílabas tônicas.

Na carta nº 2, a seguir, que por uma questão de abrangência resolvemos apresentar antes da carta nº 1, vemos a circunscrição da área de africacão na parte sul do Planalto Catarinense, mais ou menos nos limites da região de Lages e dos seus antigos distritos.

#### Mapa 4 - Isófona da africacão do /t/ em sílaba átona final de vocábulo, no estado de Santa Catarina, Brasil (Vieira, 2004).

Carta no. 2 - Isófona da africacão do /t/ em sílaba átona final de vocábulo, no Estado de Santa Catarina, Brasil.



<sup>64</sup> A palatalização do /s/ em final de sílaba, segundo Teyssier (1997:54 f.) é inovação do século XVIII e teria origem em Portugal, propagando-se desde lá:

“O primeiro testemunho que possuímos sobre essa pronúncia é o de Luís António Verney (Verdadeiro Método de Estudar, 1746)<sup>64</sup>, o qual declara que “todo o -s pronunciam como x”; e acrescenta: Não só o s final pronunciam como x, mas também o z final, o que V.P. pode ver em diz, Luiz, fiz”.

século XVIII e o português insular ou peninsular do mesmo século como por exemplo a palatalização do /s/ em final de sílaba<sup>64</sup>, tomaremos aqui apenas, como dito, as duas questões apontadas, uma de nível fonético-fonológico: a africacão do /t/ antes de [i], e outra de nível morfo-sintático: o uso de “tu” ou de “você” no tratamento dado por um irmão a outro irmão.

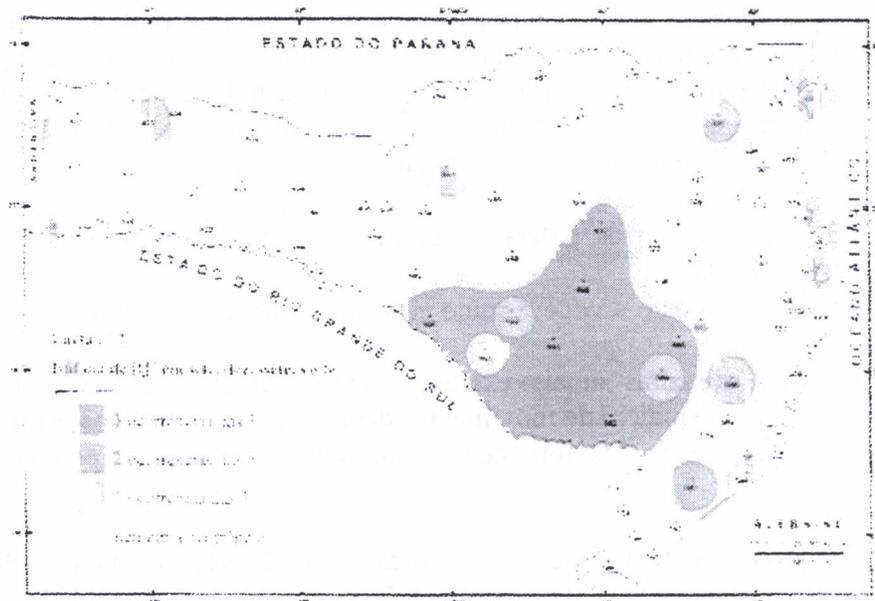
#### A africacão do [t] / [d] antes de [i]: { /t/ \_ [i] => [tʃ] }

Tomamos aqui dois mapas, que a lingüista Hilda Vieira usa para expressar a oposição entre a ocorrência da africacão de / t / em sílabas átonas e a sua ocorrência em sílabas tônicas.

Na carta n° 2, a seguir, que por uma questão de abrangência resolvemos apresentar antes da carta n° 1, vemos a circunscrição da área de africacão na parte sul do Planalto Catarinense, mais ou menos nos limites da região de Lages e dos seus antigos distritos.

#### Mapa 4 - Isófona da africacão do /t/ em sílaba átona final de vocábulo, no estado de Santa Catarina, Brasil (Vieira, 2004).

Carta no. 2 - Isófona da africacão do /t/ em sílaba átona final de vocábulo, no Estado de Santa Catarina, Brasil.

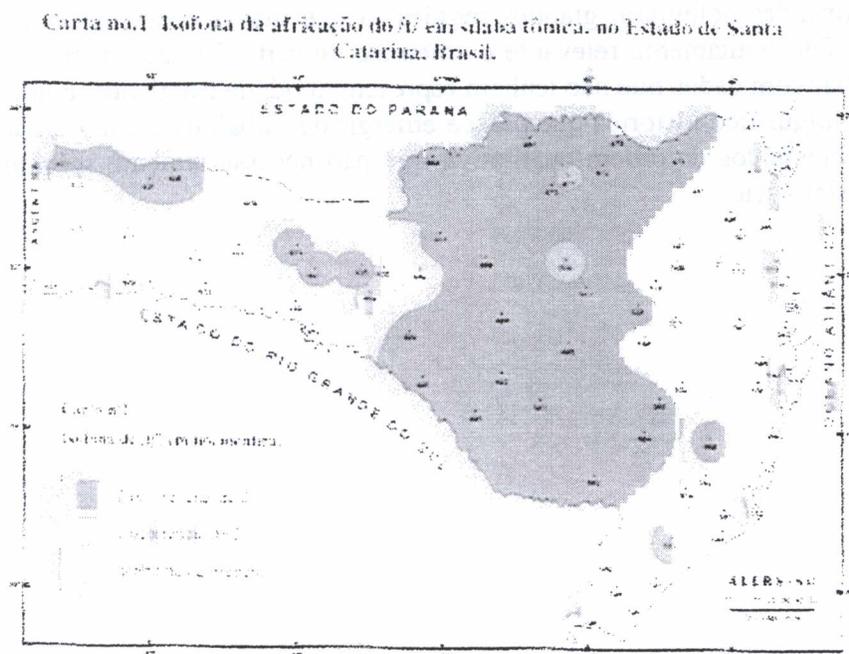


<sup>64</sup> A palatalização do /s/ em final de sílaba, segundo Teyssier (1997:54 f.) é inovação do século XVIII e teria origem em Portugal, propagando-se desde lá:

“O primeiro testemunho que possuímos sobre essa pronúncia é o de Luís António Verney (Verdadeiro Método de Estudar, 1746)<sup>64</sup>, o qual declara que “todo o -s pronunciam como x”; e acrescenta: Não só o s final pronunciam como x, mas também o z final, o que V.P. pode ver em diz, Luiz, fiz”.

Já a segunda carta (a nº 1 da autora), que apresenta a africação em posição tônica, o quadro se expande para abranger quase que exatamente toda a área da marcha *paulista* no território do que é hoje Santa Catarina. Note-se que a africação que ocorre fora dessas áreas, além de ser pontual, ainda em geral tem uma representatividade mais baixa (em termos de proporção de ocorrência num conjunto lexical dado) do que a escura faixa em sentido norte-sul que coincide com o que temos chamado de área *paulista*.

**Mapa 5 - Isófona da africação do /t/ em sílaba tônica, no estado de Santa Catarina, Brasil (Vieira, 2004)**



Estamos assumindo, como o faz Teyssier (1997: 83), que essa africação é um fenômeno que emergiu no Brasil no século XVIII, fatos que permitem rastrear a oposição com um suposto *português açoriano* que, com todas as diferenças em relação ao *português peninsular*, se mantinha, nesse particular, no seu âmbito, como o indica a atual fala dos descendentes dos açorianos em Santa Catarina (cf. Furlan, 1989). Teyssier inclui esse item no capítulo “Aspectos Inovadores da Português Brasileiro” e afirma, ressaltando já essa exclusão do “sul do país” do fenômeno de africação, generalizando demasiadamente:

“g) Nos grupos ti e di, as oclusivas [t] e [d] são geralmente palatalizadas: ex.: tio, mentiu, sentir, pentear, te vejo, dito, pediu, diferença, de lá. Ouve-se [ty] e [dy], e mesmo [tj] e [dj] em certos locutores. *Note-se que o extremo sul do país não conhece esta palatalização.*” [O grifo é nosso]

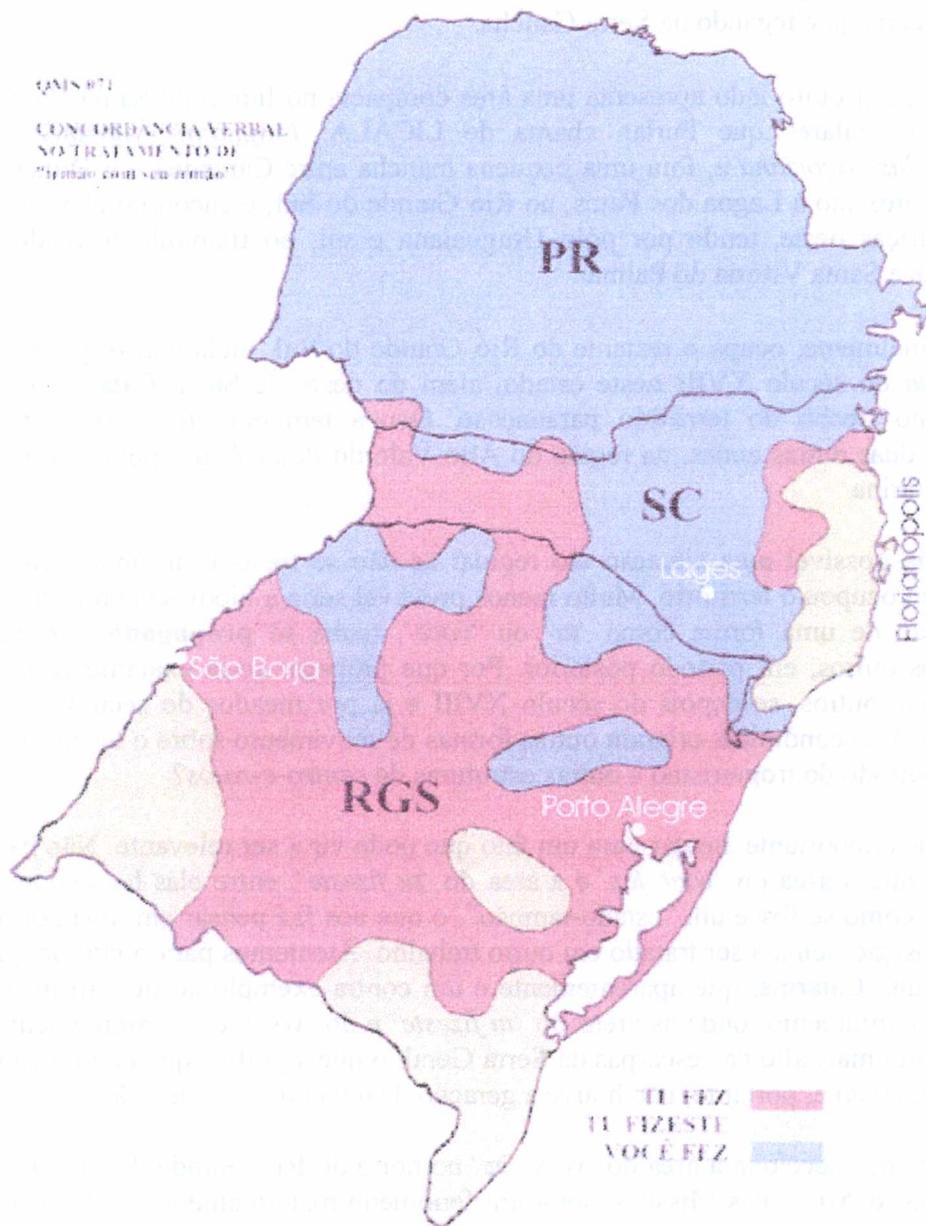
### **'Tu' versus 'Você': opção pronominal e concordância**

O mapa do 'Tu' e do 'Você', igualmente a partir de dados do ALERS, é mais um indício para a 'materialidade lingüística' dessa diferença. Utilizo, para a argumentação, o mapa referente aos dados do item 07a. do *Questionário Morfo-Sintático*, igualmente elaborado por Koch e Mercer.

Evidentemente temos que considerar que os dados do ALERS não são estatísticos, que apenas um informante em cada ponto foi consultado e, nesse sentido, é importante que os dados sejam tratados com a devida reserva. No entanto - e é isso que nos interessa aqui - as isoglossas traçadas delimitam grandes regiões, o que indica consistência geográfica e histórica. Esse fato é altamente relevante e ameniza, de certa forma, o receio que se tem, hoje, de trabalhar com dados que não tenham representatividade estatística, embora, é claro, a metodologia lingüístico-histórica que parece emergir de trabalhos como o atual contenha muitos outros elementos de ordem qualitativa que não necessariamente se conformam às demandas da estatística.

**Mapa 6 -** Concordância verbal no tratamento de “irmão com seu irmão” (Tu versus Você)

ATLAS LINGÜÍSTICO ETNOGRÁFICO DA REGIÃO SUL DO BRASIL (ALERS)



Koch e Mercor. Projeto Integrado CNPq n° 522325/94-7

Esse mapa apresenta três grandes áreas ‘dialetais’: a do ‘você fez’, a do ‘tu fez’ e a do ‘tu fizeste’.

- O 'você' ocupa praticamente todo o estado do Paraná, exceto um minúsculo trecho do extremo sudoeste. Entra em forma de cunha pelo Planalto Catarinense e se espalha por áreas intermitentes dos Campos de Cima da Serra, no Rio Grande do Sul até tocar a fronteira brasileiro-argentina nas Missões. Uma mancha bem delimitada é encontrável ao sul de Vacaria, já chegando na Serra Gaúcha.
- O 'tu fizeste', por outro lado apresenta uma área compacta no litoral de Santa Catarina, onde estão os falares que Furlan chama de LICALA: *Linguajar catarinense de ascendência luso-açoriana* e, fora uma pequena mancha entre Camaquã e o Dorsal das Encantadas, próximo à Lagoa dos Patos, no Rio Grande do Sul, é encontrável ainda nas áreas fronteiriças oeste, tendo por pólo Uruguaiana e sul, no triângulo formado por Pelotas, Bagé e Santa Vitória do Palmar.
- O 'tu fez', finalmente, ocupa o restante do Rio Grande do Sul, incluindo o que seria a área *açoriana* do século XVIII neste estado, além do oeste de Santa Catarina e o já citado estreito trecho do território paranaense. Ocupa também uma faixa estreita, dividindo as duas outras zonas, na região do Alto Vale do Itajaí-Açu e pouco ao norte, em Santa Catarina.

Não seria possível uma situação tão regular se não se tratasse de uma variedade trazida por quem ocupou o território. Muito menos provável seria a hipótese contrária, a de que a aquisição de uma forma como 'tu' ou 'você', tenha se **propagado** por meios sociolinguísticos outros, em período posterior. Por que propagar-se-ia exatamente nestes limites, e não em outros, se depois do século XVIII e já por meados do século XIX os caminhos e ligações econômicas criaram outras formas de movimento sobre o território que não aquele do período do tropeirismo e outras estruturas de *centro-e-raios*?

Parece-nos importante atentar para um fato que pode vir a ser relevante. Não há, no mapa, contato entre a área do 'você fez' e a área do 'tu fizeste': entre elas há sempre um área de 'tu fez', como se fosse um "estado-tampão", o que nos faz pensar em uma possível estrutura de transição, tema a ser tratado em outro trabalho. Atentemos para o fato de que o litoral sul de Santa Catarina, que aparentemente é um contra-exemplo ao que afirmamos, apenas reforça o argumento: onde as áreas do 'tu fizeste' e do 'você fez' aparentemente se tocam está o ponto mais alto das escarpas da Serra Geral, o que significa que na prática não houve nenhum contato e, portanto, não houve a geração de uma área de transição.

O 'tu fez' que secciona a área do 'você fez' no norte do Rio Grande do Sul em três pedaços, isolando o 'você' nas Missões, seria um fenômeno historicamente mais tardio: o 'tu' foi levado para essas regiões, inclusive para o oeste de Santa Catarina, nos últimos anos do século XIX e já no século XX pelos imigrantes alemães e italianos que se deslocaram das já então esgotadas 'Colônias Velhas' em busca de novas terras para sua agricultura familiar.

O 'tu', então, teria se expandido e ocupado essa região, antes também uma região do 'você', como tem avançado em algumas regiões no Mato Grosso, em áreas de colonização sulista relativamente compactas. Frisamos esses aspectos porque é notório que muito

lingüistas brasileiros procedem como se o 'tu' não existisse, como se fosse um fenômeno hoje circunscrito ao 'português europeu', como "se o Brasil tivesse optado pelo *você*, enquanto que Portugal teria optado pelo *tu*", enquanto que esse estudo parece apontar para o fato de que o 'tu' se expandiu sobre uma área antes ocupada por 'você' e que isso pode estar ocorrendo de novo em algumas regiões do Centro-Oeste do Brasil.

Em outro momento seria fundamental estudar outras variáveis, que por razões óbvias não podemos fazer no âmbito deste trabalho, ou cujo estudo foi aqui apenas esboçado. O propósito é tentar demonstrar a relação entre *ciclos históricos de ocupação do território* e *variedades lingüísticas*, apesar, é claro, de toda a movimentação socio-demográfica que houve em tempos mais recentes, dos processos de urbanização, etc. Nesse sentido, os dados do ALERS, que se concentra em informantes da zona rural, permite até certo ponto apreender a *fixidez relativa que existe dentro desta intensa movimentação*. Essa forma de trabalho, quer nos parecer, confere um lugar no *tempo* às diversas variáveis da língua portuguesa, permitindo analisar sua marcha.

A propósito do tema ocupação do território e das chamadas 'camadas históricas', que definimos nesse trabalho como o *locus* privilegiado para a escritura de uma história da língua, gostaríamos de mostrar aqui um mapa<sup>65</sup> que aponta para uma outra realidade lingüística, a das línguas faladas no lar pelos brasileiros do estado de Santa Catarina no ano de 1940, segundo o censo lingüístico do I.B.G.E. Esse órgão, como se sabe, incluiu no censo demográfico tradicional a questão das línguas faladas no lar, muito especificamente no contexto da repressão sofrida pelos brasileiros descendentes de alemães e italianos durante a Segunda Guerra Mundial e no pós-guerra.<sup>66</sup> Santa Catarina, há apenas 60 anos atrás, era o estado do Brasil com maior proporção de não-falantes de português no lar: **25,08 %**, secundado pelo Rio Grande do Sul com **22,65%**.

O mapa<sup>67</sup> mostra áreas escuras, nas quais mais de 50% dos habitantes não falavam português no lar e que gradualmente se tornam mais claras, a medida em que cai essa porcentagem. Só para exemplificar uma dessas áreas escuras: Blumenau, em 1940, contava com uma população de 18.580 habitantes, dos quais 18.005 falavam alemão no lar, enquanto que apenas 575 falavam português. Nas áreas claras, destacam-se a região de Lages, de ocupação *paulista* e muitos pontos do litoral, de ocupação *açoriana*, como áreas de alta porcentagem de falantes de português. Os imigrantes e seus descendentes estão,

---

<sup>65</sup> A análise desse mapa e de outros dados gerados no âmbito das *enquêtes* lingüísticas dos censos populacionais do I.B.G.E de 1940 e 1950 pode ser encontrada no trabalho de Oliveira, G.M., "Políticas Lingüísticas no Brasil: o caso dos censos lingüísticos de 1940 e 1950", apresentado no Congresso Mundial de Políticas Lingüísticas para a América Latina, Buenos Aires, novembro de 1997 (a sair nos anais do congresso).

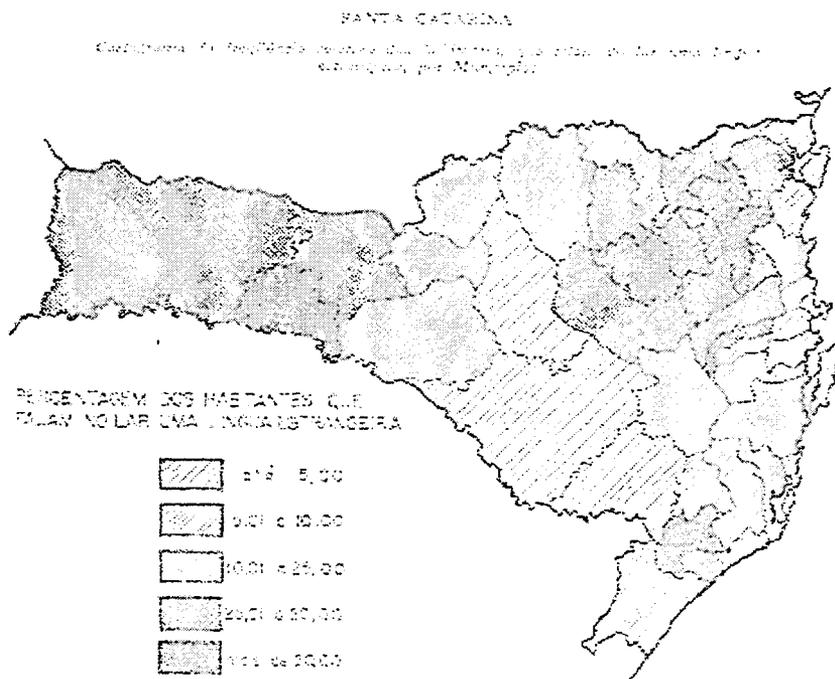
<sup>66</sup> Vide Oliveira, G.M., "Identidade e contra-identidade: repressão lingüística contra as minorias imigrantes no sul do Brasil = Rio Grande do Sul e Santa Catarina em perspectiva comparada", UFSC, 1997 (inédito).

<sup>67</sup> Elaborado por MORTARA, Giorgio. "Línguas Estrangeiras e Aborígenes faladas no Lar, no Estado de Santa Catarina". *Revista Brasileira de Municípios*, 3, n° 11, Rio de Janeiro, 1950.

portanto, em distribuição complementar com a colonização mais antiga, nas duas matrizes várias vezes citadas.

As áreas mais escuras, nas quais mais de 50% da população fala outra língua no lar que o português são a micro-região de Criciúma, no litoral sul do estado, e a micro-região de Chapecó, no sudoeste de Santa Catarina, regiões nas quais predominou o italiano (leia-se majoritariamente o *dialeto vêneto*) e o médio Vale do rio Itajaí-Açu, onde se situa Blumenau, numa zona contínua com o norte do estado, onde está Joinville, região de forte predomínio da língua alemã, e onde não predominou a *koiné* mais comum entre os teuto-brasileiros do Brasil Meridional, o *Hunsrückisch*<sup>68</sup>, porém uma variedade muito próxima ao *Hochdeutsch*.

**Mapa 7** - Frequência relativa dos habitantes que falam no lar uma língua estrangeira, por Município (Mortara, 1950)

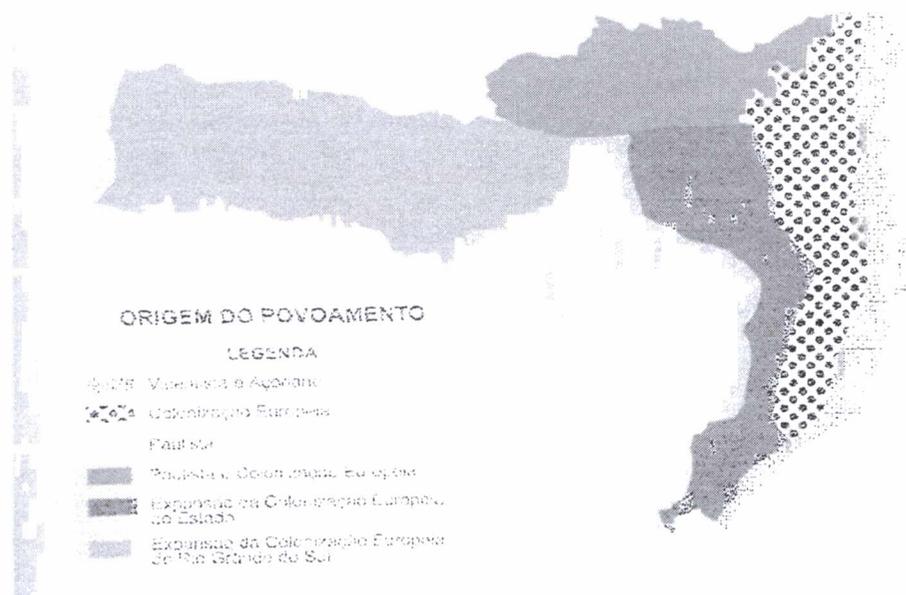


Dados como esses, evidentemente, nos permitirão, num outro momento, compor um quadro de um momento histórico posterior ao que nos interessa para este trabalho: o quadro da *expansão das frentes de imigração nos séculos XIX e XX*. Para tanto, os procedimentos de escritura da história da língua, ou melhor, das línguas - já que passamos de novo, como no início da fase colonial, a uma estrutura de forte bilingüismo - são outros, os *corpora* necessários também, mas a idéia de formarmos quadros de cada período, em toda a sua complexidade socio-histórico-lingüística, é a mesma.

<sup>68</sup> Vide, a respeito do *Hunsrückisch*, tese de doutoramento de Cléo-Vilson Altenhofen, defendida em Munique, Alemanha.

O mapa seguinte, finalmente, oriundo de Corrêa (2000:47), nos mostra a cristalização destes ciclos de colonização no estado de Santa Catarina, e permite visualizar como a geografia do presente nos apresenta uma imagem da complexidade histórica do passado:

**Mapa 8** - Origem do povoamento do estado de Santa Catarina (Corrêa, 2000:47)



Há aqui um indicativo metodológico que pretendemos desenvolver um pouco mais no capítulo V e que tem por base a idéia de que a história da língua, no Brasil, ou em qualquer território que por razões políticas chamamos de ‘país’ (ou de ‘estado’ ou ainda por outro termo político-administrativo) é, em primeiro lugar, uma história das línguas, e porquanto possa se fixar em um língua, como o fazemos<sup>69</sup> no momento com o português, não privilegia aí nem a história da *norma* nem a história das *variedades não-padrão*. Em segundo lugar, propõe a fixação em ciclos históricos de naturezas diversas como unidade espaço-temporal da pesquisa: uma expansão geográfica, um novo caminho ou estrada, uma aceleração ou mudança de ritmo, por exemplo na taxa de escolarização ou de urbanização, uma alteração sociológica, como a imigração (sempre localizada historicamente) ou o término da escravatura. Em terceiro lugar propõe a descoberta dos correlatos lingüísticos destes ciclos e o levantamento de dados por diversas metodologias, como a geo-lingüística e a sociolingüística laboviana, entre outras. Finalmente, propõe o diálogo com as questões teóricas da mudança e continuidade levantadas ainda em outras teorias, como a gerativista ou a funcionalista. Neste movimento, confere centralidade aos procedimentos filológicos ligados à elaboração de *corpora* de trabalho, à exploração e à constituição de arquivos, num esforço de levantamento e análise da documentação existente sobre o período focalizado, preparando a base para futuras pesquisas. Pela sua ótica *indiciária*, tal esforço pode

<sup>69</sup> Poderíamos ter começado com o alemão de Santa Catarina e não com o português, por exemplo, ou ainda com o guarani, dentro de uma ótica de que, em uma história sem centro, qualquer ponto de partida nos levará ao estabelecimento das relações gerais (e não globais) a partir das séries escolhidas.

aproveitar materiais ou estudos das mais diferentes origens, controlando melhor as *continuidades* e *rupturas* paradigmáticas que se pretende fazer, de forma semelhante ao procedimento dos historiadores da Nova História francesa e essa possibilidade confere um grande poder integrativo ao trabalho, que se torna aproveitável por leitores de interesses diversos.

## Geolingüística *versus* Sociolingüística:

### Um zoom sobre a africativização das oclusivas e sobre o uso do ‘tu’ e do ‘você’

Evidentemente o quadro apresentado na secção precedente é uma simplificação dos dois fenômenos, o que nasce do fato de que a metodologia geolingüística utilizada não lida estatisticamente com os fenômenos que observa (senão de forma ela mesma bastante incipiente), mas apresenta um quadro em preto e branco de uma estrutura de variação mais complexa<sup>70</sup>.

Esta secção a seguir vai apresentar um pouco destas complexidades, chamando a atenção para as conseqüências identitárias associadas às variantes das variáveis focalizadas.

### A Africação das Oclusivas – Complexidades sociolingüísticas

Pagotto (2001) demonstra que, a despeito da imagem preto-e-branco que os dados do ALERS nos dão, a variável em questão se atualiza em três e não em duas variantes, e que sua realização passa por fortes escolhas do tipo identitário, marcando a oposição entre ‘nativos’ (manezinhos) e ‘estrangeiros’ (atualmente: haoles) na Ilha de Santa Catarina, local da sua pesquisa de doutorado. É o que mostra a tabela abaixo:

Tabela 2 - Africação das Oclusivas: Resultados da variável em função da localidade (Pagotto, 2001:217)

Localidade dos falantes	[t]			[ts]		[tʃ]		Total
	Oc.	%	p.r.	Oc.	%	Oc.	%	
Região Urbana	3288	56	.44	1326	23	1223	21	5837
Ribeirão da Ilha	1428	70	.59	329	16	282	14	2039
Sertão do Ribeirão	547	78	.72	116	17	34	5	697
Total	5263	61		1771	21	1539	18	8573
Imput .66								

A variante [t], associada à tradicional pronúncia *açoriana* chamada em Santa Catarina de “pronúncia do manezinho da Ilha” ocorre em 78% dos dados no Sertão do Ribeirão, tradicional zona rural no sul da ilha; e em 70% dos dados em Ribeirão da Ilha, ou seja, no pequeno centro daquela freguesia, escolhida na pesquisa pela sua tradicionalidade e “açorianidade”. Estes dados contrastam com 56 % de realização da variante *açoriana* no centro da cidade, mais permeável à inovação lingüística: o uso do [ts] e especialmente do [tʃ] associada à grande migração de gaúchos e paulistas para Florianópolis nos últimos 20 anos. Desse modo, percebe-se que a ‘guerra de variantes’ em curso, colocou em contato vários aspectos das duas variedades – *açoriana* e *paulista* – na moderna Região Sul, enquanto que no antigo Brasil Meridional ambos os ciclos de povoamento permaneceram em grande medida separados geograficamente.

<sup>70</sup> Há hoje aparatos sofisticados de coleta e análise de dados geolingüísticos, como o demonstram sobretudo os trabalhos realizados por Harald Thun, da Universität Kiel, da Alemanha, realizados na América Latina, como por exemplo o *Atlas Lingüístico Diatópico e Diastrático del Uruguay* e o *Atlas Guarani-Románico del Paraguay*.

A tabela seguinte mostra que a variante *açoriana* retrocede diante da ofensiva da africacão da oclusiva, tornando-se menos freqüente nas faixas etárias mais jovens, o que também é um indicativo de perda de espaço na disputa entre variantes:

**Tabela 3** - Resultados gerais da variável segundo a faixa etária dos falantes (Pagotto, 2001:219)

Faixa etária dos falantes	[t]			[ts]		[tʃ]		Total
	Oc.	%	p.r.	Oc.	%	Oc.	%	
15 a 23 anos	807	42	.27	551	29	569	30	1927
entre 25 e 50 anos	2457	66	.55	654	18	624	17	3735
acima de 50 anos	1999	69	.60	566	19	346	12	2911
<b>Total</b>	5623	61		1771	21	1539	18	8573

Os dados de escolaridade também são coerentes com a visão do avanço da variante [tʃ] e do retrocesso da variante [t], mostrando a preeminência que a variante *paulista*<sup>71</sup> vai tendo, apesar do valor identitário forte associado ao uso da oclusiva sem fricacão: cai de 63% de uso de [t] entre os falantes menos escolarizados para apenas 48% entre os falantes universitários, enquanto que o uso de [tʃ] passa de 15% entre os menos escolarizados para 26% entre os mais escolarizados. Para [ts] a escolaridade é um condicionante sem grande ação, já que a porcentagem permanece praticamente a mesma.

**Tabela 4** - Escolaridade dos falantes na região urbana central (Pagotto, 2001:226)

Escolaridade dos falantes	[t]			[ts]		[tʃ]		Total
	Oc.	%	p.r.	Oc.	%	Oc.	%	
1ª a 4ª série	1098	63	.58	377	22	270	15	1745
8ª série	961	57	.52	374	22	364	21	1699
3ª série – E. Médio	756	53	.49	328	23	332	24	1416
Universitária	473	48	.35	247	25	257	26	977
<b>Total</b>	3288	56		1326	23	1223	21	5873
<b>Imput .55</b>								

O quadro sociolinguístico da Ilha de Santa Catarina apresenta então um avanço da variante associada, na carta apresentada, ao ciclo de penetração *paulista* da língua portuguesa no Brasil Meridional, a despeito da complexidade identitária detectada por Pagotto e da imagem preto-e-branco dos dados geolinguísticos que, em sua aparentemente simplicidade, nos permitem captar as generalizações que serão então aprofundadas com dados sociolinguísticos mais diferenciados.

O trabalho de Pagotto (2001) como outros trabalhos sociolinguísticos realizados nos últimos anos na região sul, permite ver o desdobramento atual da ‘guerra entre variantes’ e a implementação de variantes antes bem localizadas sobre o território, mas que agora se

<sup>71</sup> Esta ‘guerra de variantes’ que se processa no momento na Ilha de Santa Catarina e que nos leva a chamar de variante ‘paulista’ a africacão, em contraposição a uma variante ‘açoriana’ sem africacão, esconde o fato de que a população ‘africacizante’ não provém de São Paulo apenas, mas de vários destinos, inclusive o Rio Grande do Sul. Nesse sentido, podemos formular a hipótese de que a mesma luta entre variantes ocorreu nas áreas *açorianas* do Rio Grande do Sul há décadas atrás (ou no século XIX talvez), impondo-se a variante com africacão de tal maneira que estes gaúchos, agora migrantes na Ilha de Santa Catarina, são divulgadores desta variante

expandem para além daquele território tradicional e ameaçam o território antes *açoriano*. Isso permite ver processos de homogeneização lingüística em curso, seja como fruto de novas migrações internas, seja como fruto da pressão de uma norma lingüística que Castilho chama de ‘objetiva’: a que decorre do fato de que a região do eixo Rio de Janeiro-São Paulo controla tanto a produção audio-visual como a produção livreira no país, e suas variedades servem de modelo lingüístico crescentemente para todo o país. Porém, este domínio vai se dando em diversas temporalidades e, em cada caso, com uma “guerra de variantes” específica, tanto no presente como no passado.

= Até você, Brutus? =

### TU *versus* Você no português urbano do Brasil Meridional<sup>72</sup>

No capítulo II apresentamos uma proposta metodológica para o estudo histórico da língua portuguesa no Brasil Meridional que embute, em primeiro lugar, uma *periodização* provisória da história lingüística nessa parte do atual país, *artefactum* histórico útil para circunscrever relações entre fenômenos sociais, sócio-demográficos ou sócio-culturais específicos à região (um ciclo de povoamento, as especificidades sociológicas de uma atividade econômica, picos de atividades constituidoras de identidades) de um lado e fenômenos da mudança lingüística de outro.

No nosso caso, elegemos 1680 como o ponto de partida - a fundação da Colônia do Sacramento, no atual Uruguai - e 1830 como ponto de chegada, data que coincide aproximadamente com a independência da então *Província Cisplatina* (1828), por um lado, e com a chegada da primeira leva de imigrantes alemães (1824) por outro, situando-se ainda em ponto intermediário entre a independência do Brasil (1822) e a constituição da República Rio-Grandense, como desdobramento da Revolução Farroupilha (1835), fatos *identitários*<sup>73</sup> cujos efeitos lingüísticos ainda estão por ser investigados mais detidamente

No meio destes acontecimentos podemos observar o incremento populacional oriundo da chegada dos açorianos, por um lado, e da expansão do ciclo do tropeirismo de outro, que ligava o Rio Grande do Sul à feira de Sorocaba<sup>74</sup>. O quadro abaixo mostra o momento do maior crescimento populacional na capitania de Santa Catarina associado ao ciclo açórico-madeirense (Mattos, 1917:29 *apud* Furlan, 1989:36-7)

---

<sup>72</sup> Este texto é a sistematização de pesquisa coletiva realizada pelo Núcleo de Estudos Portugueses da UFSC no primeiro semestre de 1998. Seu fórum foi a disciplina de *História da Língua* do curso de graduação em Letras, a cujos alunos a atual linha de pesquisa do Núcleo foi apresentada e que se envolveram na realização dos estudos. Aos alunos participantes, cujos trabalhos estão citados ao longo do texto e na bibliografia, nossos agradecimentos, em especial a Carla R. M. Valle, Daniela Araldi, Doris Day, Raquel O. de Almeida e Rita de C. M. Ferreira, autoras, sob nossa orientação, de "Tu versus Você: Ocorrência e Concordância no Brasil Meridional". Nossos agradecimentos também à Profa. Dra. Edair Gorski, cujo apoio foi importante para o trabalho citado.

<sup>73</sup> O trabalho do Prof. Paulo Ricardo Borges (UFPel), em curso, sobre os documentos da Revolução Farroupilha, dá um primeiro passo nesta direção.

<sup>74</sup> A feira de Sorocaba funcionou ininterruptamente de 1720 a 1893, quando deixou de existir em função de uma série de epidemias, especialmente de varíola. Isso mostra a importância do corredor do tropeirismo ao longo de mais de 160 anos de movimento.

**Tabela 5** - Incremento da população na metade do século XVII (Mattos, 1917:29) *apud* Furlan (1989:36, 37)

<i>Anos</i>	<i>Habitantes</i>	<i>Anos</i>	<i>Habitantes</i>
1712	500	1840	67.218
1749	4.197	1841	70.454
1774	9.058	1847	81.500
1775	9.000	1853	89.800
1787	16.177	1854	107.000
1796	21.013	1855	105.604
1800	21.068	1857	122.833
1803	24.800	1858	127.786
1813	32.949	1860	114.597
1821	30.076	1863	133.738
1817	40.076	1872	159.802
1824	45.410	1890	283.796
1836	63.624	1900	321.294
1837	63.629		

Esta parte da tese apresenta pesquisa realizada sobre o mesmo tema – o ‘tu’ e o ‘você’, mas com outro tipo de dado lingüístico, aquele oriundo do Projeto VARSUL - *Varição Lingüística da Região Sul*. Esse projeto formou seu banco de dados com 24 gravações, cada uma de aproximadamente uma hora, de quatro cidades de cada estado da Região Sul, tomando o cuidado de serem os núcleos urbanos representativos dos movimentos demográficos das principais “etnias” colonizadoras da região. No caso de Santa Catarina, foram escolhidas, além de Florianópolis, que é a capital, Lages como representativa da “etnia” lusa, Blumenau, da “etnia” alemã e Chapecó da italiana. O banco perfaz portanto 96 horas de gravação de cada estado ou, no total, 288 horas.

O desafio consiste em tomar um banco de dados criado para a pesquisa sociolingüística atual, sincrônica, e utilizá-lo para a pesquisa histórica. Para tanto, realizamos um projeto coletivo com estudantes de Letras no âmbito da disciplina ‘História da Língua’ a produzimos uma pesquisa que se intitulou “Tu versus Você: Ocorrência e Concordância no Brasil Meridional”, trabalho que se insere na produção de 1998.1 e 1998.2 do Núcleo de Estudos Portugueses da UFSC.

Com o objetivo indicado, escolhemos quatro cidades nos dois estados para os quais a hipótese condutora dos dois ciclos de penetração do português no território faz sentido: Florianópolis e Lages em Santa Catarina, e Porto Alegre e São Borja no Rio Grande do Sul. No mapa do ALERS sobre o ‘tu’ e o ‘você’, na página 73, tivemos o cuidado de inserir as cidades aqui focalizadas.

Porto Alegre e Florianópolis são *fundações açorianas*<sup>75</sup>, enquanto que Lages e São Borja estão, por hipótese, fortemente identificadas com o ciclo do tropeirismo *Paulista* e desta imagem dupla obtemos nosso corpus contrastivo, para projetar a seguir, no passado, os resultados.

<sup>75</sup> Não no sentido de terem sido fundadas por açorianos, mas no de terem recebido ‘*casas*’ em expressivo número nos momentos iniciais da sua história.

Há algumas observações a fazer, entretanto, para que essa imagem não fique demasiadamente simplificada. Em primeiro lugar, as cidades dos dois estados não refletem uma situação completamente análoga para que a comparação pudesse fluir sem ‘senões’. Enquanto que as cidades catarinenses permitem o contraste entre os dois ciclos com uma nitidez muito grande, dado o atrelamento homogêneo a cada um dos movimentos de penetração no território, as cidades rio-grandenses se caracterizam por uma situação de muito mais heterogeneidade: Porto Alegre é cidade cosmopolita, que recebeu e continua a receber população de todos os pontos do estado, do Prata e do resto do Brasil, o que insere os fenômenos lingüísticos num quadro de muito menos filiação. São Borja é fundação jesuítico-guarani de 1682, permanecendo como possessão castelhana até a anexação à capitania de São Pedro por Borges do Canto<sup>76</sup> e seus quarenta desertores em 1801. Foi falante de guarani até pelo menos a passagem do viajante Saint-Hilaire por lá em 1821<sup>77</sup>, datando portanto do início do século XIX seu ingresso no caminho da “lusitanização”, através da integração ao ciclo das tropas. Permanece no entanto como cidade de fronteira e, portanto, de *passagens*.

Focalizamos nesta pesquisa (Almeida et alii, 1998) os seguintes pontos:

- a) A frequência e a distribuição das ocorrências de *tu* e *você* na fala dos informantes das cidades de Porto Alegre e São Borja, no Rio Grande do Sul, e de Florianópolis e Lages, em Santa Catarina. Tomando seus resultados, esperamos encontrar um máximo de contraste entre Florianópolis e Lages, e apenas um contraste médio entre Porto Alegre e São Borja. Esperamos, porém que a situação de uso pronominal aglutine com relativa facilidade Florianópolis e Porto Alegre de um lado e Lages e São Borja de outro.
- b) A concordância do quadro pronominal existente, assim como a ordem, o tempo e classe dos verbos pertencentes a este quadro, e ainda os casos de sujeito nulo. Com este último critério acreditamos ser possível mostrar se há / que há diferentes graus de preenchimento e de nulidade do sujeito, conforme o pronome utilizado, o que indicaria um caminho a seguir na pesquisa sintática: o uso pronominal apontaria graus diferentes de preenchimento do sujeito, e esses diferentes graus apontariam para diferenças sintáticas que nos permitiriam falar de temporalidades diferentes na história da mudança ou da estruturação lingüística dos diversos “portugueses do Brasil”<sup>78</sup>.

---

<sup>76</sup> Duas cartas de Borges do Canto, comprovadamente filho de um ‘casal’ açoriano de 1748-56, comporão o corpus de análise proposto no capítulo seguinte.

<sup>77</sup> Vide a dissertação de mestrado de Paulo Rogério Melo de Oliveira, *O naturalista e o selvagem - a visão de Saint-Hilaire sobre os índios guarani no Rio Grande do Sul* (UFSC, 1996).

<sup>78</sup> Sobre estas diversas temporalidades é interessante ver o que diz Fernand Braudel. Uma crítica ao famoso livro de Braudel *O Mundo do Mediterrâneo* foi a de que

“o livro falha por não propor um problema. (A crítica) seria irônica se bem fundamentada, pois Febvre e Bloch insistiram na ênfase de uma história voltada para

- c) As variações no uso pronominal referentes ao tempo aparente, sexo, escolaridade e ciclo histórico, o que permite verificar os possíveis caminhos da mudança - se é que há mudança - ou dos modos de predomínio de uma forma sobre outra

O corpus do trabalho encontra a seguinte distribuição em células: quatro cidades, dois níveis de escolaridade (Primário e Secundário), duas faixas etárias (de 25 a 50 anos e mais de 50 anos) e ainda ambos os sexos, o que implica em dizer que as 'variáveis sociais' são quatro.

**Tabela 6** - Distribuição do corpus analisado: Tu versus Você (Almeida et alii, 1998)

	Cidades							
	Florianópolis		Porto Alegre		Lages		São Borja	
Idade / Escolar.	PRI	SEC	PRI	SEC	PRI	SEC	PRI	SEC
25 a 50 anos	F M	F M	F M	F M	F M	F M	F M	F M
+ de 50 anos	F M	F M	F M	F M	F M	F M	F M	F M

A variável dependente é o uso pronominal em papel de sujeito: 'tu', 'você' ou 'sujeito nulo'.

- *Tu passas na Felipe Schmidt...*(SCFLP22-L897)
- *Você tem que tê o estudo.* (SCFLP02-L1373)
- *0 Enche, depois 0 costura ali a barriga e 0 bota no fogo.* (SCFLP07-L993)

As variáveis independentes, em número de sete, serão:

- Ordem: Sujeito/Verbo (SV) ou Verbo/Sujeito (VS);

*Tu desse aquela canelada no cara...*(SCFLP02-L1205)

*Veja bem você, que hoje o prefeito está trazendo prá Lages...*(SCLGS24-L189)

- Distância do co-referente 'tu' ou 'você', para o caso dos sujeitos nulos:

*Você casa e 0 descansa*

- Concordância: (cinco possibilidades: você fez, tu fizeste, tu fez, fez, fizeste)

---

problemas, e o próprio Braudel escreveu que "A região não é o alicerce da pesquisa. Esse alicerce é o problema". (Annales, 1949, citado em Hexter, 1972, p. 105). Poderia Braudel esquecer seu próprio conselho? Coloquei a questão para ele numa entrevista realizada em 1977. Não hesitou na resposta. "Meu grande problema, o único problema a resolver, é demonstrar que o tempo avança com diferentes velocidades". ("Braudel and the Primary Vision", um diálogo com P. Burke e H.G. Koenisberger, difundido pela Rádio 3, em 13 de Novembro de 1977)" Burke (1997:52).

*Se começares nisso, pô! (SCFLP17-L1346)*

*Tu sabe que eu não escolheria nenhum sem ser aqui (SCFLP17-L1058)*

- classe verbal: (transitivo direto, transitivo indireto, intransitivo, bitransitivo e de ligação)
- Tempo e modo verbal: (controla parcialmente a variável *saliência fônica*)

Portanto, quando tu me *falasse*, que era pra...que estudavas...(SCFLP17-L527)

- Traço semântico do sujeito: (traço genérico vs. traço específico: quanto mais específico o traço mais haverá manutenção da concordância)

Então tu larga na panela, larga a cebola, aí tu vai fazer um creme branco (RSSBO10-L214)

Tu conhece Uruguaiana? (RSSBO24-L637).

A seguinte tabela aponta para as hierarquias dos diversos fatores incluídos nessa análise. Parte-se das cidades, como o fator mais generalizante, para a seguir concentrar-se no uso pronominal e na concordância. O uso pronominal subordina os fatores distância do co-referente e traço semântico do sujeito, enquanto que a concordância subordina tempo verbal, classe verbal e ordem e também traço semântico do sujeito.

**Tabela 7 - Distribuição hierárquica das Variáveis Linguísticas (Almeida et alii, 1998)**

Distância do Co-referente <i>tu</i> ou <i>você</i> *	Uso Pronominal * Concordância +	Cidades
Tempo Verbal +		
Classe Verbal   Ordem +		
Traço Semântico do Sujeito + *		

Com esta perspectiva foram analisadas **trinta e duas entrevistas** - um terço das entrevistas disponíveis em cada cidade - o que levou a um total de **1.117 (mil cento e dezessete dados)**, codificando cada dado da forma a seguir:

*(01) Tu sabe onde é a rua Duarte Schuttel...? (SCFLP06-L259)*

Uso pronominal = tu = **(t)**

Ordem = sujeito + verbo = **(1)**

Distância do Co-referente *tu* ou *você* = (somente para os casos de Snulo) = **(/)**

Concordância = sem concordância de 2ª pessoa = **(y)**

Classe verbal = verbo transitivo direto = **(j)**

Tempo e modo verbal = presente do indicativo = **(p)**

Traço semântico do sujeito = específico = **(e)**

Sexo do informante = masculino = **(m)**

Idade = mais de 50 anos = **(b)**

Escolaridade = primário = **(p)**

Cidade = Florianópolis = (f)

Obtém-se, desta maneira, a seqüência : **t1/yjpembpf**, necessária para a utilização do pacote de análise estatística VARBRUL. Os dados codificados aparecem no anexo II desta tese.

Deixemos de fora desta análise as considerações sobre a *'distância do co-referente 'tu' ou 'você'*, no caso dos sujeitos nulos de segunda pessoa, e também as considerações referentes à *'ordem'*, porque os resultados foram irrelevantes. No primeiro caso, 49% dos dados são de sujeitos nulos sem co-referente próximos, isto é, não-anafóricos, e conseqüentemente 51 % dos dados são anafóricos em algum grau, desde que situados até a cinco orações à direita (Almeida et alii, 1998:22). No segundo caso, dos 926 casos de observação da ordem SV / VS em relação ao tipo verbal, apenas 6 casos foram de ordem VS, o que não viabiliza asserções qualificadas sobre essa relação.

Já o item *'tempo verbal e manutenção da concordância'* é revelador da influência exercida pelo critério de *'saliência fônica'* na preservação da concordância:

**Tabela 8 - Manutenção da concordância de 2ª pessoa do singular segundo o tempo verbal.**  
(Almeida et alii,98)

Tempos Verbais	Apl/Total = %	Peso Relativo
Presente do Ind.	21/461 = 5%	.47
Pretérito Perfeito	7/44 = 16%	.80
Pretérito Imperfeito	1/28 = 4%	.43
Subjuntivo	1/7 = 14%	.73

O pretérito perfeito, com *'80'* de peso relativo, é de longe o tempo verbal que mais favorece a manutenção da concordância, sendo também o tempo no qual a omissão da concordância (morfema [ -ste ] e mais freqüentemente [ -sse ] ) maior efeito fônico causaria. A alta preservação da concordância no subjuntivo precisaria ser investigada em um corpus maior, já que neste conjunto encontramos apenas sete dados.

Passemos agora a *'traço semântico do sujeito e uso pronominal / concordância'*. A tabela abaixo mostra que os traços *'específico'* e *'genérico'* são muito relevantes para a manutenção da concordância: maior a concordância quanto mais específico for o traço semântico, a tal ponto que os dados de *'fizeste'* apontam para 100% de ocorrência em traço específico, enquanto que *'você fez'* é fortemente favorecido pelo traço *'genérico'*. Ambos se situam portanto em situações opostas para este item. Esse resultado poderia conduzir à idéia, interessante para ser explorada no futuro, de que poderíamos associar:

Traço Genérico = { + *'você'* , + sujeito preenchido, - concordância }

Traço Específico = { + *'tu'* , + sujeito nulo, + concordância }

Chegamos, finalmente, ao critério selecionado como mais relevante pelo VARBRUL, fato que confirmou nossa intuição da associação entre uso pronominal e geografia e, portanto, entre uso pronominal e ciclos de expansão sobre o território. Atente-se para o fato de que Florianópolis recebe o peso relativo mais alto para o fator manutenção da concordância (.92), enquanto São Borja receberá o peso relativo mais baixo (.39):

**Tabela 9 - Manutenção da Concordância segundo as cidades pesquisadas**

<b>Cidades</b>	<b>Apl./Total = %</b>	<b>Peso Relativo</b>
Florianópolis	20/79 = 25%	.92
Lages	1/36 = 3%	.51
Porto Alegre	4/201 = 2%	.42
São Borja	5/285 = 2%	.39

Aqui está sendo considerado “manutenção de concordância” somente o caso do ‘tu’. Destaca-se Florianópolis como a cidade onde a variante {+ concordância} atinge seu pico, com .92. Porto Alegre e São Borja apresentam resultados praticamente iguais - em torno de .40 - o que é de certa forma esperável. Lages apresenta resultado levemente superior na manutenção, o que seria inesperado, não fosse o fato de que lidamos aqui com um universo extremamente pequeno de ocorrências: o que está sendo mostrado neste caso é mais a pouca representatividade do ‘tu’ e menos a baixa representatividade da manutenção da concordância (já que um fator está imbricado no outro). O gráfico das opções pronominais ajudará a elucidar esta questão. Os resultados, porém, estão de acordo com o que é demonstrado por Loregian (1996): peso relativo de .71 para Florianópolis e de apenas .12 para Porto Alegre na manutenção da concordância.

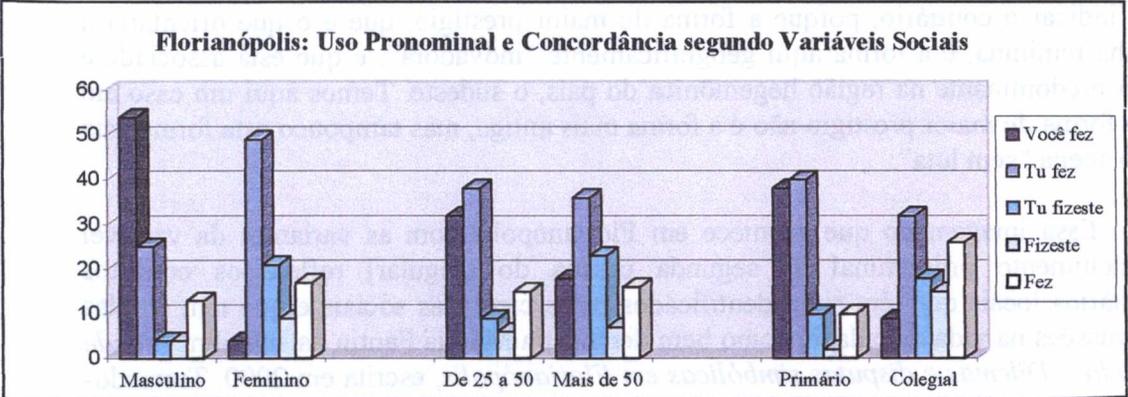
Passemos agora às variáveis ditas sociais: *sexo*, *idade* e *escolaridade*, que podem nos ajudar a visualizar tendências de setores mais ou menos conservadores (mulheres vs. homens, segundo muitos autores), do percurso que uma determinada variante está fazendo no *tempo aparente* da diferença geracional e, finalmente, no papel da escola (e da escrita) como freio ou como acelerador da “luta entre variantes”.

Passemos direto aos resultados, apresentando primeiro um quadro de cada cidade para a seguir partirmos para uma comparação entre elas. Lembramos que as quatro cidades representam os dois ciclos da seguinte maneira: Florianópolis e Porto Alegre são fundações *açorianas*, enquanto que Lages e São Borja são tributárias do ciclo do tropeirismo, e portanto, *paulistas*.

• Florianópolis

Começamos por Florianópolis, porque além de ser a cidade com o quadro de variação mais complexo, apresenta maior maior equilíbrio entre as variantes. Das quatro cidades, é aquela em que a “guerra de variantes” é mais evidente, e onde – não por acaso, como demonstra Fantin (2000) – a cidade em que a questão identitária envolvendo nativos versus estrangeiros – entre *manezinhos* versus *haoles*<sup>79</sup> – é mais acirrada.

Gráfico 2 - Florianópolis: Uso Pronominal e Concordância segundo Variáveis Sociais



Apesar de ser a cidade com o índice mais elevado de manutenção da concordância, a forma de predomínio é o ‘tu fez’, seguido de ‘você fez’. Um fato que chama imediatamente a atenção é o da diferença entre o quadro para as mulheres e os homens: um predomínio de ‘você fez’ para os homens e de ‘tu fez’ para as mulheres, ambos com aproximadamente 50% das ocorrências. Almeida et alli (1998: 27) explicam da seguinte maneira a surpreendente presença do ‘você’ na fala dos homens:

Uma possível explicação para esta diferença pode se dar pelo fato (sic) de que todas as entrevistas do Banco de Florianópolis foram feitas por mulheres e, como em Florianópolis o uso de ‘você’ [...] parece estar fortemente ligado ao grau de formalidade da situação, os informantes de sexo masculino, provavelmente, são mais formais em interações com o sexo oposto.

O mesmo tipo de argumento deve servir para explicar o porquê de ser tão alta a ocorrência de ‘você’ entre os informantes de escolaridade primária e tão baixa entre os de escolaridade secundária: os primeiros escolheram uma forma de tratamento adequada

<sup>79</sup> *Manezinhos* são os nativos da Ilha de Santa Catarina e seu continente fronteiro, descendentes supostamente dos ‘casaes açorianos’; *haole* são os ‘estrangeiros’, isto é, na concepção dos *manezinhos* os ‘invasores’ da Ilha, chegados sobretudo a partir da década de 1970, com a criação da Eletrosul, e que desvalorizam as tradições manezinhas e tentam impor seus costumes. A expressão *haole*, hoje encontrada em muitas pichações de muro na cidade [ *Fora Haoles!* ] provém da linguagem do *surf* e da língua havaiana, e quer dizer: os de fora, os que não são da irmandade do *surf*, ou ainda: os que praticam *surf* em outra praia que não a ‘nossa’.

a mulheres de escolaridade e provavelmente de classe superior a eles mesmos. Aqui estamos tocando nos pontos mais fortemente pragmáticos destes dados: desde pelo menos Ramos (1989), que em sua dissertação de mestrado abordou as “*Formas de tratamento no falar de Florianópolis*”, sabemos que o sistema pronominal de tratamento de segunda pessoa nesta cidade é trino - tu / você / o senhor - e não duplo - tu / o senhor - como em outros dialetos do Sul.

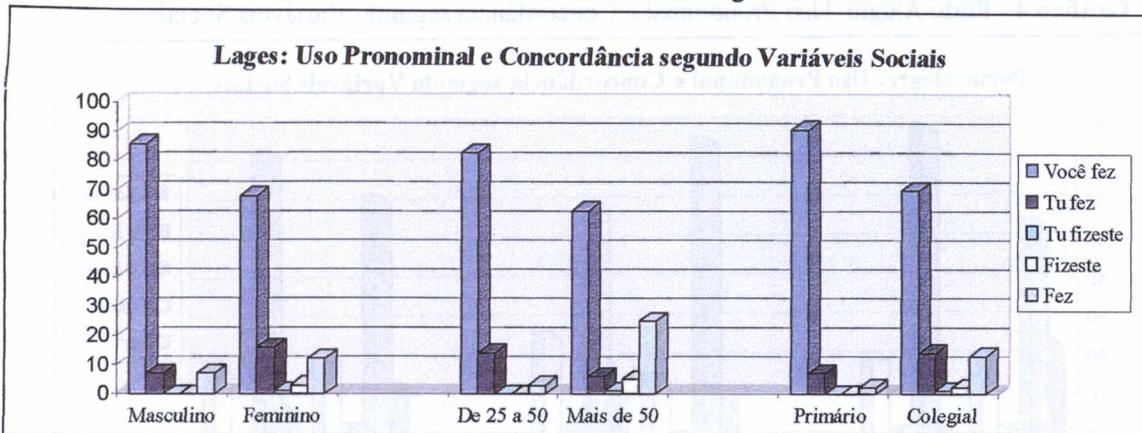
Para as mulheres as formas ‘tu fizeste’ e ‘fizeste’ estão presentes em proporções também mais altas, o que embora pareça ir ao encontro do tradicional ponto de vista de que as mulheres são mais conservadoras lingüisticamente do que os homens na verdade pode indicar o contrário, porque a forma de maior prestígio, que é o que orientaria a escolha feminina, é a forma aqui geograficamente “inovadora”, e que está associada à forma predominante na região hegemônica do país, o sudeste. Temos aqui um caso em que a forma de maior prestígio não é a forma mais antiga, mas tampouco esta forma está sendo aceita “sem luta”.

Essa imagem do que acontece em Florianópolis com as variantes da variável [preenchimento pronominal da segunda pessoa do singular] reflete os conflitos identitários locais que têm sido identificados pelos cientistas sociais e que têm amplas repercussões na vida da cidade, como bem demonstra Márcia Fantin na sua obra *Cidade Dividida – Dilemas e disputas simbólicas em Florianópolis*, escrita em 2000. Tratando-se de uma variável que se encontra a meio caminho entre o gramaticalizado e o pragmático e que aparece no nível da percepção do falante, que faz escolhas muitas vezes conscientes do uso de uma ou de outra, o uso do ‘tu’ ou do ‘você’ pode ter sido captado na malha dos usos lingüísticos delimitadores de identidades.

Complica-se o quadro das disputas lingüístico-identitárias porém, porque um dos grupos mais rechaçados de *haoles / estrangeiros* por parte dos nativos de Florianópolis, é o grupo dos gaúchos que, contrariamente a outro grupo, o dos paulistas, se caracteriza pelo uso quase exclusivo de ‘tu’ [tu fez]. Desse modo, não se trata de uma disputa simples entre o ‘tu’ e o ‘você’, mas de uma disputa em que os diversos usos são observados detalhadamente, em conjunto com a produção de variantes em outras variáveis.

• Lages

Gráfico 3 - Lages: Uso Pronominal e Concordância segundo Variáveis Sociais



Em Lages o quadro é totalmente diferente. A cerca de 200 km de distância de Florianópolis, separam as duas cidades não só as escarpas da Serra Geral, isto é, não só a geografia, mas também a História: a inserção no ciclo *paulista* do tropeirismo e não no ciclo *açoriano*. Aqui predomina a forma ‘você’ quase categoricamente: mais entre os homens que entre as mulheres, mais entre os jovens que entre os mais velhos, e mais entre os de escolaridade primária que entre os de secundária, relação exatamente inversa do que ocorre com a forma ‘tu fizeste / fizeste’ que, embora diminuta no geral, é pouca coisa mais encontrável entre a população feminina, entre os mais idosos e entre os mais escolarizados. Já a forma ‘tu fez’ aumenta com a escolaridade, seu uso é mais notável entre a população mais jovem, e mais entre as mulheres que entre os homens.

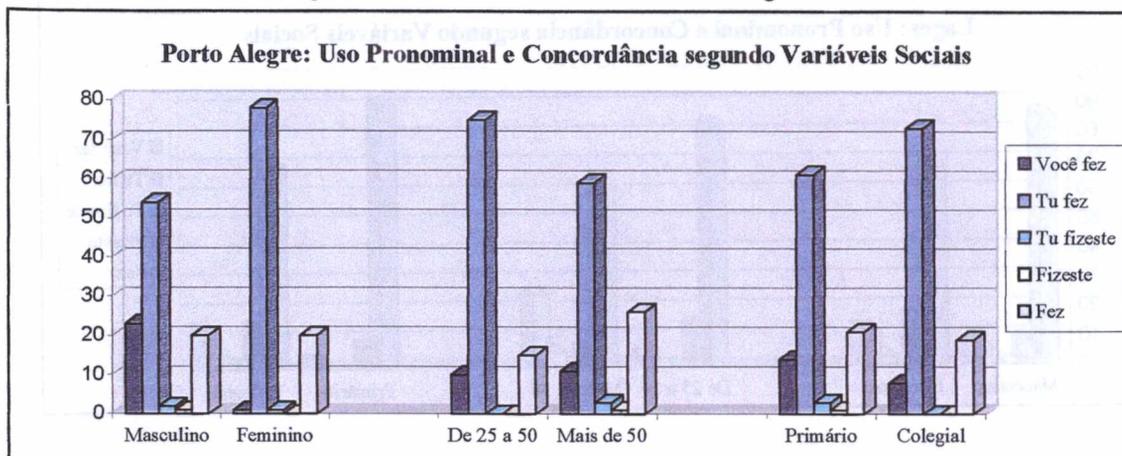
Finalmente, os casos de sujeito nulo pronominal aumentam com a escolaridade, diminuem quanto mais a faixa etária diminui, e suas taxas são maiores entre as mulheres que entre os homens, embora tivéssemos - para ter segurança sobre o quê esses dados querem dizer - que ter separado rigorosamente, tanto quanto possível, os casos anafóricos dos não-anafóricos.

Lages é a cidade mais claramente associada ao ciclo *paulista*, e que pertenceu à capitania de São Paulo até 1818 quando, na reforma administrativa do Reino Unido (1815), foi anexada à capitania de Santa Catarina. Região de pecuária e de latifúndios, Lages é a parte de Santa Catarina com a menor qualidade de vida, e que mais expulsa migrantes pobres. É de *lageanos* grande parte da população favelada de Florianópolis, o que faz reproduzir, no nível dos bairros<sup>80</sup>, a disputa identitária entre *manezinhos* e *haoles*, desta vez associados ao ‘tu’ de um lado e ao ‘você’ do outro.

<sup>80</sup> Tivemos a oportunidade de assessorar, durante o ano de 2002, a Escola Municipal Intendente Aricomedes, situada em uma tradicional comunidade de *manezinhos* (Vargem do Bom Jesus) perto da qual foi instalada uma vila de *lageanos* oriundos da Favela da Via Expressa, na entrada da cidade, a Vila União. Os conflitos entre as duas ‘etnias’ foi tão intenso (com os professores não raro tomando partido pelos *manezinhos*) que a secretaria municipal de educação construiu / ampliou

- **Porto Alegre**

**Gráfico 4 - Porto Alegre: Uso Pronominal e Concordância segundo Variáveis Sociais**



Em Porto Alegre temos uma terceira situação, também totalmente diferente em relação às duas anteriores: um extraordinário predomínio da forma ‘tu fez’, seguido de ‘sujeito nulo’ em segundo lugar, e praticamente o desaparecimento das formas ‘tu fizeste’ e ‘fizeste’<sup>81</sup>, e algo de 9% de ‘você’, em média.

Tal qual o que observamos em Lages, não há dúvida de que uma única variante se impôs, mas contrariamente ao que acontece na cidade serrana de Santa Catarina, esta forma é o ‘tu fez’, fazendo com que a maior cidade do Rio Grande do Sul assuma um pronome de tratamento divergente daquele que predomina na região sudeste do Brasil, e que impõe hábitos lingüísticos às outras regiões. Isto seria o produto de uma “guerra de variantes” ocorrida no passado, com (possíveis) vencedores diferentes em Lages (‘você’) e Porto Alegre (‘tu’), enquanto que em Florianópolis a “guerra” está em pleno andamento.

Interessante também é observar que a escolaridade é irrelevante para as escolhas de variantes: a maior escolaridade só homologa as escolhas predominantes locais, contrariamente ao que acontece em Florianópolis, onde a escolaridade cumpre papel importante em derrubar o uso do ‘você’ e em incrementar o uso do ‘tu’ e do ‘sujeito nulo’.

Isso deve acontecer muito mais pelo incremento da auto-estima e da segurança decorrente da escolaridade do que pelo uso da forma ‘tu’ na escola. No Brasil, sendo os materiais didáticos e outros materiais escritos produzidos sobretudo no eixo Rio de

---

outra escola, situada na estrada geral do Ingleses, para receber as crianças lageanas. Imediatamente visível era o uso distintivo do ‘tu’ e do ‘você’ pelas crianças das duas ‘etnias’.

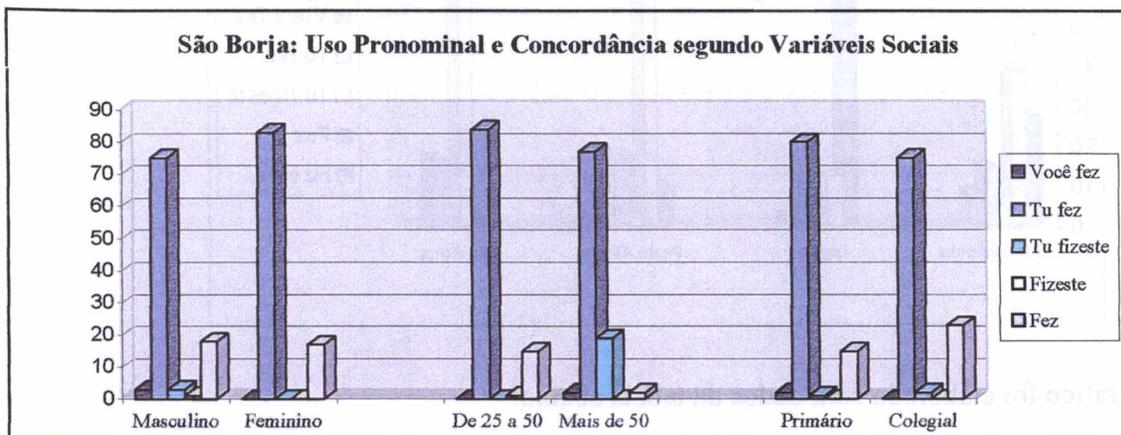
<sup>81</sup> Loregian (1996) obteve um percentual de 4% de manutenção de concordância para Porto Alegre.

Janeiro-São Paulo, as crianças das regiões de ‘tuteamento’ aprendem a escrever o ‘voceamento’, levando suas vidas numa ‘esquizografia/fonia’: usam o ‘tu’ oralmente, algumas vezes com exclusividade, e escrevem sempre o ‘você’, conforme relatam alunos de diversas partes do sul do Brasil que estudam Letras na UFSC. Nossos dados somente podem apontar o que apontam porque são orais e não escritos; em dados escritos obteríamos uma impressão inversa.

Igualmente interessante é notar que, enquanto em Florianópolis o uso do ‘tu fizeste’ cresce com a escolaridade, em Porto Alegre este uso decresce na comparação de um nível de escolaridade primário com um nível secundário. O [‘tu’ fez] assume, poderíamos dizer, uma posição homogênea para com a identidade local.

### • São Borja

**Gráfico 5 - São Borja: Uso Pronominal e Concordância segundo Variáveis Sociais**



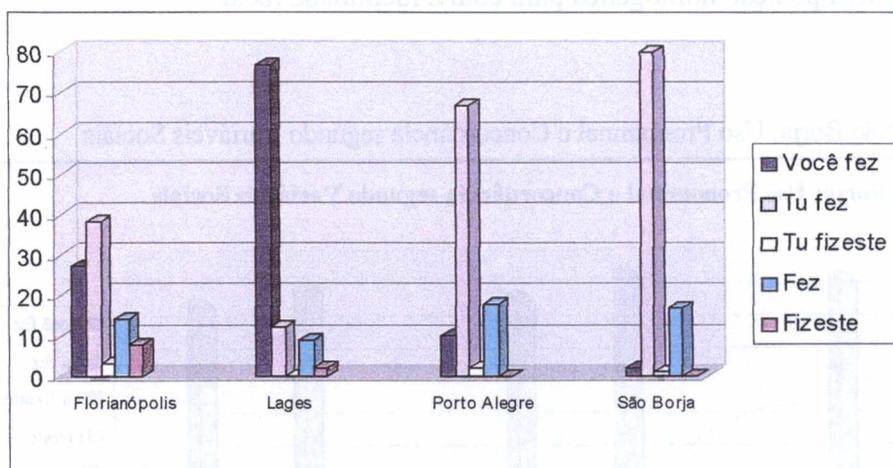
São Borja apresenta um quadro muito semelhante ao de Porto Alegre, mas ainda mais ‘radicalizado’ em relação à predominância de uma única variante, a ‘tu fez’. Apenas duas variantes têm alguma representatividade: a ‘tu fez’ e ‘sujeito nulo’ que ocupa o segundo lugar. Chamam a atenção os dados da faixa etária dos maiores de 50 anos pela presença expressiva da variante ‘tu fizeste’, diferentemente dos dados de Porto Alegre e mais homogênea com o que ocorre em Florianópolis. A ‘guerra de variantes’ em São Borja parece concluída com o desaparecimento do ‘você’ para uso íntimo, enquanto que em Porto Alegre o ‘você’ ainda tem alguma presença na fala dos homens e em Lages o ‘tu’ cresce na faixa etária mais jovem em relação aos mais velhos de 50 anos, não permitindo dizer que a ‘guerra de variantes’ esteja ainda concluída.

Sexo e escolaridade não são, para São Borja, fatores relevantes para a escolha da variante. O quadro pronominal de São Borja é o mais homogêneo das quatro cidades, enquanto que o de Florianópolis é o mais heterogêneo. Enquanto que em São Borja a ‘guerra de variantes’ parece concluída, em Florianópolis ela está em pleno andamento.

## Considerações finais sobre o ‘tu’ e o ‘você’

O gráfico e a tabela abaixo apresentam os resultados das quatro cidades frente a frente. Demonstram as afirmações feitas acima sobre a “guerra de variantes” de forma muito clara. Desmentem ao mesmo tempo a idéia do senso comum, de que o ‘você’ está associado de forma definitiva e unívoca com o ‘português brasileiro’, e em pleno avanço sobre todas as regiões. Trabalhos deste tipo poderiam nos demonstrar isto em outras regiões de ‘tuteamento’ no Brasil, como a Amazônia<sup>82</sup> ou áreas do Nordeste.

**Gráfico 6 - Quadro geral do uso pronominal / concordância no Sul do Brasil**



Este gráfico foi elaborado com dados da tabela abaixo:

**Tabela 10 - Distribuição do uso pronominal nas cidades analisadas**

Cidades e o Uso Pronominal	Florianópolis	Lages	Porto Alegre	São Borja
	Apl./Total=%	Apl./Total=%	Apl./Total=%	Apl./Total=%
Você fez	44/317 = 14	237/317 = 75	30/317 = 9	6/317 = 2
Tu fez	59/576 = 10	35/576 = 6	197/576 = 34	285/576 = 50
Tu fizeste	20/30 = 67	1/30 = 3	4/30 = 13	5/30 = 17
Fez	24/175 = 14	28/175 = 16	59/175 = 34	64/175 = 36
Fizeste	10/16 = 63	4/16 = 25	1/16 = 6	1/16 = 6

Aqui seria possível, entre outras coisas, fazer um levantamento preliminar da porcentagem de sujeitos pronominais nulos no corpus de cada uma das quatro cidades, de modo a verificar se o preenchimento ou não é influenciado pela escolha pronominal, questão teórica das mais relevantes para as discussões em torno do que desde Tarallo é

<sup>82</sup> Para a Amazônia concebemos um trabalho semelhante que oporia dois ciclos de ocupação do território: de um lado coletaríamos dados em cidades grandemente atingidas pela migração nordestina (1880-1915), e cuja variedade do português é tributária dos falares nordestinos. É o caso do Acre, ou das cidades do Madeira. De outro lado, observaríamos as cidades que não foram atingidas por esta migração, como Barcelos ou Santa Isabel do Rio Negro.

conhecida como a “gramática brasileira”. Preliminar porque seria necessário construir alguns filtros para atingir exatamente o que se espera, sem os enviesamentos sempre tão perigosos.

Esperávamos que o preenchimento fosse menor em Florianópolis, por conta da maior manutenção da concordância, e mínimo em Lages, por causa do uso extensivo do ‘você’ no paradigma. Os resultados, porém, somente em parte confirmaram as expectativas: é verdade que Lages tem o menor número de sujeitos nulos, mas Florianópolis não ocupa a outra ponta, mas sim um segundo lugar. São Borja, com quase 6% de sujeitos nulos é que se situa na ponta. Como interpretar esse resultado? Ele estaria nos dizendo que não é a questão da concordância o grande critério, o divisor de águas do preenchimento ou não do sujeito, mas sim a opção pronominal, a simplificação, a homogeneidade do sistema pronominal (São Borja tem o paradigma mais simples, dual, quase sem variação). A diferença não é tão expressiva assim, mas talvez valesse a pena perseguir esse tema em outros estudos.

São Borja e Lages são as regiões com menos concordância. Mas as duas cidades com menos concordância opõem-se frontalmente quanto ao preenchimento ou não do sujeito pronominal: enquanto São Borja apresenta um máximo de sujeitos nulos, Lages apresenta um mínimo. Claro que estes resultados são preliminares, mas poderiam servir de indícios para testar sociolinguisticamente de maneira mais sofisticada a afirmação de que a diminuição da concordância conduz ao preenchimento do sujeito pronominal, uma das hipóteses básicas dos trabalhos que têm sido realizados nos últimos anos para a constituição do ‘português brasileiro’.<sup>83</sup>

**Tabela 11 - Ocorrência e Porcentagem de Sujeitos Nulos no Corpus por Cidade**

<b>Cidades</b>	<b>Nº de Sujeitos pronominais Nulos (em 1.114 dados)</b>	<b>%</b>
Lages	32	2,8
Florianópolis	34	3,1
Porto Alegre	60	5,4
<b>São Borja</b>	65	5,8

Faraco, em seu excelente artigo de 1996, fala da ótica de uma ‘língua portuguesa’ que penetrou no Brasil no século XVI, e que a partir daí, construiu sua história. Queremos levar em conta, nesta tese, entretanto, que em vários momentos destes 500 anos essa ‘língua portuguesa’ de fato continuou chegando ao que é hoje o país<sup>84</sup>. As levas de imigrantes açorianos que chegaram ao sul, no Espírito Santo, no

<sup>83</sup> Dizemos ‘constituir’ porque, como esta tese defenderá no último capítulo, acreditamos que, como lingüistas, temos feito um trabalho de ‘criar’ ou de ‘manter’ o português brasileiro, fazendo o que se chama, na terminologia de Fredrik Barth [Grupos étnicos e suas fronteiras (1998)], de um ‘trabalho de manutenção de fronteiras’.

<sup>84</sup> Muito mais relevante seria considerar a língua portuguesa do século XVIII como “a” formadora do assim chamado “Pb”, tendo em vista a grande quantidade de população exportada por Portugal para o Brasil em decorrência do ciclo do ouro, muito mais no que no séculos XVI e XVII. Mas naturalmente não se trata disso: a nós interessa muito mais tratar e discutir esses diversos ciclos separadamente, verificando as diferentes trajetórias da língua.

Grão-Pará no século XVIII, só para citar um exemplo, mostram que essa temporalidade é mais intrincada. Além disso, é bom não esquecer a gigantesca e permanente imigração portuguesa para praticamente todas as regiões do Brasil durante todo o século XIX e grande parte do século XX - ainda que não formando comunidades fechadas (ou exatamente por isso) - o que nunca permitiu um verdadeiro isolamento entre as duas variedades, fato que necessariamente tem que ser levado em consideração quando escrevemos a história desta língua neste território<sup>85</sup>.

É essa diversidade nas formas, nos momentos de ingresso da língua portuguesa no Brasil que está a origem dos diversos sistemas de tratamento que temos hoje sobre o território. Se uma forma se generalizou em grande parte do território, essa é outra história, com outras temporalidades, e nossos resultados nos mostram que, enquanto esse processo ocorre ainda em alguns lugares, noutros a forma predominante parece ter se estabilizado, mas nem sempre é este 'você' que se pretende associar univocamente ao conceito de 'português brasileiro', em muitas situações é o 'tu' que ocupa este lugar.

Referindo-se ao século do Descobrimento, afirma Faraco:

Nesse tempo, estavam em etapa bastante avançada tanto o processo de arcaização de vós, quanto o processo de simplificação fonética de Vossa Mercê.

A melhor testemunha dessa situação é, sem dúvida, o assim chamado dialeto caipira [...]. De acordo com a descrição de Amaral, encontra-se nessa variedade lingüística uma série de características fonéticas e gramaticais correntes no português do século XVI e arcaicas hoje.

Nessa variedade, vós não ocorre; tu é raro [...]; mas diferentes formas relacionadas com Vossa Mercê são usadas: vosmecê, vossuncê, vassuncê, mecê, vancê, vacê, ocê, e você.

**Desse modo, podemos pressupor que, desde o início da ocupação européia do Brasil, as formas predominantes de tratamento do interlocutor eram as diferentes variante de Vossa Mercê (Faraco,1996) [grifo nosso].**

Sem dúvida, a importância que o dialeto caipira pode ter para a compreensão da história da expansão do português foi bem ressaltada por Faraco. Condiz com uma suspeita desta tese: a de que, quando nos referimos ao 'português brasileiro', estamos nos referindo, em grande medida, na verdade ao 'português paulista'. Este 'português paulista' ocupa um lugar especial no conjunto de variedades portuguesas dispostas sobre este território que chamamos hoje de Brasil. Foi uma das variedades de maior expansão, porque a capitania de São Paulo ia em determinado momento desde o que hoje é Rondônia até a fronteira do Rio Grande do Sul, e porque São Paulo foi um *pólo autônomo de expansão territorial*. Nem por isso, entretanto, justifica-se historiograficamente uma operação de tipo 'pars pro toto' para estender as justas conclusões sobre o dialeto caipira, variedade possivelmente muito aparentada com o que

---

<sup>85</sup> Se não quiséssemos estabelecer uma ligação entre a língua e o território, e vê-la da ótica do Brasil, seria heurísticamente interessante investigar os efeitos contrários: o impacto causado pela presença de variedades americanas de português em Portugal, tanto pela grande imigração brasileira para aquele país como pela constância cotidiana de emissões radio-televisivas da mídia lusitana.

chamamos de variedade *paulista* no Brasil Meridional na segunda metade do século XVIII e início do século XIX, a um constructo chamado ‘português brasileiro’, com o que estaríamos no campo de construção de uma teleologia e não propriamente de uma história.

Que lugar estaria reservado ao ‘tu’ falado no Sul, em quase toda a Amazônia e em vastas áreas do nordeste? Em termos de extensão territorial, provavelmente o ‘tu’ leva vantagem em relação ao ‘você’, embora, naturalmente fatores demográficos (o peso do triângulo Minas Gerais – Rio de Janeiro – São Paulo a partir da grande decadência nordestina da segunda metade do século XIX, descrita na obra de Mike Davis (2003) e político-lingüísticos (as variedades da região econômica e politicamente dominante no Brasil a partir do fim do século XVIII) favoreçam o ‘você’.

Gostaríamos de concluir, entretanto, com outra questão. Se é verdade o que Faraco afirma sobre a expansão do uso do ‘tu’ tanto em Portugal como na Espanha:

A lista de pessoas que podem ser tratadas por *tu* parece vir aumentando, conforme opinião (já relativamente antiga) de Santos Luz:

Entre nós, o *tu* nessas condições [tratamento não-íntimo entre pessoas mais jovens] não é tão geral, mas tem experimentado, nestes últimos tempos, considerável vulgarização. Na escola, no liceu, na universidade, a camaradagem reclama freqüentemente esse tratamento. No entanto, pessoas de meia idade recordam-se do tempo em que era raro tratarem os seus colegas de estudo por *tu*. (Santos Luz, 1956:261)

É interessante observar de passagem que fenômeno semelhante de ampliação de uso de *tu* parece ter ocorrido também na Espanha (cf. a gramática da Real Academia Española, p. 344).

Então podemos ver nos dados recém apresentados o mesmo tipo de tendência. É de se esperar que a horizontalidade das relações será um fator importante para a manutenção do ‘tu’ tanto no Rio Grande do Sul como em Santa Catarina, mas isso não é o mais importante.

Os dados de Porto Alegre e São Borja apontam já em direção ao que queremos dizer: o ‘tu’, no Rio Grande do Sul se generalizou pragmaticamente e tomou as posições pragmáticas ocupadas pelo ‘você’ em outros dialetos deste mesmo português do Brasil Meridional, como o de Florianópolis com seu sistema trino ‘tu’ – ‘você’ – ‘o senhor’, como por exemplo: a de iguais não-solidários, ou de desiguais hierárquicos. O resultado foi a expulsão ‘você’ do sistema – se é que alguma vez o ‘você’ ou alguma de suas variantes fez parte desse sistema. Mas caso tenha feito parte, o sistema era antes trino, depois dual: de *tu / você / o senhor*, como (Ramos (1989) mapeia para o caso de Florianópolis), para o estrito *tu/ o senhor* das formas mais avançadas, faladas no Rio Grande do Sul em relação a Santa Catarina: mais avançadas no sentido de ser fruto de um contato inter-dialetal açórico-paulista, o que não ocorreu em Santa Catarina.

Diríamos, nesse sentido, que o ‘você’ tem antes chance de se generalizar numa estrutura de grande variação, como a que ocorre em Florianópolis, do que numa

estrutura na qual o uso do 'tu' é praticamente categórico - embora sem a concordância - como é o caso de São Borja e, menos expressivamente, de Porto Alegre<sup>86</sup>, o que agrega interessantes aspectos nesta 'luta' para a ocupação do espaço de pronomes de segunda pessoa do singular.

E há ainda outro ponto a considerar: se o sistema de tratamento em Florianópolis é trino e o de São Borja é duplo, os quadros de variantes não apontam para o mesmo fenômeno, isto é, não temos exatamente o caso de duas variantes de uma mesma variável - temos aí um *continuum* em termos da importância de fatores pragmáticos na opção pronominal que vai de [+ Pragmático] a [- Pragmático] da capital catarinense até a antiga capital das *Missões*, respectivamente, e portanto seria interessante pensar em outro instrumento metodológico, capaz de aferir ou captar melhor essa diferença.

Voltemos, finalmente, ao interesse que deu origem a este trabalho: queríamos comprovar, através de dados sociolinguísticos, o que já aparecia nos dados geo-linguísticos: que o fator mais importante da diferença da forma de tratamento de segunda pessoa do singular - 'tu' versus 'você' - era a geografia e, conseqüentemente, a história de ocupação do território por correntes colonizadoras diferentes no século XVIII. Os resultados apontam para a confirmação desta hipótese.

O segundo ponto que queríamos observar seria o seguinte: tínhamos por hipótese que houvesse homogeneidade dos resultados entre Florianópolis e Porto Alegre de um lado, fundações *açorianas*, e de Lages e São Borja de outro, cidades com maior ou menor participação no *ciclo das tropas*. De fato, Florianópolis e Lages apresentam quadros de uso pronominal de máxima diferença, o que corrobora nossa hipótese. Entretanto, Porto Alegre e São Borja<sup>87</sup> aproximam-se muito mais entre si que de qualquer das congêneres catarinenses, o que nos leva às seguintes considerações:

Santa Catarina é uma área de isolamento dialetal, enquanto que o Rio Grande do Sul é uma área de contato inter-dialetal muito mais forte [ para usar o linguajar do governador Olívio Dutra: os ciclos de colonização "se espraiaram" muito mais sobre a paisagem ]. A generalização do sistema "a la São Borja" deve ter se processado na medida em que esses ciclos originais se encontravam, provavelmente no século XIX, momento no qual os historiadores descrevem movimentos populacionais em várias direções. Essa pesquisa, portanto, permite a manutenção da hipótese básica - a dos ciclos - e acrescenta um elemento novo para se converter em nova pesquisa: a dinâmica do contato inter-dialetal e seus efeitos históricos sobre o português do Sul, distinguindo, no território, áreas mais e menos estáticas do ponto de vista do contato, problemática a ser atacada, então, em uma perspectiva micro-dialetal e micro-histórica.

---

<sup>86</sup> Esperamos que novos bancos de dados, como o *Banco de Dados Sociolinguísticos do Pampa*, coordenado por Paulo Ricardo Borges (UFPel), possam trazer avanços nesse sentido.

<sup>87</sup> Ao invés de Porto Alegre e São Borja, teríamos que ter optado por Triunfo ou Rio Pardo, de um lado, e Vacaria ou Passo Fundo de outro, cidades cuja história está mais fortemente atrelada aos respectivos ciclos. Inexistem, entretanto, tanto quanto sabemos, bancos de dados linguísticos destas cidades.

Os próximos dois capítulos darão um salto para o passado. Dentro da perspectiva de construção de uma *história serial*, procuramos, no esforço de escrita desta tese, conhecer o sistema arquivário do Brasil Meridional e desenvolver capacidade filológica de gerar dados a partir da documentação manuscrita dos séculos XVIII e XIX. É disso que tratará o capítulo seguinte: tentará sistematizar os esforços exploratórios de edição nos arquivos da região, para a seguir, no capítulo VI, analisar uma questão gramatical relevante no empreendimento histórico-lingüístico dos últimos anos no Brasil, o preenchimento ou não do objeto. Tentaremos mostrar que uma análise gramatical deste tipo pode ser redirecionada para uma perspectiva historiográfica como a que estamos defendendo.

Se até este capítulo que se encerra observamos a presentificação lingüística dos dois 'ciclos' de ocupação do território chamado Brasil Meridional, a partir de agora tentaremos nos dedicar a observar as diferenças lingüísticas entre ambos os ciclos no momento da entrada da língua portuguesa nesta região.

= V =

**Micro e Macro-corpora de trabalho  
Documentos do Brasil Meridional e a constituição de *corpora*  
para a pesquisa lingüística.**

Tanto a reflexão histórica quanto as nossas pesquisas mais recentes nos convenceram hoje de que, até prova em contrário, o complexo é muitíssimo mais provável do que o simples, e o uno é muitíssimo menos provável do que o diverso.  
Zumthor, 1993:46

O capítulo anterior nos indica um caminho a seguir. Depois de observar características das duas variedades da língua portuguesa sobre o território do sul do Brasil hoje, seria interessante observar aquilo que é considerado o “núcleo duro” da lingüística (noção que será relativizada a cada momento da escritura desta tese<sup>88</sup>) e que tem sido usado para caracterizar o ‘português brasileiro’ naquilo que ele tem de mais “essencial” e que garantiria aqui a existência de outra gramática que não a de Portugal. Tentaremos observar, para estabelecer um diálogo com o que tem sido feito pela lingüística brasileira de forma bastante intensiva no últimos anos, o preenchimento ou não do objeto na variedade açoriana e paulista no período de 1754 a 1830.

Para passar à próxima parte da investigação, que abordará essas questões gramaticais em um corpus restrito dos séculos XVIII e XIX, temos primeiro que refletir sobre *corpora* histórico-lingüísticos de modo geral, e sobre sua possibilidade de utilização para o objeto desta tese, o português do Brasil meridional.

Esse capítulo não exporá, naturalmente, as idas e vindas do trabalho de pesquisa em arquivos, as demoradas sessões de transcrição diplomática dos documentos. Apresentará somente as decisões edóticas adotadas e as correlações entre História e documentos encontrados. Apresenta ainda os documentos a serem usados no trabalho - esse tesouro dos lingüistas diacronistas - e discute a questão da constituição de *corpora* diacrônicos para um trabalho desta natureza.

Os esforços que aqui descreveremos, fundamentais para a elaboração dessa tese, vêm sendo conduzidos no âmbito do Núcleo de Estudos Portugueses da Universidade Federal de Santa Catarina (NEP/UFSC)<sup>89</sup> desde 1994 no sentido de desenvolver uma metodologia de trabalho para o estudo diacrônico da língua portuguesa no Sul do Brasil no

---

<sup>88</sup> Importante aqui é introduzir a argumentação de Calvet quando prefere optar por uma “ecolingüística” a permanecer trabalhando com o rótulo “sociolingüística”, nome que segundo ele (e Fishman) contiuiu sendo uma província bem provinciana da lingüística, constringida por essa chamada lingüística “dura”.

<sup>89</sup> Home-Page: <http://www.cce.ufsc.br/~nep/>.

período de 1680 a 1830. Iniciaremos com uma breve apresentação deste trabalho realizado e partiremos para as reflexões sobre o tema *corpus* que este trabalho nos possibilitou.

O NEP é o núcleo de pesquisa mais antigo da UFSC, tendo sido fundado em abril de 1956, ainda no âmbito da antiga Faculdade Catarinense de Filosofia. Liderado então pelo Prof. Agostinho da Silva, constituía-se como um dos vários núcleos do **Centro de Estudos Filológicos** fundado e administrado pelo Prof. Henrique da Silva Fontes.

Nos anos que precederam a fundação da UFSC e a conseqüente incorporação do NEP a esta universidade, o Centro de Estudos Filológicos, do qual o NEP é hoje o herdeiro institucional, iniciou a formação de uma biblioteca especializada (hoje com cerca de 3.500 volumes na Seção de Coleções Especiais da Biblioteca Central da UFSC), organizou eventos, publicou obras, dentre elas o hoje raro *Guia de Estudos Dialetológicos* de Serafim da Silva Neto, e manteve ligações acadêmicas com diversas personalidades nacionais e estrangeiras na área de Letras, o que pode ser constatado pela correspondência de intelectuais do porte de Mattoso Câmara Júnior, Serafim da Silva Neto, Paiva Boléo e Câmara Cascudo, entre outros, hoje nos arquivos do núcleo.<sup>90</sup>

A partir de 1994 estruturou-se como um centro de interesse pela Linguística Histórica, em especial pela história da língua portuguesa no Brasil meridional no período colonial, passando a sediar os seguintes projetos de pesquisa:

- ***Projeto Ultima Fronteira: Problemas e Perspectivas para uma História Social do Português no Brasil Meridional (1680 - 1830)***

Foi o projeto que articulou a ação institucional do NEP com as disciplinas de graduação em Letras da Universidade Federal de Santa Catarina e com o Projeto para a História do Português Brasileiro, em curso, possibilitando um sistema de produção de conhecimento sobre as variedades do português no Brasil Meridional.

- ***Projeto Fontes Inéditas para o Estudo da Língua Portuguesa no Brasil Meridional***

Elaborou uma descrição dos arquivos do Sul do Brasil e do Uruguai e uma descrição preliminar dos fundos documentais possivelmente úteis para a escrita da história do português nesta região disponíveis nestes arquivos. Financiamento FUNPESQUISA/UFSC 1994.

- ***Projeto Fontes Publicadas para o Estudo da Língua Portuguesa no Brasil Meridional***

---

<sup>90</sup> O Projeto Interinstitucional '*Espólio do Prof. Agostinho da Silva no Brasil*', financiado pela Fundação Luso-Brasileira para o Desenvolvimento dos Países de Língua Portuguesa, levantou dados interessantes sobre a fase da linguística e da filologia em Santa Catarina que vai de 1954 a 1963, quando a Faculdade Catarinense de Filosofia foi absorvida pela Universidade Federal de Santa Catarina. O NEP possui um acervo de cartas autógrafas de Serafim da Silva Neto, Mattoso Câmara, Silvio Elia e outros intelectuais oriundas do contato que mantinham com o Prof. Agostinho da Silva, naquele momento diretor do NEP.

Perscrutou as publicações especializadas na edição de fontes históricas do Sul do Brasil (Revistas dos arquivos públicos e históricos, museus, institutos históricos e geográficos, e outros) e organizou cerca de mil e quinhentos documentos publicados nestes periódicos em quatro volumes, categorizando o material encontrado em *Cartas Escritas em Português no Brasil Meridional*, *Cartas escritas em português para o Brasil Meridional*, *Cartas Escritas em Outras Línguas no Brasil Meridional* e *Outros Escritos*. Financiamento FUNPESQUISA/UFSC 1995.

A partir desses projetos específicos, o NEP editou duas séries de investigações de interesse para essa linha de pesquisa em lingüística diacrônica, cujos títulos podem ser encontrados no catálogo da instituição e, nesta tese, estão respectivamente como anexo 2 e como cd-rom:

- ***Série Estudos Diacrônicos do Português***

Constituiu-se, até o momento, de oitenta e sete monografias sobre temas ligados direta ou indiretamente à questão da história lingüística ou à história do português no Sul do Brasil, possivelmente o maior corpo de investigações disponível sobre o assunto. As monografias são escritas, em grupo, por estudantes do Curso de Letras da UFSC, sob nossa orientação, tendo por plataforma a disciplina ‘História da Língua’, e podem ser consultadas na sede do NEP.

Dessa forma, a cada semestre, podemos trabalhar questões relevantes no atual estágio de pesquisas, ao mesmo tempo em que capacitamos alunos de graduação para a pesquisa em lingüística diacrônica e possibilitamos sua orientação, na pós-graduação, para esse campo da lingüística.

Como *corpus* para as pesquisas os estudantes utilizam os documentos editados na Série Filológica (descrita a seguir), ou ainda conformam seus próprios *corpora* a partir de outros princípios.

- ***Série Filológica***

Constitui-se da edição crítica dos códices de documentos de 1703 a 1830 disponíveis no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (APE/SC).

Através de um convênio entre o APE/SC e o NEP, os estudantes da disciplina Filologia Portuguesa, sob a orientação do professor responsável e dos técnicos do arquivo, editaram, em grupo de tamanho variáveis, conforme a quantidade de documentos de cada códice, 40 volumes de documentos manuscritos originais do período colonial e do 1º Reinado de Santa Catarina, logrando formação na área e disponibilizando para a pesquisa em lingüística diacrônica e história um *corpus* valioso composto de 5.204 documentos, transcritos em 5.888 páginas.

A edição crítica elaborada se compõe de

- a) monografia histórico-filológica sobre a fonte geradora dos documentos em questão, que focaliza aspectos históricos dos documentos editados e descreve suas condições de produção;

- b) índice das abreviaturas utilizadas nos manuscritos. Desse passo do trabalho, que optou por não desenvolver as abreviaturas na transcrição paleográfica, produzimos o Dicionário Virtual de Abreviaturas Filológicas dos Séculos XVIII e XIX, disponível no cd-rom em anexo desta tese;
- c) transcrição paleográfica (diplomática) dos documentos, segundo as Normas Técnicas para Transcrição e Edição de Documentos Manuscritos<sup>91</sup>, fazendo acompanhar cada documento com um resumo temático e
- d) índice remissivo onomástico, indicando, além do nome também o cargo ocupado pela pessoa, e índice remissivo toponímico, instrumentos importantes para a pesquisa histórica e que permitirão conformar séries de documentos para a pesquisa em lingüística histórica.

Da forma como o trabalho se estruturou no NEP, criou-se uma produção contínua de *corpus / corpora* e de análises sobre este *corpus* ou estes *corpora*, e além disso a formação contínua de pessoas nas práticas da lingüística histórica. O NEP tem funcionado, portanto, como um núcleo organizador, que dá ordem a um trabalho antes feito de forma individual e assegura continuidade ao esforço, mantendo as pesquisas em seu poder e fazendo-as circular. Finalmente, arregimenta gente para atuar como pesquisadores, mesmo que seja por períodos relativamente curtos, já que atua sobretudo junto ao curso de graduação de Letras, e dentro dele em duas disciplinas obrigatórias.

Essa forma de trabalho, na qual estamos envolvidos desde 1994, levou-nos a formular alguns princípios para a constituição de um Corpus para o Estudo Diacrônico do Português do Brasil Meridional que acreditamos poderem ser úteis para evitarmos armadilhas próprias ao empreendimento. Passemos a elas:

Temos procurado trabalhar com a idéia de que o *corpus* deve ser constituído de forma diferenciada de região para região e de ciclo histórico para ciclo histórico, coerentemente com a idéia, discutida no capítulo II desta tese, de que os corpora são o suporte para a constituição de séries e estas, por sua vez, são a base para os estudos históricos que queremos realizar. Temos como resultado não um corpus, mas uma variedade de corpora, com princípios e calendários próprios de constituição. Pela sua própria natureza diacrônica, ele terá como características o fato de ser **diferenciado** e de **formação contínua**.

Em primeiro lugar, sua constituição depende de conhecimento arquivístico e, portanto, do próprio sistema de arquivos dos diferentes estados e, no nosso caso, até de diferentes países (referimo-nos ao fato de ter sido o Uruguai área de língua portuguesa

---

<sup>91</sup> Acordadas durante o I Encontro Nacional de Normatização Paleográfica e de Ensino de Paleografia, realizado em São Paulo em 28 e 29 de novembro de 1990 e atualizadas em 1993.

durante um certo tempo do período colonial e imperial<sup>92</sup>), e dos diferenciados processos históricos a que estas regiões foram submetidas, o que implica num trabalho diferenciado. Se instaurarmos uma forma permanente de trabalho, descobriremos paulatinamente novos documentos em novos lugares e iremos, portanto, a cada momento, tendo visões mais completas de certos períodos e regiões, na medida em que avança nosso conhecimento documental e histórico específico.

O *diferenciado* não se refere naturalmente somente aos estados ou às regiões geográficas, mas também aos ciclos históricos particulares. Há uma evidente diferença na natureza de um corpus elaborado para estudar o ciclo *açoriano* dos litoriais de Santa Catarina e Rio Grande do Sul e para estudar o ciclo *paulista* de colonização, ligado ao tropeirismo das mulas de carga no percurso de Vacaria a Sorocaba, atravessando os campos de Lages, em Santa Catarina e Lapa, no Paraná, porque as próprias questões teóricas colocadas para cada um dos dois ciclos de colonização são diferentes. Como o quadro da história da língua portuguesa no Sul não pode ser traçado senão pela compreensão das relações entre esses dois focos de irradiação lingüística, em períodos e geografias diferentes dentro da própria região, necessitamos aí de dois corpora diferentes que nos permitam, metodologicamente, nesse momento, opor uma variedade à outra. Como, ainda, a natureza da documentação escrita para os dois ciclos é fundamentalmente diferente - referimo-nos aqui ao fato de que a estrutura social de cada ciclo pode nos obrigar a trabalhar com documentos produzidos por grupos sociais diferentes: militares de um lado, religiosos de outro, etc. - teremos *corpora*, obviamente, pela sua constituição, também heterogêneos entre si. O mesmo raciocínio pode ser extrapolado para outras partes do Brasil.

O segundo aspecto que gostaríamos de frisar decorre da 'formação contínua' desse tipo de *corpus*.

Não podemos, ao contrário do que ocorre em maior grau com *corpora* sincrônicos, controlar de antemão a extensão, o número de informantes, o tipo de texto que precisaremos de cada um, etc. Também não podemos dizer, de antemão, quais conjuntos documentais deixaremos de lado e quais incluiremos na nossa procura, pois dicotomias simples do tipo *formal/informal* ou *pessoal/não-pessoal* não funcionam bem quando tratamos de documentos históricos.

Não funcionam bem, em primeiro lugar, porque os gêneros escritos arquivados estão misturados. Não são, embora o nome dos 'fundos', das 'séries' e dos 'códices' indique o contrário, homogêneos entre si. Dentro de um conjunto de relatórios rotineiros de pouco interesse lingüístico para o historiador da língua, por exemplo, podemos encontrar inesperadamente uma carta pessoal de alto valor para a pesquisa lingüística, arquivada, por uma razão ou por outra, no bojo de documentação oficial.

O trabalho continuado, portanto, tem, para a composição de um corpus diacrônico, um valor extraordinário, já que podemos sempre estar a um passo da descoberta de um

---

<sup>92</sup> Ainda o é, mas não mais nas mesmas áreas e não mais como gerador de documentação escrita. Hoje os DPU - dialetos portugueses no Uruguai - são variedades puramente orais. (Elizaicin et alii, 1987).

documento ou de um conjunto de documentos essenciais para uma determinada problemática referente à história de uma língua ou para a história lingüística de um território.

Nossa experiência tem mostrado, em primeiro lugar, que a constituição, transcrição e disponibilização para a pesquisa de um corpus lingüístico é um empreendimento longo, trabalhoso e caro. Em não raros casos, nunca chegamos ao final, porque a idéia-mãe, a concepção que deu origem ao empreendimento, tem uma durabilidade menor que o próprio trabalho a ser feito, ou porque complicações de toda ordem impedem que se chegue ao final do corpus. A própria obsolescência dos meios de apresentação, dos próprios procedimentos de informatização a que os corpora mais modernos foram já submetidos, nos mostram que é preciso montar o trabalho sobre outras bases, bem mais modestas talvez em termos quantitativos, mas muito mais rica em termos qualitativos.

Isto pode ser observado no banco de documentos que editamos para este trabalho: o conjunto documental editado ao longo de 5 anos e aqui apresentado em cd-rom ganhou autonomia em relação a este trabalho de tese, sobrevivendo a ele. O banco recém inicia seu percurso no momento em que a tese é concluída.

Em segundo lugar, temos considerado importante levar a sério questões sociológicas ou historiográficas: conceitos como formal / informal, pessoal / não-pessoal, e outras que utilizamos para selecionar *corpus* não são constantes históricas. Relações hoje classificadas como informais não o eram, necessariamente, no século XVIII e vice-versa, de modo que temos que elaborar tipologias a partir da própria documentação, da documentação consigo mesma, o que implica num sério e minucioso conhecimento da sua natureza e das suas características. Essa questão é muito séria: usando categorias apriorísticas, não historicizadas, que não dão credibilidade historiográfica e sociológica à pesquisa lingüística, corremos o risco de acreditarmos nas próprias categorias, que inventamos mais para facilitar nosso trabalho do que para contribuir com uma história da língua também aceita por historiadores que, como é do conhecimento geral, têm mais e mais instituído a língua como seu objeto de trabalho, como é o caso de Peter Burke, Roy Porter, Jo Gladstone, Nigel Smith e outros.<sup>93</sup> Essa colaboração é necessária, ao nosso ver, porque eles podem nos dizer como tratar dos documentos de perspectivas que vêm sendo experimentadas há anos, e cujos resultados podem ser avaliados epistemologicamente.

Essas considerações nos levam diretamente, ainda, para as demandas que tal projeto propõe para a área de *filologia*, compreendida aqui como uma especialidade de localização, nos arquivos, de documentação histórica, sua preparação para a edição, e a elaboração de tipologias de textos úteis para as diferentes demandas da pesquisa lingüística, isto é, o conhecimento da funcionalidade desses textos para um interesse científico particular. Filologia fica definida, assim, pela perspectiva de uma Edótica (Spina, 1994): uma arte do arquivo, do manuscrito e da edição.

---

<sup>93</sup> No Brasil estão publicadas, nessa linha, as obras: Burke, Peter e Porter, Roy (org.). *Linguagem, individuo e sociedade*. São Paulo, UNESP, 1993, 465 p. E Burke, Peter. *A Arte da conversação*. São Paulo, UNESP, 1995, 219 p.

Aspectos qualitativos do corpus terão, necessariamente, que ser ressaltados, o que tem criado, para nós, o desafio de tentar sintetizar, num único fazer científico, os procedimentos quantitativos da sociolinguística laboviana com os aspectos qualitativos, filológicos mesmo, necessários à compreensão dos *corpora* de trabalho.

A concepção de trabalho que subjaz a essa proposta, portanto, é a de que metodologicamente precisamos encontrar, nos documentos de que dispomos - e dos quais dispostos - orientados pelo nosso conhecimento histórico propriamente dito, os *índices* da heterogeneidade linguística regional e social na época estudada. Para encontrarmos os índices dessa heterogeneidade precisamos perseguir os aspectos qualitativos de cada carta ou escrito, a biografia do seu autor, sua origem geográfica e cultural, criar critérios filológicos para compreender termos ou dicotomias como formal/informal, erudito/popular e outros a partir da sua própria época, e não como uma projeção dos critérios que usaríamos hoje em dia.

Do livro *A Letra e a voz*, do medievalista Paul Zumthor (1993), provém a seguinte contribuição a favor de se historicizar as categorias com as quais trabalhamos:

Tratando-se da voz e das artes da voz, a oposição do “popular” ao “erudito” remete, quando muito, aos costumes predominantes neste ou naquele momento e meio. Atravessa as classes sociais e, no contexto humano dos séculos XI, XII e XIII, a sensibilidade e o pensamento dos indivíduos. Oral não significa popular, tanto quanto escrito não significa erudito. Na verdade, o que a palavra erudito designa é uma tendência, no seio de uma cultura comum, à satisfação de necessidades isoladas da globalidade vivida, à instauração de condutas autônomas, exprimíveis numa linguagem consciente de seus fins e móvel em relação a elas; popular, a tendência a alto grau de funcionalidade das formas, no interior de costumes ancorados na experiência cotidiana, com desígnios coletivos e em linguagem relativamente cristalizada. Conhecem-se os impasses a que antigamente conduzia a imprudente adoção desses termos nos estudos sobre as diversas formas de poesia [...]. Até há pouco, os historiadores foram vítimas de preconceitos vindos da época em que, pelos meados do século XIX, a Europa descobria (os se deveria escrever “inventava”?) seu folclore e, em suas ilusões científicas, imaginava-se dúplice (Zumthor 1993:118-9).

Nesse sentido, um empreendimento dessa natureza não estaria completo se não desenvolvêssemos um aprofundado ‘*know-how*’ histórico-filológico para a lida com nossos textos. Para tanto, já que esta é formação que nossas graduações e pós-graduações não têm privilegiado, temos tentado desenvolvê-la para o nosso trabalho e de futuros projetos sobre o português meridional.

Já que se trata de um trabalho imenso de perscrutar os arquivos, ler, classificar os documentos, analisá-los filologicamente, dificilmente algum de nós daria conta do trabalho exceto *nos arquivos de uma certa região* e, mesmo assim, *em trabalho de equipe*. Na medida em que desenvolvemos projetos regionais de constituição do *corpus*, teremos delineadas com mais clareza também as tarefas de uma filologia regional, especialista em documentos coloniais e imperiais brasileiros e na sua preparação para a pesquisa

lingüística. Apesar dessa aparente fragmentação do trabalho em arquivos regionais, uma parte significativa do trabalho continuará sendo feita nos grandes arquivos nacionais e portugueses, basicamente no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro e no Arquivo Ultramarino de Lisboa, dada a estrutura altamente centralizadora a que a Colônia e depois o Império estiveram submetidos, tendência que se repete nos estados, cujos arquivos públicos da capital armazenam toda a documentação do período estudado, restando pouca coisa para os pequenos arquivos das cidades antigas que não são capitais (esta imagem é certamente menos verdade para regiões como o Nordeste, que contou com uma malha urbana de certa importância muito antes da hipertrofia das vilas-capitais.)

Somos obrigados, pelo avanço do trabalho, a refazer as categorias de documentos utilizados como *corpus*. Os documentos oficiais não constituem uma única categoria: há os escritos por portugueses e os escritos por brasileiros, e há os escritos por açorianos no Brasil; há os escritos por altos oficiais e os escritos por soldados e alferes, às vezes por populares ao governador da capitania, como no código *Avisos de Diversos ao Governador da Capitania*, ou por membros do baixo clero, como em *Cartas de Arciprestes e Vigários ao Governador da Capitania*. Há ainda as diferenças entre os escritos de diferentes ciclos históricos, com ocupações populacionais vindas de direções diferentes, às vezes opostas.

O que constituiria, para nós, o corpus diacrônico do português? Que dados seriam esses?

Três tipos de dados são, ao nosso ver, de fundamental importância para a constituição desse corpus, e têm sido trabalhado pelos projetos do NEP em diferentes graus de empenho, porque vamos aprendendo como manuseá-los à medida que trabalhamos.

### **1. Documentos escritos desde os primórdios da colonização portuguesa no Brasil Meridional.**

Referem-se a esta modalidade de *corpus*, por exemplo, nossos esforços de edição de fontes inéditas e de organização de fontes já publicadas, visando à elaboração de tipologias para o conhecimento micro-histórico da língua portuguesa no período colonial. Como instrumento provisório, elaboramos um *Corpus Preliminar para o Estudo do Português no Brasil Meridional*, composto por apenas sete documentos que, entretanto - é a nossa crença - poderão nos apontar diferenças lingüísticas senão substanciais pelo menos indiciárias entre os escreventes de origem *lusa*, *açoriana* ou *paulista*:

- Carta do fidalgo português Dom Manuel Lobo, fundador da Colônia do Sacramento, ao rei de Portugal em setembro de 1680;
- Carta do Mestre de Campo André Ribeiro Coutinho, vice-comandante da expedição portuguesa na tentativa de tomada de Montevidéu, a um amigo do Rio de Janeiro em setembro de 1737;
- Carta do vigário de São Francisco do Sul (SC), Pe. Bento Gonsalvez Cordeiro ao Governador da Capitania em abril de 1785;

- Duas cartas do desertor dos Dragões de Cavalaria, José Borges do Canto, filho de açorianos nascido em Cachoeira do Sul (RS) ao Tenente Coronel Patrício José Corrêa da Câmara, comandante da fronteira de Rio Pardo em agosto de 1801;
- Carta do praça Francisco Manoel de Assis França, acantonado na freguesia de Nossa Senhora do Belém de Guarapuava a sua mãe em 1828;
- Carta do escrivão índio Avelino Francisco ao Diretor do Serviço de Proteção aos Índios em 1933.

Algumas destas cartas serão utilizadas nesta tese, basicamente aquelas escritas dentro do período que nos propomos a observar. Outras aguardarão outros momentos e outras situações de pesquisa.

## 2. Observações de contemporâneos sobre a situação lingüística da Colônia e do Império.

Podemos, nesse caso, constituir um sistema de observações cruzadas sobre as variações da língua portuguesa ou ainda sobre a predominância de outras línguas em determinadas regiões e/ou épocas, favorecendo a elaboração de critérios para refinar a aplicação das hipóteses do deslocamento ('desplazamiento') lingüístico e da eventual propagação de mudanças lingüísticas. São documentos importantes observações como a do botânico francês Saint-Hilaire (1779-1853) que observa, em 1820, por exemplo, que os catarinenses "*tornaram dura e nasalada a língua, acentuando a penúltima sílaba e articulando rapidamente as outras, sendo possível que esta pronúncia provenha das ilhas dos Açores*" (1978: 135-6)<sup>94</sup>.

Outro documento desse tipo, já citado nas considerações históricas desse trabalho é o que proveio da ronda feita pelo juiz-de-fora Francisco Lourenço de Almeida e outros oficiais na cidade de Nossa Senhora do Desterro em 19 de dezembro de 1814. Temos em mãos, nesse caso, uma típica fonte burkeana, isto é, uma fonte que indica a percepção da diferença lingüística num determinado momento histórico<sup>95</sup>. Retomamos aqui o trecho em questão:

[...] encontramos / pelas 11 horas pouco mais ou menos da / mesma noite na Rua do Vinagre junto / à porta de um tal Fayal, bem de frente / da travessa que toma para a Rua Augusta / huns oito vultos, dois ou trez dos quaes com / borretinas do uniforme de cavallaria / de S. Paulo, ao presente destacada nesta V<sup>a</sup> [corroído] os mais vestidos de ponxes com chapeos / dezabados, os quaes fomos reconhecer da par- / te da Justiça, como era da nossa obrigação /

<sup>94</sup> Saint-Hilaire, Augusto de. *Viagem a Curitiba e à provincia de Santa Catarina*. Belo Horizonte, Itatiaia, 1978, 209 p. (tradução de Regis Junqueira). Passagem citada por Furlan, Oswaldo Antônio. *Influência Açoriana no Português do Brasil em Santa Catarina*. Florianópolis, UFSC, 1989, 241 p.

<sup>95</sup> Esse tipo de fonte foi muito utilizada pelos filólogos brasileiros das décadas de 40 e 50, por exemplo Silva Neto, Serafim. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro / Ministério da Educação e Cultura, 1963, 273 p.

*declarando serem soldados do Regim<sup>to</sup> / d. São Paulo - como com efeito erão, e se / conhecerão pela diferença e singularidad.<sup>e</sup> da sua voz e pronúncia - que ali se acha- / vão com licença do seu Then.<sup>e</sup> Cor.<sup>EI</sup> comand.<sup>Te</sup> [...] <sup>96</sup>* (Miranda, F.G., Saraiva, J.P.A. e Vieira, S.F., 1996: 17) [grifo nosso].

Dois trabalhos da *Série Estudos Diacrônicos do Português* deram início ao trabalho de organização desse tipo de observação em relatos de viajantes que percorreram o Sul do Brasil em séculos pretéritos. Seu objetivo foi o de permitir que interessados pudessem, a partir do narrado pelos viajantes, mapear a extensão de fenômenos lingüísticos ou sociais de interesse lingüístico (por exemplo, presença ou não de outras línguas, presença ou não de aloglotas, etc.). Uma história social no sentido mais amplo, em que são focalizadas as interações entre grupos ou etnias, entre homem e mulher ou a presença de estratos relativamente móveis, como os militares, tem notória relevância para a compreensão das interações lingüísticas, como tentam demonstrar esses trabalhos:

- Carneiro, Gottardi e Scheibe, em *História Social da Língua da Ilha de Santa Catarina*, leram e classificaram observações de vinte viajantes que estiveram em Desterro, desde Frézier, em 1712 até Trachsler, em 1828.<sup>97</sup>
- Mello, em *História do Falar no Brasil Meridional - Relatos de Auguste de Saint-Hilaire e Arsène Isabelle quando de suas viagens à Província do Rio Grande do Sul*, compara as impressões dos dois viajantes, respectivamente em 1820 e 1833, tomando o cuidado de estabelecer três ambientes para essas observações: as estâncias e aldeias, as charqueadas e as cidades.

Alguns documentos selecionados constituiriam o *Corpus Preliminar para o Estudo do Português Histórico no Brasil Meridional*. Trata-se de um esforço para delimitar diferentes *corpora*, que pudessem dar uma idéia da variedade da língua no período que nos interessa, e não de um único corpus, que tivesse a pretensão, como tantos outros trabalhos, de apresentar, por exemplo, O ESTADO de uma determinada variável no português brasileiro<sup>98</sup>. O esforço, entretanto, corre o risco de enfrentar restrições de ordem estatística,

---

<sup>96</sup> Documento editado por Miranda, F.G., Saraiva, J.P.A. e Vieira, S.F. no código *Ofícios dos Juizes de Fora para o Presidente da Província (1814-1821)*, Florianópolis, Núcleo de Estudos Portugueses, Série Filológica, 1996, 140 p.

<sup>97</sup> Os relatos foram publicados por Haro, Martim Afonso Palma de (org.). *Ilha de Santa Catarina - Relato de viajantes estrangeiros nos Séculos XVIII e XIX*. Florianópolis, UFSC / Lunardelli, 1990, 334 p. (3ª edição revista).

<sup>98</sup> Encontramos aqui uma crença *essencialista* pouco compatível com a sociolingüística: excluir do cálculo histórico os portugueses, fazer questão de estudar documentos escritos por brasileiros natos apenas, é, na nossa opinião, buscar a origem e a 'essência pura' do 'Pb', rastreá-lo, de preferência, até a fonte da qual emergiu. Nosso esforço precisa ser outro: os portugueses vieram sempre para o Brasil, em levadas maiores ou menores, mais concentradamente para certas regiões em certos períodos e para outras em outros períodos; sendo modelos de conduta social, foram também modelo lingüístico para os habitantes da colônia. Não há como excluí-los da história, pois eles tem papel constitutivo na história lingüística do Brasil, ao lado de tantos outros grupos (e não são apenas

já que nossa amostragem, para alguns dos grupos e períodos, é das mais restritas. Sabidamente, o programa Varbrul (Programa de Regra Variável) necessita, para dar resultados efetivos, de amostragens não demasiadamente pequenas, mas isso não será possível sempre.

Tentaremos, num primeiro momento, opor os dois ciclos históricos discutidos na primeira parte desta tese - o *açoriano* e o *paulista* em uns poucos documentos 'representativos' (apesar de conhecermos a crítica de Canclini ao conceito de 'típico') da região de abrangência dessas variedades.

Para isso, usaremos cinco documentos apenas: dois exemplares de cartas escritas no Paraná, então parte meridional da província de São Paulo, e uma carta escrita por um jovem santista que se tornará o primeiro governador da Província do Rio Grande do Sul anos mais tarde, seu primeiro historiador e um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Estas três cartas representarão a variedade *paulista* do português.

Em oposição, utilizaremos outros dois documentos: duas cartas escrita logo depois da conquista das Missões aos castelhanos em 1801 por um filho de açorianos, Borges do Canto, desertor dos Dragões de Rio Pardo, (a ponta de lança mais ocidental do avanço *açoriano* no Rio Grande do Sul). Estas duas pequenas cartas representam, neste trabalho, o português do ciclo *açoriano* no Brasil Meridional.

Como controle, utilizamos cinco cartas [1735-6] do brigadeiro português Silva Paes, fundador da cidade de Rio Grande em 1725, logo após a expedição frustrada para a destruição de Montevideú (1724). Trata-se de um conjunto de cartas pessoais a um amigo, governador das Minas Gerais. Silva Paes serviu por cerca de 27 anos como militar no Brasil Meridional, foi responsável pela construção do sistema de fortalezas da Ilha de Santa Catarina, e foi o governador que encaminhou a vinda dos mais de 4.500 açorianos que chegaram entre 1748 e 1752, tendo recepcionado o primeiro grupo, que chegou em 1748. Retornou ao Reino e lá tornou-se o principal colaborador de Alexandre de Gusmão na organização dos Mapas da Corte que serviram para as determinações do Tratado de Madrid entre Portugal e Espanha.

Deste total de 10 cartas, somente duas foram transcritas por nós a partir do manuscrito autógrafo: a 2ª e a 3ª cartas paulistas. As restantes foram produto do *Projeto Fontes Editadas*. Consideramos confiáveis, porém, as cópias a que tivemos acesso.

---

elementos do século XVI, chegados com Cabral, depois de quem a deriva do 'Pb' ter-se-ia autonomizado). Apostar nesse tipo de procedimento leva-nos à pergunta, passível de ser respondida pelo banco de dados que constituímos (uma das poucas perguntas cuja resposta talvez esteja baseada em dados abundantes) - qual era o português das elites militares e administrativas atuando no Brasil meridional, convivendo, num primeiro momento, com a 'malta' da Colônia do Sacramento, originária de Pernambuco, Rio de Janeiro, São Vicente e, mais tarde, com os camponeses açorianos de São Miguel, Terceira e Pico.

Trabalhamos com estas cartas de modo a obter um primeiro quadro da situação da variável [preenchimento do objeto], de modo a podermos falar com mais propriedade sobre um dos temas de maior interesse teórico neste trabalho: a existência ou não (ou até que ponto) de duas temporalidades diferentes para fenômenos em variação e em mudança no Brasil Meridional – argumento importante para passarmos a estudar a história da Língua Portuguesa não como a história das preeminências, isto é, apenas das formas que se tornaram dominantes, mas dos conflitos travados na ‘guerra de variantes’, já que, como afirma Leonardi (1996:127) “[...] *quem só estudar os processos que se tornam preeminentes não entenderá nunca esse paradoxo do ultracontraditório mundo brasileiro*”. Destes tópicos apresentados, retemos para discussão aqui somente a questão do preenchimento ou não do objeto, e mesmo assim demonstrativamente, porque os dados não são abundantes.

Chamamos a atenção do leitor para um desdobramento do trabalho filológico realizado no âmbito desta tese. Trata-se do **Dicionário Virtual de Abreviaturas Filológicas**, disponível no cd-rom e elaborado a partir dos 40 códices de documentos editados. Tem aproximadamente 4.000 entradas e é possivelmente o primeiro dicionário de abreviaturas virtual do Brasil, formato que permite, por exemplo, sua disponibilização ‘on-line’.

No capítulo seguinte, esta tese tenta estabelecer um diálogo com a linha dominante de lingüística histórica no Brasil hoje, aquela que, a partir de Fernando Tarallo, associou teoria gerativa e sociolingüística laboviana na chamada ‘sociolingüística paramétrica’, e que colocou, na alça da sua mira, a determinação do momento em que “a pena escorreu a gramática do português brasileiro pela primeira vez” (Tarallo, 1996). Para isso, lança um olhar preliminar sobre este micro-corpus documental *paulista e açoriano*, tratado de forma contrastiva, para verificar como ambas as variedades históricas da língua portuguesa no Brasil Meridional se encontravam gramaticalmente.

## **I. CARTAS PAULISTAS**

**Carta n° 1: Do praça-de-pré Francisco de Melo Assis França a sua mãe em 1828**  
[publicada na Revista do IHGEPR de 1951]

**Carta n° 2: De José Feliciano Fernandes Pinheiro, futuro Visconde de São Leopoldo, a um amigo em 1789**

[Correspondência ativa 0022 do Arquivo Pessoal do Visconde de São Leopoldo no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Porto Alegre]

**Carta n° 3: Do sargento-mór Francisco José Monteiro para o governador de São Paulo sobre o extravio de ouro, em 14 de agosto de 1776**

[Carta copiada do original do Arquivo de Marinha e Ultramar da Biblioteca Nacional de Lisboa por Joze Ignacio Ribeyro Ferreyra. A cópia se encontra no arquivo documental do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Paraná.]

## **II. CARTAS AÇORIANAS**

[Do acervo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul]

**Carta n° 1: De José Borges do Canto ao Tenente Coronel Patrício José Corrêa da Câmara, comandante da Fronteira de Rio Pardo em 1801**

**Carta n° 2: De José Borges do Canto ao Tenente-Coronel Patricio Corrêa da Camara em 1801**

## **III. CARTAS LUSITANAS**

[Cartas do Brigadeiro José da Silva Paes a Martinho de Mendonça de Proença e Pina, governador de Minas Gerais (1735-1738). Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 25: 277-307, 4° trim. 1945]

**Cartas n° 1 a 5: Brigadeiro José da Silva Paes a Martinho de Mendonça de P. e Pina, Governador das Minas Gerais (1738-53) em 1735-6**

## I. Cartas Paulistas

Carta n° 1:

### **Do praça-de-pré Francisco de Melo Assis França a sua mãe em 1828**

Minha Mai e Sen<sup>ra</sup>

Tive oprazer de receber a de Vmce datada de 2 de Maio pp / sendo a primeira que recebo de Vmce entre tantas qe tenho / escrito não sei sehé pr falta de portador ou pr qe Vmce já se / não lembra de mim. Eu aqui meacho nom.mo estado qe pr ttas / vezes tenho participado Vmce eao Sr. Meu Pai. Ora eu sempre / me acostumo pr qe menão falta nada edou-me m.to com o Sr Capm. Comde. E com toda asua Famillia, Más sempre medes- / gosta a Terra em razão de Grande Perigo de Bugres em qe / sempre vive qe no outro dia inda Tivemos hum ataque com 5 / Indios dos Brabos qe tivemos grande felice pr qe pegou-se / 3 delles e outros Xumbeou-se porem escaparão os outros xum- / beados e sempre Frexarão duas Pessoas dos Nossos porem não foi couza de maior qe logo saraão e agora estamos em mta / cautella pr qe temos hua nação inteira desses qe sepegou con- / tra nós qe tenham prometido nos matarem todos ea razão pr qe / estão contra nós hé pr qe veio Ordem de S. Paulo pa o S.r Cap.m / remeter todos os Indios Manços qe aqui se achasem qe partirão / no mes passado e os brabos ficarão-se mto disto he a razão pr / qe nos querem acabar, más Deos tem mais poder qe elles não / dá animo aelles nos fazerem mal porem tememos qe peguem / Fogo em alguma caza qe então só aforça de Armas acabaremos / aelles. Eu vivo em tal cautella qe mudei am.a cama p.a o Ar- / mazem qe estou entregue delle pr ser Caza de Pedra e Cuberta / de Telha elogo qe da Ave Maria Fexo-me econservo hua Arma / de Fogo carregada evivo sempre pronto pa o qe pode suceder / enão mefiu nem deste Manços qe Morão com nosco pr qe são / m.to traidores isto hé qe agora poderá ter 16 ou 20 Homens / delles e Mulheres hade ter a Riba de Trinta e tantas pr qe pa / S. Paulo forão 25 Indios e todos cazados elevarão suas Mulheres e Mains qe forão a Sima de 60 pessoas com os oqe olevarão / q.do sahirão pareceu-me hua Purçiçom e Tomaria eu fosse hin- / do todos os mais brabos qe se vai pegando. Sobre a hida do Pe. / Izaias pa o Sul m.to estimo e grande gosto tenho dehir em / comp.a delle más porem sefor gosto de Vmce e do Sr. Meu Pai qe dezo me participem p.a eu me aviar de longe qe tenho bem / pouco tp.o pr qe dis-me Vmce vai logo depois de N. Snr.a da / Lus. Eu tenho hum ganho não m.to mais pr qe tenho 4 000 pr / Mês 3 libras de Carne pr dia e hum Decimo de Fa.a tão bem / pr dia e hum decimo de Sal pr des dias e 4 libras de Sebo pr / Mês p.a vellas isto hé o qe ElRei medá fôra alguns Bicos qe / teço como Meninos qe estou ensinando e outras más couzas / más aquelle sentido dehir p.a o Sul não há como mesaia da Ca- / beça pois ou más tarde ou más sedo heide hir por força. Sobre o Cavallo do Padre conservo elle como uma bolla de gordo más / não acho hua pessoa suficiente p.a mandar pr qe eu quero in- / tregar o Cavallo bem gordo e Sám ao dono ep.a isso hé percizo / levar com mimo nesse Cruel Sertão e isto hé qe não acho q.m / qr levar conforme eu quero qe bem me ancia estar eu correndo / o risco de couza alheia. Sobre os Bicos qe nossa S.a devo Vmce / não tenha cuid.o qe não me hei de descuidar em agosto ou / Nbr.o já espero receber ord. De Soldo elogo qe receba heide re- / meter a Vmce p.a esss pagamtos. q. não durmo sucegado em / considerar nesses Bicos qe devo principalme. dizendo-me Vmce qe Mano João não pagou nos Moraes a Jose Gabriel o

que lhe / estou devendo que fico mal com o homem que tt. Me estima Nun- / ca Mano João hade passar de apocado só pr não pedir ao Este- / vão Más o más breve que mefor possível heide remeter dr.o p.a / Fóra p.a esses pagamtos. e se Vmce não aranjá modo pa que eu / va com o Pe. Vmce me avize com brevide. pr que aeu não hir que- / ro tratar com o Sr. Cap.m Comd.e p.a sahir na Tropa.

Reuna que em Nbro. Ou Dezbro vai aessa Va. Buscar pr que / eu hindo com a Tropa feito capatás della vou ganhando o meu / soldo e tenho Animais e mantimto. Que ElRei medá p.a hir evir. / Eu tenho hua esperança de ocupar hum lugar que está vago aqui / que então fico ganhando Des mil reis pr mês fóra o Municio e / pr isso faço mto. pr agradar ao Sr. Cap.m pa ver se alcanço otal lugar que então estou eu como quero e me comta que elle / dicéa que conforme omeu Procedimto. logo heu ocupava o tal / lugar e sobre o meu Procedimto. Parece não será a duvida / pr que desde que aqui estou não lhe tenho dado omáis pequeno / sentimto. E nem tenho andado contra asua Ordem E conheço / o homem me estima. Vmce em tendo portador me remete a / Camiza que as que truçe jáse estão picando e em sahindo fora / heide emroparme de algodão fino que hé o que se veste Neste Pais / que Xiadas pr aqui não seusa. Sobre o Joze. Eu bem dizia que não / viesse pois olucro que elle tira hé se estar atrazando que otp.o não me sobra m.to vou emsinando aelle com os Meninos como / posso p.r que coaze diariam.te estou occupado em caza do Sr. / Cap.m com Escriptas. Não mando algua galanteria pa a Menina / pr que não tenho portador seguro em.mo Temõ esta não seja / intregue pr que vai de mão em mão. Como os Portadores pa lá / são poucos e eu tenho m.to que dizer a Vmce hé percizo alargar- / me bastante na escripta. Nada mais tenho a dizer a Vmce e / Vmce dóe Saud.e atodos os Conhecidos e vizinhos que de mim se / lembrarem principalm.te a Snr.a D. Maria Bemardina que lhe / devo milhares de Obrigaçoins e aos meus Irmaons todos e hum / abraço em Sinhazinha que não me esqueço della e Vmce lançeme / sua abenção e Rogue a NS da Lus pa que eu seja fellis. D.s G.s / a Vmce pa m.s a.s fregz.a de N. Snr. Do Bellem em Guarapuava / 10 de junho 1828

Filho m.to obdiente e que lhe estima

Fran.co M.el de Assis França

Meu Pai que não sei o que tem acontecido pois tenho-lhe escripto / com hua que escrevo agora Sinco enão tenho recebido nem hua / delle que ando bem cismatico.

França

Não temos informação sobre o editor desta carta, publicada na Revista do IHGEPR de 1951. A família França parece ter notoriedade no Paraná: além do Dr. Aluizio França, doador dessa carta ao Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Paraná (IHGEPR) em 1951, sobrinho-neto do missivista, consta também outra carta doada ao Instituto pelo Dr. Serafim França, de um paranaense que lutou na Guerra do Paraguai em 1867. O atual prefeito de Guarapuava, povoação onde a carta foi escrita, leva também o sobrenome França).

Carta n° 2:

**De José Feliciano Fernandes Pinheiro, futuro Visconde de São Leopoldo,  
a um amigo em 1789**

Correspondência ativa 0022 do Arquivo Pessoal do Visconde de São Leopoldo  
Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Porto Alegre

Meu Snr./ Meu Snr

Emfática perg  
enfática

Eu devo supor que Vm.a com asua energica pergunta, / ou quer honrar-me, ou quer certificar-se da minha inercia. O meu voto nessa materia não merece algum conceito, ou ser de alguma sorte asignalado..... *Ninco ast non digna capillo*; porem se / Vm.ce, porq' não ouvio ao orador, quer q'eu lhe esponha algumas / partes de seu Panegirico, com toda asatisfação me sugeito ao Seu pre= / ceito.

Foi o seu thema = *Lui sunt Ei sermones, quos consentes ad in = ci [corroído]n ambulantes, et esti tristes =* : com preferencia a clausula seguinte = *Nos autem sperabamus quid, i [corroído] se<sup>99</sup>[corroído] ss et redemptores Israel =* A [?] razão daquella escolha não he pa. mim odecidila. ASua Espo= / sição começou por um simile de improvizo, mostrando O / instante fatal emq'aculpa de Eva nos deixou aherança do crime, e da dezordem. Neste passo as suas pinturas forão vivas / [corroído] em nem todas pude divisar; creio q'pela distancia, ou defei= / to dos meus olhos; enão porq'as suas cores deixassem de luzir. /

He bem certo que eu me enchia de estranhos movim<sup>tos</sup>, quando a sua narração pomposa, ebem penteada passou asingular Pro= / posição demostrar restaurada aquelle perda no amparo de Ma / ria, Senhora Nossa. Aqui forceja [corroído] meu ver / com oSeu Thema / p<sup>a</sup>. Persuadir-nos huma sincera alegria de nossos corações. Como / por diss<sup>100</sup> acção diversa, edissemelhante ados Disciplulos q'cami= / nhavão p<sup>a</sup>. O castello de Emmaús = *Et estis tristes =* quis acomodar os justos sentim<sup>tos</sup> da inflecção de Eva, transformados em ju = / bilos pela protecção de Ave [?]. Julgo q'me entende: eque não admi= / raré em hum discurso de Eva, entre [?] ressucitar<sup>em</sup> a memoria de Macedo. Perdoe meo Snr.; o equivoco; q'já fora da boca dei com / elle. Confirmou o seu discurso com varias passagens da Escri= / tura; q' muitas, pela minha pobreza, me serão imperceptíveis; etambém algumas porq'lhe escorregavão por entre os dedos: / suposto nem huma me cahio no chão. Quis persuadir-me aquella peça excellente<sup>101</sup>, trabalhada com delicadeza pelo seu próprio artifice, podia m<sup>to</sup>. bem m[?]oldar-se p<sup>a</sup> a Conceição, Nascim<sup>to</sup>, Assumpção, eoutros Misterios da May de D<sup>s</sup>.; sem mais trabalho q' fundir-lhe othema no fogo dos affectos, ou fossem de tristeza, ou dealegria: mas aVm.<sup>cc</sup> pertence o engaste de semelhante cristal;

<sup>99</sup> ipse

<sup>100</sup> Trecho riscado, porém legível.

<sup>101</sup> A palavra “excellente” está escrita exatamente sobre a palavra “peça”.

porq'p<sup>a</sup> os lapidar sempre foi o Chefe ☞<sup>102</sup> obra. / OSeu Estilo me pareceu mais Attico, q'sublime: confeço ami= / nha dureza: mais me deleitou, q'convenço: foi p<sup>a</sup>. Mim fogo / de artifício, q'em lugar [corroído] inflamar me divertio./

Sobre os Seos movimen<sup>tos</sup>. Pateticos<sup>103</sup>, penso, meo Snr., ser maior asua curiozid.e: mas q' lhe poderei eu dizer sobre essa Rhetorica muda da eloquencia sagrada? Se consultamos os seus famigerados thaumaturgos; confeçamos da outra p.te q'adecencia se conser / va em nossos dias por milagre: os princípios comq'nos criamos já ficão m.to ao longe daqueles comq' existimos: todos os dias / [corroído]s e desentranhão modas, eq.m deixa de as [ilegível] noticar passa no vulgo / por fanatico. Eis aqui talvez porq. o Orador abandonando ati= / ladamente as liçoens de Quintiliano, [Borronco], [Fenilon], com= / [corroído] ainda mais nossos vizinhos, quis seguir a torrente daprez.te / epoca, precepitando-se arrebatado, como aincrespada ecrista= / lina cascata q' daquela p.te occidental nos recrea a vista. /

Oxalá q' toda a sua violencia se dirigi-se aferir-me o / coração, q.r fosse espada brilhante edacalada, q.r fosse tosca, e car= / comida: eu ficaria mil vezes satisfeito se visse rendido ameos / pez todos os meos vicios, fosse m.to embora abrecha de arremeço. / Porem D.s meu, em terra esteril, como aminha, debalde he toda a cultura se vos primeiro anão fecundaes com vossa oração. / Sim, meo estimavel amigo, pessamos ao Omnipotente q'nos assis = / ta com [corroído] Ila, guiando nossos passos [corroído] Santuário por caminhos diversos dos Theatros; q'ali procuremos ainstrução, não o recreyo / Eu lhe rogarei de mais amais guarde felizm.te asua Pessoa p.a q'me ame ternam.te, depois de havello Amado sobre tudo.

Santos, 18 de abril de 89

DeVm.ce  
Reverente Collega, e fiel / amigo  
J. [assinatura / iniciais]

Os seguintes apontamentos biográficos, extraídos de “O Visconde de São Leopoldo - José Feliciano Fernandes Pinheiro, de Barradas (1946) nos mostram a origem e a situação lingüística do futuro Visconde de São Leopoldo:

(...) o berço de José Feliciano foi Santos. Lá viu a luz a 9 de maio de 1774. Família ilustre (...), o pai, coronel de milícias, José Fernandes Martins. A mãe, Tereza de Jesus Pinheiro. Ambos portugueses.

Teve educação primorosa. (...) Moço já, partiu para Coimbra, onde estudou, a princípio, no Seminário e, mais tarde, no Curso Jurídico, de onde obteve, com distinção, diploma de Bacharel. Sua situação em Coimbra não era, entretanto, paralela à de antes, em Santos. Recebia de seu pai a mensalidade de nove mil e seiscentos réis. Para São Paulo (...) a quantia bastava. Mas para Coimbra era ridícula. O caráter do jovem, apesar de tudo, impediu-o de pedir aumento.

<sup>102</sup> ☞: desta?

<sup>103</sup> Sobre o “e” da palavra “pateticos” acha-se um “E”.

Um dia encontrou-se com Antonio Carlos de Andrada, seu conterrâneo. (...) O encontro marcou época em sua vida de estudante. O Andrada andava à procura de um companheiro para, juntos, trabalharem numa tipografia, na Quinta do Manique. Fariam traduções. José Feliciano, para ter a vida mais folgada, aceitou o encargo. Era 1799.

Conforme Antonio Carlos lhe prometera, mereceu, com o trabalho, a proteção do ministro. A 1º de julho de 1800, com 26 anos portanto, foi encarregado de estabelecer e dirigir a Alfândega da Capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul e da Ilha de Santa Catarina. Logo em seguida, interinamente, foi nomeado vogal da Auditoria Militar daquela Capitania do sul. (...) Recebeu a graduação de Coronel e, com apenas 27 anos, foi investido do Hábito de Cristo. Em 1812 acompanhou o “Exército Pacificador”.

(...) Em 1821 foi convocada a Constituinte e em 1822 partia Fernandes Pinheiro para Lisboa, como representante da Capitania de São Paulo. (...) Depois da Independência, voltou ao Brasil, onde, ao chegar, recebeu a condecoração da Ordem do Cruzeiro com que fôra agraciado por D. Pedro I no dia de sua coroação.

São Paulo e Rio Grande elegeram-no deputado à Constituinte Imperial. Dissolvida a Constituinte, foi nomeado primeiro presidente da Província de São Pedro, por carta-lei de 25 de novembro de 1823.

Nas Missões (...) interessou-se sobretudo pela catequese dos índios.

O que também chama a atenção em seu governo é a fundação da Colônia de São Leopoldo. Foram alemães os primeiros colonos que pisaram o Rio Grande do Sul. (...) Ele interessou-se por ela [a colonização]. Ele, pessoalmente, escolheu o lugar (...).

A Santa Casa de Misericórdia é também realização sua. Ele foi o seu primeiro provedor.

Em 1826 recebeu o título de Visconde. Representou, logo em seguida, no Senado, a sua província natal. Passado pouco tempo, foi nomeado ministro do Império. Realizou então, o seu antigo sonho: fundar as faculdades jurídicas de Olinda e São Paulo.

Mais tarde, com outros companheiros, fundou (...) o Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, de que foi o primeiro presidente perpétuo.

### *Carta nº 3*

#### **Carta do sargento-mór Francisco José Monteiro para o governador de São Paulo sobre o extravio de ouro, em 14 de agosto de 1776**

Carta copiada do original do Arquivo de Marinha e Ultramar da Biblioteca Nacional de Lisboa por Jozé Ignacio Ribeyro Ferreyra. A cópia se encontra no arquivo de documentos do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Paraná.

Il.mo, e Ex.mo Senhor.// He incompati- / vel nesta Terra o amor, e zelo do Real Serviço, / com o soccego, edescanço, e por esta cauza se me / offereco de presente aoccazião de das parte / aV.Ex.a, do que agora aconteceu, o que não posso / fazer, sem ser extenso, e enfadonho; e como para / a boa clareza sefaz preciso saber as couzas / deseu principio (s)ou adizer em primeiro lu- / gar, que o juizo que eu faço, deque há dous / annos a esta parte setem dezenaminhado / destaTerra muito ouro, formaõ todas as mais pessoas, que attenta, eprudentemente discor- / rem, avista dopouco que daqui tem sahido / guiado; tambem tenho ouvido dizer, que mui- / to ouro daqui sahira em hum Hyate que / veyo aestaTerra haverá anno, emeyo, pou- / co mais, ou menos, em que vinha por Mestre / hum Manoel Francisco Paredes; e naverdade / me nam parece mal fundada esta opiniaõ; por que eu mesmo fiz bastante reflexaõ na / demora que aqui teve, eoutras circunstancias / tais, como ade andar dizendo odito Mestre, que / queria Levar Carnes de Porco da Curitiba pa- / ra o Reyno, pois já tinha appalavrado tambem Toucinhos em Saõ Paulo; também persuadia / aestas gentes, que plantassem arroz, que / certamente os havia comprar bem, quando / cá tornasse; e da mesma sorte fizessem Go- / mas de Mandioca, que as havia Levar para / Polvilhos: Isto he, o que me constou dizia, / certamente sei, que nada teve effeito; este he / o Exordio da Parte, que vou a dar aV.Ex.a, e / he a seguinte: Haverá dous mezes, emeyo chegou // chegou aesta Villa, vindo de Santos porTerra, / hum homem chamado Joze Romaõ, compa- / nheiro que tinha sido dotal Manoel Fran- / cisco Paredes, quando cá esteve com oSeu Hy- / ate, elogio que este homem aqui chegou, da / sua vinda tive noticia, por vir entregarme / aCaza humas Cartas do Reyno oCirurgiaõ / Antonio Saraiva; este me dice, que o tal / homem estava emSua Caza eque por elle / podia eu remeter a [ leportabreve] , pois nam / teria demora nesta Terra mais, que outo, ou / doze dias; eperguntandolhe eu por curiozida- / de a que este homem vinha cá, me respon- / deu, que vinha dar sahida ahumas Peças de Berbuté [?], e outras miudezas mais, etorman- / dolhe eu, que nam seria faciõ em tam breve / tempo dispõr de tudo, me dice, que isso lhe / nam havia embarçar apartida, pois / elle tomava conta della, para deseuvagar / lhe dar consumo: Nam só os outo, ou doze / dias; mas quinze, evintese passaram, sem / otal homem partir, o que me fez procurar / ao Cirurgiaõ, por que cauza nam partia / ohomem, qo que me respondeu, não podia / partir, sem que primeiro oDoutor ouvidor / fosse a huma Vistoria, e se recolhessedella; / muidoridicula, efrivola me pareceu esta / resposta, pois nenhuma necessidade havia / que obrigasse, nam deferir aVistoria, e por / conta desta impatar ohomem; emfim / voltou da Vistoria oDoutor ouvidor, eo ho- / mem nam sahio, e passados alguns dias mais // adoeceu de Sezões, e quando esteve com- / valescido, tornei a procurar quando iria, e se / me respondeu, que brevemente, e que por / elle queria o Doutor ouvidor remetter oou- / ro: Neste tempo, ou poucos dias antes, ou / poucos depois veyo fallarme oTenente de / Auxiliares Mathias Xavier Baleeyro, / dizendome tinha muitos fortes indicios para / prezomir, que este tal homem queria dezen- / caminhar ouro, pois sabia, que o Cirurgiaõ / Antonio Saraiva tinha comprado algum / aoAlferes da ordenança Manoel de Souza / Pinto, e que tinha por muito certo, que este / homem queria passar por Alto [?] ouro, e que / se fundava muito nesta desconfiança por lhe / ter segurado o Tenente de Auxiliares Domingos da Roxa, que no mencionado Hyate tinha ido ouro; tambem me dice, que quando / partisse era facil fazer se lhe exame, indoo / esperar ao varadouro, e que para esta deligen- / cia, ninguem poderia ser mais resoluto, e / fiel, que o dito Tenente Roxa; edizendo-lhe, que / melhor seria elle Denunciante fazêla, me res- / pondeu, que isso era o mesmo que ficar

perdi- / do para sempre, pois Logo havia suppor o / ouvidor  / que lhe nam he affeito  /<sup>104</sup> que elle tinha feito a malinação: A isto seguiose / tornar o homem a recair das Maleitas, e / passaremse semanas, e semanas, até que / no dia dez doprezente mez veyo outra / vez falarne o Tenente Baleeyro, seguran- / dome, que ohomem estava apartir, e que / certamente Levava ouro, pois lhe tinha dito // dito  / por rrogo de quem fazia reparo  / o Capitão reformado Francisco [ilegível] Pereira / Bellem, não [ilegível], que ouros Saõ estes, com que / anda o [ilegível], que por quatro, ou cinco vezes / tem vindo a minha Loja a pezar ouro; e que / avista de tantos indicios se nam podia deixar / de dar busca do homem, aoque lhe respondi, / que supporto tudo, que me tinha dito, que por / nenhum modo eu devia deixar de passar or- / dem para esse effeito; mas que por todos os / principios aelle incumbia adeligencia, e / assim, que se apprimptasse, e que perdesse / o terror que lhe cauzava aindignação do Doutor ouvidor, que eu lhe apromptaria / outro official para o acompanhar, com / mais hum Sargento, e dous Soldados, e lhe / recomendei que assim que soubesse em que / madrugada partia o homem me avizasse, / para nessa noute lhe entregar os companhei- / ros para com elles ir esperar o Sugeito, e ef- / fetuar a deligencia No dia honze á hora / da noute veyo dizer-me, que na madrugada / seguinte partia o homem; dicelhe que fos- / se para sua caza, que pelas nove horas da / noute lhe mandaria os Companheiros, eque / com elles embarcasse de noute, sem lhe di- / zer adeligencia aque ia [?], e que fosse esperar / naquela altura, que lhe parecesse conve- / niente: Dispostas as couzas assim, fiquei / entendendo, se nam mal-lograsse adeligen- / cia; mas oContrario succedeu; pois pelas / sette horas da manhã veyo fallarme o Tenente / o Tenente Baleeyro, dizendo que estava frus- / trada a Sua esperança, e começando a dar conta do que tinha feito, Logo lhe estranhei / a má direção; pois me dice, que pelas honze / horas da noute embarcava com os compa- / nheiros, e Se fora pôr na Proa de hum Barco, / que se achava fundiada no Rio á entrada / desta Villa, e que assim que hia Saindo al- / guma Canoa, lhe dava caça, o que fizera / a duas, ou trez com a cautella de nam as / deixar retroceder, e que indo a examinar a / ultima das trez nella achara dous Escra- / vos do Doutor ouvidor, e que perguntandolhe, / que faziam por ali, lhe responderam, que / tinham vindo de Iguape com ordem dese- / Senhor, para Levarem o Cirurgiaõ Antonio Saraiva com alguns Medicamentos, por se / achar a filha deSeu Senhor doente Sangra- / da, eque já tinhaõ dado avizo ao dito cirur- / giaõ, eque passaram por ali ahir buscar / huma Canoa ao Ranelo do Hospicio, e que / assim os deixara tomar para a Villa com / a tal canoa que hiam buscar, e que passado / hum pouco de tempo vira sahir desta Villa / huma Canoa com hum Faxeiro, e que ao / tempo que a hia a abordar, fizeram grande / força de Remos, para que nam a alcançasse, / e que apoder de trabalho, e de Vozes, dizendolhe / que parasse da Parte d'ELREY; he que a po- / de reconhecer, e achou ser a mesma, que / os Pretos tinhaõ ido buscar, e que nella hia / o tal cirurgiaõ, sem o Companheiro Joze / Romaõ; diz mais, que o Cirurgiaõ muito titubara // titubara, e que como nam vio o homem, nam / tomára a rezolução de dar busca, nem disso / bem advertira naquella occasiaõ; mas que / tinha por indubitavel o levar o cirurgiaõ a / canastra do homem, nam Só pelo que dito / fica [?]; mastambem por que pela manhã sa- / hira o homem camarada do dito Saraiva / em huma Canoa, em que hia o filho do Ca- / pitaõ Carneiro para essa Cidade, e que queren- / do disfarçar a pozitiva deligencia, que fa- / zia, pedira lhe mostrasse o ouro que Levava /

<sup>104</sup> Barras sublinhadas e negritadas (  / )apontam para barras que se encontram no próprio texto, ao contrário das barras comuns, que apontam para o alinhamento original do texto. Neste caso, essas barras no texto singularizam uma oração relativa.

guiado, dizendolhe, que pelas ordens que / eu tinha, se me fazia preciso saber, que ouro / da  
qui sahia guiado ao que respondeu o homem, que nam levava ouro algum, e que / Só levava  
comsigo hum Saquinho, que Lo- / go despejou, e que nelle Só vira huma Cami- / za, e hum  
trapo mais, e que de ir assim es- / te homem tam destituído, confirmava o / pensamento  
certo, que fazia, de que na Ca- / noa, em que de noute tinha passado o As- / raiva, hia a  
Canastra do homem, e nella / consequentemente o ouro: ouvida esta / parte, continuei em  
increpar [?] o Tenente, / tanto por nam ir esperar a Canoa mais / distante, como tambem por  
a inacção, ou / respeito, com que deixou de fazer o exame / na canoa do Cirurgiaõ. Eu o que  
posso se- / gurar a V. Ex. a , e repetir com toda averdade / he, que o ouro, que daqui sahe  
guiado, / nam corresponde aoque se tira; e tam- / bem posso segurar a V. Ex. a, que todos  
des- / confiaõ // desconfiaõ sahir muito ouro pelos Barcos / que daqui sahem, naõ Só pelos  
que costu- / maõ daqui viajar para o Rio; mas tam- / bem pelos da Capitania, que frequentaõ  
/ este Porto, e tambem posso segurar a V. Ex. a / que desdeque vim para Parnagoa, até o /  
prezente, nunca vi fazerse deligencia al- / guma effectiva, para evitar o descaminho do  
ouro, e por consequencia nuncajamais / achasse pessoa alguma comprehendida / neste  
roubo; e no que mais tenho reparado / he que para este bem se capear [?] quando / a falta he  
mais considerável, dizem os in- / teressados no descaminho, que já as Lavras / nam daõ  
nada, mayormente andando / as gentes occupadas em deligencias, e Ser- / viços de Sua  
Magestade, e que tudo Saõ hu- / mas meras frioleiras // Deos guarde a V. Ex. a muitos annos.  
Parnagoá quatorze de Agosto de mil setecentos settenta e seis // De V. Ex. a o mais obediente,  
e o mais humilde Subdito // Francisco Joze Monteiro //

## II. Cartas Açorianas

### Carta nº 1

#### **Carta de José Borges do Canto ao Tenente Coronel Patrício José Corrêa da Câmara, comandante da Fronteira de Rio Pardo**

N.1

Snr. Tente. Coronel Com.te

Respeitavel Sr. Axeime em Ção Martinho pa. Adeligençia q. Vm.ce medetreminou Com Cuarenta omenis hum ten.te hum Furriel ieu Fazendo vezes de Capitam marxei avansando a estansias e sigurando tudo qto. Emcontrava emfim Xeguei a ter notisias de hum a Campam.to q. Se estava fazendo porem ainda Com pocas forças e Como mevia Com tam boa gente quis esprementar a ventura e Como fui feliz emevi Sr. de mais de trezentos Indios marxei a emvertir ao povo e Como axei fortificado com artilharia não quis ariscar gente e axei melhor Setialo e Com tão grande felecid.e q. Em tres dias fizemos Capitulação Com o Sr. Ten.te Coronel D. Fran.co Rodrigo E se em alguma Couza não tenho obrado bem Sera p.r iguinoransia pois em tudo procuro ao m.to amo noço monarca a Servir Com deligençia a vm.ce emcluza Remeto a vm.ce a Copia da Capitulação e Carta de ofisio pa vm.ce melho emtender depois de mever Sr. E emtregue dos povos quis Fazer levantar e recolherse aes.te povo a partida de M.el dos Santos p.r piditorio do Sr. A. Ten.te Coronel D. Fran.co Rodrigo pa q. Não ouvese mais a Solação nos povos espanhóis e debaixo de huma guarda q. Lhe dei foçem todos pasando pa otro lado menos as Suas Fazendas e axando q. era de Justiça valime do nome e Resp.to de vm.ce mandoume o dº Maneco oferese balas foi a Resposta q. tive vm.ce queira remediar isto Seaxar q. Tenho Rezão fico tirando aconta de q.tas almas a nos Sete povos e o numero q. A de animaes e he detodos os que eu ver q. Devo dar Contas emq.to vm.ce medetermine o q. For Servido oje povo de S. Miguel 12 de Agosto de 1801. De vm.ce Sudito. Obedien.te Joze Borges do Canto

## Carta nº 2

De José Borges do Canto ao Tenente-Coronel Patricio Corrêa da Camara

N.4

Snr. Ten.te Coronel Comd.e

Meo Respeitavle Sr. Marxei de S. Martinho Com Corenta omenis e em dois dias de viagem prendi Cuatro Castelhanos aonde tive noticia de q. em S. Miguel avia hum a Campam.to marxei esta noite oito leguas pr. Me Sentirem e ao romper do dia avansei Morrerão sete Castelhanos e prendi oito Com o grande susto que ove ou pr. Q. deos fose Servido trezenntos Indios q. aviam vieram a m.a prezença e levantarão a vos viva el Rei de portugal e Como distava deste lugar o povo huma legua emevia Com tão boa gente e mais a indiada quis esprementar A ventura porem avião nove pesas embocadas não quis arriscar gente dei Serco ao povo e pulo em sitio e no Cabo de tres dias mereci Capitulação do Sr. D. Fran.co Rodrigo Tem.te Coronel e governador deste departa.to Sempre ouveram desa Sete tiros de pesa em vinte Cuatro oras porem Sem em toda esta empreza perigar nenhúm Soldado a 13 deste mês emtrei neste povo aonde Resesibi do diministrador algumas vinte xaves dearmazens e di de tudo q. Sepidir por boca pois nunca Cuidei q. erão de tão grandes fãbricas es.tes povos tem me vindo render o bede em Sai todos os mais povos r reconhecendome por Seo Comd.te e assim Eideprezistir emq.to vc.ce não mandar o Contrario mandei ao Tem.te Lara Com Cuatro Soldados deguarda ao sr. Governador athe opaço de uruguai Com trezentos Cavalos Corenta indios e Sete Carretas egado p.a munição pois isso foi do trato estes povos estão rendendo vasalage a portugal e o q. mepedeme os Livredepartidas pois esta pronto as fazendas epovos a Cualquer a Seno de ou ordem de vc.ce easim quero dever a vm.ce o favor mandar Com orddem ispresas q. pe Soa alguma entre mais nestes povos Senão Com ordem de vm.ce tudo q.to vm.ce medetreminar vm.ce me faça ofavor mandar Cuarenta omenis de armas p.a as guardas de Uruguai avm.ce qe Senesesita Sesenta Com isto fica fortificado toda esta fronteira fico esperando as ordenis de vm.ce p.a exiscutar Conforme e m.a obrigação hoje povo de S. Miguel 13 de agosto de 1801. Dvm.e Sudito Joze Borges do Canto.

Borges do Canto, de quem temos as duas cartas expostas e que foram coletadas no *Projeto Fontes Publicadas para o Estudo do Português no Brasil Meridional* (Oliveira, FUNPESQUISA - UFSC, 1995) revestem-se de especial interesse porque, à semelhança de Francisco Melo de Assis França, ele também era uma baixa patente do exército, e porque dele temos uma biografia sumária, indicando lugar e data de nascimento, e origem do seu pai. As duas cartas foram publicadas no Boletim do Museu Júlio de Castilho em 1958:

“José Borges do Canto: fazendeiro e militar. Nasceu em Cachoeira do Sul em 1773. **Filho do fazendeiro Francisco Borges do Canto, natural dos Açores.** Era soldado desertor do Regimento de Dragões do Rio Pardo, quando se ofereceu ao comandante desse Regimento para, com seus próprios recursos, hostilizar os catelhanos que ocupavam as Missões Orientais, os quais constituíram permanente ameaça à vida e à propriedade dos brasileiros vizinhos. Obtida a permissão, Borges do Canto, em cooperação com Manoel dos Santos Pedroso, realizou uma ofensiva fulminante, conseguindo, em poucos dias, a capitulação do governo

espanhol, incorporando ao Brasil um território maior que Portugal. Foi premiado com a patente de Capitão de Milícias e recebeu uma sesmaria de campo na terra conquistada. Morreu assassinado em 1808” Fonte: Informe do IHGRS: Nomes das Escolas do Rio Grande do Sul (inérito).

### III. Cartas lusitanas

#### **Brigadeiro José da Silva Paes (1735-6) a Martinho de Mendonça de P. e Pina, Governador das Minas Gerais (1738-53)**

– 1 –

Meu S.<sup>o</sup> envejo ao meu cap.<sup>m</sup> Gn.<sup>1</sup> Gomes Freire de Andr.<sup>a</sup> a felicidad.<sup>o</sup> de hir p.<sup>a</sup> p.<sup>o</sup> donde de mais perto possa desfrutar na comp.<sup>a</sup> de VS. as discretas e eruditas liçoens com que VS. costuma utilizar a quem tem essa felid<sup>e</sup>, e sem embargo de que o d.<sup>o</sup> Gn.<sup>1</sup> não necessita de documentos, com tudo lhe tenho ouvido dizer m.<sup>tas</sup> vezes o quanto sabia venerar as m.<sup>tas</sup> vertudes e relevantes prendas que sempre luzem em VS. e como fico nesta distancia repito em rogar a VS. me queira me dar o socorro das suas noticias e advertencias p.<sup>r</sup> saber acertar neste Governo; e não dovido mas concederá pois se inflama tanto no serç.<sup>o</sup> de S. Mag.<sup>o</sup> como todos sabem, espero dever a VS. este Beneficio e o de me permitir ocaziones de lhe obedecer como devo. G.<sup>s</sup> Deus a VS. m.<sup>o</sup> an.<sup>o</sup> R.<sup>o</sup> 13 de Março de 1735.

S.<sup>r</sup> Mart.<sup>o</sup> de Mendonça de Proença e Pina

De V. S.  
M. A.<sup>o</sup> e fiel C.

Joseph da Silva Paes

– 2 –

Meu Am.<sup>o</sup> e meu S.<sup>r</sup> faço resposta a duas que receby de VS. hua de 23 e outra de 26 do passado e ambas bem festejadas do meu cordeal affecto, sentindo sumam.<sup>te</sup> que VS. ainda não estivesse de todo restituído a sua prefeita saude como lhe desejo p.<sup>a</sup> que se sirva da que me fica em tudo quanto for do seu gosto.

Rendo a VS. as graças de me querer instruir em alguma particulares desse e deste governo, p.<sup>a</sup> que eu possa hir ea fazendo os meus juizos d esorte que se regulem pelos acertados descursos de VS. eu já suponho que VS. com o S.<sup>r</sup> Go.<sup>1</sup> Gomes Freire de Andr.<sup>a</sup> terão discurrido largamente sobre as novas ordens que recebeo esse governo como VS. me diz, e he certo que são de huma ponderação, em que eu com o d.<sup>o</sup> S.<sup>r</sup> muy leuem.<sup>te</sup> falamos por nos ocuparmos mais no que pretencia a este.

Eu sou o pr.<sup>o</sup> que digo nos devemos desvellar e empregar as nossas forças no aumento e zello da Faz.<sup>da</sup> Real, pois para isso nos paga, sustenta e honra S. Mag.<sup>o</sup> como eu confesso o experimento; porem hade ser de sorte que ao mesmo tempo evidemos m.<sup>o</sup> na coservação dos povos, nos meyos da sua sucistencia, que floreça o seu negocio, e na satisfação que lhes devem ter do Governo; pois he sem duvida que a ruinados elles, descontentes e perdidos tambem se perdem as conveniencias do Principe; confesso que p.<sup>a</sup> coadmar estas duas circunstancias tem e se encontrão mil dificuldades pela maldade e ambição dos homens e que a mayor parte delles se afastão da rezão e das leis, e seguem os

seus depravados costumes; mas com tudo quando S. Mag.<sup>o</sup> tem taes ministros e vassallos como os que hoje se achão nessas Minas, hum Gov.<sup>no</sup> com tantas vertudes, zello, activid.<sup>o</sup> e distincção como o nosso General; hum adjunto tal como VS. e com tão relevantes prendas, huns Ministros como Pardino e Per.<sup>o</sup> e outros que supunho haverá do mesmo genio; poderão não só vencer as sobred.<sup>as</sup> dificuldades senão ainda fazerm ilagres; e quando a experiencia mostre por alguns annos outro caminho mais seguro, nunca me parece ficara tão atado esse novo estabelecimento p.<sup>a</sup> que deixe de se seguir o melhor; Isto digo o ingenuan.<sup>te</sup> e que se no governo prezente senão aponta algum meyo com q. S. Mag.<sup>o</sup> se segure nos seus quintos e os vassallos se animem, podence perder as esperanças de que tomem caminho as dezordens que correm.

Perdoyme VS. o falar eu nesta forma com VS. pois confesso he atrevivemto advertir a quem me pode emsinar; e so he dizer lhe o projeto que eu aquy seguirei emq.<sup>to</sup> me não derem outro mais razoavel, e torno a pedir a VS. me advirta e encaminhe sempre, pois quero p.<sup>a</sup> acertar os seus conselhos.

**Com o D.<sup>o</sup> Ouv.<sup>or</sup> U.<sup>1</sup>** desta terra concervo hum tão suave trato que lhe seguro não podia achar p.<sup>a</sup> o mau genio homem tão cabal como este; eu não sou de tão delicados pontinhos que estes se rompão ao mais leve toque, e ao mesmo tempo que procuro, não estragar nem perder cousa alguma do que toca a authorid.e e jurisdicção deste Governo, com este Ministro que sey todo se encaminha ao mesmo fim com que eu vou; hei de lhe em tudo fazer a vontade e amalo como merece a sua pessoa e destinto procedimento, e nisto pode VS. segurarce.

Com o Ill.<sup>mo</sup> Bispo de vir p.<sup>a</sup> este Governo tinha fortes rezoens p.<sup>a</sup> o amar; não só pelas suas m.<sup>tas</sup> vertudes de que he composto, como pela estreita amiz.<sup>o</sup> que tem e conserca com hum meu sobr.<sup>o</sup> a quem amo; e como elle he tão sociavel, como eu experimento, por obrigação gosto e interesse eide fazer m.<sup>to</sup> porque não possa ter razão de se queixar da veneração com que hei de tratar; e espero Deus me concerve neste proposito para que o execute assim como digo.

Ao P.<sup>o</sup> Seb.<sup>am</sup> Ribr.<sup>o</sup> me ofrecy p.<sup>a</sup> tudo quanto fosse servido e dar lhe gosto, elle som.<sup>te</sup> quis lhe mandace tomar **huas** cazas o que fiz e em tudo o mais farei com a mesma vontade.

A familia de VS. vive com regularid.<sup>o</sup> que observa, quem tem a sua doutrina e não sey contra isto couza de que o possa avizar. Se VS. souber da minha algua coisa pesso mayores encarecimentos mo participe pois não he justo que por hum membro podre que he facil separarce haja congrenarce o capital e padecer; VS. mo continuara nesta p.<sup>a</sup> os seus favores que sempre p.<sup>a</sup> my serão muy especiais.

Fas ce incrível o rendimen.<sup>to</sup> dos 5.<sup>os</sup> que VS. me participa em tão breves dias o emquanto a my me premado isso era ouro que se achava retido, e ainda se achara m.<sup>to</sup> oculto lhe verem em que para o arbitrio do novo sistema, e obrou m.to o descurso que VS. fes de mandar reduzir a barras os seus ordenados porque a esse exemplo todos os havião de querer imitar brevem.<sup>te</sup> nos desenganaremos do mais.

Espero que VS. concorra em hir dispondo as remessas do que devo hir nesta Frota por não faltarmos em que parta no tempo que S. Mag.<sup>o</sup> tem detreminado como VS. lá saberá e espero tão bem me perdoyo o **chaseb** que lhe tenho dado, porem em materiais tão vastas me não sey explicar com menos palavras.

VS. me continue com os especiais favores das suas noticias e instruçoens e mo do repetidos empregos de servilo como devo. G.<sup>a</sup> Deus a VS. m.<sup>o</sup> an.<sup>o</sup> R.<sup>o</sup> 13 de Março de 1735. O S.r Conde das Galveias deu huma queda no caminho de que fico muy molestado

espero amanhã aviso seu p.<sup>a</sup> lhe mandar os escalares. Aceite VS. de meu genro Matheus da Cunha Ferreira mil recomendações.

S.<sup>r</sup> Mart.<sup>o</sup> de Mendoc.<sup>a</sup> de Proença e Pina.

M. A.<sup>o</sup> e C. de VS.  
Joseph da Silva Paes.

– 3 –

Meu Am.<sup>o</sup> e S.<sup>r</sup> (permitame VS. este tratamento pois ninguem com mais viva **feea** dez.<sup>o</sup> do que eu) recebo a de VS. e no mesmo tempo que a festejo com mil alvorços por ser sua, me deixa em hum grande cuidado por conta da sua modestia, queira VS. segurarme das suas milhores porque com impaciencia dez.<sup>o</sup> esta certeza, e mil ocaziones de lhe obedecer como devo.

Eu bem reconheço da bondade de VS. estimaria este meu desp.<sup>o</sup> por conta daquella m.<sup>to</sup> sempre me fes; e ao mesmo tempo que eu confesso os meus limitados merecim.<sup>tos</sup> porem hirmeão servindo de guia aos acertados documentos que me deixou o S.<sup>r</sup> General Gomes Freire de Andr.<sup>a</sup> de que me não hei de afastar p.<sup>a</sup> poder obrar com equid.<sup>o</sup> premita Deus ajudar me; e Pesso com as maiores veras a VS. queira de lá advertir me em tudo quanto eu possa obrar p.<sup>a</sup> melhor acerto do serviço de nosso amo, pois reconheço o m.<sup>to</sup> que me serão uteis os seus documentos. Espero que VS. assim o permita e que me dê as ocaziones que dez.<sup>o</sup> de lhe obedecer. G.<sup>a</sup> Deus a VS. m.<sup>o</sup> an.<sup>o</sup> R.<sup>o</sup> 31 de Março de 1736.

S.<sup>r</sup> Mart.<sup>o</sup> de Mendonça de Proença e Pina

De VS.  
M.<sup>to</sup> A.<sup>o</sup> e mais fiel C.  
Joseph da Silva Paes.

– 4 –

Meu am.<sup>o</sup> e meu S.<sup>r</sup> deme VS. a grande consolação de me segurar fica livre da sua molestia pois com impaciencia dezejo a corteza da sua boa saude e lhe ofereço a com que fico p.<sup>a</sup> o servir e obedecer lhe era tudo.

No sacco das cartas do S.<sup>r</sup> General remeto a VS. as que me vierão a mão por todos os Navios que chegarão p.<sup>a</sup> VS estimarei sumam.<sup>to</sup> que VS. nellas encontre aquellas boas noticias que dez.<sup>a</sup> e que estas sejam o complemento de ter passado estas Festas tão alegres que lhe sirvão de vesporas ás mayores Filicid.<sup>es</sup> da minha fiel amiz.<sup>e</sup> lhes dez.<sup>o</sup> iguaes no seu relevante merecimen.<sup>to</sup> Espero que VS. me queira com as suas favoraveis noticias continuar aquelles empregos que dez.<sup>o</sup> ter no seu serviç.<sup>o</sup> p.<sup>a</sup> lhe obedecer como devo. G.<sup>s</sup> Deus a pessoa de VS. m.<sup>o</sup> an.<sup>o</sup> R.<sup>o</sup> 7 de Abril de 1735.

S.<sup>r</sup> Mart.<sup>o</sup> de Mendonça de Proença e Pina

De VS.  
M. A.<sup>o</sup> e mais fiel criado

Joseph da Silva Paes.

Meu am.º e meu S.ª recebo a de VS. com m.º g.º pela certeza q. me participa da sua boa saude que sempre lha dez.º muy prefeita e p.ª servir a VS. me achara em toda a ocazião m.º certo.

A my me tem faltado cartas do S.ª Gn.º há mais de mês e já agora as não espero senão com a remessa dos 5.ºs tendo admirado o pouco ouro que tem baixado dessas Minas para os correspondentes que tem que fazer remessas nesta Frota, que seguro a VS. serão tão poucos que os homens se vem aturdidos p.ª partirem daquy a 15 dias. Eu bem sey que a causa desta demora foy tão bem a expetação em q. se puzerão esses Povos de que pudesse haver alguma mudança e conforme ella tomarem as suas medidas; e como virão frustadas as suas Ideias se vão desenganando para virem quintar como VS. me diz continuarão agora com mais força; aquy se vay reduzindo a moeda toda quanta barra havia preteente ao produto da casa e com esta e com a mais que se poder tirar dos cofres se satisfara as partes e o q. pertencer a S. Mag.º de bracagem e senhoria se remetera em barra e em L.ª o mandara S. Mag.º reduzir ao que for servido; o ponto esta em que se lhe remetão todos os seus cabedaes em moeda ou em barra conforme o tempo premetir.

Para melhor averiguação da falcid.º do cunho e n.ºs destas barras que aparecem me parece sera muy conveniente que V.S. e o S.ª Gen.º mandem de 15 em 15 dias hum mapa de todas as barras que se fundem nessas cazas das Minas com os seus cunhos e n.ºs e marcas e pezo p.ª por elles se hirem descarregando na caza da moeda desta cid.º donde mando hir todas as que vem p.ª se averiguarem pelas mesmas listas se são as mesmas ou se duplicação o que se ve com m.ª facilid.º e assim se pratica nas que vem de S. Paulo que pelas listas que remete o Prov.º da Casa da Moeda se averiguação parece-me que assim faremos mais exacta averiguação se a VS. lhe parecer o que participo tão bem ao S.ª General.

As cartas que havia de VS. p.a a corte e p.a sua caza as mandei pelo Patanho que daquy espedy em 27 do passado como VS. já lá saberá, e não me ficou nenhuma de VS. que deixace de remeter.

O conehcim.º p.ª o Baul o mandava logo buscar e me disse o M.º da Não já o tinha entregue ao Comis.º e este me disse já o tinha remetido a VS. e eu quizera merecer a V.S. que emq.º em aquy me achace se não servisse de outrem pois ninguem com mayor affecto lhe dez.ª

Dou a VS. o parabem de se ter descoberto a caza de cunho pelo que aquy me dizem e estou certo que a activid.º e zello de VS. nada se lhe oculta; esteja VS. na certeza que eu me alegre port tudo quanto pode redundar em creditio seu e do zello com que serve a S. Mag.º que tanto em VS. resplandece.

Veja VS. em que q.ª eu o sirva, que p.ª tudo quanto for do seu gosto me achara m.º certo p.ª lhe obedecer.

G.º Deus a VS. m.º an.º R.º 13 de Mayo de 1735

S.ª Mart.º de Mendonça de Proença e Pina

***Açorianos* versus *Paulistas* no Brasil Meridional:  
Aspectos gramaticais das duas variedades nos séculos XVIII e XIX**

Nosso argumento é que as circunstâncias sociais antes da virada do século podem não ter sido suficientemente satisfatórias para que a pena brasileira começasse a escorrer sua própria tinta. [...] Sem vias de dúvida, entretanto, pode ser afirmado que o cidadão brasileiro já estava de posse, ao final do século XIX, de sua própria língua / gramática. Fernando Tarallo, 1996:99

O capítulo precedente demonstrou as bases heterogêneas sobre as quais se tentou constituir um *corpus* de trabalho para o estudo da história do português no Brasil Meridional inserida em uma *História Lingüística do Brasil*.

Demonstramos, por um lado, a possibilidade de um trabalho de varredura da documentação arquivária do período de 1703 a aproximadamente 1830, expressa no anexo informatizado a esta tese, indicando ao mesmo tempo as limitações (já conhecidas e exploradas por outros autores) desse tipo de documentação para a compreensão histórico-lingüística desta região do atual Brasil. Por outro lado, entretanto, constituímos um micro-corpus de trabalho especificamente para ser analisado de forma mais aprofundada neste capítulo, já que fugiria das nossas possibilidades no momento a análise dos 5.207 documentos editados no âmbito deste trabalho.

As análises apresentadas neste capítulo se processarão no sentido de estabelecer um diálogo com alguns dos interesses de pesquisa mais gerais da lingüística histórica brasileira depois da sua retomada em meados dos anos 80.

Este capítulo, portanto, representa uma ponte para com o *mainstream* do fazer lingüístico-histórico no Brasil e cumpre dupla função. Primeiro: verificar como se comportam as hipóteses apresentadas para os resultados supostamente gerais obtidos por aqueles estudos, no âmbito da generalidade expressa pela expressão 'pb'. Isto permite também refletir sobre a seleção de documentos do Brasil Meridional que fizemos para esta tese.

Verificaremos se essa região, ou a documentação de algum dos seus 'ciclos' distoa desta generalidade 'teórica'<sup>105</sup> chamada pb, produzindo-se então uma inadequação do escopo da expressão 'pb' proposta por aqueles estudos e em que sentido; segundo: em caso da confirmação de resultados já conhecidos, pretende-se documentar uma situação particular, de modo a podê-los comparar, posteriormente, com os obtidos em outras regiões particulares do território dominado pela língua portuguesa, na expectativa de levar em

<sup>105</sup> Generalidade 'teórica' porque nos processos históricos não basta traçar uma média aritmética de resultados obtidos para supostamente chegarmos ao 'Pb'.

conta o ensinamento do historiador francês Fernand Braudel, de que “o tempo”, isto é, a História, “transcorre em diferentes velocidades”.

Dentro da ótica político-lingüística que anima este trabalho será importante colocar a questão: em caso de haver diferenças importantes entre a variedade *paulista* e a variedade *açoriana* que, ao mesmo tempo, isto é, por volta da metade do século XVIII estavam penetrando este território que viria a ser mais tarde o Brasil Meridional, **qual das duas deve receber o nome de ‘português brasileiro’?** Se optarmos por dar este nome a uma e não a outra, como devemos considerar as variantes lingüísticas comprovadamente introduzidas por uma ou outra variedade?

Para tanto, trataremos aqui da questão da chamada ‘categoria vazia’, isto é, o preenchimento ou não do objeto direto, de modo a permitir um panorama sobre a situação dessas variáveis nesta breve amostragem de documentos, no período de aproximadamente cem anos que vai da década de 30 do século XVIII à década de 20 do século XIX. Optamos por tomar este ponto por causa da relação normalmente encontrada entre a manutenção ou não da concordância verbo-sujeito, que de certa forma investigamos no capítulo sobre o ‘tu’ e o ‘você’ e a categoria vazia (preenchimento obrigatório ou não do sujeito e do objeto).

Estes resultados de pesquisa foram produzidos em 1998 no quadro da *Série Estudos Diacrônicos do Português* do Núcleo de Estudos Portugueses (NEP) e serão citados como Gallo (1998). Além da problemática ou variável – objeto nulo vs. preenchido – em que este capítulo se aprofundará, obtivemos naquele momento também um panorama sobre o ‘preenchimento ou não do sujeito pronominal’, a ‘ordem S-V / V-S’ e a ‘queda ou não das preposições Dummy’, assuntos entretanto que, com exceção de alguns comentários sobre o preenchimento ou não do sujeito não serão referenciados nesta tese.

Não nos preocuparemos em resenhar detidamente os autores que escreveram os trabalhos clássicos sobre o assunto (Tarallo, Berlinck, Cyrino, Duarte, Ramos, entre outros) atividade já soberbamente realizada em outras teses. Sem ser reducionista, optamos por incorporar a discussão teórica no que esteja estritamente associada aos resultados apresentados, já que esta discussão é uma entre outras realizada por esta tese e não sua justificativa central, servindo aqui de exemplificação de uma forma de constituir séries, e portanto objetos para a pesquisa histórica na perspectiva da História Geral descrita no capítulo II.

Fernando Tarallo inaugurou, nos anos 80 do século XX, uma nova fase dos estudos históricos relacionados à língua portuguesa, centrando seus esforços na caracterização do que viria a ser conhecido poucos anos depois do início das suas atividades como ‘pb’ ou ‘português brasileiro’. Não será inadequado dizer que seu interesse estava centralmente ligado à possibilidade de demonstrar que o ‘português brasileiro’ havia passado por um processo de mudanças que faziam da sua gramática outra em relação ao ‘português europeu’.<sup>106</sup>

---

<sup>106</sup> Interessante o fato de não ter prevalecido, na atual pesquisa em lingüística diacrônica no Brasil, o termo ‘português de Portugal’ e sim ‘português europeu’. Por outro lado prevaleceu ‘português brasileiro’ e não ‘português americano’, em analogia ao que ocorreu com ‘español de América’.

Neste esforço mobilizou os recursos de uma sociolingüística laboviana associada à análise da gramática gerativa, o que, apesar das críticas de caráter epistemológico recebidas, sobretudo de Borges Neto e Müller (1987), conduziu a um campo de investigação de largo fôlego, considerando as condições brasileiras. Tarallo centrou sua atenção também na questão da datação da emergência de uma gramática brasileira, e considerou, ao cabo das suas investigações, que a gramática do pb teria surgido no final do século XIX, coincidindo, de certo modo, com a abolição da escravatura e a instauração da república.

O termo ‘Gramática Brasileira’ foi utilizado seja para ligar o empreendimento executado à perspectiva propriamente gerativa de mudança, no quadro de Princípios e Parâmetros, seja para evitar cair na questão ideológica – e essencialmente política – da existência ou não de uma ‘língua brasileira’, como bem percebeu Mattos e Silva:

Nessa linha, sobretudo os sociolingüistas de Campinas, liderados por Fernando Tarallo, iniciaram e continuam a investir na interpretação diacrônica do português brasileiro, na busca do desvelamento de uma “gramática brasileira”, divergente da “gramática do português europeu”. Digo “gramática”, entre aspas, e não língua, para intencionalmente excluir a questão ideológica língua brasileira *versus* língua portuguesa (Mattos e Silva, 2004:30).

Nesta gramática brasileira, construída a partir um forte interesse contrastivo frente ao chamado ‘português europeu’ e que não estabeleceu como estratégia eurística para a escrita da história da língua portuguesa, por exemplo, o empreendimento de descrever as variedades africanas ou asiáticas da língua, foram ressaltados fenômenos como o preenchimento cada vez mais frequente do sujeito pronominal; a emergência da possibilidade do objeto direto nulo, mudança complementar à queda cada vez mais generalizada dos clíticos no sistema, e sua substituição ou por pronomes plenos ou pela categoria vazia; o enrijecimento da sintaxe, que teria passado a admitir em cada vez mais contextos sintáticos somente a forma Sujeito – Verbo (S – V), tomando agramatical grande parte das inversões nas orações; a predominância de variantes das orações relativas descritas como “cortadoras” ou “repetidoras”, em detrimento da forma dita padrão, e a eliminação de certas classes de preposições, como as chamadas preposições *dummy*.

Passemos a ver como o preenchimento ou não do objeto se comporta no micro-corpus apresentado no capítulo anterior. É preciso ressaltar que, devido à pequena dimensão do corpus, trabalharemos indicialmente com uma média de uma centena de dados, contra trabalhos apresentados em outros contextos que operam com mais de um milhar de dados. Isso é possível porque esta tese pensa os resultados, deste levantamento, como já foi dito, como *indícios*, a serem levados em conta na constituição de uma série de dados que, em comparação com outras séries, nos permitirá constuir quadros históricos sobre a situação das línguas, e mais particularmente sobre a língua portuguesa no Brasil Meridional.

---

Tanto no caso da Europa como no caso da América, entretanto, há apenas um país de língua portuguesa.

## O preenchimento ou não do objeto nas cartas do Brasil Meridional (1735 – 1828)

O corpus para esta pesquisa foi formado por um total de 10 (dez ) cartas correspondentes a dois ciclos populacionais – *açoriano* [2 cartas] e *paulista* [3 cartas] – e também de cartas escritas por funcionários de altos cargos da Coroa Portuguesa na região, representando a variedade lusa [5 cartas]. As cartas desta última variedade lingüística só serão analisadas contrastivamente pois o objetivo do presente trabalho é visualizar o preenchimento de objeto nas variedades *paulista* e *açoriana*. Estes membros da Coroa exerceram influência supostamente pequena na estruturação do português do Brasil Meridional, devido ao seu pequeno número e à sua estadia flutuante na região, embora esteja para ser pesquisado seu papel como ‘criadores de hábitos lingüísticos’.

Os dados obtidos das cartas, uma vez realizada a análise das orações, encontrarm-se no anexo III desta tese. Uma vez computadas todas as ocorrências de objeto presentes nas cartas *paulistas*, *açorianas* e *lusas*, foram identificadas as seguintes variantes:

- **Categoria vazia (objeto nulo)**  
P1 – 98/99.: *e logo que receba hei de remeter a Vmce p.a esses pagamtos.*
- **Clítico acusativo**  
P2 – 16.: *pa mim odecidila*
- **Pronome Lexical**  
P1 - 81.: *Sobre o Cavallo do Padre conservo elle como uma bolla de gordo*
- **SN pleno**  
P1 – 130.: *pa ver se alcanso otal lugar*

O cômputo dos dados coletados, já distribuídos segundo as variantes, encontra-se espelhado na tabela 1 abaixo.

Tabela 12 - “Preenchimento de Objeto”

	Paulistas		Açorianas		Lusas	
Nulo	6	3.24%	2	4.76%	1	0.97%
Clítico	19	10.27%	2	4.76%	18	17.48%
Pro. Lex	1	0.55%	0	0.0 %	0	0.0 %
SN Pleno	159	85.94%	38	90.48%	84	81.55%
Total	185 oc	100.0%	42 oc	100.0%	103 oc	100.0%

Na tabela acima percebe-se que o tipo de preenchimento preferido é o de SN pleno, ultrapassando os limites de 80% nos três conjuntos documentais discretizados. Os dados de preenchimento de objeto com clítico estão bem marcados nas cartas paulistas refletindo que, depois de SN pleno, é o preferido. Também é possível ler um baixo índice de objetos

nulos. Porém, há um dado que chama nossa atenção: trata-se da ocorrência de pronome lexical como forma de preenchimento, variante que aparece somente uma vez nas cartas *paulistas*, mas que não surge nas cartas *açorianas*, nem nas *lusas*.

Se compararmos a variante *lusa* de língua portuguesa com aquela trazida pelo ciclo populacional *açoriano*, percebemos que a freqüência de clíticos naquela é bem mais alta do que nesta. Há um dado de preenchimento de objeto na variante *lusa* que pode parecer inesperado: uma ocorrência de objeto nulo. Comprovamos, entretanto que Tarallo já tinha uma interpretação para esse fenômeno:

Também o fenômeno do objeto nulo pode ocorrer no português europeu mas o comportamento dessa categoria vazia é totalmente diferente nos dois dialetos: uma variável no caso lusitano, e um *pro* pequeno no dialeto brasileiro (Tarallo 1996:85)

Para visualizar melhor estes casos de preenchimento de objeto, propomos outras tabelas: uma que compara as cartas *paulistas* entre si, e outra comparando a carta *paulista* de 1776 com as *lusas* de 1735-1736. Também serão comparadas as cartas *açorianas* de 1801 com a carta *paulista* de 1789. Não devemos esquecer que as cartas paulistas das quais extraímos os dados que conformam nosso *corpus* apresentam as seguintes características:

1. o intervalo de tempo de escrita entre cada uma delas é considerável;
2. apresentam notórias diferenças no grau de formalidade: cartas formais vs. cartas informais.

Esses pontos nos levaram a fazer uma análise diacrônica das cartas *paulistas*, com o intuito de registrar microscopicamente as possíveis divergências e ou mudanças lingüísticas no período de 1776-1828. Os dados dessas três cartas conformam a tabela 2.

**Tabela 13 - Tabela Comparativa de Cartas Paulistas I**

	1776		1789		1828	
Nulo	1	1.32%	0	0.0%	5	6.57%
Clítico	12	15.79%	6	18.18%	1	1.32%
Pro Lex.	0	0.0%	0	0.0%	1	1.32%
SN pleno	63	82.89%	27	81.82%	69	90.79%
Total	76 oc	100.0%	33 oc	100.0%	76 oc	100.0%

Nesta tabela verifica-se uma redução na utilização de clíticos como forma de preenchimento de objeto; esta redução não se verifica no intervalo de 1776 a 1789 mas ocorre de forma um pouco mais abrupta no período 1789 a 1828, chegando a um índice de 1.32%. É também neste período (1828) que encontramos o único caso de pronome lexical,

na mesma proporção dos clíticos. Como pode ser observado, esta forma não apareceu nem em 1789 nem em 1776.

O objeto nulo teve um crescimento significativo no período que vai de 1789 a 1828. O fato de no *corpus* de 1789 não ter aparecido esta forma de preenchimento não causa estranheza, pois trabalhamos com dados indiciários de um *corpus* muito pequeno, em que rapidamente chegamos ao zero. O preenchimento de objeto com SN pleno tempo cresceu com o tempo; no entanto as diferenças detectadas são pequenas e, portanto, pouco significativas.

A seguir propomos um gráfico, no qual encontram-se espelhados os dados tomados das cartas paulistas, ajustados com curvas de tipo exponencial<sup>107</sup>.

A propósito da utilização de curvas exponenciais, é necessário alertar o leitor sobre a natureza do instrumento utilizado. Utilizou-se aqui um software comercial chamado Statistica 4.0, que é um dos pacotes mais sérios e completos para este tipo de trabalho. Esta ferramenta é a análise de regressão que, a partir de um conjunto de dados de tipo (x;y) permite obter uma equação que descreve o comportamento do fenômeno analisado em valores da variável independente para os quais não existem dados experimentais. No caso da análise diacrônica das cartas paulistas, a variável independente (x) é a data e a dependente (y) a frequência. Tem-se então quatro variáveis dependentes, uma para cada tipo de preenchimento de objeto. A princípio, a análise de regressão permitiria prever as frequências dos distintos preenchimentos para datas das quais não se dispõe de dados.

Há, no entanto, algumas limitações decorrentes do pacote estatístico utilizado. A mais significativa diz respeito ao fato de que as frequências dos quatro tipos de preenchimento terem que produzir sempre a soma de 100%. Isso ocorre efetivamente para os períodos para os quais temos dados. Para os períodos em que não temos dados, entretanto, o pacote estatístico teria que produzir um ajuste para que a regressão fosse realizada nas quatro variantes simultaneamente. Então a condição de ajuste deverá ser a minimização das diferenças quadradas para cada curva, mantendo a soma das quatro em 100%. Isso, porém, o software não faz.

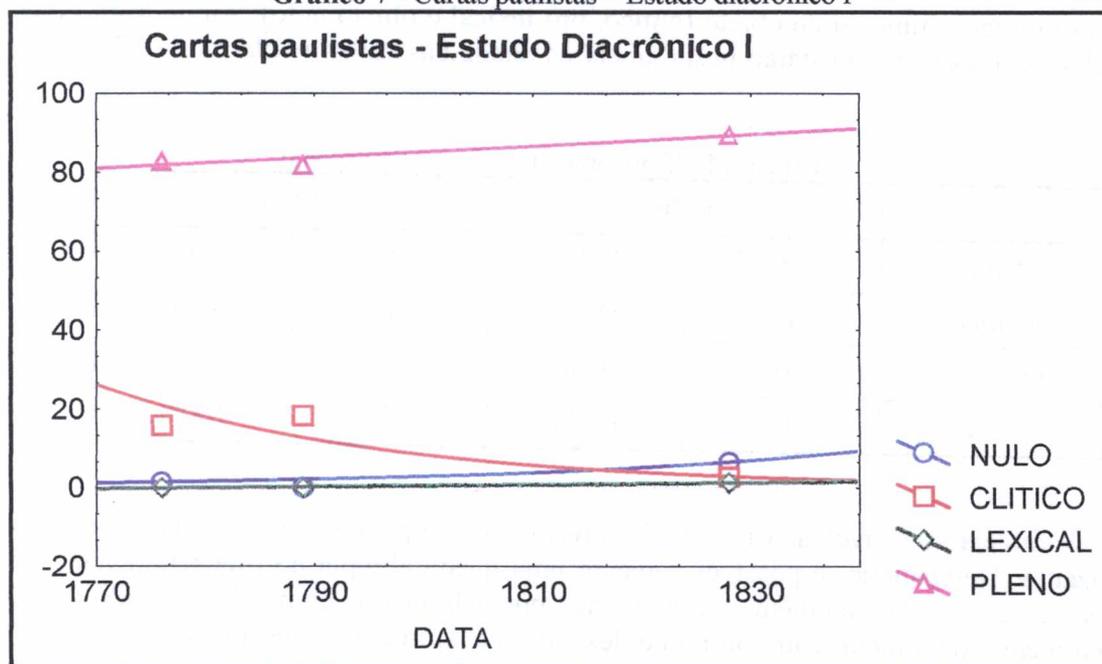
Não parecem existir impedimentos para resolver o problema por programação das equações num software tipo Matlab, nos alerta Gustavo Donatelli. Entretanto, não parece razoável arcar com a despesa de tempo associada a este caso, já que o conjunto de dados é pouco denso e os resultados obtidos teriam uma incerteza considerável de qualquer maneira.

De todo modo, as curvas informadas na análise das cartas são úteis para mostrar tendências, que sem dúvida auxiliam na compreensão do fenômeno da variação e de eventuais mudanças lingüísticas.

---

<sup>107</sup> A sugestão para a utilização deste pacote estatístico e sua testagem nos atuais dados de preenchimento de objeto são do matemático Gustavo Daniel Donatelli, a quem devemos também o alerta sobre as limitações estatísticas dos resultados visualizados.

Gráfico 7 - Cartas paulistas – Estudo diacrônico I



Exemplos:

- Objeto Nulo: P1 – 98 / 99: “e logo que receba \_hei de remeter\_a Vmce p.a esses pagantos.”  
 Clítico: P2 – 16: “pa. mim odecidila”  
 Pro Pleno: P1 – 85: “Sobre o Cavallo do Padre conservo elle como uma bolla de gordo”  
 SN Pleno: P3 – 22: “por que eu mesmo fiz bastante reflexão na demora”

No gráfico acima percebe-se que a marcação de SN pleno encontra-se isolada das outras marcações devido ao fato de ser o tipo de preenchimento preferido pela maioria. Temos frequências muito maiores para esta variante do que para as outras variantes de preenchimento.

Observamos também que, num período que estaria determinado entre os anos de 1810 e 1820, a variante dos clíticos e a de objeto nulo apresentam frequências iguais, mas cada uma delas segue uma tendência diferente. Ou seja, os clíticos apresentam uma tendência descendente enquanto que o objeto nulo apresenta uma tendência ascendente.

No que diz respeito ao pronome lexical, sabíamos que a frequência estava perto do zero; apesar desse fato, pode-se afirmar que a frequência começa a registrar uma pequena ascensão a partir do ano de 1828. Estatisticamente encontramos que também num momento posterior, definido entre o ano de 1830 e de 1835, a variante de clítico e a de pro lexical como forma de preenchimento de objeto estariam se cruzando, a continuar a tendência. Isto é, os clíticos continuariam descendo ou mantendo-se estáveis nessa frequência e, o pro lexical iniciaria seu ascenso.

Devido ao fato de o SN pleno ter-se mantido em valores percentuais constantes nas três cartas paulistas propomos uma outra tabela onde este tipo de preenchimento é

suprimido, com a finalidade de observarmos melhor as mudanças verificadas nas outras variantes de preenchimento de objeto (clítico, pro lexical e objeto nulo). Ainda, para obter um melhor contraste só constarão nesta tabela os dados das cartas *paulistas* de 1776 e de 1828.

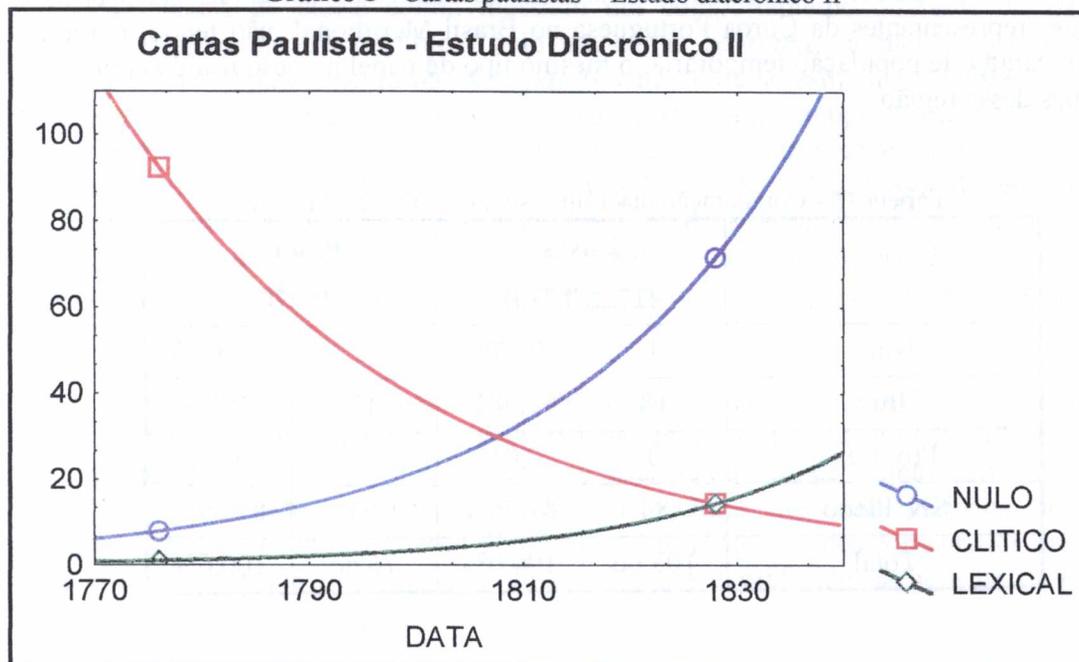
**Tabela 14 - Comparativa de Cartas Paulistas II**

	1776		1828	
Nulo	1	7.7%	5	71.44%
Clítico	12	92.3%	1	14.28%
Pro Lex.	0	0%	1	14.28%
Total	13	100%	7	100%

Como era previsível, as variações no preenchimento podem, nesta tabela, ser melhor visualizadas. Deste modo, é possível perceber uma queda abrupta no preenchimento com clíticos; uma subida, também abrupta, no preenchimento com objeto nulo e, o preenchimento de objeto com pronome lexical que atinge os mesmos índices que o preenchimento com clíticos. Desta forma, a teoria de Cyrino (1996) da existência de uma ligação entre as variações de preenchimento (aumento do nulo e do pro lexical, e descida dos clíticos) fica confirmada.

Essas tendências podem também ser visualizadas no gráfico que se encontra a seguir. Se no gráfico anterior tínhamos observado que a utilização de nulo e de clíticos como preenchimento de objeto, num período localizado entre os anos de 1810-1820, apresentariam frequências iguais, no Gráfico 2, observamos também este fato, só que o período de tempo teria mudado um pouco, adiantando-se. Como não é nossa intenção determinar períodos exatos da história em que estas alterações aconteceram, mas apenas mostrar as diferentes temporalidades que estavam em curso, podemos dizer que neste gráfico é possível observar a queda abrupta na utilização de clíticos, a subida de nulo e de pro lexical como formas de preenchimento e o período de tempo “aproximado” em que as frequências de preenchimento eram iguais.

Gráfico 8 - Cartas paulistas – Estudo diacrônico II



Em outro estudo que realizamos sobre o preenchimento ou não do sujeito pronominal no mesmo *corpus* de cartas, obtivemos um resultado coerente com o apresentado no gráfico acima. É o que mostra a seguinte tabela: há uma diminuição da ocorrência de sujeito nulo de 89% em 1776 para 78% em 1828, enquanto aumentam as ocorrências de sujeito preenchido de 11% em 1776 para 22% em 1828.

Tabela 15 - Sujeito nulo e preenchido do ciclo *paulista* (Gomes et allii, 1998:anexo 1)

	1776		1789		1828		Total	
	Ocorrência	%	Ocorrência	%	Ocorrência a	%	Ocorrência	%
Sujeito Nulo	151	89%	46	81%	113	78%	310	84%
Sujeito Preenchido	18	11%	11	19%	31	22%	60	16%
Total	169	100%	57	100%	144	100%	370	100%

Exemplos:

Sujeito Nulo: A1 – 1 : Axeime em Ção Martinho pa. Adeligençia

Sujeito Preenchido: P2 – 1: Eu devo supor

Depois de estudadas as variações acontecidas no tempo, achamos conveniente também observar como era preenchida a posição objeto nas cartas escritas pelo mais graduado dos funcionários da Coroa Portuguesa no Brasil Meridional naquele momento, o Brigadeiro Silva Paes ('Cartas Lusas').

Antes de começar a fazer uma leitura da tabela abaixo, é necessário voltar a esclarecer que as cartas *paulistas* devem corresponder a um ciclo populacional e que as

cartas *lusas* correspondem a registros da variante lusa deixados em cartas pelos poucos habitantes/representantes da Coroa Portuguesa no Brasil Meridional, não tendo, portanto, pelo seu caráter de população temporária, o mesmo tipo de papel na pesquisa diacrônica do português dessa região.

**Tabela 16 - Comparação diacrônica segundo o preenchimento**

	<b>Lusas</b>		<b>Paulista</b>	
	<b>(1735/1736)</b>		<b>(1776)</b>	
Nulo	1	0.97%	1	1.32%
Clítico	18	17.48%	12	15.79%
Pro. Lex	0	0.0%	0	0.0%
SN. Pleno	84	81.55%	63	82.89%
Total	103 oc	100.0%	76 oc	100.0%

A tabela acima não apresenta diferenças marcantes no que diz respeito ao preenchimento do objeto; apesar de existir na produção das cartas desta tabela uma diferença de 40 anos, percebe-se que, no que diz respeito às frequências de cada forma de preenchimento analisada estas cartas caminham juntas. Isto corresponde a dizer que não há diferenças significativas entre elas no uso de SN nulo, clítico, pro. lexical e SN pleno.

Agora vejamos, na tabela 4, o que acontece com as cartas *açorianas* de 1801 e a carta paulista de 1789. Não devemos esquecer que aqui estamos comparando os dois ciclos populacionais do Brasil Meridional; lembramos também que a diferença na produção das cartas é de 12 anos, período de tempo pode que ser considerado curto, se comparado ao período de tempo abrangido pela tabela anterior.

**Tabela 17 - Paulista 1789 c/ Açorianas 1801**

	<b>Paulista</b>		<b>Açorianas</b>	
	<b>(1789)</b>		<b>(1801)</b>	
Nulo	0	0.0%	2	4.76%
Clítico	6	18.18%	2	4.76%
Pro. Lex.	0	0.0%	0	0.0%
SN Pleno	27	81.82%	38	90.48%
Total	33 oc	100.0%	42 oc	100.0%

Os dados da tabela acima mostram um comportamento diferente do da tabela anterior. O aparecimento de objeto nulo nas cartas *açorianas*, tomadas aqui como uma unidade e o não aparecimento na carta *paulista* não é de se estranhar; lembremos por um lado que na carta paulista de 1776 já apareciam vestígios desse tipo de preenchimento. Por outro lado, temos uma defasagem na classe social e grau de escolaridade dos escribas: a carta *paulista* foi escrita pelo então jovem futuro Visconde de São Leopoldo, enquanto que as cartas *açorianas* foram escritas pelo renegado e desertor Borges do Canto. Mesmo assim, a carta *paulista* é escrita dentro de um registro de menos formalidade (do autor para um amigo), enquanto que as cartas *açorianas* são escritas para a maior autoridade da capitania, o governador.

Há uma tendência de maior preenchimento com clíticos no período de 1789 (dados do ciclo *paulista*), apesar de num primeiro momento termos acreditado que o contrário poderia acontecer. No que diz respeito ao preenchimento de objeto com pro lexical, percebemos que este não está presente em nenhum dos dois períodos dos ciclos comparados. O preenchimento com SN pleno, como já foi dito nos comentários das tabelas anteriores, se mantém constante nos dois ciclos e é o preferido na hora de preencher o objeto.

Como o preenchimento com SN pleno se mantém constante nos dois ciclos populacionais, podemos tirá-lo da tabela e verificar que é o que acontece com os outros tipos de preenchimento, tal como foi realizado na tabela diacrônica de cartas paulistas.

**Tabela 18 - Paulista 1789 c/ Açorianas 1801**

	Paulista (1789)		Açorianas (1801)	
Nulo	0	0%	2	50%
Clítico	6	100%	2	50%
Pro Lexical	0	0%	0	0%
Total	6	100%	4	100%

Da tabela acima depreende-se que no período de 1801 (cartas *açorianas*), entre os três tipos de preenchimento (nulo, pro lexical e clítico), só dois eram utilizados, e com os mesmos índices. No pequeno corpus da carta *paulista* de 1789, percebe-se um índice de 100% no preenchimento de clítico, mostrando esta alternância com zero que ocorre nos *corpora* pequenos.

### **A variável nos séculos XVIII e XIX e no final do século XX**

Para compreender melhor a situação das várias formas de preenchimento de objeto, propomos olhar o que acontece atualmente. Os dados a seguir, adaptados de Nunes apud Gallo, 1998, refletem as ocorrências no preenchimento de objeto na escrita segundo o grau de escolaridade.

**Tabela 19 - Preenchimento de objeto na escrita: (Gallo, 1998)**

Tipo de Objeto	Série [%]				
	1 <sup>a</sup> /2 <sup>a</sup>	3 <sup>a</sup> /4 <sup>a</sup>	5 <sup>a</sup> /6 <sup>a</sup>	7 <sup>a</sup> /8 <sup>a</sup>	Univ.
Nulo	57.5	65.6	52.3	53.5	9.5
Clítico	-	9.3	18.4	30.3	85.9
Pro. Lex.	7.5	6.2	15.3	10.7	-
SN pleno	35.0	18.7	13.8	5.3	4.7

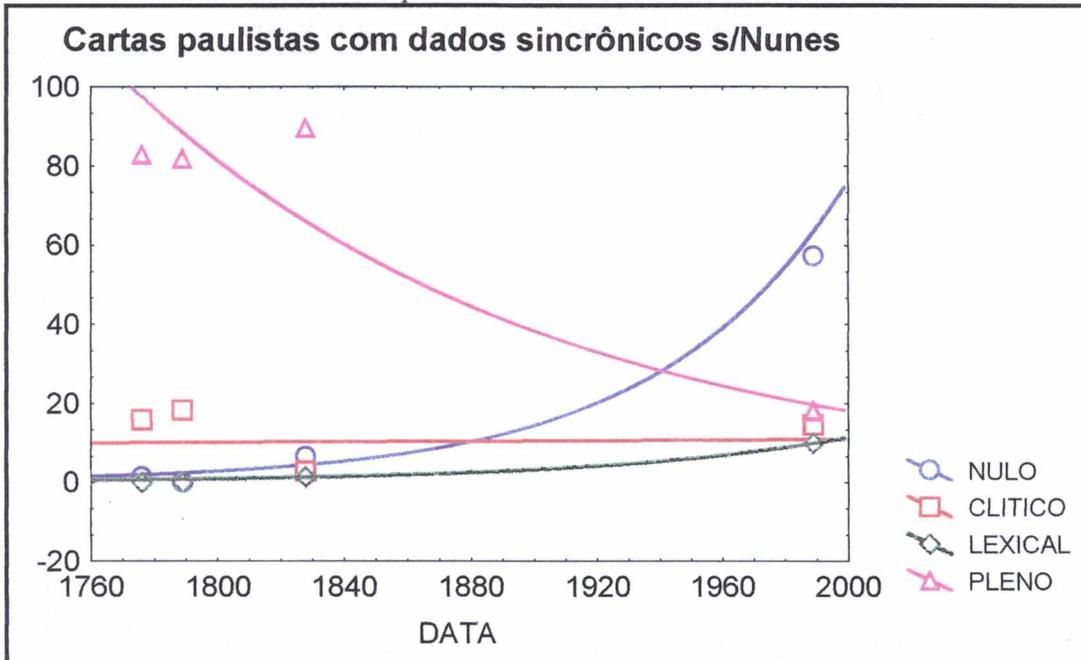
Nesta tabela é possível distinguir dois blocos bem demarcados. Podemos opor o preenchimento de objeto na escrita dos universitários com os tipos de preenchimento adotado pelos outros níveis de escolaridade. Assim, percebemos que na escrita dos universitários os clíticos são preferidos aos pro lexical, sendo que o preenchimento com aquele tipo de objeto aparece, segundo Nunes, a partir da 3<sup>a</sup>/4<sup>a</sup> série.

A categoria vazia ( $\emptyset$ ) é preferida pelos estudantes até a 8<sup>a</sup> série, mantendo valores percentuais constantes desde a 1<sup>a</sup> série até a série indicada; mas se observarmos o que acontece com esta modalidade na escrita dos jovens universitários, percebemos que seu uso caiu abruptamente. Outro dado que também caiu abruptamente na escrita dos acadêmicos, chegando inclusive a desaparecer, é o uso de pronome lexical. Este tipo de preenchimento mantinha valores percentuais de utilização relativamente constantes até a 8<sup>a</sup> série. O preenchimento de objeto com SN pleno também cai, gradativamente, na mesma direção, até chegar a um 4.7% na escrita dos universitários.

No gráfico a seguir poderemos visualizar o acontecido com o preenchimento de objeto ao longo da história. Nele foram incluídos os dados das 3 (três) cartas paulistas e os dados tirados da tabela de Nunes, correspondentes à escrita, ajustados por curvas de tipo exponencial. É conveniente esclarecer que para a elaboração do gráfico não foram considerados os dados dos estudantes universitários. Isso buscou diminuir a influência dos fatores de 'controle social' imposto pela escolaridade sobre a produção linguística.

Antes de começar com a leitura achamos conveniente fazer um outro esclarecimento. Talvez os dados deste gráfico possam ser questionados, porque cortamos nossa análise no ano de 1828 e a reiniciamos no período de 1992. Desta forma temos 164 (cento e sessenta e quatro) anos sem dados. Para as tabelas e gráficos anteriores já tínhamos assinalado o problema da quantidade da amostra; a projeção exponencial, como a tentada aqui e como comentaremos mais adiante, é mais sensível ainda à exigüidade dos dados, que faz aumentar muito a margem de erro. Por esses motivos solicitamos cautela na observação.

Gráfico 9 - Cartas paulistas – dados diacrônicos e sincrônicos I.

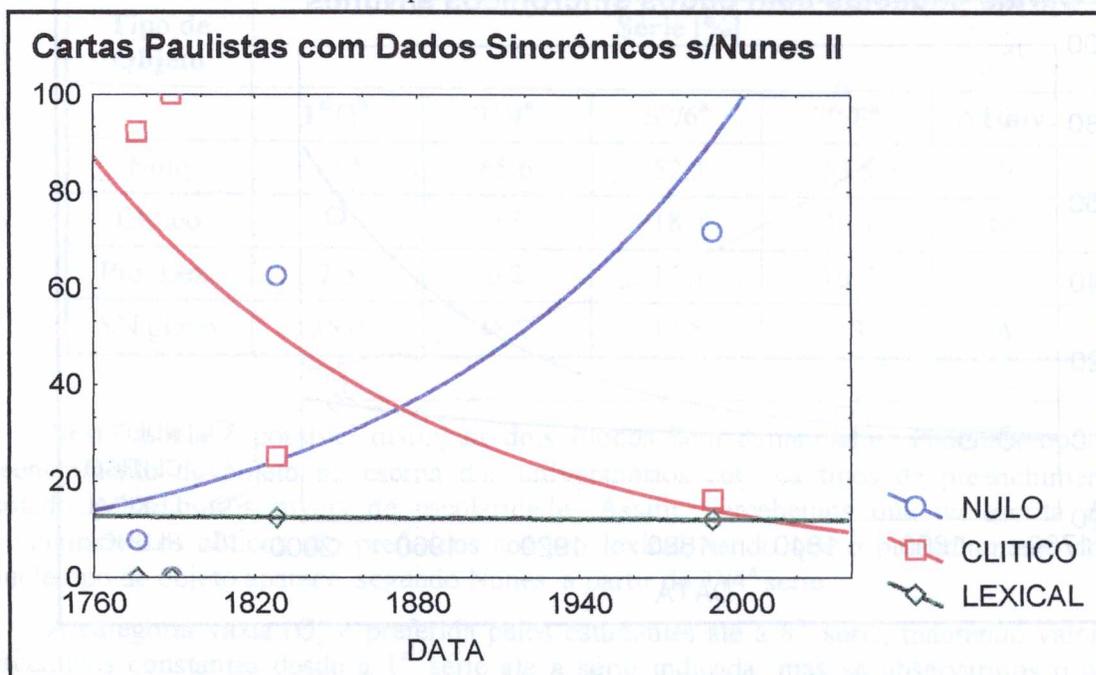


Como pode ser observado no gráfico acima, enquanto a utilização de SN pleno como forma de preenchimento tende a descer e talvez a acomodar-se, a utilização de categoria vazia (nulo ou, não preenchimento) apresenta um crescimento. Estas duas variantes de preenchimento, num período situado entre os anos de 1920 e 1960, cruzaram-se. Este dado nos indicaria que, nesse instante, as frequências de preenchimento com estas duas variantes eram as mesmas. É muito interessante a queda acentuada no uso do SN pleno no corpus das cartas analisadas e no corpus de Nunes, porque isso teria que ser explicado não através de diferenças na sintaxe da língua, mas muito mais através de diferenças na forma discursiva da referência textual, assunto que levaria nossa discussão para outro rumo.

No que diz respeito aos clíticos, pode ser observado que sua frequência de utilização se mantém em valores quase constantes. Com uma maior quantidade de dados seria possível observar melhor a queda deste tipo de objeto. Finalmente, se observarmos a utilização de pro lexical, perceberemos que ele apresenta uma tendência a subir, e que no início dos anos 1990 tanto se usava clítico quanto pro lexical no preenchimento de objeto.

Propomos a seguir um novo gráfico que não leve em consideração os dados de SN pleno como forma de preenchimento. Este gráfico amplifica as diferenças que queremos observar:

Gráfico 10 - Cartas paulistas – dados diacrônicos e sincrônicos II.



Neste gráfico podemos observar, novamente a queda dos clíticos, já comentada por vários linguistas, e também o incremento da categoria vazia. Chamam também nossa atenção, os níveis quase constantes de frequência que mantém o pro lexical após 1828. Um dos motivos dessa imperceptibilidade reside na natureza mesma da escrita, pois uma vez que a criança é alfabetizada começa a compreender que na escrita deve conservar certas regras que lhe atribuem “formalidade” e, conseqüentemente, “cuidadosamente” vai evitando esta forma no decorrer das suas práticas letradas. O cruzamento com dados da fala poderiam mostrar maior contraste.

Para os dados fazerem melhor sentido, propomos uma outra tabela, modificada, também extraída de Nunes apud Gallo, 1998, que reflete dados da fala e dados de pessoas analfabetas.

Tabela 20 - Preenchimento de Objeto na fala: (Gallo, 1998)

Tipo de Objeto	Adultos Analfabetos	Série [%]				Univ.
		1 <sup>a</sup> ./2 <sup>a</sup> .	3 <sup>a</sup> ./4 <sup>a</sup> .	5 <sup>a</sup> ./6 <sup>a</sup> .	7 <sup>a</sup> ./8 <sup>a</sup> .	
Nulo	66.6	72.4	77.7	71.2	71.1	67.8
Clítico	-	-	-	2.1	0.9	10.7
Pro Lex	25.6	24.1	8.6	19.1	20.1	7.1
SN pleno	7.6	3.4	13.6	7.4	7.6	14.2

Na tabela 6, observa-se que os clíticos só começam a ser utilizados pelos falantes a partir da 5<sup>a</sup>. série, mas sua percentagem de uso é muito baixa, aumentando um pouco na fala dos universitários. No entanto, este tipo de preenchimento é preferido à utilização de pro lexical por estes mesmos estudantes.

O uso de pro lexical registrado na fala dos outros estudantes é alto, inclusive na dos analfabetos chegando a ocupar o 2<sup>o</sup> lugar na preferência de preenchimento. Apesar disso este apresenta uma baixa na 3<sup>a</sup>/4<sup>a</sup> série.

Há um dado nesta tabela que independe do nível de escolaridade: o uso de objeto nulo como tipo de preenchimento. Neste ponto, comprova-se que os limites desejados pela escola não se impõe necessariamente na fala das pessoas. Isto é: este tipo de preenchimento mantém-se constante independente do grau de escolaridade, e é o preferido por todos os falantes na produção de seus discursos.

Os dados de fala apresentados no trabalho de Nunes correspondem aos de Duarte (1989), a quem chama a atenção a ausência absoluta de clíticos na fala dos jovens, enquanto para os demais grupos esta variante cresce ligeiramente com o nível de escolaridade, e permanece variável em relação à faixa etária. Ainda no trabalho de Duarte é possível perceber que a utilização de pro lexical decresce na medida em que sobem a faixa etária e o nível de escolaridade; também o SN pleno aumenta com a escolaridade e faixa etária, como os clíticos, sendo que seu uso supera o do pro lexical. Segundo ela, todos os grupos mostram um estágio de implementação de objeto nulo que supera amplamente a todas as outras variantes de preenchimento de objeto. Como já foi explicado por Roberts (1993:420), a perda do sistema de clíticos ainda está em processo; estudá-lo é interessante pois, segundo ele, esta perda de clíticos não tem paralelos em outras línguas românicas.

### **Discussões conclusivas sobre a categoria vazia [objeto nulo vs. preenchido]**

Devido ao fato de possuir uma amostra temporalmente mais variada de cartas *paulistas* do que das outras, foi possível observar mudanças ao longo de um certo período de tempo (1776 – 1828) que postulamos serem ‘representativas’ deste ciclo populacional e que puderam ser comparadas diacrônicamente entre si. Dessa comparação, três diferenças podem ser ressaltadas: maior presença da categoria vazia, menor utilização de clíticos e o surgimento de pronome lexical na amostragem de 1828, confirmando pois, as hipóteses

corriqueiramente válidas para estudos realizados em outros momentos para o chamado ‘português brasileiro’.

As cartas *açorianas*, correspondentes a um outro ciclo populacional diferente do *paulista*, foram escritas no ano de 1801 por uma mesma pessoa e com um dia de diferença. Estas duas cartas, únicas peças que conseguimos atribuir univocamente a descendentes dos *casas* chegados ao Brasil Meridional na metade do século XVIII, são uma amostra sincrônica daquele momento e, portanto, diferentemente das *paulistas*, não se prestam para comparações diacrônicas dentro da série. No entanto, quando estas cartas foram comparadas a de 1789 do ciclo *paulista* foi possível observar diferenças na forma de preenchimento que aproximam mais as cartas *açorianas* do que a carta *paulista*, oriunda de escriba mais escolarizado, ao padrão sintático do chamado ‘pb’.

Os clíticos de 3ª. pessoa, como foi observado nas análises de tabelas e gráficos do presente trabalho, foram substituídos por outras formas de preenchimentos: o pro lexical, o SN pleno ou por uma categoria vazia. Isto é, através de uma análise diacrônica sobre a relevância que ocupa cada uma das formas de preenchimento no período estudado, foi possível observar uma queda na utilização dos clíticos, a utilização de objeto nulo, uma ampla preferência na utilização de SN pleno e o aparecimento do pro lexical como forma de preenchimento. Porém, grande parte dos fenômenos são detectados tanto nas cartas *paulistas* como nas cartas *açorianas*. **O cruzamento diferenciado das cartas do *corpus* permitiria dizer que ora uma carta *paulista* ora uma carta *açoriana* se aproxima mais do que tem sido considerado, na literatura recente, o ‘português brasileiro’.**

Importante é considerar, entretanto, que apesar da exigüidade da base de dados, fruto de procurarmos trabalhar com cartas pessoais (sempre que possível) numa ‘fronteira’, isto é, numa região onde não estava implantado nem de forma inicial o aparato de produção institucional da escrita e da reprodução dos escribas (escolas, etc.), tendo então a escrita uma forma de utilização extremamente associada à burocracia de estado<sup>108</sup>, cremos ter conseguido alguns indícios para a condução de pesquisas mais aprofundadas:

1. O primeiro deles diz respeito ao fato de encontrarmos, nas cartas *açorianas*, basicamente os mesmos comportamentos das variantes que nas cartas *paulistas* (com exceção do aparecimento da variante pro lexical) em especial a de 1828, talvez a peça filológica mais importante deste quebra-cabeça.

Isso nos conduz a pensar que a implementação de determinadas variantes em detrimento de outras ocorreu, no espaço então ocupado pela língua portuguesa, em diferentes temporalidades. Se aceitamos a tese da ‘pele de leopardo’ expressa por Schmidt-Riese (2002) somos levados a imaginar, no Brasil, várias ‘manchas’ de colonização portuguesa, desconectadas entre si, e sujeitas a determinadas condições comuns e a outras

---

<sup>108</sup> É o que nos mostra a Série Filológica do Núcleo de Estudos Portugueses da UFSC, aqui constante no anexo digital em cd-rom. A totalidade da documentação do século XVIII e início do XIX existente no Arquivo Público do Estado ou no Arquivo Histórico do Município [Florianópolis] é constituída de peças oriundas do aparato de estado, e destinada ao trânsito interno à burocracia de estado.

divergentes. Em cada uma dessas manchas, a partir seja de um processo de *koinização* das variedades do português lá disponíveis, seja a partir da base alóctone da diglossia local (em todas elas se instauraram situações diglósicas variadas entre si, já que a colonização portuguesa, diferentemente da inglesa, não criava núcleos em que todos os papéis sociais eram desempenhados exclusivamente por portugueses), desenvolveu-se uma variedade lingüística própria, com seu próprio ‘mix’ de usos para as variáveis em foco.

Isto toma o empreendimento de pesquisar a origem das supostas mudanças lingüísticas muito difícil. O que saltará à vista, quando procuramos observar a emergência das mudanças, é muito mais sua expansão, isto é, sua captação por um sistema em expansão (uma colonização, um deslocamento) do que propriamente sua origem. Para dizer, por outro lado, que a mudança está implementada, precisaríamos ver o desaparecimento de uma das variantes do sistema, o que não ocorreu objetivamente nem com os clíticos. O que temos, como indício, é a possibilidade de que a variante *paulista*, naquele momento em expansão, apresentasse uma temporalidade diferente da variante *açoriana* em foco.

Um segundo ponto indiciariamente interessante é o que decorre da diferença das cartas *paulistas* entre si (1776, 1789, 1828). Neste caso, estamos vendo o aumento de uso da categoria vazia, o surgimento do pro lexical e a diminuição do uso dos clíticos. Como a variedade *paulista* do português, na diglossia com a língua geral *paulista*, foi a variedade mais expansiva do português no Brasil Meridional (só não se tornando amplamente dominante porque, conforme já analisado, a expansão das frentes européias se fez desde dentro das áreas *açorianas*) e de muitas outras regiões, como o Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais (pelo menos no seu início), esta pesquisa inicial serve para indicar a necessidade de nos determos na história deste núcleo expansivo da ‘pele de leopardo’ que, na sua expansão, acabou engolfando outros núcleos de colonização, com histórias lingüísticas diferentes.

Todas as variedades coloniais que a pesquisa um dia nos possibilite descobrir, desvendar ou descrever são igualmente brasileiras, tornando pouco útil atribuir esta denominação a uma das variedades em expansão, mesmo se se tratar da mais expansiva de todas elas.

Ainda com respeito ao pronome lexical, nosso trabalho aparentemente traz uma contribuição. Ele apresenta dados – um único dado, é verdade – que adiantam o período citado por Galves (1993) como de aparecimento de pro lexical e, conseqüentemente, modificam a afirmação de que na 2ª metade do século XIX teriam surgido fenômenos como este, que caracteriza, junto com outros, o “português falado atualmente no Brasil”. No entanto, é necessário lembrar que não é objetivo deste trabalho vir a especificar datas nas quais poderiam ter acontecido mudanças lingüísticas, já que buscamos indícios justamente das diferentes temporalidades da ‘luta entre variantes’.

A observação das tabelas e gráficos dos dados sincrônicos extraídos de Nunes e Duarte nos levam à reflexão de que a utilização de clíticos aparece uma vez que os falantes são escolarizados. Não há evidências para postular, entretanto, que esse fenômeno é recente, podendo muito bem estar associado ao modo como os alóctones se apropriaram da língua portuguesa desde o início do contato. O fato de termos somente nos últimos tempos

dados sobre isso é uma outra questão: nasce da sociologia da escrita nas duas colônias portuguesas da América, o estado do Brasil e o estado do Maranhão e Grão-Pará. Também é possível afirmar que na medida em que os clíticos diminuem uma outra forma aumenta, e esta é a dos objetos nulos. Este fato também é confirmado por Cyrino que, ainda mais, os encontra intimamente ligados.

### **Cartas sulinas: considerações finais na procura de indícios.**

Através do *corpus* de cartas utilizado para estas observações gramaticais preliminares procuramos demonstrar a necessidade de historicizar as categorias utilizadas na pesquisa lingüístico-histórica, não permitindo que categorias apriorísticas, tomadas sem discussão, prevaleçam e condicionem os olhares do pesquisador. É o caso aqui da categoria ‘português brasileiro’, aceita como dada, e para a qual convergem tanto a elaboração dos *corpora* de análise como a elaboração dos *corpora* contrastivos (os do ‘português europeu’, no mais das vezes).

Neste capítulo procuramos utilizar os mesmos instrumentos de análise gramatical que têm sido usados no empreendimento atual de construção do conceito de ‘português brasileiro’ para construir outros conceitos que desnaturalizam o primeiro, e em cuja base estão outros programas de pesquisa, descomprometidos com o empreendimento de construção do ‘idioma nacional’, cujas conseqüências [do empreendimento], como procuraremos demonstrar no capítulo seguinte, podem ser negativas para a cidadania e para a ação do estado brasileiro.

Enquanto o empreendimento histórico-lingüístico dos anos 90 do século XX e do início do século XXI utiliza o aparato gramatical para demonstrar evidências da UNIDADE interna do ‘português brasileiro’ e da sua dissimilitude para com o ‘português europeu’, permanecendo preso nesta dicotomia fundante do ‘nacional’, propomos aqui, nas limitadas bases filológicas de que dispomos numa região nova e fronteira como o Brasil Meridional do século XVIII, utilizar o aparato gramatical em questão para mostrar, ao contrário, as várias temporalidades do transcorrer histórico no território do atual Brasil, as lutas culturais e lingüísticas que fizeram avançar e retroceder variantes e línguas.

Tomamos o caso das categorias vazias, evidentemente, aqui restrita à questão do objeto nulo vs. preenchido, para propiciar um diálogo com a história que tem sido escrita nos últimos 15 anos. Poderíamos ter tomado outros pontos da gramática que não este, obtendo resultados díspares e aglutinando outras unidades lingüísticas ou dialetais entre si, criando, no caleidoscópio das formas lingüísticas, outras unidades e outras dissimilitudes. A seleção de uma ou de outra, para além de atender aos interesses de uma ou outra teoria gramatical em voga num determinado momento, atende a interesses político-lingüísticos específicos. Postulamos então, que estes interesses sejam explicitados e suas bases ideológicas discutidas.

Isso nos remete diretamente ao fato de que a definição do que é uma língua ou duas línguas, isto é, das *identidades lingüísticas*, ou igualmente do que é uma gramática ou duas gramáticas, não pode ser feita utilizando apenas **critérios internos** a esta língua ou a estas variedades observadas, sejam eles de que natureza forem, porque evidentemente nossa

observação já se faz sobre fatos construídos – pinçados e ressaltados – das variedades lingüísticas propostas. A definição sobre a existência de línguas ou variedades lingüísticas é, desde a nomeação, um ato político.

Desde a introdução de uma das dicotomias mais famosas da politologia lingüística, a oposição entre *Ausbau-Sprachen* versus *Abstand-Sprachen*<sup>109</sup> proposta por Kloss (1967), sabemos que línguas diferentes podem ser construídas a partir de um *stock* comum ou recortadas de um *continuum* dialetal. Assim, recentemente assistimos a emergência de duas línguas – a tcheca e a eslovaca – sobre os escombros da língua tchecoslovaca nascida, por sua vez, no momento da independência da Tchecoslováquia em 1919 no processo de dissolução do Império *K und K*, isto é, da dupla monarquia austro-húngara. Nascida que foi da necessidade de ter o estado tchecoslovaco, para seu funcionamento, uma língua nacional, ruiu esta língua quando a unidade nacional se redimensionou. Dissolvida a unidade nacional com a queda do comunismo, na década de 1990, novos interesses políticos conduziram a novas fronteiras identitárias e a novas fronteiras lingüísticas.

O empreendimento da gramaticalização das línguas, como o empreendimento da produção literária, está fortemente condicionado pelo interesse identitário em criar uma língua a partir de um trabalho de fronteira para com outras variedades. Assim, sabemos que a gramática de Fernão de Oliveira (1536), para além de ressaltar a semelhança entre o português e o latim, de que queria o autor que fosse a língua portuguesa a filha diletta, manobra importante para lhe conferir a dignidade necessária para suas novas funções associada ao nascente estado nacional português, desempenhou um papel muito importante em diferenciar o português do espanhol que, anos antes, em 1492, havia sido gramaticalizado por Antonio de Nebrija.

A gramática é o instrumento por natureza para este objetivo diferenciador, constituidor de identidades: atribuir a características intrínsecas, naturais, dadas, inalcançáveis à vontade humana (e, portanto ao político) as fronteiras entre duas línguas ou duas variedades, é a forma mais eficiente de criar as fronteiras e fazê-las funcionar político-lingüisticamente: dessa maneira, elas estão justificadas ontologicamente.

[...] Parakrama (1995:3) chama a atenção para o fato de que o chamado trabalho descritivo sempre enfocou certas formas da língua ao custo de outras. “Esse desequilíbrio”, prossegue ele, “é menos uma falha individual dos lingüistas do que um problema da própria descrição, que nunca pode ser uma atividade neutra. Em outras palavras, a descrição é sempre uma forma branca de prescrição” (Lopes, 2004: 41).

---

<sup>109</sup> *Abstand-Sprachen*, ou *línguas-distância/separação*, são línguas de diferentes famílias ou troncos lingüísticos, sobre as quais não recai a dúvida de serem uma ou duas línguas diferentes. É o caso do húngaro e do romeno, por exemplo, que, embora vizinhos, são mutuamente ininteligíveis entre si e cuja diferença não foi produto da ação humana consciente. *Ausbau-Sprachen*, ou *línguas-construção*, ao contrário, são aquelas que foram recortadas a partir de um fundo dialetal comum, conforme as possibilidades políticas de uma época ou sociedade, conforme demonstra Kloss (1969).

Para quem, no entanto, está interessado em observar as comunidades lingüísticas, suas lutas políticas, a utilização que fazem das suas línguas neste processo, esse empreendimento não pode passar despercebido. As categorias lingüístico-históricas propostas para a discussão da história da língua portuguesa no território que chamamos de Brasil têm um claro viés no empreendimento de ‘*ausbauen*’ uma nova língua<sup>110</sup>, o ‘português brasileiro’, sob a nomenclatura da existência de uma gramática diferente da lusitana. Este processo é homogêneo com a criação da unidade nacional, tarefa histórica com a qual literatos, filólogos e lingüistas, mas também historiadores, sociólogos e outros intelectuais estiveram e estão comprometidos. Esta unidade, entretanto, tem seu preço. E um desses preços será a incapacidade de estudar, por exemplo, a história lingüística do país sem reduzir a regionalismos determinados fenômenos e a alçar outros ao qualificativo de nacional<sup>111</sup>.

Em outras palavras, não tem sido fácil focar a questão regional em suas múltiplas dimensões, quer político-econômicas, quer socioculturais, num país onde a unidade política e territorial foi alcançada mediante o aniquilamento sistemático dos protestos, revoltas e revoluções que pretendiam maior autonomia local, participação política ou direitos sociais, como, por exemplo, o acesso à propriedade da terra ou a efetiva igualdade entre negros e brancos, e, sobretudo, num país em que o culto oficial a este processo autoritário de unificação continua erguendo grandes barreiras contra as iniciativas de se repensar toda esta problemática. Para além da celebração dos “heróis” que derrotaram a Balaiada ou a Cabanagem [...] ou que submeteram Canudos e Contestado (para ficar só em alguns poucos exemplos), os quais teriam legado a todo o país uma única história, tornou-se uma espécie de lugar comum repetir que a utilização de uma mesma língua (no caso, a portuguesa), a predominância de certos costumes (onde é destacada a supremacia da religião católica apostólica romana) [etc], asseguram de maneira irrefutável a identidade e a unidade daquilo que poderia ser chamado o “caráter nacional brasileiro” (Falcão, 2000: 364).

Ao contrário, é necessário recolocar os instrumentos intelectuais de que dispomos, entre eles a gramática, a serviço desta pluralidade constitutiva e política.

Da cultura brasileira já houve quem a julgasse ou a quisesse unitária, coesa, cabalmente definida por esta ou aquela qualidade mestra. E há também quem pretenda extrair dessa hipotética unidade a expressão de uma identidade nacional.

Ocorre, porém, que não existe uma cultura brasileira homogênea, matriz dos nossos comportamentos e dos nossos discursos. Ao contrário, a admissão do

---

<sup>110</sup> Teríamos que dizer, na verdade [(...) de uma nova língua *auszubauen*], para reproduzir a sintaxe do alemão.

<sup>111</sup> Vide a discussão correlata entre os conceitos de ‘literatura regional’ e ‘literatura nacional’ no segundo texto do anexo I desta tese [O nordeste cultural, de Janer Cristaldo, Folha de São Paulo, 01/03/1998].

seu caráter plural é um passo decisivo para compreendê-la como um ‘efeito de sentido’, resultado de um processo de múltiplas interações e oposições no tempo e no espaço (Bosi, 1992:7).

No capítulo seguinte tentaremos observar algumas das limitações nascidas do conceito de ‘português brasileiro’. **Ao contrário do que pode parecer pela argumentação conduzida até aqui, entretanto, não terminaremos esta tese reafirmando a tradicional visão da unidade da língua portuguesa.** Com isso, queremos chamar a atenção para a necessidade de discussão político-lingüística e para o repensar das bases epistemológicas com que se tem trabalhado na lingüística histórica brasileira.

Encerramos com uma passagem de Rajagopalan sobre o papel que a lingüística tem ocupado (ou não tem ocupado) na discussão sobre os temas políticos sugeridos nesta tese e em outros:

Essa situação [da pouca presença do lingüista no debate público ] resulta, em parte, da falta de reflexão sobre as próprias bases da disciplina. Uma grande ironia está em que a lingüística parece ser a única disciplina das ciências sociais/humanidades que não se submeteu a uma virada lingüística. O pós-estruturalismo passou-lhe ao largo. Parakrama (1995:3) sugere que “boa parte da contribuição pós-estruturalista passou despercebida” pela lingüística devido a “[seu] quadro conceitual [...] de *ciência*, que vigora até mesmo em sub-disciplinas como a sociolingüística e a lingüística aplicada; e também em razão da cumplicidade histórica entre lingüística e colonialismo (tanto ‘interno’ quanto ‘externo’), que ainda prevalece em seus sistemas ‘neutros’ de classificação e nomenclatura”. Como Elinor Ochs (1993:302) observou, “a única ciência social que não desenvolveu um paradigma social construtivista é a lingüística” Rajagopalan (2003: 47).

= VII =

## As múltiplas consequências político-lingüísticas do ‘pb’

“A História que eu precisaria para o meu trabalho muitas vezes não existe.”  
Pierre Bourdieu, *Coisas Ditas*, p. 58

Discutimos no capítulo II desta tese que o conceito de ‘português brasileiro’, como ele tem sido utilizado na pesquisa histórico-lingüística nos últimos 20 anos, é a marca de um empreendimento historiográfico do tipo ‘história global’ (na definição da Nova História), isto é, do fazer historiográfico comprometido com um centro ao qual todos os fenômenos devem ser vinculados. É nesse sentido que a discussão deve ser entendida. Partimos de um quadro interpretativo sobre a pluralidade lingüística no Brasil, para a seguir fazer uma discussão epistemológica que ancorou uma pesquisa de mais longo prazo sobre um recorte específico da (micro-)história lingüística do país; neste capítulo veremos algumas consequências político-lingüísticas destes fazeres.

Não se trata, no fundo, de uma discussão sobre o “nome da língua” – Língua Portuguesa no Brasil, Português do Brasil, Português Brasileiro, ou até, como no sugestivo título da tese de doutoramento de Rosângela Morello, *Língua portuguesa pelo Brasil* – mas sim, muito mais de uma discussão sobre o **modo de apropriação da língua**, isto é: se trata da discussão sobre o modo de relação entre os falantes lusófonos brasileiros e a – ‘sua’ – língua, o que se reflete na forma como o estado brasileiro se relaciona com a sua língua oficial e vice-versa. A discussão epistemológica iniciada no capítulo II se converte aqui, então, em uma discussão político-lingüística, na medida da possibilidade de articulação realizada pelo conceito de ‘Política Historiográfica’, também exposto no capítulo II.

É a partir da possibilidade de nos perguntarmos sobre qual Política Historiográfica está na base dos empreendimentos de pesquisa em curso que podemos entender, conjuntamente, o porquê de certas opções teóricas ou epistemológicas terem sido tomadas e ao mesmo tempo as implicações político-lingüísticas destas opções.

É interessante notar que a Constituição da República Federativa do Brasil, no seu artigo 13, que trata dos ‘símbolos nacionais’, ao lado da nomeação da bandeira, do brasão de armas e do hino nacional, define que a língua oficial do Brasil é a ‘Língua Portuguesa’, ou melhor: no artigo que define a Língua Portuguesa como língua oficial definem-se *também* os símbolos nacionais:

### Constituição da República Federativa do Brasil

Art.13 - A língua portuguesa é o idioma oficial da República Federativa do Brasil.

§ 1º - São símbolos da República Federativa do Brasil a bandeira, o hino, as armas e o selo nacionais.

§ 2º - Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão ter símbolos próprios.

Desde 1980 pelo menos, entretanto, a pesquisa lingüística no Brasil fala fundamentalmente em ‘português brasileiro’, e isto parece ser válido para linhas teóricas muito diferentes entre si, como a sociolingüística laboviana, a gramática gerativa, a gramática funcionalista, os estudos diacrônicos mais clássicos, a análise do discurso, e também para pesquisadores que não se filiam diretamente a uma ou outra corrente, como Marcos Bagno (2004), autor do recente *Português ou Brasileiro: um convite à pesquisa*. O seguinte fragmento de Orlandi, por exemplo, permite localizar esta mesma orientação na análise do discurso francesa:

Consideramos, pois, a heterogeneidade lingüística no sentido de que joga em ‘nossa’ língua um fundo falso, em que o ‘mesmo’ abriga no entanto um ‘outro’, um ‘diferente’ histórico que o constitui ainda que na aparência do ‘mesmo’: **o português-brasileiro e o português-português se recobrem como se fossem a mesma língua, no entanto não são.** [...] A nossa língua [brasileira] significa em uma filiação de memória heterogênea (Orlandi, 2002:23).

Esta diferença de uso de ‘Língua Portuguesa’ e ‘português brasileiro’ (com diferenças no uso de maiúsculas e minúsculas também) precisa ser entendida nas suas implicações e pode ser comparada com o que acontece com a utilização do nome da língua na Espanha.

Na Espanha, a Constituição de 1978 reza que o nome oficial da língua é ‘castellano’, denominação constitucional dada na saída do franquismo, quando da elaboração da Carta Magna do novo reino, para não melindrar as outras comunidades lingüísticas das autonomias espanholas, a saber, a basca, a catalã e a galega<sup>112</sup>. No entanto, todo o tempo órgãos de Estado como a Real Academia Española ou o Instituto Cervantes, responsável pelo ensino e divulgação da língua no exterior, usam o nome ‘Lengua Española’. A diferença de nomeação, no caso espanhol, traz muito evidentemente à tona razões político-lingüísticas: se de um lado é fundamental apaziguar os nacionalismos étnicos no *front* interno, diferenciando-se da política franquista da imposição do “espanhol only” por outro lado foi julgado desejável manter o controle sobre esse patrimônio cultural e econômico que é o domínio sobre a norma que unifica a *Hispanidad*, isto é, os 21 países de língua oficial espanhola e seus vários sub-produtos (dicionário, gramática, certificados de proficiência, métodos de ensino de língua, publicação, etc...):

### Constituição do Reino da Espanha - Artigo 3

1. El castellano es la lengua española oficial del Estado. Todos los españoles tienen el deber de conocerla y el derecho a usarla.
2. Las demás lenguas españolas serán también oficiales en las respectivas Comunidades Autónomas de acuerdo con sus Estatutos.

---

<sup>112</sup> A canarina não se insere neste contexto, dada a extinção da língua canarina (e da própria população autóctone das ilhas) já nos primeiros séculos da ocupação ibérica.

3. La riqueza de las distintas modalidades lingüísticas de España es un patrimonio cultural que será objeto de especial respeto y protección.

O caso espanhol, como tantos outros, aponta para um fato bem estabelecido: o de que são feitas políticas lingüísticas *internas* e políticas lingüísticas *externas* de uma língua, especialmente quando se trata de uma língua oficial<sup>113</sup>. **As lógicas dos dois conjuntos de ações raramente andam na mesma direção.**

Um fato parecido pode ser observado no Brasil: enquanto a Constituição (e tantos outros documentos oficiais) chamam a língua oficial do país de Língua Portuguesa, constrói-se um outro conceito, o de *português brasileiro*, e cada um destes percursos tem um âmbito de uso nas políticas lingüísticas conduzidas pelo estado brasileiro e pelos órgãos para-estatais que lhe dão funcionalidade.

No entanto, o âmbito de uso dos dois conceitos é o oposto do caso espanhol. Na Espanha, poderíamos dizer que há um uso “benigno” ou “virtuoso” do ponto de vista da relação do estado nacional com seus cidadãos: o uso de *castelhano* em casa aponta para o direito dos falantes das outras línguas, colocando a língua oficial num patamar compatível com a pluralidade interna do país. Provoca uma desidentificação entre ‘ser espanhol’ (a identidade nacional) e ‘falar castelhano’ (apenas a língua oficial, e não intrinsecamente amarrada à identidade nacional) e manipula o status das línguas de tal maneira a 1) indicar que o estado apóia a pluralidade lingüística interna ao país<sup>114</sup> e 2) reconhecer como positivo o status de bilingüismo individual e fomentá-lo. Estas operações vêm no sentido de incrementar o que Calvet chama de ‘Segurança Lingüística’ do falante que se significa neste ambiente de pluralidade<sup>115</sup>.

O uso de *espanhol* na política externa (Instituto Cervantes, Real Academia Española com suas academias correspondentes em todo o mundo hispanófono, inclusive os Estados Unidos) realiza a a mesma operação em outro ambiente, a saber: na relação da Espanha com o mundo, através do domínio da chamada *Hispanidad*: o domínio sobre a legitimidade de uso dentro da FONIA, através da Norma e através de uma política ativa e agressiva de expansão da língua. Esta operação internacional dá ao cidadão espanhol a certeza (ou a percepção) de que ele ocupa o CENTRO da língua, de que a língua espanhola, usada em mais de 20 países, **é o que ele fala e usa.**

---

<sup>113</sup> É interessante observar que poucas línguas do conjunto das quase 7.000 línguas do mundo tem estatuto de oficialidade.

<sup>114</sup> Indicando assim, para as chamadas autonomias, uma política lingüística a seguir. Exemplo disso é o tratamento dado pela Generalitat Català (o governo da Catalunia) ao aranês, língua falada no Vale de Aran, única variedade de provençal falado a ocidente dos Pirineus. O governo catalão garante também aos falantes de aranês determinados direitos lingüísticos, multiplicando as escalas de plurilingüismo oficial.

<sup>115</sup> Não teremos tempo aqui de desenvolver o conceito de ‘bilingüajamento’ oriundo do campo dos Estudos Culturais e do Paradigma Pós-colonial e que tenta entender este ‘significar-se de modo bilíngüe’ ou ‘na pluralidade’.

De novo esta operação político-lingüística aumenta a ‘Segurança Lingüística’ do falante, o que acarreta vários desdobramentos políticos. Esta segurança é máxima na Espanha, fruto destas operações políticas, e mínima nos outros estados que tem por língua oficial o espanhol, apresentando uma gradação que vai de países com menos (-) até países com mais (+) meios intelectuais e político-lingüísticos para entenderem este fenômeno e agirem no sentido de se contrapor à *marginalização* lingüística das suas variedades ‘nacionais’ no mercado internacional das línguas (Calvet, 2002).

No Brasil, poderíamos postular, a mesma bipartição adquire forma “maligna” ou “viciosa”. Porquanto se estabeleça o diálogo entre os conceitos ‘língua portuguesa’ por um lado e ‘português brasileiro’ por outro lado, eles são usados no **sentido inverso** do que na Espanha.

‘Língua Portuguesa’ é conceito usado internamente – e isto é sinônimo da importância atribuída à Norma Lingüística (exógena) importada de Portugal na segunda metade do século XIX, como demonstra Pagotto (no prelo) – tolhendo a expressão oral e escrita dos cidadãos brasileiros, como está sobejamente analisado na obra de diversos lingüistas brasileiros (Castilho, Bagno, Possenti, Perini, Bortoni-Ricardo, entre tantos outros) e otimizando a ‘Insegurança Lingüística’ destes cidadãos, pela interpretação da chamada Diglossia Brasileira<sup>116</sup> na ótica de que o acroleto (‘Língua Portuguesa = Norma exógena’) é “correta” enquanto os basoletos (portuguêses brasileiros) são incorretos. É o que nos diz Bortoni-Ricardo (apud Bagno, 2004: 166):

Em sociedades mais democráticas, como a dos países escandinavos, a língua-padrão está associada ao contexto de uso. Qualquer cidadão, apresentando-se-lhes o contexto adequado ao emprego da variedade supra-regional, faz uso dela, pois dispõe dos recursos lingüísticos necessários para implementá-la. No Brasil, a língua-padrão é determinada, só secundariamente, pelo contexto. Sua distribuição é, em princípio, associada à classe social. As classes que têm acesso à cultura de letramento, por meio de uma escolarização eficiente, têm o apanágio das formas prestigiosas de falar. À grande massa dos brasileiros é sonogada uma boa escolarização e, conseqüentemente, o acesso aos recursos lingüísticos que permitem ao falante transitar, com segurança, de um estilo menos monitorado aos mais monitorados, de acordo com as exigências da situação social. Nessas circunstâncias, muitos brasileiros são silenciados, porque se sentem inseguros no uso da sua própria língua materna!

Por outro lado, ‘Português Brasileiro’ é usado para fins de política externa: o estado brasileiro se coloca internacionalmente como sendo ‘dono’ apenas do Português Brasileiro, e não assumindo em nenhum momento que é o CENTRO da Língua Portuguesa, isto é, não reivindicando políticas lingüísticas externas que não sejam negociadas com os

---

<sup>116</sup> Aparentemente foi Mary Kato (1993). [“Apresentação: como e porque escavar”. In: Kato, M. e Roberts, I. *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas, Unicamp, p. 13-30] que introduziu [ou que pelo menos reintroduziu no moderno debate] a idéia de que há uma diglossia estruturada no português falado no Brasil.

legítimos ‘donos’ da língua, os portugueses. Desse modo, suas políticas externas da língua tem um caráter quase-doméstico, e se dão numa relação de consultação com Portugal.

Em recente conversa com uma das responsáveis<sup>117</sup> pelo setor educacional do Itamaraty adjunta ao Conselho Consultivo Regional (CCR) do Mercosul Educacional ocorrida em Florianópolis no dia 17 de setembro de 2004 tivemos um indício qualificado desta partição de mundo que conduz à ‘domestificação’ da política externa da língua oficial do Brasil.

O estado brasileiro criou o primeiro certificado internacional de proficiência em língua portuguesa, alguns anos antes de Portugal, a partir da coordenação do Ministério da Educação (MEC) e do trabalho de especialistas de sete universidades<sup>118</sup>.

Sabidamente, certificados de proficiência são instrumentos político-lingüísticos de primeira grandeza, que demonstram uma forma contemporânea de apropriação das línguas pelos estados nacionais que, através deles, tomam em suas mãos o comando da circulação da língua em questão no chamado ‘Marché aux Langues’ (Calvet, 2002), no mercado internacional de línguas, seja no campo da *planificação do corpus*, na medida em que selecionam determinadas variedades e não outras para serem ‘testadas’, seja no campo de uma *planificação do status*, na medida em que asseguram, através de acordos internacionais, por exemplo, o monopólio da presença oficial de uma língua em determinados países estrangeiros. Certificados de proficiência entram, nesse sentido, no rol das operações de gramaticalização necessárias para a apropriação da língua pelo Estado, como diz Monica Zoppi Fontana:

O processo de gramatização, nas suas diversas instâncias de instrumentalização da língua (produção de gramáticas, dicionários e manuais de redação; currículos/programas de ensino; criação de academias e cursos universitários; institucionalização de disciplinas em colégios; **elaboração e aplicação de exames de avaliação de língua**) implica, por um lado, a produção de um saber metalingüístico (que constitui a língua como objeto de conhecimento de saberes legitimados historicamente), e por outro lado, a produção de um espaço imaginário de identificação que produz para o sujeito os sentidos de sua relação com a língua do Estado, isto é, a construção da língua nacional como lugar de produção da identidade nacional e atributo da cidadania (Zoppi, 2004:1) [grifo nosso].

O ato de criação do certificado poderia ter sido um ato de apropriação, por parte do estado brasileiro, da língua portuguesa, oficialmente nomeada na constituição federal de 1988. O estado poderia ter feito, com esta operação, uma declaração de que a Língua

---

<sup>117</sup> Seu nome deve permanecer anônimo.

<sup>118</sup> Duas universidades tiveram um papel preponderante neste processo: a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, através da Profa. Margarete Schlatter e a Universidade Estadual de Campinas, através da Profa. Denise Scaramucci.

Portuguesa é o que se fala / usa no Brasil, e cada vez mais o que se usa no Brasil, seja pelo critério demográfico (182 milhões de cidadãos no Brasil; 9,5 milhões em Portugal, 150 mil em São Tomé e Príncipe, etc.), seja pelo papel internacional como líder de bloco (Mercosul, Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP, Grupo dos 20 da OMC, etc.). Ao contrário, o certificado foi nomeado **Celpe-Brás – Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa do Brasil**<sup>119</sup>. Em política externa, o Brasil não reivindica a Língua Portuguesa, porém contenta-se à administração de uma parcialidade, porque relaciona a legitimidade de reivindicação sobre a Língua Portuguesa ao estado português.

Como estamos medindo competência do Português do Brasil, entendemos por um desempenho eficaz e adequado aquele que ocorre dentro dos parâmetros culturais brasileiros. A cultura brasileira permeia o exame, seja através dos textos escolhidos sobre assuntos referentes ao contexto brasileiro, seja através das exigências lingüísticas e sócio-culturais inerentes aos atos de fala presentes em cada exame (Schlatter, 1998:94).

De fato, é o que Portugal fez alguns anos mais tarde: criou o DUPLE / DAPLE – Diploma Universitário Português Língua Estrangeira / Diploma Avançado de Português Língua Estrangeira, reivindicando a ‘totalidade’ da língua.

Perguntada sobre a questão do processo de nomeação em discussão, a diplomata citada respondeu que **‘chamamos de Celpe-Brás porque foi um processo interno, não consultamos os portugueses’**. Isto é: sem um processo de consulta com Portugal, o Brasil não poderia chamar o primeiro certificado de proficiência do mundo, que ele elaborou, de CELPE ou CELP. Não se sente legitimado para tanto.

Esta política externa da língua conduzida pelo estado brasileiro, com a reivindicação apenas do ‘português brasileiro’ (a despeito do Itamaraty ter um Departamento de Promoção da Língua Portuguesa – DPLP) é coerente com a política interna da ‘Língua Portuguesa’ no sentido de produzir um máximo de ‘Insegurança Lingüística’ no falante.

A língua se chama internamente de ‘Língua Portuguesa’ está associada a uma norma exógena que, na relação de diglossia<sup>120</sup>, é inalcançável para a maioria dos falantes e

---

<sup>119</sup> O próprio nome “CELPE-BRÁS” foi dado porque circulava no Mec brasileiro no momento em que a comissão começou a se reunir, a informação que Portugal ‘estava criando o Celp’, fato que não se realizou. Somente anos depois da criação do CELPE-BRÁS Portugal lançou seu certificado, o DUPLE / DAPLE – Diploma Universitário Português Língua Estrangeira / Diploma Avançado de Português Língua Estrangeira, em consonância com os parâmetros da ALTE – Associação Européia de Avaliadores de Línguas, projeto levado a cabo pelo Instituto Camões, do Ministério dos Negócios Estrangeiros e pela Universidade de Lisboa.

<sup>120</sup> Dante Luchesi (1994) em seu artigo “Variação e norma: elementos para uma caracterização sociolingüística do português do Brasil”, afirma que esta língua não é apenas *heterogênea e variável*, mas ainda *plural e polarizada*, isto é, há dentro do diassistema heterogêneo do português brasileiro dois sistemas igualmente heterogêneos, daí a pluralidade e a polarização, que designará por *norma culta e norma vernácula*.

que funciona muito mais, na lógica descrita por Pierre Bourdieu em ‘A economia das trocas lingüísticas’: funciona para criar no falante esta certeza sobre o lugar (subalterno) que ocupa na sociedade, dado que não domina a ‘língua legítima’<sup>121</sup> e portanto não tem ‘capital cultural socialmente relevante’ para reivindicar outro lugar.

O inalcançável se confirma quando, nas políticas lingüísticas externas, o estado brasileiro atribui esta ‘Língua Portuguesa’ a Portugal, isto é, a coloca fora do seu próprio domínio: diz assim ao falante que a língua portuguesa é inalcançável inclusive para o estado brasileiro.

Reforçando a percepção do falante de que sua língua não é do padrão de correção ensinado nas escolas está a percepção de que seu estado nacional – aquele estado do qual é cidadão – não é forte o suficiente para produzir uma operação de legitimação da língua oficial frente ao mundo, na medida em que não ocupa a posição de comando sobre a língua portuguesa. O estado brasileiro, assim, abre mão da possibilidade de modificação das políticas lingüísticas em que está envolvido e pelas quais é responsável, no sentido de que, ao invés de produzir ‘Segurança Lingüística’ produz ‘Insegurança Lingüística’ para seus cidadãos.

Espelho invertido é o caso dos Estados Unidos da América. Conglomerado de 13 colônias inglesas até 1776, os EUA ocupam hoje o CENTRO da língua inglesa. Ninguém põe em dúvida que o que os EUA falam é inglês e, mais do que isso, que **o inglês é o que os EUA falam**, a despeito do reconhecimento da existência de outras variedades geopolítico-lingüisticamente menos importantes, como a da Inglaterra, a da Austrália, a da Índia, etc. Os EUA dominam os principais nós de produção e circulação da língua inglesa no mundo, o que lhes propicia o ingresso de alguns bilhões de dólares anualmente com a ‘venda’ da língua (visita de milhões de estrangeiros que vão aprender inglês, royalties de vários tipos sobre materiais, métodos e instrumentos, consultoria especializada ‘all around the world’, etc.<sup>122</sup>

Em muito poucos momentos da história norte-americana surgiu a ‘questão da língua’ que forma o substrato permanente da preocupação lingüística em relação à língua oficial no Brasil: saber se o que os EUA falam é *English* ou *American*, ou ainda *American English*. Mariani (2004: 166) baseando-se em pesquisa de Heath (1992), nos mostra que esta preocupação emerge somente em dois contextos na documentação sobre a história da

---

<sup>121</sup> A obra de Pierre Bourdieu sobre as línguas não tem uma recepção importante entre os lingüistas brasileiros, a despeito (ou talvez por causa mesmo) da sua difusão em um livro de amplíssima circulação, de Magda Soares, intitulado *Escola e Linguagem*. É o que se nota na interpretação que Ilza Ribeiro dá ao fenômeno da ‘inalcançabilidade’ da norma lingüística no Brasil, expressa em seu texto “La crisis brasileña en la enseñanza de la norma culta”: manuseando dados educacionais, mostra que a população não aprende a norma culta porque a escola não lhe oferece suficiente exposição ao padrão, o que difere frontalmente da interpretação que Bourdieu dá ao fenômeno analisando o caso francês, país em que supostamente o sistema escolar daria mais ‘acesso’ à norma aos cidadãos.

<sup>122</sup> Coulmas (1991) relata que EUA e Inglaterra receberam, somando seus ingressos, 4 bilhões de dólares com a venda da língua inglesa em 1991.

língua inglesa na América do Norte, em 1783 e de novo em 1923, significando portanto uma célebre ausência nas questões lingüísticas desenvolvidas pelo estado norte-americano:

Em 1783, Webster vendia seu *American spelling book*, argumentando em favor de uma padronização lingüística acompanhada de textos diversos que explicitassem e ensinassem tal padronização ortográfica, gramatical e de estilo. Seis anos mais tarde, na sua *Dissertation on the English Language: With Notes, Historical and Critical*, afirmava sobre a **língua americana**:

“O corpo do povo, governado pelo hábito, ainda reterá suas respectivas peculiaridades de fala; e por falta de escolas e livros apropriados, recairá em muitos erros que, incorporados à linguagem do estado onde vive, podem imperceptivelmente corromper a língua nacional. Somente o estabelecimento de escolas e alguma uniformidade no uso de livros pode aniquilar diferenças na fala e preservar a pureza da língua americana” (Webster, 1992:34 apud Mariani, 2004:166).

Observe-se, na defesa de padronização proposta por Webster, a nomeação língua americana, designando uma separação de fato da língua inglesa. Mais adiante, no mesmo texto, Webster ainda acrescenta:

“Nossa harmonia política tem relação, portanto, com uma uniformidade de língua. [...] temos, portanto, a mais justa oportunidade que jamais se apresentou à humanidade de estabelecer uma língua nacional, e de dar-lhe uniformidade e clareza na América do Norte” (Webster, 1992:36).

Em 1923, isto é, 140 anos mais tarde, surge uma outra manifestação pro-língua americana: um deputado republicano propõe ao congresso norte-americano a mudança do nome da língua, pleito que não é levado adiante, exceto no estado de Illinois, origem do deputado, que aprovou em nível estadual a demanda, na tradição relativamente autonomista daquela federação (Mariani, 2004: 167).

Ao mesmo tempo em que reivindica a língua inglesa externamente, os EUA não se ocupam demasiadamente com a legislação sobre ela, seja no sentido de que ela somente muito recentemente foi declarada língua oficial da União, por exemplo (em 1992, com as polêmicas anti-imigrantes levantadas pelo movimento “English Only”), seja no sentido de que nunca foi criado um órgão gestor de pretensão central, como uma Academia Inglesa ou Americana de Letras, seja ainda no sentido de que o ensino da língua nas escolas é pensado pragmaticamente para os usos (comerciais sobretudo), em detrimento de uma exposição pormenorizada de meta-linguagem gramatical que vise promover uma norma lingüística única e reprimir usos distoantes (Mariani, 2004). Isso pode surpreender *scholars* europeus como Michel Pécheux (1981:203, apud Mariani, 2004:170), especialmente franceses, oriundos de uma tradição de controle estatal sobre a *forma da língua*:<sup>123</sup>

---

<sup>123</sup> E que, pela hipertrofia da preocupação com a forma ou as formas, produz uma atrofia das preocupações com as funções, usos e âmbitos da língua. Grande parte das políticas lingüísticas preocupam-se em casos como estes, portanto, com políticas de *corpus* e quase nada é feito no campo da planificação do *status* da língua no âmbito internacional.

Nesse contexto [americano], a língua deixa o espaço europeu da sistematização normativa (pela repetição, interpretação e comentário) e se torna um órgão-ferramenta do sujeito, um dos meios pelos quais ele se exprime, comunica com seu grupo e age sobre ele: isso explica porque o ensino da língua materna americana apresenta esta particularidade: ser um ensino sem gramática, sem aprendizado de regras e sem exercício formal no sentido europeu do termo.

Estas diferenças nacionais apontadas nos levam a formular uma tipologia sobre a possibilidade de formulação e execução de políticas lingüísticas por parte dos estados:

- 1) Em primeiro lugar, há países incapazes de propor e sustentar políticas lingüísticas próprias, sendo muito mais objeto de política de outros países, em geral ex-potências coloniais. Para além da opção pela língua oficial, ela mesma condicionada pelos vínculos de dependência daquele país, o estado não consegue ver as línguas num contexto de afirmação cidadã ou de projeção do poder. É o caso de muitos países africanos, por exemplo, o Gabão, a Costa do Marfim, a Gâmbia.
- 2) Há países ‘centrais’ na formulação e execução de políticas lingüísticas, para quem suas línguas são parte do patrimônio cultural e econômico do país: está consumada, de certo modo, a apropriação da língua (ou das línguas) pelo estado. São estados que formam quadros especializados, formulam diretrizes de educação lingüística, fomentam o uso de suas línguas no exterior, entre outras. Exemplo disso são a França, a Espanha, a China. São os estados-nação cujas línguas participam do *colinguismo* descrito por René Balibar: o conjunto de línguas que se apoiam mutuamente nas suas relações institucionais (“[...] *colinguisme, qui désigne em général l’association de certaine langues écrites (le colinguisme), ou em particulier certaines associations historique de langues écrites (un, des colinguisme)*” (Balibar, 1993:4).
- 3) Há, finalmente, países intermediários entre os dois grupos. Formulam e executam amplamente políticas lingüísticas de caráter doméstico, mantêm sistemas educacionais complexos, formam quadros para estas políticas, no entanto, não dominam os nós de produção e consumo das suas línguas no mercado internacional. É o caso do Brasil, da Argentina, da África do Sul, da Índia.<sup>124</sup>

A dupla definição ‘Língua Portuguesa’ por um lado e ‘português brasileiro’ por outro apontam para este estatuto intermediário. Alçar-se a país do primeiro grupo e agir em consonância com uma política de fomento à ‘Segurança Lingüística’ do cidadão (lógica da sociedade civil) e de concentrar poder (lógica do estado) significaria inverter estes sinais:

<sup>124</sup> Monica Zoppi (2004) compara o Brasil aos países platinos na gestão de políticas lingüísticas de certificação de proficiência. Defende que o Brasil assumiu, com o Celpe-Brás, uma posição de autoria, enquanto que os países platinos têm muito mais dificuldade em coordenar projetos semelhantes. É interessante a autora procurar mostrar que isso ocorreu porque o Brasil assume sua língua nacional. Seu argumento reforça a perspectiva de que os países se projetam de formas diferentes nas políticas lingüísticas da(s) sua(s) língua(s), e que portanto podemos fazer uma gradação dentro da tipologia trina que propusemos. Nesse sentido, concordamos com Zoppi (2004) quando diz que o Brasil conseguiu uma posição de autoria mais clara que a Argentina, por exemplo, porém não o suficiente para que o estado brasileiro possa assumir plenamente sua língua.

- Tomar como uma política de estado explícita a política externa da língua portuguesa, tornando-se gestor efetivo da lusofonia. Reivindicar a ‘Língua Portuguesa’ no nível internacional<sup>125</sup>, propondo medidas concretas na relação com os demais países lusófonos e do Mercosul, em primeiro lugar, e com as demais regiões do mundo em segundo lugar;
- Tirar as conseqüências das proposições políticas decorrentes da análise de que a norma lingüística vigente no Brasil é a exógena importada de Portugal no final do século XIX. Incorporar a Norma Vernácula à Norma Culta (na concepção de Luchesi, 1994), propondo, por exemplo, uma política de *Normas Paralelas*, perfeitamente legitimadas pelo aparelho de estado, e que competirão entre si nas diferentes situações de uso.

Se trata, pois, de perceber que os estudos lingüísticos realizados no Brasil, em especial aqueles de caráter histórico, têm grande responsabilidade na geração da conceituação passível de ser utilizada na formulação e execução de políticas lingüísticas: são indicativos de políticas lingüísticas, ao mesmo tempo que impossibilitam outras políticas. Para isso, nos estudos históricos que realizamos, precisamos definir a Política Historiográfica a que servimos.

Com um olhar sobre a Política Historiográfica em curso, seria interessante propor o abandono da categoria ‘português brasileiro’ enquanto conceito teórico e operacional para os estudos lingüísticos no Brasil. Deixaríamos, assim, de ter em mente uma ‘História do Português Brasileiro’ para formular, **para fins internos**, uma ‘História Lingüística do Brasil’.

**Para fins externos**, nossa tarefa é escrever a História da Língua Portuguesa que, como outras línguas européias associadas aos ciclos das navegações, tem seu dever muito mais fora da Europa do que no velho continente<sup>126</sup>. É nossa tarefa, nesse sentido, mostrar como, cada vez mais, a língua portuguesa é o que se fala no Brasil (e também nos países africanos

---

<sup>125</sup> Um exemplo do que isso poderia significar: existe o IILP – Instituto Internacional da Língua Portuguesa como instrumento da CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. O instituto não tem uma política lingüística definida, nem recursos disponíveis para formulá-la e executá-la. Enquanto poderia fazer uma proposição concreta para ocupar a posição de formulação desta política, discute-se no MEC e no Itamaraty a criação de um Instituto Machado de Assis que, a exemplo do Instituto Camões e Cervantes, serviria para a execução de uma política lingüística nacional da Língua Portuguesa do Brasil, isto é, do ‘PB’.

<sup>126</sup> O dever do inglês não está na Inglaterra, o dever do francês não está na França, nem o do português está em Portugal. Calvet (2002) apresenta um quadro projetivo do crescimento do francês na África e na América até 2050, por exemplo, mostrando que a situação da língua francesa no mundo está intimamente ligado aos contextos americano e africano e não ao contexto europeu. Línguas européias que permanecem restritas a espaços nacionais exclusivamente europeus são as línguas que terão as perdas demográficas e políticas mais importantes no século XXI. É o caso da língua alemã e russa, que pela projeção, terão menos falantes e menor presença – em vários os sentidos – no mundo em 2050 do que em 1990. Esta afirmação vale também para o japonês na Ásia.

cujas variedades do português mal conhecemos, presos que estamos na dicotomia Portugal/Brasil)<sup>127</sup>. É esta operação que nos permitirá atuar sobre a norma lingüística vigente no Brasil, de modo a possibilitar a inclusão dos cidadãos nos processos de conhecimento a que a língua dá acesso, o que, na reivindicação de Marcos Bagno (2004) foi designado como ‘reformatar a norma’ (com, por exemplo, uma política de promoção de normas paralelas<sup>128</sup>).

Dito de outra maneira: o que tem impedido uma atuação em política lingüística internamente ao Brasil são as percepções de amarras externas: o receio de romper com a lusofonia e sobretudo o seu CENTRO, Portugal. Esta incipiente análise realizada nesta tese tem por objetivo mostrar uma forma de obter os dois resultados – inclusão social por um lado, e manutenção da unidade internacional (geopolítica e não lingüística) da língua, por outro lado. Temos muito a ganhar, portanto, em considerar o assunto aqui tratado desde uma ótica político-lingüística, e em separar os fatos da política interna dos fatos da política externa da língua oficial do país.

Internamente, está em curso uma ampla mudança de perspectiva na forma de se entender a realidade lingüística do Brasil. Da visão até agora hegemônica do monopólio do português como constituidor da identidade ‘do brasileiro’ passamos a uma fase histórica muito mais plural que a socióloga Neide Fiori chamou de ‘a explosão das diferenças’.

Vivemos o momento de transição para a constituição híbrida de identidades variadas, de cunho sub-nacional. O país passa por uma profunda mudança na discussão das relações raciais e étnicas; muitos grupos se ‘re-etnicizam’ e buscam reconstruir suas memórias históricas, línguas e culturas. Renascem grupos étnicos, como os Tupinambá de Valença e os Potiguara do Ceará; municípios começam a implementar políticas de oficialização de outras línguas além do português, como é o caso de São Gabriel da Cachoeira, Amazonas, que pela primeira vez na história do Brasil decretou serem oficiais línguas indígenas: o Nheengatu, o Tukano e o Baniwa. Outros municípios pretendem voltar a ser bilíngües, como é o caso de Blumenau, Santa Catarina, e apagar os horrores da repressão lingüística

---

<sup>127</sup> Conforme já comentamos em outro ponto da tese, no VI Seminário para a História do Português Brasileiro, ocorrido em setembro de 2004 na Ilha de Itaparica, na Bahia, apenas um único trabalho, decorrente de pesquisa da Profa. Marilza de Oliveira, interessou-se por uma variedade do português falado na África, a saber, em Moçambique.

<sup>128</sup> Há dois países do mundo interessantes para a observação do fenômeno de ‘normas paralelas’, a Noruega e a Grécia. O mais interessante talvez seja a Noruega, onde são oficiais tanto o ‘*bokmål*’, norma exógena criada a partir da relação (colonial) com a Dinamarca, e o ‘*nynorsk*’, norma endógena formada a partir dos dialetos rurais. Ambas são oficiais e plenamente válidas em todos os campos das manifestações orais e escritas e sua relação é estabilizada. Já na Grécia concorreram duas normas: o ‘*katharevousa*’, de certo modo ‘exógeno’ (porque tinha em foco fortemente o grego clássico e bizantino) e o ‘*demotikós*’, norma endógena formada a partir da língua falada, com forte influência turca, italianese francesa. Ambas as normas entraram em competição entre si, e em 1980 foi oficializada o ‘*demotikós*’ em detrimento do ‘*katharevousa*’. No caso da Noruega, então, temos duas normas paralelas estáveis, no caso da Grécia, duas normas paralelas que, competindo entre si, levaram praticamente ao desaparecimento da forma exógena.

do Estado Novo, e contratam assessoria específica de política lingüística para conduzir o processo.

O Mercosul, que estipula na sua pauta de negociações a livre circulação de pessoas entre os países do Tratado de Assunção até 2008, criará tantas outras identidades híbridas e novas situações de bilingüismo e plurilingüismo, imprevisíveis no momento, a partir da chegada, no Brasil, talvez, de centenas de milhares de falantes de espanhol. (além do guarani, do quechua, do aymara, etc.). O mesmo ocorre com a internacionalização da língua portuguesa pela imigração para o Paraguai (493.000 brasiguaios, ou 11% da população total do Paraguai falam português)<sup>129</sup>, para os Estados Unidos (800.000 brasileiros em dois grupos, na Costa Oeste e na Costa Leste, que organizam em 2005 o primeiro grande congresso dos brasileiros norte-americanos), para o Japão (que, com mais de 250.000 dekasseguis, dos quais 40.000 crianças brasileiras em idade escolar, assinou em 2001 convênio com o MEC brasileiro para reconhecimento das 25 escolas bilingües japonês-português do país).

Em termos de política lingüística externa, entretanto, tampouco o conceito de 'pb' é útil; antes pelo contrário: ele fragmenta uma unidade politico-lingüística que precisa permanecer unida no atual momento de disputas dentro do que Calvet chamou de 'Marchés aux Langues' da globalização/mundialização. Neste particular é importante dizer que o Brasil superou amplamente o sentimento de defesa que constituiu a primeira fase da relação do país independente com a ex-metrópole, marcado pela 'retranca' de se afirmar como lingüísticamente diferente, se agarrando ao conceito de 'brasileiro' ou de 'português brasileiro'.

Hoje, ao contrário, a política lingüística externa do Brasil precisa ser a da Língua Portuguesa, afirmativamente de que a língua portuguesa é, e cada vez mais será, aquilo que se fala aqui, e cada vez menos o que se fala em Portugal, cuja variedade, na análise de Calvet (2002) "[...] pourrait bien, à terme, devenir une forme minoritaire, < provinciale >". Nesse sentido, ocupar o termo 'Língua Portuguesa' na arena política internacional é uma tarefa a ser desempenhada pelo estado brasileiro, a começar pela percepção do campo para o estabelecimento de uma efetiva liderança na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Essas novas situações precisam ser percebidas pelo aparato de pesquisa lingüística no Brasil, e novos objetos de pesquisa condizentes com elas precisam ser constituídos, sem o que a pesquisa lingüística se torna mais e mais obsoleta em relação às identidades, seus mecanismos de constituição e aos sentidos que se esperam delas. Portanto, o aparato de pesquisa estaria cada vez mais desvinculado da *raison d'être* da pesquisa: formular visões

---

<sup>129</sup> Os primeiros estudos sobre o português no Paraguai foram publicados por Wolf Dietrich (Os brasiguaios no Brasil: Aspectos fonéticos e gramaticais), Haralambos Symeonidis (Os brasiguaios no Brasil: O uso das preposições com o verbo ir) e Harald Thun (O comportamento lingüístico dos brasiguaios no Paraguai visto a partir do material do Atlas Lingüístico Guaraní-Românico (ALGR)), em Dietrich, Wolf e Noll, Volker (Org.), 2004. Igualmente interessante é o início do *Projeto para a História do Português no Uruguai*, na Universidad de la República de Montevideo, coordenado por Magdalena Coll (2004).

que as pessoas e instituições que agem sobre o mundo possam transformar em políticas públicas.

## Considerações Finais

A grande transformação nas relações sociais e na forma de se representar identitariamente no Brasil tornou ou torna crescentemente obsoleto, sem contrapartida nas políticas lingüísticas da diversidade – internamente – e nas políticas lingüísticas da presença do Brasil no mundo – externamente – escrever a *História do Português Brasileiro*.

Argumentamos que a mudança paradigmática que afetou outras ciências humanas, que já não utilizam o conceito de ‘Brasil’ enquanto unidade teórica de trabalho, faz com que este seja um empreendimento isolado num contexto em que fervilham novos recortes, novas relações, novas séries. Já dizia Carlos Alberto Faraco em 1996, em curso de Lingüística Histórica por ocasião da Reunião da Anpoll de Curitiba<sup>130</sup>: “A Lingüística vai ser a última das ciências humanas a fazer esta mudança paradigmática”. Ter sido “ciência-piloto e de admirável rigor”, nas palavras de Jakobson, deu à lingüística uma auto-estima e um auto-suficiência que atrasou muito a percepção das profundas modificações que as outras ciências humanas passaram nas últimas décadas.

Neste Brasil da globalização e da mundialização, de *dekasseguis* e *brasiguaios*, precisamos constituir a possibilidade, em termos de relação com as políticas lingüísticas internas, de um Projeto para a *História Lingüística do Brasil*, no qual a língua portuguesa entre como um elemento entre outros, e não como O ELEMENTO, ao redor do qual serão percebidos todos os outros fenômenos até a sua suposta extinção. Estes elementos que teimam em não desaparecer, em não se extinguir, são tão legitimamente “brasileiros” quanto as variedades do português aqui falada, ao mesmo tempo que não faz sentido dizer que o ‘você’ é brasileiro e o ‘tu’ é português, efeito de sentido criado pelo empreendimento de escrever uma História Global da língua, isto é, uma história com um CENTRO que transforma outras formas em PERIFERIA.

Gostariamos de frisar que esta ‘repartição de mundo’ que estamos propondo não desconhece a existência do estado brasileiro, antes pelo contrário, potencializa sua ação político-lingüística, permite que exerça com mais propriedade suas funções. Apenas revela a força ideológica e histórica da associação entre Estado, Nação e Língua, o que nos dá a possibilidade de discuti-la naquilo que são: conceitos políticos que precisam ser questionados, alterados, ocupados; e solicita de nós, historiadores-lingüistas, que não caiamos na armadilha dos *a priori* para os quais Foucault há 25 anos nos alertava, e que acompanhem a mudança paradigmática ocorrida no campo das outras ciências humanas, a bem de mantermos esse diálogo fecundo, com trocas de experiências que ora ocorrem em uma direção, ora ocorrem na direção contrária.

### Política Lingüística: *teoria versus ótica*

Nesta tese podemos observar o manuseio e o tratamento de vários ‘objetos’ de pesquisa, oriundos de campos diferentes e díspares dos saberes constituídos em disciplinas ou áreas estabilizadas do conhecimento (sociologia, lingüística, e dentro dela, a geolingüística, etc.). Dificilmente poderemos dizer que esta tese situa-se no campo de

<sup>130</sup> Segundo nossas anotações de curso.

construção ou de utilização de uma teoria, do modo como este termo tem sido utilizado na lingüística, a despeito de afirmarmos, na introdução, que o olhar lançado sobre estes objetos se situa no âmbito da Politologia Lingüística, dentro da qual definimos e utilizamos os conceitos de ‘Política Historiográfica’ e de ‘Política Lingüística’.

Talvez se possa dizer que Política Lingüística, no entanto, mais – ou menos – que uma teoria, é uma *ótica* de trabalho, como Calvet diz da semiótica na sua primorosa biografia de Roland Barthes, estando descompromissada, pois, de reivindicar o estatuto de ciência positiva (tão duramente ambicionado pela lingüística moderna).

A diferença principal entre uma *teoria* e uma *ótica*, na nossa visão, relaciona-se com o modo como ambas constituem seus objetos de pesquisa.

Uma *teoria* constitui objetos homogêneos a partir do recorte de mundo que realiza, e opera apenas com os objetos que dela decorrem e que a ela retomam. O tipo de resposta que uma *teoria* pode dar está previsto nos próprios objetos que ela cria: a *teoria* da Variação e da Mudança de Labov, por exemplo, cria *variáveis* e *variantes*; logo, sua análise lingüística incluirá determinadas situações do mundo, por exemplo, a variação interna a uma língua, e excluirá outras, por exemplo, as interações plurilíngües, donde a definição da sociolingüística laboviana sobretudo como uma ‘sociolingüística do monolingüismo’.

Uma *ótica*, ao contrário, trabalha com objetos recortados por outros e diversos pontos de vista; uma *ótica* não reivindica o passo de constituir, ela mesma, com exclusividade, os objetos com os quais trabalha. Tomará objetos constituídos em outros campos dos saberes estabilizados ou fora deles, em diversas épocas ou recortes teóricos. Lançará sobre eles um *olhar* definido. No caso específico da Política Lingüística, delineará o *roten Faden* – a ‘linha vermelha’ – que os amarra à sua relevância política, isto é, ao conjunto de fazeres dos agentes humanos das sociedades atuais ou passadas, na sua interação múltipla e complexa. Isto retoma, de certo modo, a definição de lingüística que utilizamos no início do capítulo I desta tese, concordando com Calvet: lingüística é o estudo das sociedades humanas através das línguas.

Para delinear este *roten Faden* lança mão de um paradigma científico (não há contradição: um é o nível da *ótica*, outro o do fazer metodológico que lhe dá substância metodológica) chamado por Carlo Ginzburg de *paradigma indiciário* e que emerge, de forma explícita, no final do século XIX, com o impacto da obra de Morelli<sup>131</sup>, embora utilizado de fato há milênios em todas as culturas do mundo nos seus fazeres divinatórios: os fazeres da vida cotidiana que lidam com indícios e sinais:

---

<sup>131</sup> Em seu texto “Sinais – raízes de um paradigma indiciário” publicado na obra *Mitos, emblemas, sinais – morfologia e história*, Carlo Ginzburg apresenta resumidamente este impacto do homem que revolucionou a forma de atribuição de quadros nas principais galerias de arte da Europa a partir do estudo de aspectos ínfimos e secundários da figuras humanas pintadas. Mostra, por exemplo, o impacto que teve sobre a obra de Sigmund Freud no processo de criação da psicanálise.

Se as pretensões de conhecimento sistemático mostram-se cada vez mais como veleidades, nem por isso a idéia de totalidade deve ser abandonada. Pelo contrário: a existência de uma profunda conexão que explica os fenômenos superficiais é reforçada no próprio momento em que se afirma que um conhecimento direto de tal conexão não é possível. Se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la.

Essa idéia, que constitui o ponto essencial do paradigma indiciário [...], penetrou nos mais variados âmbitos cognoscitivos, modelando profundamente as ciências humanas. Minúsculas particularidades paleográficas foram empregadas como pistas que permitiam reconstruir trocas e transformações culturais (Ginzburg, 1990:177).

E continua se perguntando sobre a natureza do paradigma com o qual trabalha:

Mas pode um paradigma indiciário ser rigoroso? A orientação quantitativa e antiantropocêntrica das ciências da natureza a partir de Galileu colocou as ciências humanas num desagradável dilema: ou assumir um estatuto científico frágil para chegar a resultados relevantes, ou assumir um estatuto científico forte para chegar a resultados de pouca relevância. Só a lingüística conseguiu, no decorrer deste século, subtrair-se a esse dilema, por isso pondo-se como modelo<sup>132</sup>, mais ou menos atingido, também para outras disciplinas.

Mas vem a dúvida de que *este tipo* de rigor é não só inatingível mas também indesejável para as formas de saber mais ligadas à experiência cotidiana – ou, mais precisamente, a todas as situações em que a unicidade e o caráter insubstituível dos dados são, aos olhos das pessoas envolvidas, decisivos. Alguém disse que o apaixonar-se é a superestimação das diferenças marginais que existem entre uma mulher e outra (ou entre um homem e outro). Mas isso também pode se estender às obras de arte ou aos cavalos. Em situações como essas, o rigor flexível (se nos for permitido o oxímoro) do paradigma indiciário mostra-se ineliminável. **Trata-se de formas de saber tendencialmente mudas – no sentido de que, como já dissemos, suas regras não se prestam a ser formalizadas nem ditas.** Ninguém aprende o ofício de conhecedor ou de diagnosticador limitando-se a pôr em prática regras preexistentes. Nesse tipo de conhecimento entram em jogo (diz-se normalmente) elementos imponderáveis (Ginzburg, 1990: *passim*).

São indícios, portanto, o que apresentamos sobre a língua portuguesa no Brasil Meridional, de maneira a ter uma materialidade **para** a discussão epistemológica –

---

<sup>132</sup> Nós lingüistas sabemos, melhor que o historiador que escreveu estas linhas, o preço que a lingüística pagou, em termos de fixação de um objeto para os estudos das línguas, pela busca do estatuto de cientificidade durante o século XX. Em Lopes e Rajagopalan [org.] (2004), *A lingüística que nos faz falhar*, há discussões bastante interessantes sobre os custos desta operação.

ancorada nas práticas *historionovistas* de uma História Geral (Foucault, 1987) – funcionando **dentro** de uma ótica preocupada em articular os fazeres científicos na área das línguas com os interesses políticos múltiplos das múltiplas comunidades lingüísticas do Brasil (e do mundo).

A tese afirma, de certo modo, que partimos de interesses políticos para chegarmos a epistemologias e delas, a metodologias para a pesquisa histórica e, no nosso caso, lingüístico-histórica. Opta, assim, por exigir a explicitação das causas e conseqüências político-lingüísticas da conceituação que utilizamos ou construímos. Neste momento, o conceito-pivot das nossas práticas de pesquisa no Brasil é o de ‘português-brasileiro’, e por isso procuramos focalizá-lo. O empreendimento pode ser visto institucionalmente como uma contribuição ao **Projeto para a História do Português Brasileiro**, do qual participamos, e no seio do qual as preocupações expressas nesta tese brotaram.

Estas causas e conseqüências são políticas e, portanto, relacionam-se com a ligação entre a pesquisa e o poder, ou mais especificamente: entre os pesquisadores e os poderes. Estes poderes balizam nossas opções em termos de políticas historiográficas.

Concluimos, então, com uma citação de Roland Barthes que, se de um lado mostra o inelutável que é a presença do poder nos fazeres humanos, por outro diz da relação entre o pensamento crítico e a detecção dos poderes de plantão:

[...] chamo discurso de poder todo discurso que engendra o erro e, por conseguinte, a culpabilidade daquele que o recebe. Alguns esperam de nós, intelectuais, que nos agitemos a todo momento contra o Poder; mas nossa verdadeira guerra está alhures: ela é contra os poderes, e não é um combate fácil: pois, plural no espaço social, o poder é, simetricamente, perpétuo no tempo histórico: expulso, extenuado aqui, ele reaparece ali; nunca perece; façam uma revolução para destruí-lo, ele vai imediatamente reviver, re-germinar no novo estado de coisas. A razão dessa resistência e dessa ubiqüidade é que o poder é o parasita de um organismo trans-social, ligado à história inteira do homem, e não somente à sua história política, histórica. Esse objeto em que se inscreve o poder, desde toda eternidade humana, é: a linguagem – ou, para ser mais preciso, sua expressão obrigatória: a língua.

A linguagem é uma legislação, a língua é seu código. Não vemos o poder que reside na língua, porque esquecemos que toda língua é uma classificação, e que toda classificação é opressiva [...].

Assim, por sua própria estrutura, a língua implica uma relação fatal de alienação.

[...] Mas a língua, como desempenho de toda linguagem, não é nem reacionária, nem progressista; ela é simplesmente: fascista; pois o fascismo não é impedir de dizer, é obrigar a dizer.

Assim que ela é proferida, mesmo que na intimidade mais profunda do sujeito, a língua entra a serviço de um poder.

[...] Na língua, portanto, servidão e poder se confundem inelutavelmente. Se chamamos de liberdade não só a potência de subtrair-se ao poder, mas também e sobretudo a de não submeter ninguém, não pode haver liberdade senão fora da linguagem. Infelizmente, a linguagem humana é sem exterior: é um lugar fechado (Barthes, 1978: 11-16).

## Bibliografia

- A DIÁSPORA Gaúcha. *Revista Veja*. São Paulo, 24/fev/1996.
- ALMEIDA, Raquel Orlando; ARALDI, Daniela; DAY, Doris; FERREIRA, Rita de Cássia Mello; VALLE, Carla Regina Martins. “Tu versus Você – Ocorrência e Concordância no Brasil Meridional”. Florianópolis, Núcleo de Estudos Portugueses, UFSC, 1998. Orientador: Prof. Gilvan Müller de Oliveira.
- ALMEIDA, Rita Heloísa. *O Diretório dos Índios: Um projeto de “civilização” no Brasil do século XVIII*. Brasília, UnB, 1997, 430 p.
- ALTENHOFEN, Cleo Vilson. *Hunsrückisch in Rio Grande do Sul : ein Beitrag zur Beschreibung einer deutschbrasilianischen Dialektvarietät im Kontakt mit dem Portugiesischen*. Stuttgart: Franz Steiner, 1996. 406, [40]
- ALTMAN, Cristina. *A pesquisa lingüística no Brasil (1968 - 1988)*. São Paulo, Humanitas / Publicações FFLCH/USP, 1998, 380 p.
- ANDERSON, Perry. *Zona de compromisso*. São Paulo, UNESP, 1996.
- ANTÓN, Danilo. *Uruguayipi*. Montevideú, Rosebud Ediciones, 1996, (5ª edição), 152 p.
- \_\_\_\_\_ A Miraldi, N. Caula, G. Abella e I. Izquierdo. *Ansina me llaman y Ansina yo soy*. Montevideo, Ediciones Rosebud, 1996.
- ARAÚJO, Rubens Vidal. *Os jesuitas dos 7 povos*. Porto Alegre, edição do autor, 1986.
- \_\_\_\_\_ *Tempestade sobre o Rio da Prata*. Porto Alegre, edição do autor/Edições Renascença, 1993 (2ª edição).
- BALIBAR, René. *Le Colingisme*. Paris, Presses Universitaires de France, 1993.
- BERGER, Paulo. *Ilha de Santa Catarina : relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX*. (3ª edição rev.) Florianópolis: Ed. da UFSC: Lunardelli, 1990. 334p.
- BORGES, Paulo Ricardo. “Fontes do português brasileiro: período farroupilha”. Universidade Federal de Pelotas (UFPel), projeto de pesquisa, 1999-2001.
- BORGES, Ana Maria Barreto. *Educação, sociedade e cultura: Centros de Tradições Gaúchas em Mato Grosso e sua dimensão educativa*, Cuiabá, UFMT, dissertação de mestrado, 1995.
- BAGNO, Marcos. *Português ou Brasileiro?: um convite à pesquisa*. (4ª edição) Parábola Editorial, São Paulo, 2004.

- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na Bacia do Prata*. Brasília/ Rio de Janeiro, UnB / Editora Revan, 1998, 256 p.
- BARTH, Fredrik. “Grupos étnicos e suas fronteiras” [1967)]. In POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade*. São Paulo, UNESP, 1998.
- BARTHES, Roland. *Aula*. São Paulo, Editora Cultrix, 1978.
- BELÉM, João. *História do Município de Santa Maria*. Porto Alegre, Livraria Selbach, 1933.
- BERLINCK, Rosane de Andrade. “A construção V SN no português do Brasil: uma visão diacrônica do fenômeno da ordem”. In Fernando Tarallo (org.), *Fotografias Sociolinguísticas*, Campinas, Pontes Editores, p. 95-112, 1989.
- BIERSACK, Aleta. “Saber local, história local: Geertz e além.” In HUNT, Lynn (org.), *A Nova História Cultural*. São Paulo, Martins Fontes, 1992.
- BORN, Joachim. “Minorités germanophones au Brésil: Effortes de maintien linguistique et enseignement de l’allemand langue étrangère au Rio Grande do Sul”. In Labrie, Normand (ed.). *Etudes récentes en linguistique de contact*. Bonn, (1997). Dümmler, p. 13-26.
- BOSI, Alfredo. “Plural, mas não caótico”. In BOSI, Alfredo (org.). *Cultura brasileira: temas e situações* ( 2ª edição). São Paulo, Editora Ática, 1992.
- BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. São Paulo, Brasiliense, 1990.
- BURKE, P.. *A Escola dos Annales, 1929 - 1989, a Revolução Francesa da Historiografia*. São Paulo, UNESP, 1997, 154 p.
- CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *Santa Catarina (História – Evolução)*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1937 (Coleção Brasileira, número 80).
- \_\_\_\_\_ *A vitória da colonização açoriana em Santa Catarina*. Florianópolis, Imprensa Oficial do Estado (separata da revista Cultura Política, número 7), setembro de 1941.
- \_\_\_\_\_ “Os Açorianos”. Florianópolis, 1951, 11 p.
- CABRAL, Sebastião da Veyga. *Descrição da Nova Colônia do Sacramento*. Justificação histórica e jurídica do título e boa fé com que se obrou a Nova Colônia do Sacramento ([2], 154 p.). No ano de 1681. Com prólogo e capítulos. impressões (p.41-154), ilustrações (p. 19, 48 e 55) e cartas militares (p.69-97) . - Descrição geographica e colleção histórica do continente da naval Colônia da Cid[ad]e do Sacramento (10 p). De Sebastião da Veyga Cabral. Dedicada a D. João V. Lisboa.

CALVET, Louis-Jean. *La guerre des langues et les politiques linguistiques*. Paris, Payot, 1987.

\_\_\_\_\_ *Las Políticas Lingüísticas*. Buenos Aires, Edicial, 1997, 110 p.

\_\_\_\_\_ “Aux origines de la sociolinguistique: la conférence de sociolinguistique de l’UCLA (1964)”. In *Langage e Société*, Paris, 88, junho de 1999.

\_\_\_\_\_ *Le marché aux langues. Les effets linguistiques de la mondialisation*. Paris, Plon, 2002.

\_\_\_\_\_ *Pour une écologie des langues du monde*. Paris, Plon, 1999.

\_\_\_\_\_ *Sociolingüística: uma introdução crítica*. São Paulo, Parábola, 2002.

CAMPAL, Esteban. *La cruz y el lazo*. Montevideu, Ediciones de la Banda Oriental, 1994.

CARDOSO, Fernando Henrique; IANNI, Octavio. *Cor e mobilidade social em Florianópolis: aspectos das relações entre negros e brancos numa comunidade do Brasil Meridional*. São Paulo, Ed. Nacional, 1960.

CHAMBERS, J.K. e TRUDGILL, Peter. *Dialectology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.

CHAUÍ, Marilena. *Brasil – Mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

CHERUBIM, Dieter (org.). *Sprachwandel - Reader zur diachronischen Sprachwissenschaft*. Berlin: Walter de Gruyter, 1975.

CONRAD, R. *Os últimos anos da escravidão no Brasil: 1850-1880*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, (2ª edição), 1978.

CORRÊA, V. *O objeto nulo no português do Brasil*. UNICAMP, dissertação de mestrado, 1991.

CORREA, A.R.C., GESSER, M.S e Silva, L.C. *Ofícios do presidente da Junta Provisória do Governo de Santa Catarina com o Ministério dos Estrangeiros no período de 1822 a 1825*. Florianópolis: UFSC, Núcleo de Estudos Portugueses (Série Filológica, tomo XIX), 1995.

- CORRÊA, Isaque de Borba. *Dicionário Catarinense – Tratado de dialetologia, falares, subfalares e expressões idiomáticas no Estado Barriga-Verde*. Florianópolis, Editora Insular/Diário Catarinense, 2000.
- COULMAS, Florian (Ed.). *A language policy for the European Community : prospects and quandaries*. Berlin. New York, Mouton de Gruyter, 1991.
- CRISTALDO, Janer. O nordeste cultural. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 01/mar/1998.
- DALL'ALBA, João Leonir. *Colonos e mineiros na grande Orleans*. Orleans, edição do autor e do Instituto São José, 1986.
- DAVIS, Mike. *Holocaustos Coloniais – Clima, fome e imperialismo na formação do Terceiro Mundo*. Rio de Janeiro, Editora Record, 2002.
- DE CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. Petrópolis, Vozes, 1994.
- DUARTE, M.E.L.. “Clítico acusativo, pronome lexical e categoria vazia no português do Brasil”. In Fernando Tarallo (org.), *Fotografias Sociolinguísticas*, Campinas, Pontes Editores, p. 95-112, 1989.
- ELIZAICÍN, Adolfo., BEHARES, Luis e BARRIOS, Graciela. *Nos falemo brasileiro: Dialectos Portugueses en Uruguay*. Montevideo, Amesur, 1987.
- FALCÃO, Luiz Felipe. *Entre ontem e amanhã: diferença cultural, tensões sociais e separatismo em Santa Catarina no século XX*. Itajaí, Editora da Univali, 2000.
- FANTIN, Márcia. *Cidade dividida – Dilemas e disputas simbólicas em Florianópolis*. Florianópolis, Cidade Futura, 2000.
- FARACO, Carlos Alberto. “O tratamento você em português: uma abordagem histórica”. In: *Fragmenta*, UFPR (Curitiba), 13, 1996, p.51-82.
- FIORI, Neide Almeida. “Rumos do Nacionalismo Brasileiro nos Tempos da Segunda Guerra Mundial: o “Nacional” e as Minorias Étnicas “Inimigas” (I). In *Número Especial dos Cadernos de Sociologia. Programa de Pós-Graduação em Sociologia / Sociedade Brasileira de Sociologia*. Vol. IV, Porto Alegre, Editora da UFRGS, 1993.
- FIORI, Neide Almeida “Homogeneidade Cultural Brasileira: Estratégias Governamentais sob o Estado Novo”. In *Número Especial dos Cadernos de Sociologia. Programa de Pós-Graduação em Sociologia / Sociedade Brasileira de Sociologia*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 1995.

- FIORI, Neide Almeida. “A cultura luso-brasileira ameaçada? Controvérsias dos tempos da Segunda Guerra Mundial”. In *Dinâmicas multiculturais, novas faces, outros olhares*. Actas das sessões temáticas do III Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Lisboa, 1996. V. II, p. 621-29.
- FIORI, Neide Almeida. *Etnia e educação: a escola “alemã” do Brasil e estudos congêneres*. Florianópolis / Tubarão, Editora da UFSC / Editora da Unisul, 2003.
- FLEXOR, Maria Helena Ochi. *Abreviaturas: manuscritos dos séculos XVI ao XIX*. 2ª edição, São Paulo, Ed. UNESP: Arquivo do Estado, 1991.
- FLORES, Maria Bernardete Ramos. *A farra do boi: palavras, sentidos, ficções*. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 1997.
- FORTES, João Borges. *Os casais açorianos - Presença lusa na formação sul-riograndense*. Porto Alegre, Martins Livreiro - Editor, 1978 (2ª edição).
- FOUCAULT, Michel. “Verdade e Poder”. In FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder* (5ª edição). Rio de Janeiro, Graal, 1985 (Edição original em 1977) p. 1-14.
- \_\_\_\_\_. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1987 (3ª edição).
- FREIRE, José Ribamar Bessa. “Da “fala boa” ao português na Amazônia brasileira”. In *Ameríndi, a* n° 8, 1983.
- \_\_\_\_\_. *Línguas gerais: política lingüística e catequese na América do Sul*. Rio de Janeiro, Editora da UERJ, 2003.
- FREITAS JÚNIOR, Afonso de. “A legenda de Sorocaba”. Rev. IHGSP, v. XXIII, 1925. In GOULART, José Alípio. *Tropas e tropeiros na formação do Brasil*. Rio de Janeiro, Conquista, 1961.
- FURLAN, Oswaldo Antônio. *Subsistência Luso-Açoriana no linguajar catarinense*. In Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira (Açores), Vol. XI, Nov, 1982.
- \_\_\_\_\_. *Influência Açoriana no Português do Brasil em Santa Catarina*. Florianópolis, UFSC, 1989
- GALLO, Liliana M. de Blum. “O preenchimento do objeto no português do Brasil Meridional (1735 –1830)”. Florianópolis, Núcleo de Estudos Portugueses, UFSC, 1998. Orientador: Prof. Gilvan Müller de Oliveira.
- GALVES, Charlotte C. O enfraquecimento da concordância no português brasileiro. In ROBERTS, Ian e KATO, Mary (orgs.). *Português Brasileiro - Uma viagem diacrônica*. Campinas: UNICAMP, 1993.

- GÄRTNER, Eberhard. Sobre Alguns Problemas da Períotização da História da Língua In *Ibero-Americana*, Ano X, 1976. p 59-76
- GEERTZ, Clifford. *Tras los hechos : dos países, cuatro décadas y un antropólogo*. Barcelona: Paidós, 1996. 190p.
- GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes - O cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo, Companhia das Letras, 1993, (6ª reimpressão).
- \_\_\_\_\_. *História Noturna - Decifrando o Sabá*. São Paulo, Companhia das Letras, 1991.
- \_\_\_\_\_. “Sinais: Raízes de um paradigma indiciário”. In *Mitos, Emblemas, Sinais*. São Paulo, Editora Schwarcz, 1990, 281 p.
- GNERRE, Maurizio. *Linguagem, escrita e poder*. São Paulo, Martins Fontes, 1987, (2ª edição.).
- GOLIN, Tau. *A guerra guaranítica – como os exércitos de Portugal e Espanha destruíram os Sete Povos dos jesuítas e índios guaranis no Rio Grande do Sul (1750 – 1761)*. Porto Alegre e Passo Fundo, Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Editora da Universidade de Passo Fundo, 1998.
- GOMES, Flávia Helena; MARTINAZZO, Manoella Agacci e RESTANHO, Márcia Cristina. “*Sujeito pronominal no português do Brasil Meridional (1680-1830)*”. Florianópolis, Núcleo de Estudos Portugueses, UFSC. Orientador: Prof. Gilvan Müller de Oliveira, 1998.
- HAESBAERT, Rogério. *Os “gaúchos” no Nordeste: modernidade, des-territorialização e identidade*. Tese de Doutorado. São Paulo, USP, 1995.
- HARDMAN, Francisco Foot. *Morte e progresso: cultura brasileira como apagamento de rastros*. São Paulo: UNESP, 1998. 139p.
- HAUGEN, Einar. “Linguistics and language planning”. In William Bright, *Sociolinguistics*, Mouton, La Haya, 1966.
- HOLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.
- JONES, Charles (org.). *Historical Linguistics - Problems and Perspectives*. Londres e Nova York: Longman, 1993.
- KOCH, Walter; KLASSMANN, Mário Silfredo e ALTENHOFEN, Cléo Vilson. *ALERS – Atlas Lingüístico e Etnográfico da Região Sul do Brasil*. UFRGS, UFSC, UFPR, 2002. Volume 2 – Cartas Fonéticas e Morfosintáticas

- KLOSS, Heinz. "Abstand Languages and Ausbau Languages, in *Anthropological Languages*, 9, 1969
- KROCH, Anthony. "Gramáticas em conflito". Conferência de Porto Alegre. II. Seminário de Variação Lingüística na Região Sul. Porto Alegre, set. de 1996.
- KROEBER A e C. KLUCKHOHN C. *Culture: A critical review of concepts and definitions*, Cambridge, Massachussets, 1952.
- LABOV, William. *Principles of linguistic change - internal factors*. Oxford, (Inglaterra) e Cambridge, (E.E.U.U.), Blackwell, 1995.
- LECLERC, Jacques. "Le recensement des langue" em *L'aménagement linguistique dans le monde*, Québec, TLFQ, Université Laval. Disponível em:  
[http://www.tlfq.ulaval.ca/axl/Langues/1div\\_recens.htm](http://www.tlfq.ulaval.ca/axl/Langues/1div_recens.htm). Acesso em: 11 de out. 2004
- LEONARDI, Victor. *Entre árvores e esquecimentos: história social nos sertões do Brasil*. Brasília, Editora da UnB / Paralelo 15, 1996.
- LOBO, Tânia. "A formação histórica do português brasileiro: o estado da questão". Trabalho apresentado ao XI Congresso da ALFAL, Ilhas Canárias, maio de 1996. Mimeo
- \_\_\_\_\_ e MATTOS e SILVA, Rosa Virgínia. Comunicação no VI Seminário do Projeto para a História do Português Brasileiro. Ilha de Itaparica, set/2004.
- LOPES, Pe. Vicente Zeferino Dias. "Comentário eclesiástico do Rio Grande de São Pedro do Sul, 1737-1891". Manuscrito inédito, s/d, (IHGRGS, Porto Alegre)
- LŌUKOTKA, Cestmir. *Classification Of South American Indian Languages*. Los Angeles, University of Califórnia, Johannes Wilbert ed, 1968
- LUCHESE, Dante "Variação e Norma: Elementos para uma Caracterização Sociolingüística do Português do Brasil" In *O Foco - Norma e Variação do Português* [S.I], dez/1994.
- MAAS, Utz. *Sprachpolitik und politische Sprachwissenschaft*. Frankfurt am Main, Suhrkamp, 1989.
- MAGALHÃES, Brepohl de. *Pangermanismo e Nazismo – A trajetória alemã rumo ao Brasil*. Campinas, FAPESP, 1998.
- MARGOTTI, Felício Wessling e VIEIRA, Hilda Gomes. "Indicadores de áreas lexicais em Santa Catarina: subsídios para políticas de ensino de língua portuguesa". Florianópolis, artigo elaborado em 2004 (inédito).

- MARIANI, Bethania. *Colonização Lingüística – Línguas, política e religião no Brasil (séculos XVI a XVIII) e nos Estados Unidos da América (século XVIII)*. Campinas, Editora Fontes, 2004, 187 p.
- MAXWELL, Keneth, *Marquês de Pombal: Paradoxo do Iluminismo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1996.
- MELLO, Evaldo Cabral de. “A mudança da mudança”. In *Revista Nossa História*, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, no. 5, março de 2004, p. 98.
- MIGNOLO, Walter D. – *Histórias Locais / Projetos Globais: Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte, UFMG, 2003.
- MIRANDA, F.G., SARAIVA, J.P.A. e VIEIRA, S.F. *Ofícios dos Juizes de Fora para o Presidente da Província (1814-1821)*. Florianópolis, Núcleo de Estudos Portugueses, Série Filológica, 1996, 140 p.
- MONTEIRA, John M. *Negros da terra, índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.
- MORELLO, Rosângela. *A Língua Portuguesa pelo Brasil: Diferença e Autoria – Campinas, SP [s.n.], 2001. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas*
- MORTARA, Giorgio. *Estudo sobre as Línguas Estrangeiras e Aborígenes Faladas no Brasil*. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Estatística Cultural n° 2, 1950a.
- \_\_\_\_\_ “Línguas Estrangeiras e Aborígenes faladas no Lar, no Estado de Santa Catarina”. In *Revista Brasileira dos Municípios*, 3, n° 11, Rio de Janeiro, p. 673- 704, 1950b.
- \_\_\_\_\_ “Línguas faladas no lar pela população do Estado do Mato Grosso”. In *Estudos sobre as Línguas Estrangeiras e Aborígenes Faladas no Brasil*. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Estatística Cultural n° 2, p. 94-105, 1950c.
- NOGUEIRA, Ruy Alencar. *Nacionalização do Vale do Itajaí*. Rio de Janeiro, Ministério do Exército, 1947.
- NUNES, Jairo. “Direção de Cliticização, Objeto Nulo e Pronome Tônico na Posição de Objeto em Português Brasileiro”. In: ROBERTS, Ian e KATO, Mary. (orgs.). *Português Brasileiro - Uma viagem diacrônica*. Campinas: UNICAMP, 1993.
- OLIVEIRA, Dercir Pedro. O preenchimento, a repressão e a ordem do sujeito e do objeto em sentenças do português do Brasil: um estudo quantitativo. In Fernando Tarallo. *Fotografias Sociolingüísticas*. Campinas, Pontes Editores, 1989.

OLIVEIRA, Fernão de. *Gramática da linguagem portuguesa* / - 1ª ed. - Lisboa : Biblioteca Nacional, 1981. - [82] p. ; 21 cm. - Facsimile da ed. de Lisboa : Germão Galharde, 1536

OLIVEIRA, Gilvan Müller de. *Satzadverbien im gesprochenen portugiesisch*. 1990. 140f. Dissertação (Mestrado) - Universität Konstanz. Philosophische Fakultät, Alemanha.

\_\_\_\_\_. “Matrizes da língua portuguesa no Brasil meridional – 1680-1830”. In *Para a história do português brasileiro. Volume II, Tomo II – Primeiros estudos*. Edusp, 2001, p. 401-20.

\_\_\_\_\_ e OLIVEIRA, Silvia M. de. “Formação de Professores Indígenas: um caso de política lingüística nas comunidades Kaingáng”. In *Espaços da Escola*, Ijuí (RS), Editora da UNIJUÍ, ano 4, nº 25, jul. / set. 1997, p. 55-64.

\_\_\_\_\_. “Políticas Lingüísticas no Brasil Meridional: os censos de 1940 e 1950”. In Elvira Narvaja de Arnoux. *Actas del Congreso Internacional ‘Políticas Lingüísticas para América Latina’* (26 a 29 de novembro de 1997). Buenos Aires, Universidade de Buenos Aires, 1999, p. 405-16.

\_\_\_\_\_. (org.) *Declaração Universal dos Direitos Lingüísticos*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2003

\_\_\_\_\_. “Política Lingüística na e além da Educação Formal”. Comunicação apresentada na reunião do Grupo de Estudos Lingüísticos (GEL), Campinas, 2004.

OLIVEIRA, Paulo Rogério Melo de; PEDRO, Joana Maria. *O naturalista e os selvagens: a visão de Saint-Hilaire sobre os índios guarani no Rio Grande do Sul* /. Florianópolis, 1996. 116 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina.

O PAÍS Pula a Cerca. *Revista Veja*. São Paulo, 19/jul/1995.

ORLANDI, Eni. P. *Língua e conhecimento lingüístico; para uma história das idéias no Brasil*. São Paulo: Cortez Editora, 2002.

PAGOTTO, Emílio Gozze. *Variação e Identidade*. Campinas, 2001. 311 f. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas.

PAZ, Francisco Moraes. *Na poética da História - A realização da utopia nacional oitocentista*. Curitiba: UFPR, 1996.

PELLICER, Dora. “Oralidad y escritura de la literatura indígena: una aproximación histórica”. In Carlos Montemayor (coord.), *Situación actual y perspectivas de la literatura en lenguas indígenas*. México, Dirección General de Publicaciones del Consejo Nacional para la Cultura y las Artes, 1993, p. 15-54.

- PERAZZO, Cristina Ferreira. *O perigo alemão e a repressão policial no Estado Novo*. São Paulo, Arquivo do Estado, 1999, p. 239-44).
- PESSOA, Marlos. *Formação de uma variedade urbana e semi-oralidade. O caso do Recife, Brasil*. Tübingen, Niemeyer, 2001. No prelo.
- PIAZZA, Walter. *Santa Catarina: Sua História*. Florianópolis, Editora da UFSC (Co-edição Lunardelli), 1993.
- \_\_\_\_\_. *A epopéia açórico-madeirense 1748 - 1752*. Florianópolis, Editora da UFSC e Lunardelli, 1992.
- \_\_\_\_\_. *A Colonização de Santa Catarina*. Florianópolis, Editora Lunardelli, 1994, (3ª edição).
- PINTO, Edith Pimentel. *A língua escrita no Brasil*. São Paulo, Ática, 1986.
- RAMOS, Jânia. “O emprego de preposições no Brasil” In: TARALLO, Fernando (org.). *Fotografias Sociolingüísticas*, 1989.
- REIS, Elisa P. *O Estado Nacional como ideologia (o caso brasileiro)*. In Estudos Históricos, Rio de Janeiro, Associação de Pesquisa e Documentação Histórica (CPDOC/FGV), volume 1, número 2, 1988.
- REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1999 (2ª edição).
- RENAN, Ernest. *Oeuvres Complètes (I)*. Paris: Calmann Léry, 1947.
- RIBEIRO, Ilza. “La crisis brasileña en la enseñanza de la norma culta”. In *Lingüística*, 2002, Vol. 14 – Publicação da Associação de Lingüística e Filologia da América Latina – ALFAL, p. 249-71.
- ROBERTS, Ian e KATO, Mary (orgs.). *Português Brasileiro - Uma viagem diacrônica*. Campinas: UNICAMP, 1993.
- ROCHA, João Cezar de Castro. “História”. In JOBIM, José Luís. *Introdução ao romantismo*. Rio de Janeiro, Editora da UERJ, 1999.
- RODRIGUES, Aryon Dall’Igna. “Línguas Indígenas. 500 anos de descobertas e perdas”. In *Ciência Hoje*, vol. 16, n 95, novembro de 1993
- RODRIGUES, José Honório. “A vitória da língua portuguesa no Brasil Colonial”. In *História viva*. São Paulo, Global Universitária, 1985, Série História, p. 11-48.

- SÁ, Simão Pereira de. *Historia topographica e bellica da nova Colonia do Sacramento do Rio da Prata* / editada pela primeira vez pelo Lyceo Litterario Portuguez, do Rio de Janeiro, e copiada do original de Simão Pereira de Sa. - Rio de Janeiro: Typographia Leuzinger, 1900.
- SAINTE-HILAIRE, Augusto de. *Viagem a Curitiba e à provincia de Santa Catarina*. Belo Horizonte, Itatiaia, 1978, 209 p. (tradução de Regis Junqueira).
- SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. “Memória, história, nação: propondo questões”. In *Revista Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, número 87, 5/13, out, dez de 1986.
- SANTOS LUZ, M. dos. Fórmulas de tratamento no português arcaico. *Revista Portuguesa de filologia*. 1956, n. 7, p.251-363.
- SANTOS, Milton. *Por uma geografia nova : da critica da geografia a uma geografia critica*. São Paulo, Editora Hucitec, 1986.
- \_\_\_\_\_. *Território e Sociedade. Entrevista com Milton Santos*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2000, 127 p.
- SCHMIDT-RIESE, Roland. “Periodização e português brasileiro: algumas considerações”. In DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia e CALLOU, Dinah (org.), *Para a história do português brasileiro*, volume IV. Notícia de *corpora* e outros estudos. Rio de Janeiro, UFRJ/Letras e FAPERJ, 2002.
- SCHLATTER, Margarete (1998) *CELPE-BRAS: Certificado de Língua Portuguesa para Estrangeiros - Breve Histórico*. In: Maria Jandyra Cunha; Percília Santos. *Ensino e pesquisa em português para estrangeiros*. Brasília: Editora da UnB. p. 97-104.
- SCHNEIDER, Michel. *Ladrões de palavras*. Campinas, UNICAMP, 1990.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador : D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SCHWARTZMAN, Simon. *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro, Paz e Terra; São Paulo, EDUSP, 1984.
- SERGIO, António. *Breve interpretação da história de Portugal*. Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1989.
- SILVA, Fábio Lopes e RAJAGOPALAN, Kanavillil (orgs.). *A lingüística que nos faz falhar – Investigação Crítica*. São Paulo, Editora Parábola, 2004.
- SILVA NETO, Serafim. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro / Ministério da Educação e Cultura, 1963.
- SILVA, Rosa Virgínia Mattos e. *A carta de Caminha - Testemunho lingüístico de*

1500. Salvador: UFBA, 1996.
- \_\_\_\_\_ *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo, Parábola Editorial, 2004.
- SOARES, Magda. *Linguagem e escola : uma perspectiva social*. 11. ed. São Paulo: Atica, 1994. 95p.
- SOUZA E SILVA, Joaquim Norberto de. *Investigações sobre os recenseamentos da população geral do Império*. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1986.
- SOUSA, Márcio. *Lealdade – Um país morreu para o Brasil nascer*. 5. ed. São Paulo, Marco Zero, 1997- 45,46
- SPINA, Segismundo. *Introdução à Edótica - Crítica textual*. São Paulo: Ars Poética/EDUSP, 1994 (2ª edição revisada e atualizada).
- SWIGGERS, Pierre. “Linguistique romane et linguistique générale: quelques réflexions sur l’études de leurs rapports”. Atas do XIXº Congresso Internacional de Filologia e Linguística Românica, em Santiago de Compostela, Espanha, set. de 1989, org. por Ramón Lorenzo, 347-369. La Corunha: Fundación “Pedro Barrié de la Maza, Conde de Fenosa”.
- TARALLO, Fernando. *Tempos Linguísticos - Itinerário histórico da língua portuguesa*. São Paulo: Ática, 1990.
- \_\_\_\_\_ (org.). *Fotografias Sociolingüísticas*. Campinas: Pontes / UNICAMP, 1989.
- \_\_\_\_\_ “Diagnosticando uma Gramática Brasileira: O português d’aquém e d’além mar ao final do século XIX” In: ROBERTS, Ian, e KATO Mary. (org.) *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Homenagem a Fernando Tarallo. Campinas, UNICAMP, 1996, p. 35-68.
- TAUNAY, Affonso de E. *História das bandeiras paulistas*. São Paulo: Edições Melhoramentos/ Brasília: INL, 1975 (3ª edição), 3 volumes.
- TEYSSIER, Paul. *História da Língua Portuguesa*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- TONIAL, Honório. *Adesso Imparemo*. Porto Alegre, Sagra - D.C. Luzzatto Editores, 1995 (Coordenador: Darcy Loss Luzzatto)
- VALLVERDÚ, Francesc. *El fet lingüístic com a fet social*. Barcelona, Edicions 62, 1973.
- \_\_\_\_\_ *La normalizació lingüística a Catalunya*. Barcelona, Laia, 1979.

\_\_\_\_\_ *Aproximació crítica a la sociolingüística catalana*. Barcelona, Edicions 62, 1980.

VARELA, Lia. *Interventions sur la langue et construction de l'Etat argentin*. Mémoire de DEA de linguistique, université de Provence, 1999.

VIEIRA, Eurípedes Falcão. *Rio Grande do Sul: geografia da população*. Porto Alegre: Sagra, 1985.

VIEIRA, Hilda Gomes. “Traços do bilinguismo no léxico catarinense”. Artigo elaborado e aceito para ser apresentado no CELSUL em novembro de 2004 [2004c] na Universidade Federal de Santa Catarina, em Florianópolis, (inédito).

\_\_\_\_\_ “Resultados do ALERS em Santa Catarina: Africação Palatal da Oclusiva /T/ nas zonas rural e urbana” e do *Projeto Integrado CNPq n° 522325/94-7*, sob a coordenação-geral do Prof. Walter Koch (UFRGS) com resultados publicados nos primeiros dois volumes do ATLAS LINGÜÍSTICO E ETNOGRÁFICO DA REGIÃO SUL – 69

WOLF, Dietrich e NOLL, Volker (Org.) *O Português do Brasil. Perspectivas da pesquisa atual*. Frankfurt a.M., Verwuert Verlag, 2004

ZOPPI, Monica Fontana. “As fronteiras da Língua Nacional: uma posição de autoria nas políticas de integração regional”. Comunicação apresentada no simpósio SUBJETIVAÇÃO E IDENTIDADES NAS FRONTEIRAS DA LÍNGUA, DO SOCIAL E DA SAÚDE MENTAL, Programa de atividades da ABRALIN 56a. Reunião Nacional da SBPC, realizada na UFMT, Cuiabá - MT, de 18 a 23 de julho de 2004.

ZUMTHOR, Paul. *A letra e a voz - a “literatura” medieval*. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.

## **Anexo I**

### **A criação da História Nacional, da Literatura Nacional e a da Língua Nacional**

A tarefa de criação do nacional não é específica da Lingüística. Outras áreas do conhecimento também dedicam seus esforços para o trabalho de “manutenção da fronteira” identitária, na terminologia de Fredrik Barth (1998). Ela se relaciona com a hierarquia ou hierarquização dos grupos produtores de conhecimento e de ideologia no país, fruto da própria hierarquização das regiões<sup>133</sup> do país na disputa por hegemonia.

Este é mais um efeito do ‘nacional’: lidar com o nacional implica em criar imediatamente o conceito de ‘regional’, aplicável a fenômenos que não sejam os dominantes na região dominante do país (no nosso caso atualmente o Sudeste). É o que nos mostram dois artigos aqui apresentados, o primeiro deles do historiador Tau Golin, “A invisibilidade do Sul”, publicado no suplemento Cultura da Zero Hora (03 de janeiro de 1998):

#### **A invisibilidade do Sul (2)**

O livro “A História da Vida Privada no Brasil” reserva espaço reduzido para o Rio Grande do Sul

No segundo volume da História da Vida Privada no Brasil: a Corte e a Modernidade Nacional, organizado por Luiz Felipe de Alencastro, o Sul somente é visível quando os autores fazem totalizações em seus estudos. Aparece tão-somente em cinco oportunidades nas suas 523 páginas. É um espaço ainda menor que o destinado no primeiro tomo da coleção. Ao menos neste, imaginava-se que a classe dos charqueadores estaria afeita ao estudo da privacidade, assim como os senhores de engenho, em posição central na concepção metodológica da obra.

Além de o Sul ser relegado a tema secundaríssimo também sofreu exclusões historicamente inadmissíveis sempre que determinado evento regional contraditava ou implicaria em mudanças nas totalizações. A mais flagrante delas é a abordagem sobre as “revoluções liberais”, desenvolvida sob o prisma do “consenso imperial”. Ou seja, “o respeito à ordem privada escravista”. Com a adição desse consenso, simplesmente se exclui qualquer referência à Revolução Farroupilha como pertencente ao ciclo das revoluções liberais. E nem a situaram no universo das “revoluções platinas”. Obviamente, sob essa última condição, seria muito mais difícil encontrar no Sul o “consenso imperial”. Simplesmente porque o método adotado fracassaria no estudo do escravismo no panorama platino. Diante de tema tão cabeludo, manteve-se o método do consenso imperial e se expurgou a realidade a ele inadaptável.

Feitas as exclusões, o Sul surge apenas na página 301 do segundo tomo, e, por curioso, como um mercado importador de toucinho, charques e queijos mineiros, produtos que abasteciam as tropas governamentais que lutavam contra os rebeldes farrapos. Frente ao complexo enigma do “consenso imperial” para o Rio Grande, optou-se por um tema brando do mundo dos negócios e da logística militar.

---

<sup>133</sup> Cf. Barros, Fernando Antônio Ferreira de Barros. Confrontos e contrastes regionais da ciência e tecnologia no Brasil. Brasília, UnB / Paralelo 15, 1999.

Concretamente, expurgando a oligarquia gaúcha, durante o Império, a vida privada sulina foi determinada como exclusividade do colonato alemão.

No sub-capítulo “A leitura nos bosques”, do ensaio “Caras e modos dos migrantes e imigrantes”, de Alencastro e Maria Renaux, o tema é enfeixado sem distinção entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Refere-se rapidamente a São Leopoldo para, logo, tratar de Blumenau. Quanto ao Sul, na verdade, os autores não se dedicam ao estudo de sua vida privada “colona”. Não passam dos dados históricos genéricos encontráveis em qualquer manual: “No Rio Grande do Sul, (...) foi o próprio sistema comunitário formado pelos pequenos núcleos auto-suficientes que se encarregou da estrutura básica na áreas de colonização”. Acrescentam formas associativas em que o privado enquanto privacidade dá lugar aos espaços sociais excludentes: clubes de caça e tiro, escolas ou igrejas (protestante e católica). Registram ainda os vencimentos de um pastor em São Leopoldo pagos pelo governo e a remessa de bíblias feita pelo Império.

A última referência ao Rio Grande encerra a abordagem do volume com outro equívoco. Reproduz a pintura *Chegou tarde*, de Pedro Weingartner, com a legenda: “Interior de casa de imigrantes alemães já adaptados aos costumes do Rio Grande do Sul”. Os dois homens pilchados estão, na verdade, em um estabelecimento comercial, confundido em seu interior com a residência colonial.

A invisibilidade do Sul nos textos dos autores dos volumes que tratam da Colônia e do Império constitui a maior debilidade da coleção *A História da Vida Privada no Brasil*. Adotando métodos que salientam fenômenos específicos e, mesmo, singulares na formação da brasilidade, tendo como modelos Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas e outras regiões, não adotaram o mesmo critério para a sociedade meridional, a qual também possui uma tipicidade histórica e cultural. Não perceberam a sociedade sulina como “especificidade” (parâmetro da diferença), desconhecendo a quantidade não desprezível de trabalhos historiográficos, os quais se constituem em fontes esclarecedoras.

Estudaram os senhores de engenho e ignoraram os estancieiros e charqueadores. O método que tensionou senhores e escravos no Brasil ignorou a contradição dos latifundiários regionais com os peões e cativos pampeanos. Ou seja, o método proposto pela coleção, onde a “vida privada confunde-se com vida familiar” (v. 2, p. 16) não serviu para apreender a relações de intimidade da oligarquia regional. Nem sequer prestou para perseguir o panorama de temas elencados por Gilberto Freyre em *Sobrados e Mucambos*, apontado pela *Nova História Brasileira* - e frisado pelo organizador Alencastro na introdução do segundo volume - como o “livro fundador do estudo sobre a vida privada no Brasil”. E qual a tese de Freyre? A urbanização dos latifundiários é um fenômeno proporcionado pelo período imperial. Ora, no Sul também ocorreu “a urbanização da família patriarca rural”, com a mudança “para os sobrados citadinos”, acarretando a reorganização da estância.

Tomar o Sul como apareceu na *História da Vida Privada no Brasil* é torná-lo invisível. As mais de mil páginas não trouxeram nenhuma contribuição à historiografia rio-grandense. Além do desprezo ao secundarizar a região, dará mais trabalho aos historiadores sulinos, que, agora, terão que desfazer as confusões engendradas.

Também outro artigo, publicado no suplemento Mais! da Folha de São Paulo (Seção Debate) no domingo, 1º de março de 1998, aponta para as questões aqui levantadas, agora sob o olhar da literatura:

### **O Nordeste Cultural**

**Crítica que se faz em São Paulo trata como regional a literatura do sul do Brasil  
Janer Cristaldo especial para a Folha**

Em “Viagem”, relato póstumo de sua visita a Moscou em 1952, Graciliano Ramos se surpreende pelo interesse pela publicação dos seus livros no mundo socialista. Eles “são narrativas de um mundo morto, as minhas personagens comportam-se como duendes. [...] Não me havia sido possível trabalhar de maneira diferente: vivendo em sepulturas, ocupara-me em relatar cadáveres”. Graciliano enganava-se. O que a época pedia de um escritor brasileiro era precisamente a narração da vida dos cadáveres. Ocorre-me este episódio ao ler o artigo “Na Fronteira do Sul” (Folha, 11/12/97), onde Otavio Frias Filho afirma que a região mais desenvolvida do país, o Sul, transformou-se no “Nordeste”, por sua escassa contribuição cultural e artística.

Apesar de traduzido em todas as línguas ditas de cultura, Érico Veríssimo não serve para representar o Brasil ante o mundo. Seus personagens não se prestam à comiseração. São “homens diferentes, vencedores do medo e como que familiares à morte”, como Reynaldo Moura definiu os gaúchos. Capitão Rodrigo de pobre e faminto não tem o porte. Já os sofridos personagens de Graciliano, estes servem melhor ao paladar europeu, que acaba por moldar o nosso.

Não por acaso, Dyonélio Machado teve seu romance “Os Ratos” incluído no chamado “romance de 30”. Naziazeno é um proletário urbano que não consegue colar pestana com medo de que os ratos roam os últimos centavos que tem para pagar um litro de leite. Usando a imagem de Otavio Frias Filho temos em Naziazeno o primeiro “nordestino” da literatura gaúcha. Este é bom para exportação.

“Os Ratos” foi publicado em 1935. Nesta mesma época está sendo gestado o romance maior da literatura gaúcha, “Memórias do Coronel Falcão”, de Aureliano Figueiredo Pinto, que canta a decadência da aristocracia rural da fronteira. No fundo, a mesma epopéia do personagem em busca do dinheiro. Ocorre que aqui o dinheiro é outro: é aquele comido pelos bancos, cuja falta leva o fazendeiro à falência. Temos o mesmo drama da necessidade de Naziazeno. Mas esse dinheiro que falta não é o que mata a fome, é o que produz comida. As queixas do personagem não sabem à literatura para o gosto da época. Falcão não era bom para exportação.

Enquanto Dyonélio fazia carreira atrelado a “Os Ratos”, Figueiredo Pinto, montado em seu flete, era ostracizado. Seu romance, concluído em 1937, poderia ter sugerido outros rumos à literatura gaúcha e brasileira... se publicado em 1937. Foi publicado só em 1973, após a morte do autor. A obra continha “espanholismos” e por tal heresia foi condenada a permanecer nas gavetas, como se fosse possível extirpar do gaúcho sua herança hispânica. O autor mesclava o linguajar campeiro de galpão com freqüentes alusões a Flaubert e à literatura francesa. Onde se viu um gaúcho ter com os clássicos a mesma familiaridade que tem com vacas e cavalos? Não é o que dele se espera, embora os fazendeiros da época conspirassem em francês para não serem entendidos pelos peões da estância.

O romance de Dyonélio tem um final feliz, se assim podemos dizer: os ratos não roeram os trocados de Naziazeno, sua insônia não se justificava. De madrugada, o personagem ouve o ruído do jorro do leite, “forte, cantante, vem de muito alto”. A parca e amarga vitória do miserável Naziazeno representa muito bem a literatura brasileira, ou pelo menos o que dela se espera. O coronel Falcão fracassa, mas cai de pé: “[...] à sombra do espinilho de tapera, velho como o mundo, em cuja proximidade arrancharemos, então eu sorri, com humana amargura, porém virilmente, na tarde bonita”. O personagem não inspira piedade, nem mesmo quando derrotado. Não serve aos cânones da época.

Em “São Bernardo”, romance de 1934, Graciliano nos apresenta um outro fazendeiro. Mas Paulo Honório não é vítima, e sim um prepotente dono da terra. O terratenente, quando no papel de vilão, vende bem. Dyonélio Machado era marxista e militante do Partido Comunista, como Graciliano. Figueiredo Pinto era estancieiro e não nutria nenhuma “mauvaise conscience” como membro da aristocracia rural. Não bastasse este pecado mortal, foi um dos dois escritores gaúchos a manifestar-se contra o ditador de sua época. O outro foi Ramiro Fortes de Barcelos. Sob o pseudônimo de Amaro Juvenal, escreveu “Antônio Chimango”, a sátira maior produzida pela literatura rio-grandense, endereçada ao governo de Borges de Medeiros, um obscuro chefe de polícia que, de fraude em fraude eleitoral, dominaria o Estado por nada menos que 30 anos.

O poema surgiu clandestinamente em 1915 e só foi republicado ... em 1946. Se a literatura nacional permaneceu privada por 36 anos do romance de Aureliano, ficou em falta da sátira de Amaro Juvenal por 31 anos. Ou seja, o Rio Grande do Sul apresenta ao Brasil duas de suas melhores obras somente três décadas depois de concebidas.

“Merci qui”? A “intelligentsia” paulistana não é inocente neste imbróglio. São Paulo determina: o que se escreve e publica no eixo Rio - São Paulo é literatura nacional. O resto ... é regional. A menos que seja traduzida no exterior. Graciliano Ramos, quando ensaiava seus primeiros passos, era escritor nordestino. Quando se tornou um dos referenciais da literatura brasileira na Europa e Estados Unidos, foi promovido a escritor brasileiro.

Ao estabelecer o cânone tupiniquim, São Paulo (leia-se USP, leia-se Antonio Candido, leia-se Alfredo Bosi) privilegiou o chamado “romance de 30”. Quais eram seus expoentes? Raquel de Queiróz, Graciliano Ramos, Jorge Amado, Dyonélio Machado, todos militantes comunistas. Nove fora “Os Ratos”, o Rio Grande do Sul nada mais tinha a oferecer para competir com os zdanovistas “avant la lettre”. O grande poema gaúcho estava proibido pelos áulicos de Borges e o grande romance fora recomendado às traças. O campo, ou melhor, o campus, estava aberto às letras do Nordeste.

Apesar de entrar no século com uma desvantagem, o Rio Grande do Sul deu importantes contributos ao pensamento nacional. A editora Globo, de Porto Alegre, introduziu no Brasil, por meio da coleção Biblioteca dos Séculos, todos aqueles autores clássicos cuja leitura um homem medianamente culto não pode dispensar. Tal projeto criaria uma geração de tradutores, escritores e poetas, entre os quais se destacou Mário Quintana. Se o Sul virou sertão, como pretende Otavio Frias Filho, houve um momento nas letras nacionais em que o Brasil foi nutrido por uma iniciativa gaúcha.

E já que falamos de Quintana ... O poeta de Alegrete foi ignorado durante décadas pelo Brasil. O Eixo só começa a atribuir-lhe alguns méritos a partir dos anos 70. Picado pela mosca azul, Mário se candidata por duas vezes à Academia Brasileira de Letras. Foi preterido por um maranhense cujo nome sempre é pronunciado com um sorriso contrafeito na República das Letras: José Sarney. E por um baiano, ministro da ditadura militar: Eduardo Portela. Ignorado no país, Quintana morre quase na miséria, tendo vivido com um conforto mínimo seus últimos anos graças à caridade de um jogador de futebol.

O gaúcho sempre teve espírito pioneiro. Caberia citar ainda o nome de um outro injustiçado, Jozé Joaquim Qamos Leão de Qorpo Santo, que meio século antes de 1922 já fazia literatura modernista. Considerado hoje precursor do Teatro do Absurdo, foi visto como louco por seus contemporâneos e só teve suas três primeiras peças encenadas em 1966, exatamente um século após tê-las escrito.

O Rio Grande do Sul foi pioneiro até mesmo no obscurantismo. São Paulo gaba-se de ter fundado o Partido Comunista em 1922. Mas a primeira célula comunista no Brasil surge em Santana do Livramento, em 1918, um ano após a Revolução Russa, três anos antes da fundação do Partido Comunista em Paris. Luís Carlos Prestes nasceu em Porto Alegre. Em 1931, chega a Moscou, saudado como o grande herói da América Latina. Sua Coluna irá inspirar a Grande Marcha de Mao Tse-tung. Seu fracasso no Brasil aciona a revolução na China. O gaúcho, quando não presta, dá um Prestes.

Talvez por estar sempre voltado para a Europa, São Paulo sempre marginalizou a cultura feita no Rio Grande do Sul. Um episódio ocorrido na redação de um jornal paulista explica as maravilhas desse desdém. Mequinho havia sido derrotado em uma final de campeonato. O redator tituló: “Campeão brasileiro é derrotado em final de xadrez”. O editor trocou brasileiro por gaúcho. Mequinho era campeão brasileiro quando ganhava. Quando perdia, era gaúcho.

E assim São Paulo nordestiza o Sul.

## **Anexo II**

**Dados para a análise dos usos pronominais [tu *versus* você] em quatro cidades da Região Sul  
codificados para Varbrul**

(vl/yjpeapf	-277	- SCFLP02MAP	(Florianopolis)
(vl/yjppgmapf	-311		
(tl/ympemaf	-436		
(vl/yjpeapf	-444		
(0/iyjremaf	-500		
(0/ixjpeapf	-503		
(tl/xnpemaf	-505		
(vl/yjpeapf	-517		
(vl/yjppgmapf	-609		
(vl/yjppgmapf	-611		
(tl/xjppgmapf	-612		
(vl/yjpeapf	-612		
(vl/yo3gmapf	-636		
(vl/yjppgmapf	-639		
(vl/ympgmapf	-670		
(0/ixjremaf	-680		
(vl/yjppgmapf	-696		
(vl/y1pgmapf	-696		
(vl/yjppgmapf	-697		
(vl/yn9gmapf	-702		
(vl/yj5gmapf	-705		
(vl/yjremaf	-719		
(vl/ymremaf	-727		
(vl/yjrgmapf	-729		
(vl/yjqemaf	-732		
(vl/yjppgmapf	-753		
(vl/yjppgmapf	-754		
(vl/y1pgmapf	-755		
(vl/yjppgmapf	-756		
(vl/yjppgmapf	-825		
(vl/yjppgmapf	-825		
(vl/yjppgmapf	-834		
(vl/yjppgmapf	-970		
(vl/yjppgmapf	-971		
(vl/yjrgmapf	-1011		
(vl/yjrgmapf	-1092		
(tl/yjppgmapf	-1205		
(tl/yj3gmapf	-1214		
(tl/y1pgmapf	-1231		
(tl/yjpeapf	-1262		
(vl/yjppgmapf	-1373		
(vl/ympgmapf	-1376		
(vl/yjppgmapf	-1376		
(tl/xopefaf	-101	- SCFLP03FAP	
(tl/xopefaf	-102		
(tl/yjpefaf	-238		
(tl/yjqefaf	-240		
(tl/yjpefaf	-370		
(tl/yjpefaf	-400		
(tl/yjpefaf	-401		
(0/iyjpefaf	-515		
(0/iylpefaf	-515		
(tl/yjpefaf	-563		
(tl/xjpefaf	-658		
(tl/xnqefaf	-672		
(tl/ynqefaf	-699		
(0/cyjpefaf	-701		
(tl/yjpefaf	-701		
(tl/ym3efaf	-702		
(0/aympefaf	-703		
(vl/yjpefaf	-727		
(vl/yjpefaf	-729		
(tl/yjpefaf	-739		
(tl/yjpefaf	-740		

(t2/ym3efapf	-747	
(t2/xjpefapf	-768	
(0/iyjpefapf	-787	
(t1/yjpefapf	-787	
(t1/ympefapf	-790	
(t1/yjpefapf	-791	
(t1/yj3efapf	-791	
(t1/yj3efapf	-965	
(t1/yjpefapf	-966	
(t1/yjpefapf	-1029	
(t1/ynqefapf	-1030	
(t1/yj9efapf	-1202	
(t1/yjpefapf	-1239	
(t1/ylpefapf	-1243	
(t1/ylpefapf	-1251	
(v1/yopefapf	-1265	
(t1/yjrefapf	-1300	
(v1/yjpembpf	-173	- SCFLP06MBP
(t1/ylpembpf	-218	
(v1/yjpembpf	-231	
(0/eyjpembpf	-232	
(0/fyjpembpf	-234	
(t1/yj3embpf	-235	
(t1/yjpembpf	-259	
(t1/yjpembpf	-259	
(t1/ymrgmbpf	-399	
(0/iyjpembpf	-513	
(t1/yjpembpf	-514	
(v1/ympembpf	-555	
(t1/yjpembpf	-696	
(t1/yjpembpf	-723	
(t1/yjpembpf	-723	
(t1/yjpembpf	-793	
(0/iyjpembpf	-838	
(t1/yj3efbpf	-880	- SCFLP07FBP
(t1/xjpefbpf	-880	
(t1/xjpefbpf	-889	
(t1/xnqefacf	-527	- SCFPL17FAC
(0/axmrefacf	-528	
(0/byorefacf	-528	
(t1/yjpefacf	-559	
(t1/yjrefacf	-559	
(t1/yjpefacf	-1058	
(0/ixjpefacf	-1343	
(0/iyjpefacf	-1343	
(0/iyjpefacf	-1344	
(0/ixlpefacf	-1345	
(0/iyjpefacf	-1345	
(0/ixj3efacf	-1346	
(0/iyjpefacf	-1346	
(t1/yjpefacf	-1347	
(t1/ynpefacf	-1348	
(t1/yjpefacf	-1349	
(0/dyjpefacf	-1354	
(t1/yjpefacf	-1359	
(t1/yjpefacf	-1360	
(t1/yjpefacf	-1360	
(0/ixjqemacf	-267	- SCFLP18MAC
(0/iylpemacf	-391	
(0/iylpemacf	-392	
(0/iymqemacf	-402	
(0/iyjqemacf	-403	
(0/iyjqemacf	-558	
(t1/xjpemacf	-925	
(t1/yjpemacf	-987	
(t1/yjpemacf	-1235	

(t1/yjpemacf	-1244		
(t1/yjpemacf	-1246		
(v1/ylpgmbcf	-348	- SCFLP21MBC	
(v1/yn3embcf	-746		
(v1/ylrgmbcf	-760		
(v1/yjpgmbcf	-1216		
(v1/yj3embcf	-1232		
(t1/yjpembcf	-58	- SCFLP22FBC	
(t1/xlpgfbcf	-60		
(t1/xj8efbcf	-105		
(0/byjpefbcf	-106		
(t1/xjpefbcf	-149		
(0/iyjpefbcf	-189		
(t1/xjpefbcf	-361		
(0/axjpefbcf	-362		
(0/xxjpefbcf	-368		
(0/iylqefbcf	-450		
(t1/xjpefbcf	-639		
(t1/yjpefbcf	-848		
(t1/ylpgfbcf	-897		
(t1/yj3gfbcf	-898		
(t1/xjpefbcf	-1008		
(t1/ylpefbcf	-1083		
(t1/xlqefbcf	-1083		
(t1/xjqefbcf	-1093		
(0/axjqefbcf	-1093		
(v1/yjrgfapl	-73	- SCLGS02FAP	(Lages)
(v1/yjrgfapl	-73		
(v1/yopefapl	-101		
(v1/yjrgfapl	-378		
(t1/yj8efapl	-406		
(v1/ylpefapl	-426		
(v1/yj8efapl	-432		
(v1/yjpefapl	-463		
(t1/yjpefapl	-466		
(v1/ym3gfapl	-482		
(v1/yjpefapl	-613		
(v1/ylpefapl	-616		
(v1/ympgfapl	-665		
(v1/ylpgfapl	-688		
(v1/yj3gfapl	-690		
(v1/ylpgfapl	-691		
(v1/ym3gfapl	-695		
(v1/ynpgfapl	-858		
(v1/yjpgfapl	-860		
(v1/yjpefapl	-912		
(t1/yjpefapl	-917		
(v1/yn3gfapl	-1014		
(v1/yjrefapl	-1018		
(v1/yn3gfapl	-1032		
(t1/yjpgfapl	-1057		
(v1/ynpefapl	-1145		
(v1/ynpefapl	-1147		
(v1/yn3efapl	-1155		
(v1/yn3efapl	-1164		
(v1/ynpgfapl	-1215		
(v1/ynpefapl	-1266		
(t1/yjpefapl	-1338		
(v1/yjrefapl	-1362		
(t1/yj8efapl	-1398		
(t1/yjpefapl	-1410		
(v1/ylqemapl	-102	- SCLGS03MAP	
(v1/ym7gmapl	-116		
(v1/yjpgmapl	-118		
(v1/yjpgmapl	-118		
(v1/yjpgmapl	-122		

(v1/yjrgmapl -139  
(v1/yjrgmapl -142  
(v1/yjpgmapl -181  
(v1/yjrgmapl -323  
(v1/yjrgmapl -325  
(v1/yjrgmapl -329  
(v1/yjrgmapl -329  
(v1/yjrgmapl -412  
(0/eyjrgmapl -413  
(0/fyjrgmapl -413  
(0/gyjrgmapl -414  
(v1/yjrgmapl -421  
(v1/ym3gmapl -468  
(v1/yjrgmapl -472  
(v1/yjrgmapl -480  
(v1/yjrgmapl -480  
(v1/yjrgmapl -488  
(v1/yjrgmapl -493  
(v1/yjrgmapl -494  
(v1/yjrgmapl -498  
(v1/yjrgmapl -500  
(v1/yjrgmapl -503  
(v1/yo3gmapl -504  
(v1/yjrgmapl -529  
(v1/yjrgmapl -536  
(v1/yjrgmapl -539  
(v1/yjrgmapl -540  
(v1/yjrgmapl -547  
(v1/yjrgmapl -548  
(v1/yjrgmapl -576  
(v1/yjrgmapl -577  
(v1/ym3gmapl -579  
(v1/ympgmapl -724  
(v1/yjpgmapl -724  
(v1/yjpgmapl -728  
(v1/yjrgmapl -729  
(v1/yjpgmapl -730  
(v1/yjrgmapl -733  
(v1/yj3gmapl -738  
(v1/ymugmapl -754  
(v1/yjpgmapl -773  
(v1/yjpgmapl -773  
(v1/yj3gmapl -776  
(v1/yjpgmapl -777  
(v1/yjpgmapl -778  
(v1/yjpgmapl -779  
(v1/ympgmapl -781  
(v1/ympgmapl -781  
(v1/yjpgmapl -786  
(v1/yjrgmapl -802  
(v1/yj3gmapl -846  
(v1/ynpgmapl -903  
(v1/yjpgmapl -904  
(v1/yj3gmapl -956  
(v1/yj3gmapl -957  
(v1/yjpgmapl -958  
(v1/yjpgmapl -959  
(v1/yj3gmapl -1182  
(v1/yjpgmapl -1183  
(v1/yjpgmapl -1190  
(v1/yjpgmapl -1219  
(v1/yjpgmapl -1265  
(v1/yjpgmapl -1266  
(v1/ym3gmapl -1269  
(v1/ym3gmapl -1271  
(v1/ym3gmapl -1273

(v1/yjpgfbpl	-280	- SCLGS05FBP
(v1/yjpgfbpl	-485	
(v1/yjpgfbpl	-505	
(v1/yjpefbpl	-635	
(v1/ym3gfbpl	-652	
(v1/yn3gfbpl	-676	
(v1/yjuembpl	-781	- SCLGS07MBP
(t1/yjpembpl	-785	
(v1/youembpl	-788	
(v1/yjpembpl	-820	
(v1/yopgfac1	-126	- SCLGS18FAC
(t1/yjpefac1	-134	
(t1/yjpefac1	-138	
(t1/ynpgfac1	-166	
(v1/ynpgfac1	-176	
(v1/yjpgfac1	-179	
(v1/yopgfac1	-219	
(v1/yjpgfac1	-219	
(v1/ympgfac1	-317	
(v1/ympgfac1	-317	
(v1/yjpgfac1	-372	
(v1/yjpefac1	-414	
(t1/yjpgfac1	-416	
(v1/yjpgfac1	-420	
(v1/yjpefac1	-457	
(t1/yjpefac1	-460	
(t1/yjpgfac1	-461	
(v1/yjpgfac1	-469	
(t1/yjpefac1	-473	
(v1/yjpefac1	-474	
(v1/yjpgfac1	-485	
(v1/yjpgfac1	-486	
(v1/ympgfac1	-509	
(v1/yjpefac1	-532	
(t1/yj9efac1	-565	
(v1/yopgfac1	-629	
(v1/yjpgfac1	-629	
(v1/ympgfac1	-642	
(v1/yopefac1	-678	
(v1/ympgfac1	-681	
(0/eypngfac1	-681	
(0/fyjpgfac1	-682	
(0/gyjpgfac1	-682	
(t1/yjpefac1	-726	
(v1/yjqefac1	-766	
(v1/yjpefac1	-770	
(t1/ymqefac1	-776	
(v1/ymqefac1	-814	
(t1/yj3gfac1	-857	
(v1/yjpgfac1	-858	
(v1/ympgfac1	-860	
(t1/yjpgfac1	-866	
(t1/yjpefac1	-875	
(t1/yjpgfac1	-941	
(v1/yjpefac1	-955	
(v1/yjpefac1	-1017	
(v1/ynqefac1	-1018	
(v1/ynqgfac1	-1019	
(v1/ymqefac1	-1021	
(v1/yjqefac1	-1028	
(v1/ynpgfac1	-1060	
(v1/yjpgfac1	-1061	
(v1/yjpefac1	-1105	
(v1/yjpgfac1	-1125	
(v1/ympgfac1	-1125	
(v1/ympgfac1	-1150	

(vl/ympgfac1	-1150	
(vl/yjqefac1	-1179	
(vl/ympgfac1	-1206	
(vl/yjpgfac1	-1207	
(vl/ympgfac1	-1207	
(vl/yjpgfac1	-1208	
(vl/yjqefac1	-1235	
(vl/yjpgfac1	-1246	
(vl/ynpgfac1	-1264	
(vl/yjpgfac1	-1265	
(vl/yjpgfac1	-1267	
(vl/ynpgfac1	-1268	
(vl/yjpgfac1	-1303	
(vl/yjpgfac1	-1304	
(vl/yjpgfac1	-1305	
(vl/yjpgfac1	-1307	
(vl/ympgfac1	-1319	
(vl/yjpgfac1	-1319	
(vl/yjpgfac1	-1319	
(vl/ympgfac1	-1320	
(vl/yjpgfac1	-1323	
(vl/ynpgfac1	-1335	
(tl/yjpgfac1	-1341	
(tl/yopemac1	-173	- SCLGSZOMAC
(vl/ympemac1	-178	
(vl/yjpemac1	-309	
(vl/yjpemac1	-366	
(vl/yjpemac1	-489	
(vl/yjpgmac1	-538	
(vl/yopemac1	-552	
(vl/yjpgmac1	-701	
(vl/yjpgmac1	-704	
(tl/yjpemac1	-735	
(tl/ympemac1	-735	
(vl/yj3gmac1	-740	
(vl/ym3gmac1	-805	
(tl/ympgmac1	-834	
(tl/ymqgmac1	-835	
(tl/ympemac1	-853	
(vl/yjpgmac1	-858	
(vl/ym3gmac1	-903	
(vl/yjpgmac1	-903	
(vl/ympgmac1	-937	
(vl/yjpgmac1	-937	
(vl/yjpgmac1	-939	
(vl/yjqgmac1	-943	
(vl/yjpgmac1	-961	
(vl/ynpgmac1	-962	
(vl/yj8gmac1	-964	
(vl/yjpgmac1	-967	
(tl/ylpemac1	-1007	
(vl/ylpgmac1	-1046	
(vl/yjpgmac1	-1164	
(vl/yjpgmac1	-1165	
(vl/ynpgmac1	-1167	
(vl/yjpgmac1	-1170	
(tl/yjpgmac1	-1178	
(O/iynuefbcl	-102	- SCLGSZ2FBC
(O/iynuefbcl	-207	
(tl/yj3efbcl	-212	
(tl/xjqefbcl	-358	
(vl/yl4efbcl	-367	
(vl/yjpefbcl	-392	
(O/iynuefbcl	-432	
(O/iynpefbcl	-718	
(O/iyjpefbcl	-734	

(0/iyjuefbcl	-738	
(0/ixjqefbcl	-740	
(0/ixjqefbcl	-741	
(0/iyjuefbcl	-742	
(0/iyjpefbcl	-747	
(0/ixjpefbcl	-751	
(0/iynuefbcl	-752	
(0/iyjpefbcl	-758	
(0/iylqefbcl	-761	
(0/ixjpefbcl	-763	
(0/iyjpefbcl	-773	
(0/iylqefbcl	-791	
(0/iyjpefbcl	-823	
(v1/xjpembcl	-15	- SCLGS24MBC
(v1/yjrgmbcl	-21	
(v1/yjqembcl	-43	
(v1/ylpembcl	-60	
(v1/yjqembcl	-108	
(v1/yjpembcl	-114	
(v1/yn3gmbcl	-123	
(v1/yjpgmbcl	-124	
(v1/yl3gmbcl	-158	
(v1/yjpgmbcl	-160	
(v2/xmuembcl	-189	
(v1/xl3embcl	-192	
(v2/xmuembcl	-218	
(v1/xjqembcl	-225	
(t1/yjpgmbcl	-257	
(v1/yjpembcl	-258	
(0/iyjpembcl	-269	
(0/iympgmbcl	-304	
(v1/ylpgmbcl	-323	
(v1/yjpembcl	-367	
(v1/yjqembcl	-481	
(v1/ylpgmbcl	-487	
(0/iyjpembcl	-578	
(v1/ylrgmbcl	-587	
(t1/yjrgmbcl	-597	
(v1/yjqembcl	-631	
(0/iyjuembcl	-645	
(v1/yjuembcl	-657	
(v1/yjpembcl	-698	
(0/iyjpembcl	-746	
(v1/yjpembcl	-803	
(0/iynuembcl	-827	
(0/iynuembcl	-828	
(v1/ympembcl	-846	
(v1/yjuembcl	-852	
(v1/yjpembcl	-858	
(v1/yjuembcl	-879	
(v1/ylpgmbcl	-884	
(v2/yjwembcl	-924	
(v1/yjpembcl	-929	
(v1/yjpembcl	-968	
(v1/yjuembcl	-1005	
(v1/yj3embcl	-1021	
(v1/yjpembcl	-1031	
(v1/yjpembcl	-1045	
(v1/yjpembcl	-1072	
(v1/yjrgmbcl	-1127	
(v1/yj3gmbcl	-1151	
(v1/ympembcl	-1190	
(t1/ynpembcl	-1196	
(0/eyjuembcl	-1252	
(v1/yjpembcl	-1252	
(v1/ylqembcl	-1254	

(v1/yj3embcl	-1257	
(0/iyjpebmbpp	-146	- RSPOA01MBP (Porto Alegre)
(t1/yjppgmbpp	-461	
(0/iynpebmbpp	-466	
(0/iynpebmbpp	-467	
(t1/yjpebmbpp	-545	
(t1/yjpebmbpp	-548	
(t1/yopembpp	-549	
(t1/yopembpp	-549	
(t1/ylpebmbpp	-550	
(0/iyjpebmbpp	-637	
(t1/yjpebmbpp	-710	
(t1/yj3embpp	-723	
(t1/ylpebmbpp	-725	
(t1/yjpebmbpp	-766	
(t1/xjpebmbpp	-767	
(0/axnpebmbpp	-767	
(0/iyjpebmbpp	-809	
(0/iyjpebmbpp	-811	
(0/iyjpebmbpp	-860	
(0/iyjpebmbpp	-869	
(t1/ylqembpp	-869	
(t1/yjqembpp	-870	
(t1/ylqembpp	-870	
(t2/yopembpp	-886	
(t1/yj8embpp	-886	
(t1/ylpebmbpp	-891	
(t1/yjpebmbpp	-892	
(t1/yjpebmbpp	-930	
(t1/yjpebmbpp	-940	
(v1/yjpebmbpp	-1005	
(t1/yn3embpp	-1020	
(t1/xjqembpp	-1022	
(t1/yjppgmbpp	-1040	
(t1/yjppgmbpp	-1040	
(0/bynpngmbpp	-1041	
(0/cynpngmbpp	-1042	
(v1/yjppgmapp	-58	- RSPOA04MAP
(v1/yj3gmapp	-60	
(v1/yjppgmapp	-60	
(v1/yjppgmapp	-71	
(v1/yjpebmbpp	-108	
(v1/ylpgmapp	-133	
(v1/yjppgmapp	-168	
(v1/yjpebmbpp	-223	
(v1/ylpgmapp	-274	
(v1/ymppgmapp	-280	
(v1/yjppgmapp	-282	
(v1/ylpgmapp	-288	
(v1/yj3gmapp	-386	
(v1/yj3gmapp	-582	
(v1/ylpgmapp	-671	
(t1/ympefbpp	-73	- RSPOA05FBP
(t1/yjpefbpp	-84	
(t1/yjrgfbpp	-203	
(t1/yjrgfbpp	-204	
(t1/yjqefbpp	-240	
(0/iyjpefbpp	-257	
(t1/yjqefbpp	-300	
(0/cyjpefbpp	-302	
(t1/xjqefbpp	-312	
(t1/yjpefbpp	-329	
(t1/yjpefbpp	-356	
(t1/yjpefbpp	-358	
(t1/ynpgfbpp	-461	
(t1/yjppgfbpp	-467	

(t1/y1pgfbpp	-468	
(0/iyjpefbpp	-477	
(t1/yjpefbpp	-484	
(t1/yjpefbpp	-541	
(t1/ylpgfbpp	-543	
(0/aynpgfbpp	-544	
(t1/yjpefbpp	-545	
(t1/yjpgfbpp	-551	
(t1/yjpgfbpp	-552	
(t1/yjpgfbpp	-554	
(t1/yjpgfbpp	-557	
(t1/yj7gfbpp	-558	
(t1/ynpgfbpp	-560	
(0/ayjpgfbpp	-562	
(0/bynpgfbpp	-563	
(t1/yjqgfbpp	-563	
(t1/yjpgfbpp	-564	
(0/aynpgfbpp	-564	
(0/bynpgfbpp	-565	
(0/iyjpefbpp	-566	
(t1/xjpefbpp	-574	
(t1/yjpefbpp	-584	
(t1/yjpgfbpp	-586	
(t1/yjpefbpp	-652	
(t1/yjrgfbpp	-669	
(t1/yj5efbp	-692	
(t1/yjpefbpp	-741	
(t1/yjpefbpp	-751	
(t1/yjpefbpp	-802	
(t1/yjpefbpp	-803	
(t1/yjpefbpp	-823	
(t1/yjpefbpp	-841	
(0/iyjpefbpp	-852	
(t1/ympefbpp	-857	
(t1/yjpefbpp	-879	
(t1/yjpefbpp	-879	
(t1/yjpefbpp	-897	
(t1/yjpefbpp	-900	
(t1/yjpefbpp	-929	
(t1/yjpefbpp	-929	
(t1/yjpefbpp	-943	
(0/ayjpefbpp	-943	
(0/bynpefbpp	-944	
(t1/ylpefbpp	-966	
(t1/yjpefbpp	-1001	
(t1/yjpefbpp	-1002	
(t1/ympefbpp	-1009	
(t1/yjpefbpp	-1070	
(t1/yjpefbpp	-1075	
(v1/ylpgfbpp	-1088	
(0/iyjpefbpp	-1105	
(t1/ynpgfapp	-175	- RSPOA08FAP
(0/iynpgfapp	-621	
(t1/ynpgfapp	-622	
(t1/ynpgfapp	-623	
(t1/ynpgfapp	-624	
(0/aynpgfapp	-625	
(t1/yjpgfapp	-626	
(0/ayjpgfapp	-627	
(0/byjpgfapp	-628	
(t1/yjpefacp	-21	- RSPOA20FAC
(t1/yjrgfacp	-30	
(t1/yj3gfacp	-49	
(t1/yj3gfacp	-51	
(t1/yjpgfacp	-52	
(t1/yjpgfacp	-54	

(t1/yj5gfacp -56  
(t1/yjpgfacp -63  
(t1/yjpgfacp -97  
(t1/yjpgfacp -116  
(t1/yopgfacp -117  
(t1/yorgfacp -119  
(t1/ylpgfacp -125  
(t1/yjrgfacp -143  
(t1/ylpefacp -150  
(t1/ylpefacp -151  
(t1/yjpgfacp -176  
(t1/yjpefacp -274  
(t1/yjpgfacp -300  
(t1/yjpgfacp -303  
(t1/yjrgfacp -306  
(t1/yjpgfacp -307  
(t1/yjpgfacp -309  
(t1/yjrgfacp -309  
(t1/ynrgfacp -311  
(t1/ympgfacp -312  
(0/aympgfacp -312  
(t1/ympgfacp -319  
(t1/ylpgfacp -321  
(t1/yjpgfacp -327  
(t1/yjpgfacp -334  
(t1/yjpgfacp -352  
(0/byjpgfacp -353  
(t1/ymugfacp -354  
(0/ayjugfacp -354  
(t1/yjugfacp -355  
(0/ayjpgfacp -356  
(t1/ylqefacp -368  
(t1/yjpefacp -400  
(t1/yj5efacp -421  
(t1/yjpefacp -433  
(0/ayjpefacp -433  
(t1/ylpgfacp -438  
(0/bympgfacp -439  
(0/ayopgfacp -439  
(0/cyopgfacp -440  
(0/dyjpgfacp -440  
(t1/ylpgfacp -441  
(t1/yjugfacp -477  
(0/ayjpgfacp -478  
(t1/yjpgfacp -486  
(t1/yjugfacp -526  
(t1/yjpgfacp -528  
(t1/ymrgfacp -528  
(t1/yjpgfacp -529  
(0/iyjpefacp -554  
(t1/ylpefacp -556  
(t1/yjpefacp -594  
(t1/yjpgfacp -595  
(0/ayjpgfacp -596  
(t1/yjpgfacp -596  
(t1/yl7gfacp -606  
(t1/yj7gfacp -607  
(t1/yjpgfacp -608  
(t1/yjpgfacp -609  
(t1/yl7gfacp -610  
(t1/ylpgfacp -626  
(t1/yl7gfacp -629  
(t1/yopefacp -703  
(t1/yjpefacp -711  
(t1/yjrgfacp -715  
(0/ayjrgfacp -716

(tl/yjpgfacp	-743	
(tl/ylpgfacp	-762	
(tl/yopfacp	-882	
(tl/yjpgfacp	-914	
(tl/yjpgfacp	-915	
(tl/yopgfacp	-916	
(tl/yjrgfacp	-974	
(tl/yj7gfacp	-994	
(tl/ym7efacp	-1001	
(tl/ylpefacp	-1001	
(tl/ylpefacp	-1004	
(0/iypgmbcp	-73	- RSP0A21MBC
(0/iypgmbcp	-74	
(0/iypgmbcp	-74	
(vl/yjpgmbcp	-188	
(vl/yjpmbcp	-196	
(vl/ylpmbcp	-196	
(vl/yopmbcp	-197	
(vl/yj3embcp	-220	
(0/cyjpmbcp	-220	
(vl/yjrgmbcp	-240	
(vl/ylqembcp	-250	
(0/ayjpmbcp	-250	
(vl/ylpgmbcp	-260	
(tl/yopmbcp	-361	
(tl/yopmbcp	-362	
(tl/yopmbcp	-591	
(tl/yopmbcp	-591	
(tl/ympmbcp	-595	
(vl/ylrgmbcp	-664	
(0/aymrgmbcp	-665	
(vl/yjpmbcp	-707	
(vl/yjpmbcp	-792	
(tl/yjpmbcp	-851	
(tl/ympgmbcp	-886	
(0/aylpgmbcp	-887	
(0/bylpgmbcp	-888	
(vl/yjpmbcp	-905	
(vl/yjpmbcp	-925	
(0/ayjpmbcp	-925	
(0/byjpmbcp	-926	
(0/eypmbcp	-926	
(tl/yjrembcp	-950	
(tl/yjqemacp	-121	- RSP0A23MAC
(tl/ympgmacp	-139	
(tl/yjpgmacp	-147	
(tl/yo4gmacp	-383	
(tl/yj8gmacp	-386	
(tl/ym7gmacp	-551	
(tl/ympgmacp	-552	
(tl/yopgmacp	-553	
(tl/yopgmacp	-554	
(tl/yjpgmacp	-556	
(tl/ylpgmacp	-560	
(tl/yo9gmacp	-563	
(tl/ylrgmacp	-563	
(tl/yjpgmacp	-585	
(tl/ylpgmacp	-586	
(tl/ylpgmacp	-614	
(0/bylpgmacp	-616	
(0/aym3gmacp	-615	
(0/iylremacp	-637	
(tl/yjqemacp	-637	
(tl/ylpemacp	-640	
(tl/yjpemacp	-649	
(tl/yjpemacp	-662	

(tl/yjpemacp	-665		
(tl/ym7emacp	-669		
(tl/yj9gmacp	-671		
(O/aylpmacp	-672		
(tl/ylpgmacp	-673		
(tl/yjpemacp	-753		
(tl/yjppgmacp	-781		
(tl/ylpgmacp	-799		
(O/ayjppgmacp	-799		
(tl/yjppgmacp	-819		
(tl/yjppgmacp	-885		
(tl/ynpgmacp	-919		
(tl/ynpgmacp	-938		
(tl/yj7gmacp	-941		
(tl/ynpgmacp	-952		
(tl/yj7gmacp	-954		
(tl/yo7gmacp	-988		
(tl/yopmacp	-990		
(tl/yopemacp	-995		
(tl/yjpemacp	-1025		
(tl/ylpgmacp	-1155		
(tl/yjqefbcp	-143	- RSFOA24FBC	
(tl/yopefbcp	-362		
(tl/yjpefbcp	-363		
(O/ayjpefbcp	-366		
(tl/yjpefbcp	-397		
(O/iyjpefbcp	-483		
(O/iyjpefbcp	-483		
(O/iynpembcs	-043	-RSS0B02MBCS	(Sao Borja)
(tl/xjpembcs	-050		
(tl/yopembcs	-178		
(tl/yjpembcs	-179		
(tl/yjpembcs	-181		
(tl/yjrgmbcs	-215		
(tl/yjrgmbcs	-218		
(tl/ylrembcs	-386		
(tl/yjppgmbcs	-396		
(tl/yjrgmbcs	-459		
(O/byjrgmbcs	-461		
(O/iyjpembcs	-504		
(tl/yjpembcs	-509		
(O/iyjuembcs	-529		
(O/iyjuembcs	-529		
(O/iynuembcs	-587		
(O/iynuembcs	-587		
(tl/yl3embcs	-605		
(tl/xjpembcs	-605		
(O/iyjpembcs	-623		
(tl/yjpembcs	-629		
(O/iynpembcs	-646		
(tl/yjpembcs	-652		
(tl/yjpembcs	-657		
(O/iyjpembcs	-707		
(tl/yjpembcs	-790		
(tl/yjpembcs	-857		
(tl/yjpembcs	-987		
(tl/ylpembcs	-999		
(tl/ylpembcs	-1005		
(tl/ylpembcs	-1012		
(tl/ylpembcs	-1018		
(O/bylpembcs	-1019		
(tl/ylpembcs	-1040		
(O/iyjpembcs	-1046		
(tl/ympembcs	-1050		
(O/ayjpembcs	-1051		
(tl/yopembcs	-1061		

(tl/ylpembcs	-1083	
(tl/ylqembcs	-1106	
(tl/yjrembcs	-1125	
(tl/yjpembcs	-1127	
(O/iynuembcs	-1199	
(tl/yjqembcs	-1237	
(tl/yjpembcs	-1238	
(tl/yjrefaps	-210	-RSS0B03FAP
(tl/yjpgfaps	-359	
(tl/yjpgfaps	-360	
(tl/ynpgfaps	-360	
(tl/ylpgfaps	-361	
(tl/ylpgfaps	-392	
(O/aylpgfaps	-393	
(tl/yjpefaps	-496	
(tl/yjpefaps	-496	
(tl/ylpefaps	-497	
(tl/yj3efaps	-605	
(tl/yjpgfaps	-606	
(O/ayjpgfaps	-607	
(tl/yjpgfaps	-674	
(tl/ylpgfaps	-687	
(tl/yjpgfaps	-687	
(tl/ynpefaps	-704	
(tl/yjpefaps	-725	
(tl/ylpefaps	-727	
(tl/ympgfaps	-745	
(tl/yjpgfaps	-745	
(tl/yl3efaps	-924	
(tl/yopefaps	-944	
(tl/ylpefaps	-944	
(O/byj3efaps	-945	
(O/cylpefaps	-946	
(tl/yj3efaps	-1025	
(O/ayjpefaps	-1025	
(tl/yj3efaps	-1035	
(tl/yj3efaps	-1036	
(tl/yjpefaps	-1037	
(tl/yjpefaps	-1119	
(tl/ylpgfaps	-1127	
(tl/yjpgfaps	-1128	
(tl/yjpgmacs	-281	-RSSB005MAC
(tl/yj3gmacs	-282	
(tl/yjpgmacs	-397	
(tl/yj3gmacs	-397	
(tl/yj3gmacs	-400	
(tl/yj3gmacs	-400	
(tl/ynpgmacs	-401	
(tl/yjpgmacs	-408	
(tl/yj3gmacs	-410	
(O/cynpgmacs	-413	
(tl/yjpgmacs	-429	
(tl/yjpgmacs	-430	
(tl/ynpgmacs	-431	
(tl/yj3gmacs	-431	
(tl/ynpgmacs	-432	
(O/byjpgmacs	-434	
(tl/yjpgmacs	-435	
(tl/yjpgmacs	-439	
(tl/yjpgmacs	-551	
(O/iyjpemacs	-613	
(tl/yopemacs	-624	
(tl/yopemacs	-681	
(tl/yj4gmacs	-701	
(tl/yjpgmacs	-702	
(tl/yjpefacs	-769	

(O/iyjpmacs	-880	
(tl/yj3gmacs	-957	
(tl/yjpefacs	-60	RSSB008FAC
(tl/ylpefacs	-102	
(tl/ylpefacs	-102	
(tl/ylpefacs	-160	
(tl/yjpgfacs	-263	
(O/aympgfacs	-264	
(tl/ympgfacs	-393	
(tl/yjpgfacs	-394	
(tl/yjpgfacs	-414	
(tl/yjpgfacs	-448	
(tl/yjrefacs	-583	
(O/iyjpefacs	-589	
(tl/yjpefacs	-589	
(O/iyjpgfacs	-722	
(tl/yjpefacs	-865	
(tl/yjqefacs	-875	
(O/iyjpefbps	-53	RSSB010FBP
(tl/yj3gfbps	-213	
(tl/ynpgfbps	-214	
(O/aynpgfbps	-215	
(tl/ylpgfbps	-215	
(O/ayjpgfbps	-216	
(O/bynpgfbps	-217	
(tl/yj3gfbps	-219	
(tl/yjpgfbps	-220	
(tl/yjpgfbps	-221	
(tl/yjpgfbps	-222	
(O/aynpgfbps	-223	
(tl/yj3gfbps	-225	
(tl/yj3gfbps	-226	
(tl/ylqgfbps	-227	
(tl/yjpgfbps	-227	
(tl/yjpgfbps	-230	
(tl/yjpgfbps	-232	
(tl/yjpgfbps	-234	
(O/aynpgfbps	-234	
(tl/ylpgfbps	-235	
(tl/yjpgfbps	-235	
(O/aynpgfbps	-236	
(tl/yjpgfbps	-237	
(O/aynpgfbps	-237	
(tl/yjpgfbps	-241	
(tl/ym3gfbps	-244	
(tl/ynpgfbps	-249	
(tl/yjpefbps	-285	
(tl/yjpgfbps	-401	
(tl/ynqefbps	-462	
(tl/yl5efbps	-471	
(tl/yopefbps	-478	
(tl/ylpefbps	-478	
(tl/ylpefbps	-479	
(tl/yjpefbps	-480	
(tl/ynuefbps	-498	
(tl/yjpefbps	-604	
(tl/yjpefbps	-679	
(tl/yopefbps	-680	
(tl/yjpefbps	-680	
(tl/yopefbps	-686	
(tl/ylpefbps	-687	
(tl/yjpefbps	-756	
(tl/yjpefbps	-757	
(tl/yjpefbps	-758	
(tl/yopefbps	-787	
(tl/ylpefbps	-787	

(t1/yopefbps	-788
(t1/yjpefbps	-788
(t1/yjpefbps	-790
(t1/yjpefbps	-793
(t1/ylpefbps	-796
(t1/yopefbps	-798
(t1/yjpefbps	-804
(t1/yo8efbps	-807
(t1/yjqefbps	-818
(t1/ylpefbps	-820
(t1/yjpefbps	-829
(t1/yjpefbps	-829
(t1/yjpefbps	-830
(t1/ylpefbps	-831
(t1/yjpgfbps	-866
(t1/ynpgfbps	-866
(t1/yjpgfbps	-870
(t1/yjpgfbps	-871
(t1/yjpefbps	-891
(t1/yjpefbps	-930
(t1/yjpefbps	-961
(t1/yjpefbps	-973
(t1/yjpgfbps	-996
(t1/yjpgfbps	-998
(t1/yjpgfbps	-1007
(t1/yjpgfbps	-1008
(t1/yjpgfbps	-1009
(t1/yjpgfbps	-1025
(0/ayjpgfbps	-1026
(0/bynpgfbps	-1026
(0/cynpgfbps	-1026
(t1/yjpgfbps	-1027
(0/ayjpgfbps	-1027
(t1/yjpgfbps	-1028
(0/aynpgfbps	-1030
(t1/ynpgfbps	-1042
(t1/yn3gfbps	-1043
(t1/yjpgfbps	-1043
(t1/yjpgfbps	-1046
(0/aynpgfbps	-1046
(0/bynpgfbps	-1046
(t1/ynpgfbps	-1047
(0/aynpgfbps	-1048
(0/byjpgfbps	-1049
(t1/ynpgfbps	-1050
(0/aynpgfbps	-1050
(0/bynpgfbps	-1051
(t1/ynpefbps	-1052
(t1/yjpefbps	-1052
(t1/yjpefbps	-1053
(t1/yjpefbps	-1070
(t1/ynpefbps	-1075
(t1/yopefbps	-1107
(t1/ylpefbps	-1107
(t1/yjpgfbps	-1129
(t1/ylpgfbps	-1130
(t1/ylpefbps	-1135
(t1/yopefbps	-1145
(t1/yjpefbps	-1146
(t1/yjpgfbps	-1183
(t1/ynpgfbps	-1184
(0/ayjpgfbps	-1185
(t1/yopefbps	-1192
(t1/yopefbps	-1193
(t1/yopgfbps	-1195
(t1/yjpefbps	-22 - RSSB010MBP

(tl/yjqembps	-89
(tl/yjpembps	-91
(tl/yjpembps	-93
(tl/yjqembps	-111
(tl/yjpembps	-155
(tl/yjpembps	-169
(tl/yjpembps	-186
(0/aylpembps	-187
(0/xylpembps	-190
(tl/yjpembps	-205
(tl/yjpembps	-239
(tl/yjpembps	-239
(tl/yjpembps	-240
(tl/ynpembps	-241
(tl/yjpembps	-241
(0/ayjpembps	-242
(tl/ylpgmbps	-322
(tl/yjpgmbps	-322
(tl/ym8gmbps	-325
(0/ayjqembps	-326
(vl/yjpgmbps	-327
(vl/ylpgmbps	-330
(tl/ylpgmbps	-331
(tl/yjqgmbps	-333
(tl/yjqgmbps	-333
(tl/ylpgmbps	-334
(0/ayl3gmbps	-335
(tl/yjqgmbps	-339
(tl/yjqembps	-366
(tl/yjqembps	-371
(tl/ylpembps	-395
(tl/yj3embps	-455
(tl/yjpgmbps	-456
(tl/yjpgmbps	-457
(tl/yjpgmbps	-458
(tl/ynpgmbps	-460
(tl/yjpembps	-487
(0/iyjpembps	-546
(tl/yjpembps	-546
(tl/yjpembps	-547
(tl/yjpembps	-594
(tl/yn3gmbps	-637
(0/iyjpembps	-643
(tl/xjrembps	-650
(tl/yjpembps	-651
(tl/yjpgmbps	-685
(tl/yopgmbps	-685
(tl/yopgmbps	-685
(tl/ylpgmbps	-689
(tl/yjpembps	-715
(tl/yjpembps	-721
(tl/ylqgmbps	-747
(tl/xjpgmbps	-748
(tl/ylqgmbps	-749
(tl/yjpgmbps	-749
(tl/yjpgmbps	-751
(tl/yjqgmbps	-754
(0/byjpgmbps	-755
(tl/yjpembps	-761
(vl/yjpembps	-783
(tl/yjpembps	-785
(tl/ylpembps	-794
(tl/yjqembps	-794
(tl/yjpgmbps	-817
(tl/yn3gmbps	-825
(tl/yj3gmbps	-825

(tl/yjpgmbps	-830	
(tl//m4gmbps	-834	
(tl//j4gmbps	-834	
(tl/yjpembps	-877	
(vl/yjpgmbps	-877	
(0/ayjpgmbps	-878	
(0/byjpgmbps	-878	
(0/cyjpgmbps	-879	
(tl/yjpgmbps	-885	
(tl/yjpgmbps	-887	
(tl/yjpgmbps	-889	
(tl/yjpgmbps	-890	
(tl//n4gmbps	-893	
(tl/yopgmbps	-894	
(0/iyjpebps	-925	
(0/iyjpebps	-925	
(tl/yjrgmbps	-926	
(tl/yjpebps	-945	
(tl/ynpgmbps	-952	
(tl/yjpebps	-1000	
(tl/yjpebps	-1021	
(vl/yjqgmbps	-1038	
(tl/yjqgmbps	-1039	
(tl/yjqgmbps	-1040	
(tl/xjpgmbps	-1042	
(vl/yjqgmbps	-1043	
(tl/yjqembps	-1044	
(tl/yjpgmbps	-1044	
(tl/yjpebps	-150	- RSSB021MAP
(tl/ylpebps	-151	
(tl/ylpebps	-399	
(tl/yjpebps	-451	
(tl/yopebps	-644	
(0/iympemaps	-659	
(0/iyjuemaps	-659	
(tl/yopebps	-847	
(tl/yopebps	-848	
(tl/yjpebps	-849	
(tl/yjqemaps	-850	
(tl/yjqemaps	-852	
(tl/yopebps	-854	
(0/byjpebps	-856	
(tl/yjremaps	-857	
(tl/yjpebps	-859	
(0/ixlsemaps	-863	
(tl/yosemaps	-864	
(tl/yjpebps	-1084	
(tl/yjpebps	-1085	
(tl/ylpebps	-1088	
(0/iyjpefbcs	-138	- RSSB024FBC
(tl/yjpefbcs	-307	
(tl/yjpefbcs	-637	
(tl/ylpgfbcs	-644	
(tl/yjpefbcs	-649	
(0/aynpefbcs	-649	
(tl/yjpefbcs	-777	
(tl/ylpgfbcs	-844	
(tl/ylpefbcs	-894	
(tl/yopefbcs	-969	
(tl/yjpgfbcs	-980	
(tl/yn3gfbcs	-1005	
(tl/yipefbcs	-1010	

### Anexo III:

#### Dados para a análise [objeto nulo versus objeto preenchido] do capítulo V Cartas Açorianas, Paulistas e Lusas (Gallo, 1998)

##### Pronome Lexical:

P1 - 81.: *Sobre o Cavallo do Padre conservo elle como uma bolla de gordo*

##### Objeto Nulo:

P1 - 98 - 99.: “e logo que receba\_hei de remeter\_a Vmce p.a esses pagamtos.”

P1 - 108.: “só pr não pedir\_ao Estevão”

P1 - 117.: “que em Nbro ou Dezbro vai aessa Va. Buscar\_pr qe eu hindo com a Tropa feito capatás della”

P1 - 156.: “vou ensinando\_alle com os meninos”

P1 - 156.: “e que fosse esperar\_naquela altura, que le parecesse conveniente”

A1 - 17.: “e como axei\_fortificado com artilharia”

A2 - 42.: “eassim quero dever\_a vmce”

L2 - 73.: “pos quero p.a acertar os seus conselhos”

##### Clíticos:

P1 - 59.: “com os oque olevarão”

P2 - 16.: “pa. mim odecidila”

P2 - 48.: “porq’pa os lapidar”

P2 - 67.: “eq.m deixa de as [ilegível] nitiçar”

P2 - 83.: “se vos primeiro anão fecundaes com vossa oração”

P2 - 91.: “depois de havello Amado sobre tudo”

P3 - 29.: “que certamente os havia comprar bem”

P3 - 32.: “que as havia levar para Polvilhos”

P3 - 39.: “que vou dar a V. Ex.a”

P3 - 101.: “indoo esperar ao varadouro”

P3 - 105.: “elle Denunciante fazêla”

P3 - 140.: “para o acompanhar, com mais hum sargento, e dous soldados”

P3 - 174.: “com cautella de nam as deixar retroceder”

P3 - 186.: “e que assim os deixara tornar para a Villa com tal canoa”

P3 - 189.: “e que ao tempo que hia a abordar”

P3 - 191.: “para quem nam a alcançasse”

P3 - 195.: “que a pode conhecer”

P3 - 206.: “o levar o cirurgião a canastra do homem

A1 - 21.: “setialo”

A2 - 22.: “e pulo em sitio”

L1 - 14.: “e não dovido mas concederá”

L2 - 55.: “isto digo o ingenuam.te”

L2 - 88.: “e amalo”

- L2 – 93.: “p.a o amar”  
 L2 – 103.: “com que o ei de tratar”  
 L2 – 106.: “para que o execute”  
 L2 – 119.: “de que possa o avizar”  
 L2 – 122.: “mo participe”  
 L2 – 139.: “porque a esse exemplo todos os havião de querer imitar”  
 L2 – 155.: “de servilo”  
 L3 – 5.: “e no mesmo tempo que festejo com mil alvoroços”  
 L4 – 8.: “p.a o servir”  
 L4 – 20.: “lhas dez.o iguaes ao seu relevante mecim.to”  
 L5 – 4.: “que sempre lha dez.o muy prefeita”  
 L5 – 9.: “e já agora as não espero senão com a remessa dos 5.os”.  
 L5 – 61.: “As cartas mandei pelo Patacho”  
 L5 – 67.: “O conhecim.to p.a o Baul (?) o mandava logo buscar”  
 L5 – 88.: “em que q.r eu o sirva”

#### SN Pleno

- P1 – 1.: “Tive o prazer de receber a de Vmce datada de 2 de Maio pp”  
 P1 – 3.: “que recebo de Vmce entre tantas”  
 P1 – 7.: “ou pr qe Vmce já se não lembra de mim”  
 P1 – 9.: “qe pr ttas vezes tenho participado Vmce eao Sr. Meu Pai”  
 P1 – 12.: “edou-me m.to com o Sr Capm. Comde. E com toda asua Familia”  
 P1 – 13.: “Más sempre medesgosta a Terra em razão de Grande Perigo de Bugres”  
 P1 – 15.: “qe no outro dia inda Tivemos hum ataque com 5 Indios dos Brabos”  
 P1 – 16.: “qe tivemos grande felice”  
 P1 – 17.: “pr qe pegou-se 3 delles”  
 P1 – 18.: “e outros Xumbeou-se”  
 P1 – 19.: “porem escaparão os outros xumbeados”  
 P1 – 20.: “e sempre frexarão duas Pessoas dos Nossos”  
 P1 – 24.: “qe sepegou contra nós”  
 P1 – 36.: “más Deos tem mais poder qe elles”  
 P1 – 37.: “não dá animo aelles”  
 P1 – 41.: “qe então só aforça de Armas acabaremos aelles”  
 P1 – 43.: “qe mudei am.a cama p.a o Armazem”  
 P1 – 44.: “qe estou entregue delle”  
 P1 – 47.: “econservo hua Arma de Fogo Carregada”  
 P1 – 54.: “qe agora poderá Ter 16 ou 20 homens delles”  
 P1 – 55.: “e Mulheres hade ter a Riba de Trinta e tantas”  
 P1 – 57.: “elevatorão suas mulheres e Mais”  
 P1 – 65.: “e grande gosto tenho dehir em comp.a delle”  
 P1 – 67.: “qe dezo me participem”  
 P1 – 69.: “qe tenho bem pouco tp.o”  
 P1 – 72.: “Eu tenho hum ganho não m.to mais”  
 P1 – 73.: “pr qe tenho 4000 pr Mês e 3 libras de Carne pr dia e hum Decimo de Fa.a Tão bem pr dia e hum decimo de Sal pr des dias e 4 libras de Sebo pr mês p.a vellas”  
 P1 – 82.: “más não acho hua pessoa suficiente”

- Pl – 95.: “qe nossa S.a devo”
- Pl – 97.: “em agosto ou Nbr.o já espero receber ord. De Soldo”
- Pl – 99.: “heide remeter a Vmce p.a esses pagamtos.”
- Pl – 108.: “só pr não pedir ao Estevão”
- Pl – 110.: “heide remeter dr.o p.a Fóra p.a esses pagamentos.”
- Pl – 111.: “e se Vmce não arranjar modo”
- Pl – 115.: “quero tratar com o Sr. Cap.m Comd.e”
- Pl – 119.: “vou ganhando o meu soldo”
- Pl – 120.: “e tenho animais e mantimto.”
- Pl – 124.: “Eu tenho hua esperança”
- Pl – 127.: “qe então fico ganhando es mil reis pr mês fóra o Municio”
- Pl – 129.: “pr ágradar ao sr. Cap.m”
- Pl – 130.: “pa ver se alcanço otal lugar”
- Pl – 139.: “não lhe tenho dado omais pequeno sentimto.”
- Pl – 142.: “Vmce me remte a Camiza”
- Pl – 147.: “hei de emroparme de algodão fino”
- Pi – 150.: “que Siadas pr aqui não seuza”
- Pl – 156.: “vou ensinando aelle om cos Meninos”
- Pl – 159.: “Não mando algua galenteria pa a Menina”
- Pl – 160.: “pr qe vai de mão em mão.”
- Pl – 169.: “Nada mais tenho a dizer a Vmce”
- Pl – 170.: “e Vmce de saud.e atodos os Conhecidos e vizinhos”
- Pl – 171.: “qe de mim se lembrarem”
- Pl – 172.: “quelhe devo milhares de Obrigaçoins”
- Pl – 174.: “e aos meus Irmaons todos”
- Pl – 175.: “e hum abraço em Sinhazinha”
- Pl – 176.: “qe não me esqueço della”
- Pl – 177.: “e Vmce lanceme sua abenção”
- Pl – 178.: “e Rogue a NS da Lus”
- Pl – 186.: “com hua qe escrevo agora cinco”
- Pl – 187.: “e não tenho recebido nem hua delle”
- P2 – 4.: “ou quer certificar-se da minha inercia”
- P2 – 5.: “O meu voto nessa materia não merce algum conceito”
- P2 – 9.: “porq’ não ouvio ao orador”
- P2 – 11.: “com toda a asatisgação me sujeito ao Seu preceito”
- P2 – 18.: “mostrando O instatne fatal”
- P2 – 19.: “emq’aculpa de Eva nos deixou aherança do crime, e da dezordem.”
- P2 – 21.: “[corroido] em nem todas pude divisar”
- P2 – 25.: “que eu me enchia de estranhos movimtos,”
- P2 – 26.: “quando a sua narração pomposa, ebem penteada passou asingular Propozição
- P2 – 27.: “demostrar restaurada aquelle perda no amparo de Maria, Senhora Nossa.”
- P2 – 30.: “como por dissacção diversa, edissemelhante ados Discipulos quis acomodar os justos sentimtos da infleção de Eva, transformados em jubilos pela protecção da Ave[?].”
- P2 – 37.: “Perdoe meosnr.; o equivoco,”
- P2 – 38.: “que já fora da boca dei com elle.”
- P2 – 39.: “Confirmou oseu discurso com varias passagens da Escritura;”
- P2 – 47.: “mas a Vm.ce pertence o engaste de semelhante cristal”

- P2 – 51.: “confeço aminha dureza”
- P2 – 59.: “mas q’lhe poderei eu dizer sobre essa Rhetorica muda da eloquencia sagrada?”
- P2 – 66.: “todos os dias [corroído]s e desentranhão modas”
- P2 – 71.: “quis seguir a torrente daprez.te epoca,”
- P2 – 73.: “q’daquela p.te occidental nos recrea a vista”
- P2 – 76.: “aferir-me o coração”
- P2 – 80.: “se visse rendido ameos pez todos os meus vicios,”
- P2 – 84.: “Sim, meo estimável amigoa, pessamos ao Omnipotente”
- P2 – 85.: “q’nos assista com [corroído]lla,”
- P2 – 86.: “guiando nossos passos [corroído] santuário por caminhos diversos dos Theatros;”
- P2 – 87.: “qáli procuremos ainstrução não o recreyo”
- P3 – 10.: “que o juizo que faço,”
- P3 – 12.: “setem dezemcaminhado desta Terra muito ouro,”
- P3 – 14.: “que attenta, eprudentemente discorrem, a vista dopouco”
- P3 – 20.: “em que vinha por Mestre hum Manoes Francisco Paredes;”
- P3 – 22.: “por que eu mesmo fiz bastante reflexão na demora”
- P3 – 26.: “pois já tinha appalavrado também Toucinhos em são Paulo;”
- P3 – 27.: “também persuadia aestas gentes,”
- P3 – 31.: “e da mesma sorte fizessem Gomas de Mandioca,”
- P3 – 39.: “que vou a dar a V.Ex.a,”
- P3 – 42.: “chegou aesta Villa, hum homem chamado Jose Romão”
- P3 – 47.: “da sua vinda tive noticia”
- P3 – 48.: “por vir entregar-me a Caza humas Cartas do Reyno oCirurgião Antonio Saraiva”
- P3 – 52.: “pois nam teria demora nesta Terra mais, que outo ou doze dias;”
- P3 – 59.: “dispôr de tudo;”
- P3 – 62.: “pois elle tomava conta della”
- P3 – 63.: “para deseuvagar lhe dar consumo;”
- P3 – 71.: “e se recolhessedella”
- P3 – 76.: “e por conta desta impatar ohomem;”
- P3 – 85.: “remeter ouro”
- P3 – 95.: “e que se funava muito nesta desconfiança”
- P3 – 120.: “e que certamente Levav ouro;”
- P3 – 122.: “por rrogo de que fazia reparo o Capitão reformado Francisco [ilegível] Pereira Belem, não [ilegível]
- P3 – 126.: “a pezar ouro”
- P3 – 127.: “e que a vista de tantos indícios”
- P3 – 135.: “mas que por todos os principios aelle incumbia adeligencia;”
- P3 – 137.: “e que perdesse o terror”
- P3 – 138.: “que lhe cauzava aindignação do Doutor ouvidor;”
- P3 – 145.: “para nessa noute lhe entregar os Companheiros;”
- P3 – 146.: “para com elles ir esperar o Sugeito;”
- P3 – 147.: “e effeuar adeligencia”
- P3 – 152.: “que pelas nove horas da noute lhe mandaria os companheiros”
- P3 – 154.: “sem lhe dizer adeligencia”
- P3 – 159.: “se nam mal-lograste adeligencia”
- P3 – 164.: “e começando a dar conta”

- P3 – 166.: “Logo lhe estranhei a má direção;”
- P3 – 172.: “lhe dava a caça,”
- P3 – 175.: “e que indo examinar a ultima das trez.:
- P3 – 176.: “nella achara dous escravos do Doutor ouvidor,”
- P3 – 182.: “para Levarem o Cirurgião Antonio Saraiva com alguns Medicamentos,”
- P3 – 184.: “eque já tinham dado avizo ao dito cirurgião,”
- P3 – 185.: “ahir buscar huma Canoa ao Ranelo do Hospicio,”
- P3 –
- P3 – 188.: “e que passado hum pouco de tempo vira sahir desta Villa huma Canoa com hum faxo acezo,”
- P3 – 190.: “fizeram grande força de Remos,”
- P3 – 196.: “e achou a ser a mesma,”
- P3 – 199.: “diz mais,”
- P3 – 201.: “e que como nam vio o homem,”
- P3 – 204.: “nem disso bem advertira naquella occasião;”
- P3 – 206.: “o levar o cirurgião a canastra do homem,”
- P3 – 217.: “que pelas ordens que eu tinha,”
- P3 – 225.: “e que nelle Só vira huma camiza, ehum trapo mais,”
- P3 – 231.: “ouvida esta parte, continuei em increpar [?] o Tenente,”
- P3 – 232.: “tanto por nam ir esperar a Canoa mais adiante, como também por inação, ou respeito,”
- P3 – 233.: “com que dixou de fazer o exame na canoa do Cirurgiaõ.”
- P3 – 234.: “Eu o que posso segurar a V. Ex.a,”
- P3 – 247.: “e tambem posso segurar a Vex.a”
- P3 – 250.: “para evitar o descaminho do ouro,”
- P3 – 251.: “e por consequencia nuncajamais achasse pessoas alguma comprehendida neste roubo,”
- P3 – 252.: “e no que mais tenho reparado”
- Al – 2.: “pa. Adeligencia”<sup>134</sup>
- Al – 5.: “fazendo vezees de Capitam”
- Al – 6.: “avansando a estancias”
- Al – 9.: “enfim Xeguei a Ter notisias de hum a Campam.to”
- Al – 11.: “porem ainda Com podas forças quis esprementar a ventura”
- Al – 16.: “a emvertir ao povo”
- Al – 22.: “e Com tão grande felecid.e q.Em tres dias fizemos Capitulação Com o Sr. Ten.te Coronel D. Fran.co Rodrigo”
- Al – 25.: “pois em tudo procuro ao m.to ano noço monarca a Servir com deligencia”
- Al – 26.: “a vm.ce emcluzo Remeto a vm.ce a Copia da Capitulação e Caarta de ofisio”
- Al – 32.: “pa q. Não ouvese mais a Solação nos povos espanhóis”
- Al – 37.: “valime do nemo e Resp.to de vm.ce”
- Al – 46.: “fico tirando aconta”
- Al – 50.: “de todos os que eu ver”
- Al – 51.: “que devo dar Contas”
- A2 – 2.: “e em dois dias de viagem prendi Cuatro Castelhanos”

<sup>134</sup> Apesar desta oração não apresentar verbo visível, acreditamos que ele está oculto {fazer}; é por esse motivo que esta foi considerada *oração*.

- A2 – 3.: “aonde tive noticia”
- A2 – 4.: “de q. em S. Miguel avia hum a Campam.to”
- A2 – 9.: “e prendi oito”
- A2 – 14.: “e levantaram a vos”
- A2 – 18.: “quis esprementar A ventura”
- A2 – 20.: “nao quis arriscar gente”
- A2 – 21.: “dei Serco ao povo”
- A2 – 23.: “e no Cabo de tres dias mereci Capitulação do Sr. D. Fran.co Rodrigo Tem.te Coronel e governador deste depar.to”
- A2 – 24.: “Sempre ouveram desa Sete tiros depesa em vinte Cuatro oras”
- A2 – 25.: “porem Sem em toda esta empreza perigar nenhúm Soldado”
- A2 – 27.: “aonde Resesibi do diminsitrador algumas vinte xaves dearmazens”
- A2 – 32.: “todos os mais povos reconhecendome por Seo Comd.te”
- A2 – 38.: “estes povos estão rendendo vasalage a portugal”
- A2 – 42.: “easim quero dever a vm.ce”
- A2 – 45.: “Senão Com ordem de vm.ce tudo q.to vm.ce medetreminar”
- A2 – 48.: “qe Senesesita Sesenta”
- A2 – 49.: “Com isto fica fortificado toda esta fronteira”
- A2 – 50.: “fico esperando as ordenis de m.ce”
- L1 – 1.: “Meu S.r envejo ao meu cam.a Gn.l Gomes Freire de Andr.a”
- L1 – 3.: “p.a p.o donde de mais perto possa desfrutar na comp.a de VS. as discretas e eruditas liçoens”
- L1 – 11.: “repito em rogar a VS.”
- L1 – 17.: “espero dever a VS. este Beneficio”
- L2 – 10.: “Rendo a Vs. as graças”
- L2 – 12.: “p.a que eu possa hir ca fazendo os meus juizos d esorte”
- L2 – 16.: “que recebeo esse governo”
- L2 – 26.: “e empregar todas as nossas forças no aumento e zello da Faz.da Real,”
- L2 – 33.: “que ao mesmo tempo evidemos m.o na conservação dos povos, nos meynos da sua sucistencia”
- L2 – 37.: “que a ruínados elles, descontentes e perdidos tambem se perdem as conveniencias do Principe”
- L2 – 41.: “e se encontrão mil dificuldades pela maldade e ambição dos homens”
- L2 – 42.: “e que a mayor parte delle se afastão da rezão e das leis,”
- L2 – 43.: “e seguem os seus depravados costumes;”
- L2 – 59.: “podence perder as esperanças”
- L2 – 60.: “de que tomem camino as dezordens”
- L2 – 67.: “e so he dizer lhe o projeto”
- L2 – 74.: “p.a acertar os seus conselhos.”
- L2 – 75.: “Com o D.r Ouv.or G.l desta terra concervo tão suave trato”
- L2 – 82.: “nem perder cousa alguma”
- L2 – 83.: “do que toca a authorid.e e jurisdicção deste Governo, com este Ministro
- L2 – 87.: “hei de lhe em tudo fazer a vontade”
- L2 – 91.: “Com o Ill.mo Bispo tinha fortes rezoens”
- L2 – 100.: “por obrigação gosto e interesse eide fazer m.to”
- L2 – 110.: “e dar lhe gosto”
- L2 – 117.: “quem tem a sua doutrina”

- L2 – 118.: “e não sey contra isto couza”
- L2 – 120.: “Se VS. souber da minha algua cousa”
- L2 – 127.: “VS. me continuara nesta p.e os seus favores”
- L2 – 133.: “e aidna se achara m.to occulto”
- L2 – 140.: “brevem.te nos desenganaremos do mais.”
- L2 – 154.: “e me de repetidos empregos”
- L2 – 161.: “espero amanhã aviso seu”
- L2 – 162.: “p.a lhe mandar os escalares.”
- L2 – 163.: “Aceite VS. de meu genro Matheus da Cunha Ferreira mil recomendações.”
- L3 – 2.: “(permitame VS. este tratamento”
- L3 – 4.: “recebo a de VS.”
- L3 – 10.: “porque com impaciencia dez.o este certeza”
- L3 – 13.: “Eu bm reconheço a bondade de VS.”
- L3 – 14.: “estimaria este meu desp.o por conta daquella m.ce”
- L3 – 16.: “ao mesmo tempo que eu confesso os meus limitados merecimen.tos”
- L3 – 23.: “e Pesso com as mayores veras a VS,,”
- L3 – 30.: “e que me dddê as ocazioens”
- L3 – 33.: “G.e Deus a VS. m.s an.s”
- L4 – 1.: “deme VS. a grande Consolação”
- L4 – 5.: “pois com impaciencia dezejo a certeza da sua boa saude”
- L4 – 6.: “e lhe ofreço a”
- L4 – 10.: “No sacco das cartsa do S.R General remeto a VS.”
- L4 – 18.: “que lhe sirvão de vesporas ás mayores Filicid.es”
- L4 – 27.: “G.e Deus a pessoa de Vs. m.s an.s”
- L5 – 1.: “recebo a de Vs. com m.to g.to pela certeza”
- L5 – 2.: “q.me paricipa da sua boa saude”
- L5 – 5.: “e p.a servir a VS.”
- L5 – 7.: “A my me tem faltado cartas do S.r Gn.l”
- L5 – 10.: “tendo admirado o pouco ouro”
- L5 – 14.: “que seguro a VS.”
- L5 – 22.: “e conforme ella tomarem as suas medidas;”
- L5 – 23.: “e como virão frustadas as suas Ideias”
- L5 – 28.: “aquy se vay reduizindo a moeda”
- L5 – 31.: “se satisfara as partes”
- L5 – 37.: “em que se lhe remetão todos os seus cabedaes em moeda ou em barra”
- L5 – 43.: “que V.S. e o S.r Ge.al mandem de 15 em 15 dias hum mapa de todas as barras”
- L5 – 60.: “o que me participo tão bem ao S.r General”
- L5 – 72.: “e eu quizera a V.S.”
- L5 – 76.: “Dou a Vs.o parabem”
- L5 – 77.: “de se tr descuberto a caza de cunho”
- L5 – 83.: “por tudo quanto pode redundar em credito seu”
- L5 – 85.: “que tanto em VS. resplandece.”
- L5 – 91.: “G.e Deus a VS. m.s an.s”

## Anexo IV

### **Pesquisas realizadas pelo Núcleo de Estudos Portugueses da Universidade Federal de Santa Catarina sob orientação de Gilvan Müller de Oliveira (1994 -2000)**

Estas pesquisas são fruto da orientação dada à disciplina 'História da Língua' da Licenciatura em Letras/Português da UFSC, que se pautou por trabalhar com 'ensino via pesquisa', concentrando todos os esforços do semestre na escolha de uma problemática de pesquisa por grupo de dois ou três alunos e no seu desenvolvimento. As aulas dadas passam, nesse sistema, a se orientar para a resolução dos problemas que vão surgindo no decorrer das pesquisas, fazendo com que em cada semestre se tenha na verdade um currículo diferente para a disciplina (concepção de 'currículo pós-feito').

- |   |  |
|---|--|
| <b>Análise do fonema /t/ na fala de cariocas que residem em Florianópolis há mais de 15 anos -</b> Gilberto R. Junior, Karla E. Noronha, Lucine C. L. Vieira e Raquel O. de Almeida. 1997.  | <b>Aspectos fonéticos/fonológicos do bilingüismo italiano/português em Santa Catarina -</b> Eliane da S. Francisco, Karla P. Pereira, Márcia Reis e Márcia S. Rosa. 1999.  |
| <b>Análise dos pronomes pessoais na função de sujeito em língua portuguesa: sua mudança no decorrer do tempo e sua obrigatoriedade de uso, levando em consideração apenas seu aspecto número-pessoal -</b> Andréa Cesco Scaravelli, Cacilda Leal do Nascimento, Roberto Vázquez e Rogério Tomazi Tomaz. 2000/1. | <b>As Construções em 1ª pessoa do indo-português dos séculos XIX e XX: contribuição ao estudo de variedades não-européias da língua portuguesa -</b> Andréa M. Magalhães, Virgínia C. P. Alves e Viviane S. Abreu. 1995. |
| <b>Análise fonética e fonológica de um corpus na língua italiana -</b> Eunice Luz Maier. 1995.  | <b>Atitude lingüística dos Florianopolitanos em relação a diferentes sotaques -</b> Cléia Gasperi, Édina P. Borges e Maria A. De P. Guarezi. 1997.   |
| <b>Bilingüismo Italiano/Português: léxico da área semântica agro-pastoril. Descrição das variantes semântico-lexicais dos vocábulos 'terra fértil' e 'capinar' -</b> Herbert de S. Ribeiro, Lucimeri Probst, Marilange N. Lopes e Marinei V. Padilha. 1999.   | <b>O Comportamento do paradigma pronominal e do paradigma verbal na fala de informantes de Florianópolis -</b> Kátia Souza, Luciary Vendramini, Maria C. Martins e Samuel A. Góes. 1997.                                 |
| <b>A Concordância verbal em Jaguaruna e Tubarão -</b> Marta I. Strelow e Tamara S. Delfino. 1997.   | <b>Corpus Colônia do Sacramento -</b> Lílian Cristiane Zilli e Marlei Pereira das Neves Bez. 2000/1.   |
| <b>"Construções de Tópico no Português do Brasil: Séculos XVIII e XX" -</b> Eliane Brunning, Patrícia Vilela Tagliani, Sônia Rita Soares. Florianópolis. 1999/2.  | <b>Características da língua portuguesa nos séculos XVIII e XX "O Sujeito Nulo" -</b> Neriton V. Martins e Rosângel B. de Souza. 1994.   |

- A Concordância nominal na fala dos Florianopolitanos** - Isabel Monguilhott e Simone C. Sell. 1997.
- Concordância nominal na Barra do Aririú - Palhoça** - Carlos A. de Souza e Marta I. Strelow. 1998.
- Crioulo Cabo-Verdiano** - Deisy C. Aguiar, Diomara Finck, Keler L. Beckhauser, Mônica Rodrigues, Nádia R. Wiethon e Valdirene Bressan. 1996.
- Os Dialetoes portugueses do Uruguai -DPU - como variedade histórica preenchimento do sujeito e morfossintaxe dos clíticos** - Álvaro Farias, Álvaro L. da Silva, Maristela K. O. de Mattos e Tamara S. Delfino. 1998.
- Dialetoes portugueses no Uruguai: variedades lingüísticas desconhecidas no Brasil** - Ana P. A. Albino, Carine H. Morossino, Ila Dolenga, Leonil Martinez e Luzinete Niedzieluk. 1997.
- Estudo Diacrônico da ordem SN V no Brasil meridional** - Ana Christina da Silva, Adriano do S. Mastella, Isabel M. B. Lucltemberg. 1999
- O Emprego da expressão “A gente” nas cidades de Florianópolis e Lages** - Zenaide C. Silvano. 1997.
- Formas de tratamento de Segunda Pessoa em Santa Catarina - Um quadro geo-lingüístico, histórico e pragmático** - Rita de C. Péres, Rúbia Gomes e Valdemir Klamt. 1998.
- História Social da Língua da Ilha de Santa Catarina** - Keila V. Carneiro, Fernando Scheibe e Regina S. Gottardi. 1996.
- O Imperativo no Português meridional: três óticas** - Débora S. de S. Cardoso, Liana S. Miranda, Margaret da S. Braga e Sandra R. Martins. 1999.
- Cantigas e Cordéis: algumas reflexões** - Antonia J. C. Muñoz, Leila Metzker, Letícia L. K. Stein e Mileidi Heiderscheidt. 1999.
- Categoria vazia e preenchimento do sujeito no português oitocentista** - Iara M. D. Giustina, Ivanir Fazzioni e Stela M. Ecco. 1995.
- Crioulo Cabo-verdiano e Português no Brasil: pronome preenchido vs pronome nulo** - Deisy C. Aguiar, Mônica Rodrigues e Valdirene Bressan. 1996.
- Dialetoes Portugueses no Uruguai: variedade paulista ou açoriana?** - Charles O. C. da Silva, Adair Felizardo, Maria M. M. de Souza, Maria A. Soares e Romeri B. Dias. 1998.
- Distinções fonológicas relevantes para a língua portuguesa em Santa Catarina** - Andréa C. Crepaldi, Gracila S. Jimenez, Mariluce L. G. Ribeiro, Nalinle Nemecek e Zélia Araújo. 1998.
- “Então” no túnel do tempo: um estudo das funções do “então” nos séculos XIV, XVI e XVIII** - Maria A. Tavares. 1996.
- A função linguagem na construção social do Gênero** - Daniel Serravalle de Sá. 2000/1.
- “A História do falar no Brasil meridional” - Relatos de Auguste de Saint-Hilaire e Arsène Isabelle quando de suas viagens à província do Rio Grande do Sul**- Jefferson A. Mello. 1996.
- Irmã sol, irmão lua: estereótipos sexistas e os aspectos lingüísticos da hierarquização social entre os sexos** - Valéria Isoppo. 2000/1.
- A Importância do dialeto caipira para a formação da língua portuguesa no Brasil** - Denise M. Pereira, Rosilane M. Passos e Selba ES. Parente.

- José de Alencar e a identidade nacional** - Marli S. Carvalho e Kátya S. M. Wojcikiewicz. 1997.
- A Língua Portuguesa e a identidade cultural na literatura** - Nádia Conceição. 1997.
- A mudança no uso dos clíticos em Portugal e no Brasil do século XVI ao XX** – Anderson Garcia, Josiane dos Passos, Simone dos Santos e Taciani Stapazzoli. 2000/1.
- Normas e mudanças: a língua como fator de hierarquização social no Brasil** – Ana Paula Fabre, Cleonice Naedzold, Maria Inés Vigil e Simone de Sousa. 2000/1.
- A Ordem dos Constituintes da sentença em textos dos séculos XVIII e XIX** - Katherine E. Fischer. 1997.
- Operadores argumentativos: marca de diferença retórica entre os séculos XVIII e XX?** - Diane D. Mago, Isabel CS Goulart e Luciana T Rocha. 1996.
- Ordem e categorias vazias no PB meridional** - Elis R. Pelegrini, Valéria R. Gaspar, Viviane S. Abreu. 1995.
- A Ordem das sentenças e o preenchimento do sujeito no português do litoral sul do Brasil do século XIX e do século XX** - Julie Santos e Márcia M. da Silva. 1996.
- A Ordem das sentenças no dialeto caipira** - Íara Souza e Rosana Silveira. 1995.
- Um “olhar” para as Teses sobre o bilingüismo italiano/português desenvolvidas na Universidade Federal de Santa Catarina** - Cláudio J. Ramos, Daisy T. M. Brasil, Joana L. Jung e Geraldo J. Salvador. 1999.
- Língua Geral - com destaque à influência da língua Tupi** - Rosana F. S. Graziano. 1997
- Marcas do que se foi resquícios do que ficou: o Português de uma comunidade negra em Porto Belo - SC** - Alessander B Oliveira, Fernando Meneghel, Paula B. Garcia, Roseli B. dos Santos. 1999.
- As Mudanças paramétricas no português da ilha de Santa Catarina do século XIX e XX** - Arlete G. Torri, Clarissa L. P. Oliveira, Joseane Vargas, Julio O. Díaz e Valmecir J. de Souza. 1994.
- Orientação bibliográfica sobre bilingüismo na região Sul** - Alessandro de Souza, Flávia N. Fermiano, Isolene A. Ribeiro e Sandra R. M. S. Santos. 1999.
- Origem do /s/ chiado em final de sílaba na ilha de Santa Catarina** - Patrícia R. Silveira e Sanir da Conceição. 1995.
- Ordem das sentenças no português e crioulo cabo-verdiano** - Letícia Fraga, Raquel T. R. Ferreira e Esther de Oliveira. 1995.
- Ordem pronominal nas cantigas do século XIII e na poesia modernista** - Cristiane E. B. Silva e Nara R. L. Livramento. 1995
- A Ordem das sentenças no crioulo de cabo verde: contribuição à discussão sobre a formação do português brasileiro** - Bárbara M. Terres e Enir C. Lohn. 1995.
- Orações reduzidas de gerúndio na fala dos florianopolitanos** - Rosa M. S. Villa. 1997.
- Preposições Dummy: análise do preenchimento ou não de preposições Dummy encontradas em cartas açorianas e paulistas, escritas nos séculos XVIII e XIX do Português do Brasil** - Abdou Sané, Angela M. Zimmermann, Mariléia F. Martins e Sandra R. Martins. 1998.

- Processo da ouvidoria geral da comarca de Santa Catarina - ação João Lopes e outros - 1825** - Diane Dal Mago, Isabel C. S. Goulart e Luciana T. Rocha. 1997.
- Paradigmas oblíquos: de segunda pessoa do singular do Português no Brasil meridional** - Agnes Zanfeliz, Daniel Félix, Gilberto L. Teixeira, José M. do Carmo e Olivier Allain. 1998.
- Pesquisa sobre mudanças paramétricas no português de Florianópolis do século XIX e XX** - Arlete G. Torri, Clarissa L. P. Oliveira, Joseane Vargas, Julio O. Díaz e Valmecir J. de Souza. 1994.
- O Preenchimento do objeto anafórico pelas categorias: clítico acusativo, pronome lexical, SNS anafóricos e objeto nulo** - Cynthia Valente. 1995.
- O Preenchimento do objeto no português do Brasil meridional (1735-1830)** - Liliana M. G. de Blum. 1998.
- O Preenchimento do objeto direto anafórico pelas categorias: clítico acusativo, categoria vazia, Sns anafóricos, pronome lexical e pronome demonstrativo - um estudo diacrônico** - Cyntia R. Lopes, Glória C. Montibeller e Juliane Bürger. 1996.
- A Queda no uso do reflexivo entre os séculos XIX e XX** - Elizabete P. Gomes, Fabrício A. Gadotti e Leila Minatti. 1996.
- A Recuperação do sujeito nulo não referencial de terceira pessoa no português dos séculos XVII e XX no Brasil** - Renata Telles e Sheila E. Oliveira. 1995.
- Revedo as Teses sobre bilingüismo Português-Alemão na região Sul do Brasil orientadas na UFSC** - Ladigênia Tereza Martins, Lilian S. Petry, Rosary Schauffert e Salvelina Seli. 1999.
- Situação de bilingüismo dos falantes das outras línguas: uma visão lingüístico-demográfica das décadas de 40 e 50, a partir do censo do**
- Preenchimento ou não do sujeito em uma comunidade isolada de pescadores na Barra da Lagoa** - Simone, Andréa, Marcia L. da Silva, Patrícia e Vanderléia. 1997.
- Português arcaico X português contemporâneo: Sujeito e objetos nulos** - Adriana A. de Almeida, Márcia R. Ferreira, Nora Pizzanelli e Rosana W. Merlo. 1994.
- Posição e concordância dos pronomes reflexivos “me”, “te” e “se”, nos séculos XVIII e XX** - Patrícia Lisboa, Vanderléia F. Conrat e Zenaide C. Silvano. 1996.
- “O Preenchimento do Objeto Direto um Estudo Diacrônico”** - Adriane Stroisch Bevilacqua, Gisella Fernanda Sardá. 1999/2.
- O Preenchimento do pronome eu funcionando como sujeito - séc XIX** - Cymara C.S.A. Pacheco, Silvânia Carvalho. 1995
- A Queda do clítico acusativo de terceira pessoa no português entre os séculos XVIII e XX no litoral de Santa Catarina** - Melissa G. Benz. 1996.
- Representações semânticas dos sufixos diminutivos -inho(a/s) e -zinho(a/s)** - Adriana Bastos, Maria T. Collares e Verônica M. Oakley. 1997.
- Relativas no crioulo de Cabo Verde e a hipótese da origem crioula para o Português do Brasil.** - Cassiane Dorigon, Débora Cota, Fábíola Maria Ghisleri e Magda Prado. 1997.
- A Situação do Alemão em relação ao Português 1940/1950** - Elaine de L. H. Perotto, Lilian C. Zilli, Marlei P. das N. Bez e Nerci L. de A. Bacchiega. 1999.
- A Língua Sarda** - José do Nascimento. 1999.

**IBGE/série regional - SC - Cátia Schreiner, Cíntia P. Formigoni, Maria S. Testoni e Marília M. Sobral. 1999.**

**Sujeito Pronominal no Português do Brasil meridional (1680-1830) - Flávia H. Gomes, Hanoella A. Martinazzo, Márcia C. Restanho. 1999.**

**A Sintaxe de uma certa língua declamada no século XIX - Saionara Greggio e Vera L. Duarte. 1999.**

**Sujeito nulo e preenchimento de segunda pessoa do singular - Fabricia G. de Miranda, Jeane P.A. Saraiva e Sabrina F. Vieira. 1996.**

**Sobre a origem do Português do Brasil: crioulo ou não-crioulo? - Carina Merkle, Eduard Marquardt, Juliana S. do V. Pereira, Sandra H. Spricigo. 1999.**

**O Sujeito nulo nos séculos XVIII e XX - Joice M. Pereira, Rosana Silveira e Sidney J. de Lima. 1995**

**O Sujeito Nulo no PB meridional. Uma visão diacrônica entre os séculos XVIII e XX - Clara Z. C. Dornelles, Nadjanara Á. Amador e Rodrigo B. Faveri. 1995.**

**Tecnologia e linguagem. A comunicação à distância através do chat - Lucia, Giovane, Beatriz e Juliana. 2000/1.**

**Uso do pronome tu no interior da Ilha de Santa Catarina - Lucelênia I. da Silva, Luciana C. da Silva e Nadir Coelho. 1996.**

**Variantes do Sujeito Pronominal em Documentos formais dos Séculos XVIII e XX - Giseli Fuchter, Izabel C. S. Teixeira, Vera L. S. Borsa. Florianópolis. 1999/2.**

**O Galego Lingüística Românica - Valdemir Klamt. 1999.**

**Sujeito Pronominal no Português do Brasil meridional (1680-1830) - Flávia H. Gomes, Hanoella A. Martinazzo, Márcia C. Restanho. 1998**

**Século XVI - Sujeito Nulo - Cristina C. Mota, Eliete M. da Rosa e Simone C. Guimarães. 1995.**

**O Sistema verbal na língua crioula caboverdiana - Nádia R. Wiethon, Keler L. Beckhauser e Diomara Finck. 1996.**

**O Sujeito no português trecentista e no português contemporâneo - Kátia R. Goulart, Marinez de Souza e Marlene Schneider. 1995.**

**Sujeito nulo na prosa trecentista - Marinez de Souza e Rosângela de F. Damásio. 1994.**

**Tu versus você: ocorrência e concordância no Brasil meridional - Carla R. M. Valle, Daniela Araldi, Doris Day, Raquel O. de Almeida e Rita C. M. Ferreira. 1998.**

**Tópico na ilha de Santa Catarina - Alessandra I. B. Fukumasa, Ana R. C. Corrêa e Maricélia S. Gesser. 1996.**

**O Uso das relativas no século XIX - Simone Londero. 1996.**

**A Variação do uso do imperativo na região Sul do Brasil - Denise Coelho, Sandra H. Koch, Turilda L. S. Cordeiro e Jutair Caraméz. 1998.**

**Línguas Românicas: Occitano - Kátya S. M. Wojcikiewicz. 1999.**

<p><b>Análise dos pronomes pessoais na função de sujeito em língua portuguesa: sua mudança no decorrer do tempo e sua obrigatoriedade de uso, levando em consideração apenas seu aspecto número-pessoal</b> – Andréa Cesco Scaravelli, Cacilda Leal do Nascimento, Roberto Vázquez e Rogério Tomazi Tomaz. 2000/1.</p>	<p><b>Corpus Colônia do Sacramento</b> – Lílian Cristiane Zilli e Marlei Pereira das Neves Bez. 2000/1.</p>
<p><b>A mudança no uso dos clíticos em Portugal e no Brasil do século XVI ao XX</b> – Anderson Garcia, Josiane dos Passos, Simone dos Santos e Taciani Stapazzoli. 2000/1.</p>	<p><b>Normas e mudanças: a língua como fator de hierarquização social no Brasil</b> – Ana Paula Fabre, Cleonice Naedzold, Maria Inés Vigil e Simone de Sousa. 2000/1.</p>
<p><b>A função linguagem na construção social do Gênero</b> – Daniel Serravalle de Sá. 2000/1.</p>	